



**UNICAMP**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GUSTAVO BISSOTO GUMIERO

**GOVERNAMENTALIDADES E BIODESIGUALDADE:**  
NOVAS RELAÇÕES DE PODER E NOVAS FORMAS DE EXISTÊNCIA NO SÉCULO XXI

CAMPINAS  
2021

GUSTAVO BISSOTO GUMIERO

GOVERNAMENTALIDADES E BIODESIGUALDADE:  
novas relações de poder e novas formas de existência no século XXI

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Bárbara Geraldo de Castro

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA  
PELO ALUNO GUSTAVO BISSOTO  
GUMIERO E ORIENTADA PELA PROF<sup>ª</sup>.  
DRA. BÁRBARA GERALDO DE CASTRO.

CAMPINAS  
2021

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G953g Gumiero, Gustavo Bissoto, 1981-  
Governamentalidades e biodesigualdade : novas relações de poder e novas formas de existência no século XXI / Gustavo Bissoto Gumiero. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Bárbara Geraldo de Castro.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Governamentalidade. 2. Igualdade. 3. Capitalismo. 4. Covid-19. I. Castro, Bárbara, 1984-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Governmentalities and bioinequality : new power relations and new forms of existence in the 21st century

**Palavras-chave em inglês:**

Governmentality

Equality

Capitalism

Covid-19

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Doutor em Sociologia

**Banca examinadora:**

Bárbara Geraldo de Castro [Orientador]

Alexandre Fabiano Mendes

Giuseppe Mario Cocco

Pedro Peixoto Ferreira

Silvio Donizetti de Oliveira Gallo

**Data de defesa:** 28-01-2021

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3494-2069>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7445212840096848>



**UNICAMP**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28/01/2021, considerou o candidato Gustavo Bissoto Gumiero aprovado.

Prof<sup>a</sup>. Dra. Bárbara Geraldo de Castro

Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes

Prof. Dr. Giuseppe Mario Cocco

Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira

Prof. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Dedico às perdas irreparáveis que ocorreram no período dessa produção:*  
*Francesco Domenico Paganin*  
*Jacir Bissoto*  
*Sílvio Gumiero Neto*

*É falso dizer [...] que a existência concreta do homem é o trabalho. Os tempos e a vida do homem não são por natureza trabalho, mas prazeres, descontinuidade, festas, repouso, necessidades, instantes, acaso, violência etc.*

*Michel Foucault, A sociedade Punitiva*

*O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social.*  
*Marx & Engels, Manifesto Comunista*

## RESUMO

A governamentalidade, no viés foucaultiano, deve ser entendida como um ato, como sentido de direção e conduta dos homens, dos mecanismos e procedimentos que são usados para atingir tal fim. O ser humano do século XXI é submetido e sujeitado a diversas formas de governamentalidades: a governamentalidade biopolítica, a governamentalidade algorítmica, a governamentalidade genômica e a governamentalidade bélica se complementam nos processos de subjetivação contemporâneos.

A governamentalidade biopolítica é a forma de governar as condutas através dos dispositivos de segurança, cujo papel principal cada vez mais é realizado pelas finanças. A governamentalidade algorítmica (Rouvroy & Berns) deve ser entendida como uma racionalidade que se inclina à coleta e análise dos dados informacionais visando uma modelização e antecipação dos comportamentos possíveis. A governamentalidade genômica é a forma racional de agir sobre a espécie humana em termos genéticos, de transformar a vida orgânica, a vida do “homem-espécie”. A governamentalidade bélica, por sua vez, aquela que está no *limite* entre uma relação de poder e uma relação de violência (escravidão), cujos dispositivos utilizados são os mais variados possíveis, mas que, em geral, procuram anular as forças do adversário e torná-lo vencido. Essas governamentalidades somadas acarretam na Biodesigualdade que deve ser entendida como uma ulterior desigualdade. Se a “propriedade”, seja de bens, seja de capital, sempre foi um pré-requisito para a (des)igualdade nas sociedades capitalistas, e se nota-se uma mudança do centro de gravidade da sociedade da “posse” para o “acesso” – desmaterialização –, também deve-se deslocar a análise da desigualdade por diferença de rendimentos e riqueza para a questão das oportunidades de acesso: a desigualdade poderá se dar de acordo com o acesso – às melhorias genéticas, aos upgrades biocibernéticos – enfim, será através da “composição corporal” que a análise da Biodesigualdade deverá ter sentido.

Palavras-chave: 1. Governamentalidade; 2. Desigualdade; 3. Capitalismo.

## **ABSTRACT**

A Foucault biased governmentality must be understood as an act, as a sense of direction and conduct of men, of mechanisms and procedures that are used to attain such finality. Human beings of the twenty first century are subject to various forms of governmentalities: the biopolitical governmentality, algorithmic governmentality, genomic governmentality and warlike governmentality, which complement each other in the contemporary subjectivity processes. The biopolitical governmentality is a form of governing conduct through safety devices, whose main role is increasingly performed by finance. The algorithmic governmentality (Rouvroy & Berns) must be understood as a rationality that is inclined to the collection and analysis of informative data that aims at the modernizations and anticipation of possible behaviors. The genomic governmentality is a rational form of acting on human species in genetic terms, of transforming organic life, the life of “man species”. The warlike governmentality, on the other hand, is at the limit between a relationship of power and a relationship of violence (slavery), where the devices used are as varied as possible, but which, in general, seek to null the forces of the opponent and win him over. These governmentalities, combined, lead to Bioinequality, which is an ulterior inequality. If “prosperity”, whether of goods or capital, has always been a prerequisite for (in)equality in capitalist societies, one can notice a change in the center of gravity of the society from "possession" to "access" – dematerialization. Also, the analysis of inequality by difference in income and wealth should be displaced to the matter of opportunities of access: inequality may occur according to access – to genetic improvements, to bio-cyber upgrades – in short, it will be through “body composition” that the analysis of Biodesequality must have meaning.

Keywords: 1. Governmentality; 2. Inequality; 3. Capitalism.

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>11</b>
<b>Uma implacável máquina de guerra .....</b>	<b>11</b>
O crédito e a financeirização, de crise em crise.....	16
Desigualdades .....	18
Novas formas de existência .....	24
Ecologia.....	28
Covid-19 e a crise antecipada .....	30
<b>INTRODUÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>34</b>
Os desafios contemporâneos da sociologia.....	34
Relações de poder.....	38
Governamentalidades.....	42
<b>PARTE I – GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA .....</b>	<b>49</b>
<b>Capítulo 1. Uma digressão sobre as artes modernas de governar .....</b>	<b>50</b>
A população e os mecanismos de segurança.....	51
<b>Capítulo 2. A dívida, as moedas e as artes de governar .....</b>	<b>57</b>
Nietzsche e a origem da dívida .....	59
A invenção das moedas e do crédito .....	61
<b>Capítulo 3. Capitalismo e neoliberalismo: a moeda em um novo paradigma.....</b>	<b>66</b>
O neoliberalismo e o império da dívida – o mundo pós 1974 .....	72
Intervir é preciso .....	76
Bitcoin e Libra .....	79
A figura subjetiva da governamentalidade biopolítica: o sujeito endividado.....	81
<b>PARTE II – GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA.....</b>	<b>84</b>
<b>Capítulo 4. Capitalismo e máquinas.....</b>	<b>85</b>
Fábrica e máquinas .....	85
O capital fixo e as forças produtivas da sociedade .....	87
A primeira megamáquina social e a megamáquina capitalista .....	89
Máquinas sociais, máquinas técnicas e produção de subjetividade.....	92
<b>Capítulo 5. A vida em rede – Forjando uma sociedade conectada.....</b>	<b>98</b>
Manifesto conexionista.....	98
IOT, internet de tudo – o novo maquinismo mundial.....	101
O Estado e suas regulamentações: o caso Estados Unidos – preparando uma nação para a “Sociedade da Inteligência Artificial intensificada” .....	104

As empresas e as desregulações: o caso Facebook .....	108
<b>Capítulo 6. A governamentalidade algorítmica de Rouvroy e Berns – os limites .....</b>	<b>110</b>
Previsibilidade - Servidão maquínica e metadados .....	114
A subjetivação da governamentalidade algorítmica: o divíduo .....	117
<b>PARTE III - GOVERNAMENTALIDADE GENÔMICA .....</b>	<b>121</b>
<b>Capítulo 7. A redefinição de vida à luz dos novos tempos .....</b>	<b>122</b>
Considerações preliminares sobre genética .....	124
<b>Capítulo 8. Neoliberalismo, modificação genética e posse da existência futura.....</b>	<b>130</b>
A figura subjetiva da governamentalidade genômica: o transhumano .....	134
<b>EXCURSO: O novo corpo na Rede e o cérebro conectado .....</b>	<b>137</b>
<b>PARTE IV - GOVERNAMENTALIDADE BÉLICA.....</b>	<b>144</b>
<b>Capítulo 9. Capitalismo, máquina de guerra, acumulação continuada .....</b>	<b>145</b>
Relações de poder e violência .....	149
A subjetividade da máquina de guerra – a produção dos vencidos .....	152
<b>PARTE V – CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES.....</b>	<b>158</b>
<b>Capítulo 10. Desigualdades, fascismos e guerras.....</b>	<b>159</b>
Desigualdades e Bodesigualdade.....	163
<b>Capítulo 11. MMXX – Previsões, imprecisões e proposições.....</b>	<b>166</b>
Ano 1 d. Corona – O estado de guerra mundial e permanente e o início da técnico-religio .....	168
Previsões.....	171
Produção de subjetividade e renda básica .....	179
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>182</b>
<b>Bibliografia principal.....</b>	<b>183</b>
<b>Bibliografia complementar.....</b>	<b>186</b>

## PREÂMBULO

### Uma implacável máquina de guerra

A história da humanidade é atravessada por diversas máquinas produtivas. A produtiva máquina faraônica egípcia, que produzia pirâmides, templos, cidades, celeiros, civilização; a produtiva máquina política grega, que produzia pensamentos, reflexão, debate, democracia; a produtiva máquina bélica romana, produtora de cultura, de direito e de um mundo atemporal e físico além do *Mare Nostrum*; a produtiva máquina religiosa cristã, produtora de uma nova e revolucionária forma de relação de poder (governo das condutas), de ideologia, de regras, de autoexame contínuo; a produtiva máquina artística do *Rinascimento*, produtora de conhecimento e de beleza estética além do seu tempo; e a produtiva máquina revolucionária burguesa, que instaura um novo período na história humanidade, de produção, acumulação, apropriação e destruição, do qual ela ainda não conseguiu se desvencilhar.

Nosso tempo presente é marcado por uma série de rupturas: a cisão com a noção de ancestralidade – o núcleo existencial passa da família para o indivíduo; ruptura com a vida rural – a primeira década do terceiro milênio apresenta, pela primeira vez na história, mais habitantes nas cidades que nos campos; e há também a negação com toda a forma de vida que não seja estratégica e que não seja pautada pela lógica da produtividade – o forjamento do capital humano, a unidade-empresa como trama da base social. E a contemporaneidade apresenta também seus paradoxos e contradições: nos Estados Unidos, país por excelência capitalista, pela primeira vez uma geração é mais pobre que sua antecessora. A China, o maior país comunista, é capitalista em sua doutrina econômica. O mercado mundial, “globalizado”, passa menos a incluir que a excluir parcelas crescentes da força de trabalho; e ao mesmo tempo, observa-se um deslocamento do incentivo à livre circulação de bens e mercadorias para uma severa restrição à imigração.

A máquina capitalista é sempre uma máquina de apropriação, uma máquina de produção e uma máquina de acumulação. Uma implacável máquina: deve-se apropriar de todas as atualidades e todas as virtualidades, toda a realidade e toda a potencialidade, transformando-as à lógica da produção para acumular.

Nos capitalismo, o imperativo é apropriar; a necessidade é produzir; o desejo é acumular. Deve-se apropriar, produzir, acumular. Apropriar-se das invenções tecno-

científicas, de qualquer estalo de inovação; produzir mercadorias, carros, celulares, casas, comércio, agricultura, serviços; produzir mundos, criar valores. Mas tal produção não se restringe somente à esfera econômica e à criação de valor. Devem-se produzir também novas subjetividades, *novas formas de existência*, vidas em laboratório, *desigualdades*, desemprego, *poluição*. É necessário sublinhar que a primeira e principal produção capitalista é a produção de subjetividade. Guattari (1987) já pontuava que o capitalismo lança carros, mercadorias, assim como modelos de subjetividade, criando mundos, universos de valor, que vão muito além de uma simples ideologia, na medida em que atuam nos elementos pré-conscientes, inconscientes, infra-pessoais etc. A produção de subjetividade visa, portanto, tanto a formação-configuração da mesma, quanto seu próprio controle, enquadrando-a na produção, no consumo, através de uma verdadeira “conversão” à lógica do Capital<sup>1</sup>. E é para continuar a se valorizar sem limites e sem fronteiras, e na velocidade que impeça qualquer desaceleração, que o ato de viver também deve ser modificado: não é mais somente o biológico, mas o genético, fármaco, quântico, tecnológico, neurológico, robótico, que intendem fabricar tipos de vida, de existência, que a torne mais apta a viver e sobreviver nesse novo mundo. Um sistema com um padrão de produtividade tão alto, tão veloz e feroz, que qualquer empecilho à sua realização plena – aceleração total – deve ser limado, exterminado. E é por isso que a sua própria lógica o torna destrutivo, aniquilando tudo o que encontra pela frente, sem controle com relação à preservação da fauna, da flora, do clima. O Capital engendra, assim, uma racionalidade econômica que não aceita qualquer limite para si: o único limite aceito e aceitável é a valorização infinita, ilimitada. Acumular riquezas na mão de cada vez menos gente. Assim, como pontua Lazzarato, o capitalismo é a primeira sociedade a introduzir o “infinito” na economia e na produção: “infinito da repetição a produzir, infinito da repetição a consumir e infinito da repetição a se apropriar” (2017, p. 135). É, portanto, um sistema que não possui qualquer limite “exterior”, e produz cada vez mais perdedores, ao mesmo tempo que aniquila toda a ameaça ou obstáculo que encontra pela frente que possa impedir sua própria valorização – a ciência, a inovação tecnológica e o trabalho são levados ao extremo. Trata-se de uma verdadeira máquina de anti-produção<sup>2</sup>, e no auge do debate para salvar o planeta, por mais paradoxal que possa parecer, discute-se a criação de novos mercados do

---

<sup>1</sup> “[...] os humanos foram submetidos, historicamente, a processos de formatação da subjetividade bem variados: os “humanos” da acumulação primitiva, do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro não são os mesmos. Suas subjetividades tiveram que ser *produzidas* a cada vez de maneira específica para responder às exigências da *produção*” (ALLIEZ & LAZZARATO, 2016, p. 409, grifo dos autores).

<sup>2</sup> Em certas fases, como perceberam Deleuze e Guattari, ele se radicaliza a ponto de destruir máquinas e homens.

carbono – não se luta pelo fim da poluição, mas pela regulamentação do “direito de poluir”, através ou de licenças de emissão negociáveis ou de imposto sobre o carbono.

O capitalismo é, portanto, não um sistema, nem uma ideologia, mas uma máquina<sup>3</sup>. E como essa máquina funciona, atua? Como a acumulação acontece? Não somente através da produção econômica propriamente dita, mas da produção do social – o neoliberalismo marca a era da indistinção entre o social, a política e a economia. As fronteiras fechadas do Estado-nação não puderam impedir a invasão e o domínio do capital financeiro sobre os países do globo terrestre. Mas é claro, o Estado não desapareceu dessas relações. A articulação do capitalismo com o Estado existe e não é invisível. Por “livre-mercado” deve-se entender a liberdade de ação dos capitalistas e das empresas. Mas para que isso seja possível, o Estado tem de estar a serviço do Capital.

A partir de da década de 1970, ele passou a ser uma das instituições que exercem o governo, com a constituição de toda uma nova articulação de dispositivos de poder capitalistas, no qual ele, apesar de ser um dos componentes, desempenha papel imprescindível em tornar qualquer relação voltada para o mercado – uma espécie de privatização da governamentalidade. Um Estado estritamente econômico, um Estado que existe e está a serviço do Capital, com a imposição e a vitória de sua cosmovisão, de sua lógica D-D’: a valorização ao infinito, e acumulação de um poder que é muito mais que econômico, pois procura se apossar de *todas as produções* que ocorrem, ao mesmo tempo em que almeja a posse da existência, a sequestração do futuro (Keynes já dizia que o dinheiro é “um elo entre o presente e o futuro”).

Mas o que produz esse Estado econômico? A serviço de quem ele trabalha? Para o bilionário Warren Buffett, um dos homens mais ricos do mundo, a classe rica é, além de vencedora, unida: “Claro que há luta de classe, mas é a minha classe, a classe dos ricos, que está fazendo guerra e estamos vencendo”<sup>4</sup>. É uma classe unida para fazer prevalecer seus interesses econômicos – fiscais, tributários, comerciais e financeiros; muitas vezes unida nos lobbys junto aos políticos; enfim, a classe dos “super-ricos”, apesar de ser numericamente pequena, detém o poder financeiro de modificar bilhões de outras vidas. Tanto Buffett quanto Marx & Engels concordariam com a questão guerreira da luta de classes. Para os dois últimos,

---

<sup>3</sup> Para uma definição mais profunda do conceito de máquina tal como entendemos e utilizamos em nosso trabalho, recorrer à obra *O Anti-Édipo*, de Deleuze & Guattari.

<sup>4</sup> “*There’s class warfare, allright, but it’s my class, the rich class, that’s making war, and we’re winning.*”, em uma entrevista em 2006.

as classes “têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada”, cujo resultado final passa sempre ou por uma “transformação revolucionária da sociedade inteira”, ou, por outro lado, “pela destruição das duas classes em conflito” (2010, p. 40). Nenhuma das duas sentenças, no entanto, parece mostrar o caminho da atualidade. Apesar de as guerras bélicas de alcance mundial não estarem em jogo, as guerras políticas, alfandegárias, as guerras de ameaça, do terror, e também as guerras civis de baixa intensidade (Foucault) estão aí para corroborar os pensamentos tão antagonistas e tão separados no tempo de Buffett e Marx & Engels. Ao mesmo tempo, como frisavam os últimos dois no *Manifesto*, a tendência da sociedade capitalista era a da divisão em praticamente dois campos opostos, em duas grandes classes que se enfrentariam de forma direta: a burguesia e o proletariado, o que vem ao encontro da afirmação de Buffett; no entanto, os termos burguesia e proletariado devem ser substituídos por super-ricos e pobres, respectivamente<sup>5</sup>. Trata-se da classe vencedora e da classe perdedora, dos credores e dos devedores (Lazzarato). Enquanto a primeira, em sua origem e instinto, sempre se revoluciona, se supera (“a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX & ENGELS, 2010, p. 43)), a segunda perde cada dia mais ao ficar presa aos antigos instrumentos: panfletos, partidos, ignorância, desconhecimento<sup>6</sup>. A classe batalhadora, em seu percurso, como demonstrou Tronti, deixou de lutar contra o “Capital” para lutar por proteção ao emprego, ao trabalhador. Teve, sim, algumas vitórias, é inegável, mas a queda do muro de Berlim e a hegemonia do capital financeiro estão por dar o golpe final, tornando a luta cada vez mais desigual – o pobre de hoje pode ser comparado ao operário analisado por Marx & Engels, o qual, longe de elevar-se com o progresso da indústria, “descia” cada vez mais e caía “abaixo das condições de sua própria classe” (ibid., p. 50).

As estratégias do Capital operadas nas últimas décadas para impor sua lógica, principalmente após 1970, foram inúmeras: colonização de cada pedaço de terra, exploração

---

<sup>5</sup> Marx demonstrou no capítulo 52 (inacabado) do Livro III d’O Capital que as três grandes classes da sociedade que ele analisava eram os “proprietários de mera força de trabalho”, “os proprietários de capital” e os “proprietários fundiários”, que tinham, respectivamente, no salário, no lucro e na renda da terra suas fontes de rendimento. Atualmente, quase não há diferenciação das duas últimas classes. Os proprietários de capital são também detentores de patrimônio imobiliário. Tem-se, com isso, a separação em apenas duas classes, a dos super-ricos e a dos pobres. Analisaremos pormenorizadamente, dentro da análise das desigualdades, o que consideramos por super-ricos e por pobres (classe na qual deve ser incluída a “classe média” mundial).

<sup>6</sup> “A incapacidade de pensar o capital ao mesmo tempo como máquina *global* e *social*, cuja exploração e dominação não param no ‘trabalho’, e uma das causas fundamentais das derrotas dos anos 1960” (LAZZARATO, 2019, p. 16, grifos do autor).

de cada ser humano, de cada coletividade, formação de aparelhos de captura, criação de novos fluxos e controle dos mesmos. Acumulações seguidas de acumulações, aparelhos de captura atrás de capturas; desterritorializações e reterritorializações; fluxos financeiros que percorrem o globo, forjando ondas de trabalhos precários e flutuantes. E com essa relação capital-trabalho tornada pouco a pouco marginalizada, começou a surgir um novo espaço, uma nova realidade onde as batalhas passaram a ser travadas: não mais no confinamento, mas no endividamento<sup>7</sup>. Não mais primordialmente na relação trabalhador e capitalista, mas na figura subjetiva do capital humano, do empresário de si mesmo, que efetua um trabalho constante sobre si (práxis).

É por isso que ao empreender a análise de novos fenômenos como a tão em voga “economia de aplicativo”, fica cada vez mais difícil saber qual é o terreno onde acontece a luta de classes, e desvendar quem assume a figura do patrão, do capitalista. A organização do trabalho assume cada vez mais outro limiar de abstração: a gestão é uma “gestão sem gestores”, “gestão através de dispositivos” (Dujarier). A máquina de captura já se apossou da *start-up* que desenvolveu do aplicativo. O capitalista está cada vez mais oculto nessa relação. Esses desenvolvedores é que, por ordem superior, desenvolvem programas que modificam a vida e a maneira de viver de bilhões de pessoas mundo afora. O que resta para a maioria é uma ocupação, uma tarefa, um *job*, um projeto. E, entre todas as implicações resultantes dessa nova realidade, a principal delas é o evidente endividamento. Nos transportes por aplicativo, por exemplo, muitos motoristas compram o carro para pagar com seu trabalho, conta que muitas vezes nunca fecha. As corridas sempre favorecem o aplicativo. É mais uma ilusão que talvez perdue por pouco tempo. Muitos se darão conta do prejuízo – que muitas vezes não é tão aparente. Percebemos também a forte precarização do emprego, pois não há um contrato de trabalho que dê proteção e previdência ao trabalhador; e, somado a isso, a mecanização do pensamento, já que só se pode seguir a rota que o aplicativo mostra e as regras que ele dita; enfim, esse novo tipo de economia dá o golpe fatal na proteção do trabalhador, e determina de uma vez por todas a precarização, a ocultação do patrão, a crise de representatividade sindical etc.

Entretanto, a maior derrota tem sido inculcada na descendência das gerações: quando a dívida se torna constituidora da existência, só há um caminho para continuar existindo – pagar. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais difícil conseguir uma fonte de

---

<sup>7</sup> É o que intuiu Deleuze (2013) e demonstrou Lazzarato (2017).

renda. É tarefa árdua num campo desigual e tal dívida torna-se impagável, insaldável. Mas a vitória da dívida também aparece na própria prática de si – a prática do “reembolso político” para tentar saldá-la; não basta só produzir e entregar mercadorias, mas também é necessário cumprir metas, ter o melhor desempenho, continuar a se endividar, a se formar, a correr riscos, forjar um empresário de si mesmo, pagar pelos “direitos”, enfim, toda uma constituição da trama social baseada na unidade-empresa. O “capital humano” que “venceu” os obstáculos serve de exemplo e de motivação para si mesmo e para os outros – é ele, o vencedor, que aparece dando testemunho nos grandes e pequenos veículos de comunicação, nas “redes sociais”; sim, vencer na vida é mais que possível, é imperativo! Quando a trama da sociedade tem em sua base essa unidade-empresa, a consequência ética mais gritante é o individualismo exacerbado.

Mas a humanidade se supera e procura alcançar um desenvolvimento ulterior do capital humano. O crescente investimento sobre a “vida”, que com a realização do Projeto Genoma, teve o caminho aberto para uma infinidade de possibilidades de modificação genética, que podem resultar em novas formas de existir<sup>8</sup>.

### *O crédito e a financeirização, de crise em crise*

Paul Mason, em seu *Pós-capitalismo: um guia para nosso futuro* apresenta, no primeiro capítulo, a proposição de que “o neoliberalismo está falido”. Ao se referir à crise de 2008, ele diz que “não tinha ideia de que o capitalismo, em sua forma atual, estava prestes a se autodestruir” (2017, p. 30) e “isso porque não há modelo nenhum de uma crise econômica neoliberal” (idem). O que marcaria o fim do capitalismo?<sup>9</sup> Para o autor, são quatro aspectos que, sem sua visão, permitiram o florescimento do neoliberalismo: 1) *fiat money* – a desregulamentação financeira, fim do dinheiro com lastro no ouro, uma liberdade para se fazer cada vez mais dinheiro; 2) financeirização – substituição dos salários estagnados dos trabalhadores dos países desenvolvidos por crédito; 3) desequilíbrios globais; e 4) tecnologia da informação. Ainda para ele, “o destino do neoliberalismo depende dessas quatro coisas

---

<sup>8</sup> Exploro com mais profundidade esse tema na parte “Governamentalidade Genômica”.

<sup>9</sup> Weber (2006) adverte que toda uma época “só pode ser qualificada como tipicamente ‘capitalista’ quando, na cobertura das necessidades, predominar uma orientação capitalista na medida em que, fosse tal orientação abstraída da organização, a cobertura das necessidades como sociedade entraria, de modo geral, em colapso” (pp. 14-5)

persistirem ou não” (ibid., p. 39). Apesar de ele ter se equivocado e trocado a consequência pela causa – foi o neoliberalismo que engendrou todas essas transformações apontadas por ele, principalmente pós 1970, e não esses aspectos que fizeram o neoliberalismo –, a análise se faz importante na medida em que se trata de mais um a querer decretar o “fim” do capitalismo. Para ele, as “rotas de fuga” do sistema estariam no cancelamento de todas as dívidas pessoais, estatais, mundiais (o próprio autor já sabe da impossibilidade do feito) e, ao mesmo tempo, a crença na salvação pela tecnologia da informação, que “está criando as condições para uma economia pós-capitalista” (ibid., p. 67) e “pode não ser mais possível ‘salvar’ o capitalismo [...] porque seus alicerces tecnológicos mudaram” (idem).

O neoliberalismo não está em crise, como querem fazer acreditar. *A crise é a modalidade de existência do neoliberalismo*<sup>10</sup>. Os “desequilíbrios globais” se tornaram uma constante no mundo pós-1970, década que marca a “guinada neoliberal”. Marx já percebera que a crise era uma norma do capitalismo, uma válvula de escape, um produto do seu desenvolvimento tecnológico e totalmente atrelada à questão creditícia: “[...] o crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a instauração do mercado mundial” (2017, p. 499), constituindo as bases de uma “nova forma de produção”, e prossegue, fazendo a ligação do crédito com as crises: “O crédito acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com elas, os elementos da dissolução do antigo modo de produção.” (MARX, 2017, p. 499). Aqui, no entanto, é necessário fazer um parêntese. Se à sua época, Marx estava atrelado às crises relacionadas sempre ao “modo de produção”, é porque não poderia prever que a financeirização e a expansão creditícia seriam o motor da acumulação capitalista no modelo neoliberal, e toda a dinâmica do capitalismo seria realizada por essa dimensão financeira<sup>11</sup>, a axiomática de comando.

---

<sup>10</sup> Como fazem ver Guttman & Pihon (2008), grandes inovações financeiras deflagram em crises. As últimas décadas conheceram três fases de inovações seguidas de crise: Entre 1960 e 1970 o mercado de euromoeada que culminou com a crise, de 1982 a 1989 – cerca de cinquenta países subdesenvolvidos enfrentaram default. A segunda fase, que segue essa crise nos países pobres, é aquela da “generalização da liberação financeira”, representando também uma consequência à crise anterior, e provocando uma nova: as crises financeiras dos países emergentes do meado ao fim da década de 1990. E a crise financeira de 2008, dos *subprime*, em que a inovação da securitização dos empréstimos impulsionou a “economia do endividamento do consumidor”.

<sup>11</sup> Mas ele já percebia a ambiguidade do sistema creditício: “Tais são as duas características intrínsecas ao sistema de crédito: por um lado, ele desenvolve a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento mediante a exploração do trabalho alheio, até convertê-los no mais puro e colossal sistema de jogo e fraude e limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social.” (MARX, 2017, pp. 499-500).

## *Desigualdades*<sup>12</sup>

Milanovic (2017, p. 15) define a desigualdade como a diferença entre os rendimentos, considerando “a soma de todas as desigualdades nacionais acrescidas da soma de todas as disparidades em termos de rendimentos médios entre países”<sup>13</sup>. Em suas análises, a desigualdade de rendimentos em nível mundial, com raras exceções, veio a aumentar consideravelmente após por volta de 1980, como resultado de forças sociais e políticas. Segundo ele, nos cerca de setenta anos que sucederam a Primeira Guerra Mundial até 1980, houve várias forças em conflito que, de certo modo, lutaram pela proteção ao emprego/trabalho e garantiram um certo equilíbrio na equação contra o Capital; entre elas, ele destacou o poder político dos partidos socialistas, a força dos sindicatos, e também a grande “ameaça” ideológica e militar da União Soviética. As consequências concretas foram a formação de Estados-nação de bem-estar social que favoreciam grande parte da sociedade dos países ricos, assim como a ascensão de uma classe média em termos de riquezas, posses e direitos, tanto nos países ricos, como nos países do “terceiro mundo”.

Além disso, fato não irrelevante é que o período foi marcado também por duas grandes guerras, e ao mesmo tempo, por políticas econômicas nacionalistas, e que de certa forma, havia uma confluência de interesses entre determinados partidos políticos e as classes detentoras de capital.

A queda do muro de Berlim, em 1989, e a conseqüente impossibilidade de haver “algo do outro lado do muro” impeliram derrotas muito profundas com relação à proteção à vida, ao trabalhador, ao desempregado, ao jovem, ao idoso, ao pobre, etc., mas a vitória do Capital começou a se desenhar mais nitidamente a partir de 1980, através do papel preponderante das finanças, que provoca um fenômeno denominado globalização, deslocamento do trabalho de um setor a outro e de um país a outro, mudanças tecnológicas avançadas, substituição gradativa do trabalho pelo capital. Entra-se na fase do capital apátrida,

---

<sup>12</sup> Indicadores principais: índice de Gini, mas também utilizo o os indicadores de Piketty: a parcela de renda dos 50% mais pobres, dos que estão entre 50% a 90% dos mais ricos, dos 10% mais ricos, do 1% mais rico, e do 0,1% mais rico.

<sup>13</sup> No entanto, mais recentemente, Milanovic (2019), com a continuação e aceleração da tendência de aumento da desigualdade em âmbito mundial após a crise financeira de 2008, é enfático ao pontuar que o termo “desigualdade” talvez esteja por se tornar um tanto quanto obsoleto e que seria melhor falar de *polarização entre ricos e pobres*.

em que os fluxos de moeda, sendo bem mais móveis e velozes que o trabalho, tornar-se-ão protagonistas do jogo econômico, social e político mundiais<sup>14</sup>.

Assim, os grandes vencedores das últimas três décadas foram os mais ricos dentre os ricos - controladores das corporações e das instituições financeiras que conseguiram ampliar seus negócios pelo planeta. Também ganharam as camadas mais pobres dos camponeses da China, da Índia, da Indonésia – mas como se sabe, principalmente na China, a ascendência econômica daquela classe deve-se à emigração para as grandes metrópoles chinesas, e se comparada às classes médias de países ricos, aquelas continuam sendo pobres. Do outro lado, os grandes perdedores da globalização foram as classes médias e a mão de obra industrial dos países ricos, que perderam, além de renda, influência política e poder de organização<sup>15</sup>. Não por acaso, viu-se acentuar os fenômenos como *Trump*, que se elegeu ao prometerem a volta do poder da classe média dos países desenvolvidos através do combate à imigração, do incentivo à produção local e da rejeição de acordos comerciais internacionais.

O caso estadunidense é emblemático. O país é o mais desigual e o que apresenta maior índice de pobreza entre as dez economias mais ricas do mundo. A essência do “sonho americano”, ou seja, os filhos terem mais êxito econômico que seus pais, parece esvanecer. A concentração de patrimônio nas mãos do 0,1% das famílias mais ricas<sup>16</sup> só vem a subir desde o final da década de 1970 – de 7% para 22% em 2012. Ao mesmo tempo em que os milionários ficaram cada vez mais ricos, a classe média e os pobres viram sua parcela de riquezas diminuir, com relação ao todo, ou seja, a desigualdade só aumentou nesse período. Se o patrimônio dos 90% mais pobres era de cerca de 36% da riqueza total em meados de 1986, em 2012 o percentual caiu fortemente para 23%<sup>17</sup>.

Talvez não seja obra do acaso que o ex-presidente Barack Obama não tenha conseguido manter o Partido Democrata no poder. Em seu governo, o número de empregados nos Estados Unidos cresceu 55 meses ininterruptos – o período mais longo da história do país – criando mais de 10 milhões de empregos, fazendo com que a taxa de desemprego atingisse menos de 6% em 2014. Um Produto Interno Bruto (PIB) com alta acumulada de quase 7% de

---

<sup>14</sup> “A repressão financeira das décadas de 50, 60 e 70 promoveu redução forçada do endividamento público e houve a estatização de diversos setores. Essa dinâmica foi quebrada pelo neoliberalismo de Reagan e Thatcher. O pacote de políticas que inclui a desregulamentação dos diversos mercados, forte redução das barreiras comerciais nos anos 1980, e, nos anos 1990, das barreiras à mobilidade internacional de capitais, além da privatização de diversos setores produtivos, alterou o poder de barganha do trabalho nos países centrais. Sem a regulação estatal, o capitalismo retomou seu rumo concentrador” (MILANOVIC, 2017).

<sup>15</sup> Valor Econômico, 23/09/2016.

<sup>16</sup> Nos 0,1% mais rico, estavam 160 mil famílias com patrimônio líquido a partir de US\$ 20 milhões.

<sup>17</sup> Valor Econômico, 25,26 e 27/10/2014, p. A25.

2007 a 2014 – era um número a se comemorar tendo em vista a crise financeira que assolou aqueles anos – contrastava com a queda na renda mediana e dava espaço para o levante de Donald Trump que viria a ser eleito presidente daquele país no final de 2016.

Esse é o cenário que a metade da segunda década do século XXI apresenta: se trata-se de uma corrida contra-globalização ou se é a globalização em sua mais extrema força, somente os próximos anos poderão dizer<sup>18</sup>.

A verdade é que, como aponta Milanovic (2017, p. 55), o resultado mais significativo da análise da desigualdade da nossa era apresenta o desenvolvimento da riqueza dos super-ricos e a ascensão da classe média de certos países asiáticos, como a China, Índia, Indonésia, a qual, apesar de ter melhorado seus padrões de rendimento, ainda continua a ser pobre por não contar com riquezas<sup>19</sup>.

Os portadores de rendimentos elevados e alta taxa de riquezas além de serem cidadãos apátridas, pois seu capital pode viajar o mundo inteiro e aterrissar em paraísos fiscais, aumentaram, por sua vez, sua influência no processo político, muitas vezes através de suas corporações, e por meios lícitos ou ilícitos, conseguiram a aprovação de leis e/ou regras que lhe conviessem, e cujo resultado também é o aumento da desigualdade – diminuição de impostos, anistia de multas por evasão fiscal etc.

O sociólogo português Boaventura Sousa Santos (2011, p. 34) pontua que “o aumento das desigualdades tem sido tão acelerado e tão grande que é adequado ver as últimas décadas como uma revolta das elites contra a redistribuição da riqueza com a qual se põe fim ao período de uma certa democratização da riqueza iniciado no final da Segunda Guerra Mundial”. Não por acaso, a preocupação com o crescimento da desigualdade virou tema do encontro informal do G7, os sete países que representam cerca de 50% da economia mundial (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) ocorrido na França em 2019. O site do encontro anunciava que “combater a desigualdade é uma questão de justiça. Isso também requer uma resposta urgente para recuperar a confiança dos cidadãos no sistema de governança mundial” e para atingir o alvo, foram elencadas cinco prioridades: 1) combater a desigualdade de oportunidades, promovendo em particular a igualdade de gênero e

---

<sup>18</sup> Dados do FMI sugerem que queda do fluxo global de capital, que chegara a um pico de 16% do PIB mundial em 2007, e desde então jamais voltou ao seu patamar. Entre 2009 e 2014, teve viés decrescente, de 5% para cerca de 1,6%. Um comunicado do Instituto Econômico Suíço afirmava que a globalização estava “estagnada” e apontava que desde 2010 (até pelo menos 2016), o volume de comércio internacional não crescia além do PIB (Valor Econômico, 23/09/2016).

<sup>19</sup> O Capítulo 1 de seu livro traz informações detalhadas a respeito da desigualdade no mundo entre os anos 1988 e 2013.

acesso à educação e serviços de saúde de qualidade; 2) reduzir a desigualdade ambiental protegendo nosso planeta através de financiamento ao clima e uma transição ecológica justa, baseada na preservação da biodiversidade e dos oceanos; 3) agir pela paz, contra as ameaças de segurança e contra o terrorismo, que enfraquecem os fundamentos de nossas sociedades; 4) tocar as oportunidades criadas pela tecnologia digital e inteligência artificial num caminho ético e voltado para o ser humano; 5) renovar uma parceria mais igual com o continente africano.

A análise dos itens mostra que o combate ao aumento da desigualdade, pelo menos na visão dos países participantes, parece por vezes ingênua. Apesar de demonstrar que a desigualdade não decorre apenas de termos de rendimentos econômicos – o primeiro e o segundo item demonstram outros tipos de desigualdades, de oportunidades e ambiental – o cerne da questão não é atacado. A desigualdade aumenta como consequência de práticas neoliberais que são, de certa forma, mundiais ou mundializadas, práticas que foram colocadas em ação principalmente a partir da década de 1980 e só fizeram, em âmbito geral, aumentar a desigualdade entre países e entre cidadãos dos mesmos países. Neste período, foi a China comunista, operando um “capitalismo de Estado”, quem mais se beneficiou das transformações econômicas e logrou êxito em melhorar a vida de sua população, se não de todos, pelo menos da grande maioria.

Desde 2008, ano da crise financeira, há uma clara tendência mundial de concentração de riqueza. Em 2017, por exemplo, 0,7% da população mundial, o equivalente a 36 milhões de pessoas, detinha 45,9% da riqueza, enquanto metade da população mundial – 3,5 bilhões de pessoas – detinham 2,7%<sup>20</sup>.

Deleuze (2013) referiu-se a uma parcela da humanidade “pobres demais para a dívida”. Mas, no caso brasileiro, os anos de crescimento econômico, nos governos de Lula e Dilma, foram também o período em que, ao invés de estabelecer medidas e políticas sociais de mudança estrutural da desigualdade, houve um financiamento via crédito às camadas desfavorecidas para que entrassem no mercado de consumo. O aumento tanto do salário mínimo como do salário médio naqueles anos, fez com que o poder de compra aumentasse, mas que o crédito ao consumo e o endividamento multiplicasse. A facilitação dos gastos das famílias foi assegurada de modo mais efetivo pelo acesso ao endividamento do consumidor, de maneira que esse gasto pudesse ser descolado dos limites da renda.

---

<sup>20</sup> Revista Exame, 22/11/2017, p. 66, extraído do estudo do banco *Credit Suisse*.

Em 2019, estimava-se que mais de 60 milhões de brasileiros estivessem endividados ou inadimplentes. Podemos considerar essas práticas como neoliberais – aumento das condições econômicas da população sem, ao mesmo tempo, investir em serviços sociais, em saúde etc. O pobre conseguiu acesso ao consumo, mas, ao mesmo tempo, esse crédito torna-se uma dívida a ser paga no futuro; só que a condição dele em termos de proteção do Estado continuam a mesma: sem serviços dignos de saúde, de educação, transporte etc. e assim, a possibilidade de mobilidade social não cresce. O que cresce e aparece são os fenômenos do tipo “Bolsonaro”, que materializam a esperança – seria melhor referir-se à indignação – com os anos em que o cidadão, apesar de ter adquirido alguns bens, não percebeu melhora dos serviços dito públicos.

Outro agravante do aumento da desigualdade no caso brasileiro é a questão da cadeia produtiva, já que a estrutura produtiva pode condicionar a desigualdade dentro de um país. Uma cadeia produtiva com forte inclinação industrial, que produz bens de maior valor agregado, geralmente apresenta uma mão-de-obra mais qualificada e detentora de maiores ganhos. Países que produzem e exportam produtos mais complexos geralmente têm um nível de desigualdade menor que países que produzem mercadorias mais simples<sup>21</sup>. Haveria uma forte e robusta correlação “entre o índice de complexidade econômica e a desigualdade de renda”<sup>22</sup>, o que se percebe no Brasil.

Milanovic (2017, p. 114-6) aponta que a mudança da indústria para os serviços marca definitivamente um declínio do poder e da influência dos sindicatos e a consequente derrota do trabalho em relação ao Capital; e, como consequência, acarreta um aumento da desigualdade de rendimentos, na medida em que os serviços, por apresentarem uma dispersão de atividades bem maior que o caso da indústria, têm “unidades de dimensão” menores, ou seja, estão mais dispersos e por isso a representação sindical é mais difícil que na atividade industrial. O caso brasileiro está bem longe daquele de economias maduras, que passaram pelo processo de industrialização e depois atingiram o setor de serviços complexos. O setor agropecuário, por sua vez, carro-chefe do PIB brasileiro dos últimos anos, é um concentrador de renda e, além de proporcionar poucos empregos, os mesmos geralmente são de baixa

---

<sup>21</sup> <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/industria-fraca-desigualdade-forte/index.htm> acesso em 19/08/2019, às 15:30h.

<sup>22</sup> Os pesquisadores da Cornell University, dos EUA, combinaram métodos e compararam os países através do índice de Gini, que mede a desigualdade dentro do país, levando em conta o rendimento per capita, o nível de escolaridade e a expectativa de vida.

remuneração. Assim, apesar da desigualdade econômica brasileira ter diminuído ao longo das últimas duas décadas, os recentes anos de crise apontam que ela voltou a crescer.

O estudo intitulado *A escalada da desigualdade*, da Fundação Getúlio Vargas, apontou que o índice Gini saltou de sua mínima histórica de 0,6003 no último trimestre de 2014 para 0,6291 no segundo trimestre de 2019 – o índice houvera crescido por 17 trimestres consecutivos, desde o segundo trimestre de 2015, o maior período consecutivo de concentração de renda da história. O mesmo estudo revelou que a população mais pobre foi a mais atingida, tendo uma diminuição de renda no período de 17,1%, enquanto a “classe média” perdeu 4,16%. No entanto, os 10% mais ricos tiveram aumento de 2,55% em sua renda, mas se for levado em conta apenas o 1% mais rico da população, o dado é ainda mais gritante: essa pequena parcela da população aumentou seus rendimentos em 10,11%. Outro dado alarmante a ser considerado é o número de domicílios sem renda no Brasil: 22,4% no 2º trimestre de 2019, o que leva a manter alta a taxa de desigualdade por ainda um período extenso.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), a desigualdade atingiu seu ápice: o rendimento médio mensal com o trabalho da faixa de população 1% mais rica era 33,8 vezes o ganho dos 50% mais pobres. Entre as razões apontadas pelo estudo, cita-se que o rendimento real do trabalho da metade mais pobre ou caiu ou subiu menos que a dos mais ricos – de 2017 para 2018, o rendimento dos 10% mais pobres caiu 3,2% e do 1% mais rico aumentou 8,4%. Outro fator também relacionado é a diminuição do total de domicílios atendidos pelo Programa Bolsa Família, de 15,9% em 2012 para 13,7% em 2018<sup>23</sup>.

E não é só no lado dos cidadãos que a dívida se instala e aumenta. A dívida bruta do governo brasileiro, que abrange o governo federal e os governos estaduais e municipais, atingia, em agosto de 2019, o seu recorde histórico, de 79,8% do PIB<sup>24</sup>.

A análise da desigualdade no mundo se faz necessária, pois põe em xeque algumas das premissas do pensamento e da prática neoliberais. A meritocracia é meramente uma falácia. Para obter êxito na vida, ou seja, ganhos econômicos, os fatores mais importantes

---

<sup>23</sup> O estudo “Os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos” realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), apontou uma redução de 25% do percentual de pessoas extremamente pobres na população brasileira, com o programa tendo tirado 3,2 milhões da miséria, mas 64% dos beneficiários do programa ainda continuavam extremamente pobres. Em 2017, 4,9% da população brasileira vivia em extrema pobreza, mas sem o PBF a taxa poderia subir a 6,6%.

<sup>24</sup> No final de 2013, o percentual era de 51,5% do PIB.

são o local de nascimento<sup>25</sup> – seja o país ou a região do país em que se nasce – e também o sobrenome. Nascer em uma família rica já coloca o indivíduo à frente no mercado de oportunidades, não só pela maior facilidade que poderá ter em arrumar emprego por ter estudado em melhores escolas, como também de “maneira biológica”: todo o processo de desenvolvimento cognitivo, muito importante principalmente nos primeiros meses e anos de vida. Os três primeiros anos do bebê é o período decisivo em termos neurológicos, pois trata-se do período mais ativo do cérebro, onde acontecem cerca de 700 a 1000 novas conexões neurais por segundo. Nesse período, que o cérebro está mais suscetível às influências do ambiente e, por isso, mais apto à aprendizagem (cognitiva, motora etc.), é que se dá de forma gritante o crescimento do córtex pré-frontal, a área “executiva” do cérebro e *uma diferença de educação e estímulos nessa época da vida já promove uma desigualdade que será materializada e sentida apenas anos mais tarde*<sup>26</sup>.

Como se percebe, a desigualdade é um tema muito abrangente, e por isso, não deve permanecer restrita apenas ao âmbito dos rendimentos econômicos. Na conclusão deste trabalho, será apresentada uma ampliação do conceito, assim como a explicação do termo Biodesigualdade (FASSIN, 2009).

### *Novas formas de existência*

Se até o início dos anos 1990, aparelhos como computador ou telefone portátil eram instrumentos restritos aos âmbitos acadêmico e militar, foi exatamente no final daquela década que se deu a popularização dos mesmos. Surgiram novos instrumentos que desde então auxiliam o ser humano em suas tarefas cotidianas, no trabalho, nas suas relações, e que por sua vez, acarretam em transformações nas próprias relações sociais e no modo de existência individual e coletivo – e que não são restritos ao âmbito do trabalho.

Esses novos componentes entram em ação nos processos de subjetivação contemporâneos e implicam, conseqüentemente, o surgimento de novas formas de existir. A relação inter-humana não é mais a única – nem provavelmente a hegemônica – nos novos

---

<sup>25</sup> “O mundo em que a localização tem mais influência os rendimentos que se obtêm ao longo da vida é ainda o mundo em que vivemos”. “Prêmio de cidadania” para quem nasce nos locais “certos” ou “penalização de cidadania” para quem nasce nos locais menos abastados (cf. MILANOVIC, 2017, p. 140).

<sup>26</sup> Revista Exame, 26/10/2016, pp. 36-47.

processos de subjetivação: objetos técnicos inanimados, diagramas, protocolos e uma infinidade de outros componentes entram em cena, tornando a tecnociência cada vez mais parte da existência humana<sup>27</sup>.

A geração que já nasce sob o domínio dos objetos técnicos tem formas de existir, de se relacionar, de aprender e de memorizar bem diferentes das gerações anteriores, como que se a ligação com sua geração precedente fosse quase inexistente nesse aspecto. Um jovem nos anos 1980 que quisesse aprender, se educar sobre determinado assunto, deveria se deslocar a uma biblioteca, procurar um livro de seu interesse, escolhê-lo da prateleira entre os milhares, mas limitados disponíveis, lê-lo atentamente e memorizar o que lhe conviesse. A memorização poderia se dar de algumas formas, como por exemplo, através da criação de associações. Quando fosse necessário lembrar-se daquela informação, aquele jovem recorreria à sua própria memória, e provavelmente, em comparação com um “nativo-digital”, teria mais êxito em sua tarefa, pois sua memorização acontecera de uma maneira voluntária, já que não havia recursos “externos” aonde recorrer, a não ser o próprio livro, a própria biblioteca, e qualquer fato fora disso lhe tomaria tempo novamente – é necessário saber qual é o livro e lê-lo até achar o que se deseja, por isso, muitas vezes se retinha esse dado consigo para não ter de procurá-lo outra vez. Já o cérebro do nativo-digital, aqueles nascidos após o ano 2000, opera de uma maneira totalmente diversa quando o quesito é memorização: com a internet, qualquer informação está a um clique, e ele é impelido a procurar sua informação link a link – o cérebro não considera útil “gravar” essas informações, já que é muito fácil encontrá-la. Uma curiosidade, um conhecimento, uma análise, tudo pode ser adquirido através dos motores de pesquisa on-line. A memória principal, se é que assim podemos nos referir, não é necessariamente salva “no” cérebro, mas externamente a ele – tudo é acessado em *real time*. É necessário apenas lembrar a origem da informação, estar conectado e buscá-la. Dessa maneira, praticamente nenhuma informação é codificada em si; o que importa é saber a fonte da mesma, onde encontrá-la<sup>28</sup>. Há, dessa forma, um “deslocamento” da memória “pessoal” para a memória “coletiva” on-line, um processo que faz com que haja uma regressão na “consolidação da memória” – ligação do que “se sabe”, com o que “se aprende”, com o que

---

<sup>27</sup> Para CARR (2008), toda mudança tecnológica é uma mudança de geração.

<sup>28</sup> Como pontuou Neil Postman (apud CARR, 2008, p. 207), se, com a imprensa houve uma mudança na forma de pensar, valorizando a lógica, a sequência, a história, a exposição e a objetividade, a internet acarreta já outros tipos de mudança: o imediatismo, a simultaneidade, a contingência, a disponibilidade e, acima de tudo, a velocidade; o usuário não é incentivado a refletir profundamente sobre uma informação, e assim, a “memória” construída é mais fluída, menos densa.

“se tem experiência” – um empobrecimento da experiência, com a falta de capacidade crescente de se construir um pensamento profundo. Está-se sempre na tensão entre enriquecimento e empobrecimento que as novas formas de existir engendram: se por um lado, tem-se uma aparente democratização ao “acesso” às fontes, por outro parece haver um fechamento de sua capacidade criativa, de sua multiplicidade e variedade.

Esse fenômeno, o deslocamento da “posse” para o “acesso” – de bens, de informações – tem suas implicações. Se na nascente sociedade capitalista até praticamente os anos 1980 as “posses” faziam parte da existência como indivíduo – *ter* bens como automóveis, imóveis, livros – a famosa *Enciclopédia Barsa* – e traziam, além da distinção do status social, uma certa segurança existencial para enfrentar crises financeiras, hoje o caminho percorrido pela nova geração é totalmente o contrário: mais importante que a posse, é o “acesso” a um bem ou serviço: os próprios programas de computadores não são mais comprados, mas assinados. Para acessar uma biblioteca, ouvir uma música, ver um filme ou um seriado, há sempre uma conta a se pagar. O jogador solitário do vídeo game já não existe mais – joga ao mesmo tempo com ou contra jogadores do mundo todo, on-line. Essa modalidade de serviço parece ter o potencial de se estender para os automóveis, as residências, os guarda-roupas, enfim, sem limites em sua operação e oferta. Mas, ao mesmo tempo, o acesso implica incerteza, riscos, dependência, características que poderíamos listar como “neoliberais”. Se a empresa provedora falir, tudo o que o assinante tem, será perdido. Além disso, um novo tipo, uma nova relação de poder surge dessa modalidade: o usuário sempre paga, sempre terá de pagar para acessar, seja de forma mensal, semestral, anual etc. Ao mesmo tempo, um saber e um controle contínuos e um poder constante são exercidos, uma rede de saber-poder é instaurada – o saber sobre os hábitos e gostos do consumidor, sobre o que é interessante e o que não é ao assinante, e toda abertura de um novo mercado baseado nas preferências do usuário. Como se observa, essa relação está bem longe daquela da “compra-posse definitiva”, quando o “saber” praticamente finalizava no momento da aquisição.

O fenômeno do deslocamento da posse para o acesso parece, enfim, não ter limites. Como analisamos nas linhas anteriores, o próprio cérebro humano está, pouco a pouco, delegando sua função de memória ou de conhecimento para um novo “corpo” que surge. As informações estão contidas cada vez menos nas sinapses neurais individuais, mas se colocam disponíveis na grande “Rede”, no grande corpo mundial.

Além dos pontos que já levantamos, fica evidente que uma das consequências mais marcantes é o desenvolvimento de uma extrema confiança nos dados externos e uma

consequente dependência deles: o fato de não encontrar uma informação pode deixar o indivíduo “perdido”, já que ele se encontra sem a “posse” do conteúdo ou mesmo de sua verdade.

Mas também podemos nos referir às modificações no cérebro humano, em sua anatomia, em sua plasticidade – que é sua capacidade de adaptar sua estrutura para desempenhar novas funções ou mesmo criar soluções em caso de alguma lesão. São mudanças que acontecem tanto no nível estrutural cerebral – na ligação dos axônios com os neurônios – quanto também no funcional, isto é, na comunicação entre os próprios neurônios. Essas novas relações engendram modificações na vida, tanto na própria vida-física quanto nas relações humanas<sup>29</sup>, seja na relação do indivíduo consigo mesmo, seja com o próximo.

O advento do carro autônomo, por exemplo, acarreta um novo tipo de relação, que não se esgota na relação homem-máquina, pois já estamos em um novo tipo de sistema – homens-máquinas. Já não se trata mais de saber ou de analisar “se” alguém está “no controle”, mas de uma nova forma de subjetivação que não se encerra no humano, pois contempla e ativa todos os elementos que são mobilizados nessa ação – uma vida em rede. Esse novo tipo de relação, mediado por um dispositivo tecnológico – o automóvel – é uma nova tecnologia de poder que transforma o binômio homem-máquina, que reconfigura a relação sujeito-objeto e engendra um novo tipo de conjunto, em que homens e máquinas estão em um sistema de entrada e saída, de feedback contínuo de informação: sistemas homens-máquinas, em que já não há mais a relação sujeito-objeto, mas sim, intercorrência, entradas, saídas etc. Nesse caso, o “sujeito” não é mais indivíduo, mas torna-se adjacente à relação carro-trânsito-controle, num novo processo de subjetivação, em que não se pode considerar mais uma subjetividade integralmente humana.

O novo “verdadeiro” do tempo presente pode ser resumida no acrônimo “V.R.A.I.”<sup>30</sup> – *Virtual Reality e Artificial Intelligence*<sup>31</sup>.

Listamos apenas alguns exemplos ilustrativos, mas muitos outros poderiam ser citados. Com relação à “coletividade”, a praça pública – de encontros, comércio e outras

<sup>29</sup> Ao longo da história da humanidade, houve outras “revoluções” que operaram uma mudança análoga a essa nossa proposição. A mais recente nesse quesito talvez tenha sido aquela operada pela invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, a qual também tinha o poder de provocar modificações na memória, no aprendizado etc. – mas que não tinha, naquele momento, escala global. Apesar de o rádio e a televisão terem se massificado, foi com o telefone portátil o coroamento da massificação: um habitante, um telefone.

<sup>30</sup> Em um trocadilho com a palavra francesa “vrai”, que significa “verdadeiro”.

<sup>31</sup> A missão do Google, por exemplo, é “organizar as informações do mundo e torná-las universalmente acessíveis e úteis”, ou seja, organizar e gerir, ser o provedor e gestor das notícias, daquilo que é “verdadeiro”, o criador e gestor das próprias verdades.

atividades – é agora um imenso campo, tão grande quanto o substantivo internet possa abranger. O local de trabalho também já não é mais um “lugar”, mas está cada vez mais *no* próprio indivíduo, com as tecnologias da informação tendo rompido há algum tempo toda e qualquer barreira espaço-temporal.

### *Ecologia*

*O capital não é um modo de produção sem ser também, ao mesmo tempo, um modo de destruição. A acumulação infinita que supera continuamente seus limites para os recriar novamente é ao mesmo tempo destruição alargada ilimitada. Os ganhos de produtividade e os ganhos de destrutividade se desenvolvem paralelamente. Eles se manifestam na guerra generalizada que os cientistas preferem chamar de Antropoceno que Capitaloceno, mesmo se, com toda evidência, a destruição dos meios nos e pelos quais nós vivemos não começa com o homem e suas necessidades crescentes, mas com o Capital.*

*O capitalismo não é somente a civilização mais mortífera da história da humanidade [...]; é também a civilização para a qual o trabalho, a ciência e a técnica criaram, outro privilégio (absoluto) na história da humanidade, a possibilidade de aniquilação (absoluta) de todas as espécies e do planeta que os hospeda.*  
Alliez & Lazzarato

A destruição generalizada das possibilidades de vida no planeta é a condição *sine qua no* da acumulação do Capital, por isso ele não se importa em destruí-las e para isso não faz distinção entre humanos e não-humanos: tudo o que impede a sua valorização e sua acumulação deve ser dissipado.

As transformações no âmbito sócio-técnico, combinadas com o crescimento demográfico, engendram desequilíbrios ecológicos, que ameaçam a vida no planeta. Se a expressão “Antropoceno” foi cunhada para referir à época “humana”, o mais indicado seria cravar os dois últimos séculos como a era “Capitaloceno” (ALLIEZ & LAZZARATO)<sup>32</sup>.

O aquecimento da Terra, como consequência da emissão desordenada de gás carbônico na atmosfera, implica o aumento do nível do mar, através do degelo das geleiras

---

<sup>32</sup> Na visão de Alliez & Lazzarato (2016, pp. 397ss), o capitalismo introduz uma novidade na história da humanidade: a possibilidade de extinção da espécie humana. Se até então somente o “indivíduo” era mortal, com o advento da bomba atômica, a própria espécie humana torna-se, mesmo que dentro do campo da “possibilidade”, passível de extinção – o ser humano vive na sombra dessa “inevitável companhia”, uma ameaça de autodestruição constante em sua existência. Um “excesso de biopoder” que ultrapassa a soberania humana, que impõe à humanidade a tarefa de proteger a si mesma.

polares. No século XXI, o ritmo de crescimento do nível dos oceanos foi 2,5 vezes mais rápido que o século XX inteiro – e só se passaram duas décadas. Mas o aumento continuará, colocando em risco cerca de até 1 bilhão de pessoas que moram em áreas costeiras baixas. A década medida de 2010 a 2019 foi a mais quente da história, tendo sido 1,2 graus Celsius mais quente que a era pré-industrial, e tendo 2016 e 2019 os anos mais quentes desde que se começou a medir a temperatura terrestre.

Ano após ano, recordes de calor são quebrados, refletindo que algo está mudando e que mudará também a geopolítica mundial. A escassez de água e a luta por sua posse deverá ser uma constante nas próximas décadas.

A questão do lixo urbano e industrial, sua reciclagem e também a necessidade de se assumir um proprietário para o mesmo, se faz cada dia mais presente. Isso sem referir-se à poluição sonora dos grandes centros.

Os recursos naturais são também cada vez mais explorados. Dados do [footprintcalculator.org](http://footprintcalculator.org) apontam que, em 2019, o dia da sobrecarga da terra – o período do ano em que a humanidade teria esgotado seus recursos para o ano, aconteceu em 29 de julho, e que ano após ano essa data retrocede, ou seja, cada vez os recursos se esgotam mais rapidamente.

Além do mais, o problema da fome que persiste na humanidade, mas com um agravante. Se em 2018, 820 milhões de pessoas ainda passavam fome (tecnicamente aquelas que não conseguem ingerir um número mínimo de calorias por dia), 830 milhões estavam em situação de sobrepeso, segundo dados do relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o que reflete que novos problemas se levantam, enquanto ainda nem se resolveram os anteriores.

Ao mesmo tempo, a União Europeia declarava, em 2019, situação de “emergência climática”; o dicionário *Oxford* elegia a mesma expressão como “palavra do ano”; e a jovem ambientalista Greta Thunberg era escolhida a “personalidade do ano” pela revista *Times*, levando o debate sobre a necessidade de proteção ambiental ao ápice histórico.

Apesar disso, a Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas, COP25, realizada em Madri, em 2019, apesar de ter como lema “hora de agir”, não logrou êxito sequer em ratificar e cumprir o capítulo 6 do “Acordo de Paris” – em que países se comprometeriam a impedir que a temperatura média do planeta subisse mais de 1,5 graus Celsius no século XXI, já que um aumento da temperatura em cerca de 2 a 3 graus poderá comprometer e dificultar a manutenção da vida humana, além de afetar, até 2050, com as inundações crônicas, locais em que vivem atualmente cerca de 300 milhões de pessoas.

Foi no mesmo ano que a Igreja Católica Apostólica Romana realizou o “Sínodo da Amazônia”, cujos temas principais foram a proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas e aos menos favorecidos. Naquele sínodo, a Igreja propôs, no item 82, a definição de *pecado ecológico* como “ação ou omissão contra Deus, contra o próximo, a comunidade, o meio ambiente”<sup>33</sup>. O documento também trazia em suas páginas o convite a “uma verdadeira conversão integral, com uma vida simples e sóbria”, no estilo de São Francisco de Assis. Além disso, com extrema lucidez, o Sínodo apontava para uma conexão estreita entre todos os elementos vivos do planeta: “A ecologia integral tem seu fundamento no fato de que ‘tudo está estreitamente interligado’. [...] Por isso, a ecologia e a justiça social estão intimamente relacionadas”. E no item 71, ia além: “O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política”, demonstrando um prévio conhecimento de que a tecnociência, ferramenta do capitalismo, tem um grande alcance e forte poder sobre a Terra e seus habitantes.

Em uma grande sobriedade, no item 77, propunha a redução drástica de emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e de outros gases relacionados com a mudança climática. Enfim, simplesmente pelo fato de definir um novo tipo de pecado, o ecológico, pode-se perceber a importância crescente que a própria religião tem delegado à questão ambiental como necessidade imperativa para a manutenção da vida humana.

### *Covid-19 e a crise antecipada*

O ano de 2020 trouxe à luz e tornou evidente mais um tipo de guerra<sup>34</sup>, a biológica. O *Sars-CoV-2* (novo coronavírus) apareceu como um vírus que resgatou uma característica marcante da sociedade disciplinar: a questão da circulação e sua restrição ou fiscalização. Os isolamentos provocados pelo aparecimento e dispersão do vírus podem ser comparados a um período de guerra: eventos cancelados, restrição ou impedimento total de circulação (*lockdown*), a ordem de não sair de casa, e tudo isso alimentado por medo, temor e pânico. Mas essa guerra é menos uma batalha no sentido “guerreiro” e mais uma luta no sentido

---

<sup>33</sup> <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.pdf> acesso em 25/12/2019.

<sup>34</sup> Para Kennet Rogoff, ex-economista chefe do FMI, “é uma situação de guerra, governos devem gastar de modo maciço”. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/governos-devem-gastar-como-na-guerra-diz-ex-economista-do-fmi.shtml> acesso em 27/03/2020.

“biológico”: luta para não ser infectado pelo vírus, luta para ser o primeiro laboratório a fabricar uma vacina, luta pela sobrevivência frente ao pânico criado pela mídia, pela sobrevivência à perda dos empregos e à queda dos índices econômicos. É guerra, e na guerra recrutam-se todos os soldados: os médicos, os especialistas etc.

Uma guerra no sentido “bélico” causaria menos pânico, pois o inimigo seria conhecido e o palco da guerra (territórios) também. Mas a humanidade assiste a sua Terceira Guerra Mundial, a primeira verdadeiramente do globo terrestre: todos os Estados em estado de guerra. Uma guerra biológica e financeira.

O tempo da pandemia da covid-19 exemplifica de que forma a máquina de guerra atua. O vírus disperso é apropriado pela máquina de guerra para fazê-lo de arma contra as populações, com o temor e ameaça que ele carrega, e sempre através da linguagem das finanças: as bolsas que caem, as necessidades de se realizar os ganhos etc. Mas o dinheiro circula ainda mais rápido, em busca de realizações de lucro, de especular e de ganhar. No jogo das finanças mundial, só há um vencedor, personalizado na figura do capitalista coletivo, uma classe reduzida numericamente, mas que possui toda a força de decidir o futuro e a vida de bilhões de pessoas. Aliado a essa classe, o Estado participa ativamente dessas intervenções: ao poder soberano, exercido pelo chefe de Estado com sua decisão unilateral deve-se perguntar: onde está o tão aclamado “estado democrático de direito”, estandarte da democracia contemporânea?

Listo abaixo um breve resumo sobre as partes e capítulos da presente obra.

Na *Introdução Teórica*, dialogo com as noções e conceitos de relações de poder e governamentalidades, e justifico a escolha da base teórica da presente obra.

## *PARTE I*

A biopolítica principalmente após a 2ª Guerra Mundial vai muito além do investimento sobre a vida biológica – natalidade, prevenção, expectativa de vida etc. A abertura à vida do consumo de massa – entendendo o consumo em sua concepção ampliada, como consumo de planos de saúde, de aposentadoria privada etc. – e sua necessidade de crédito, implica novas formas de controle e produção de novas subjetividades, em que se destaca a figura do homem-endividado. O império da dívida está intimamente atrelado à sequestração da existência humana por parte da máquina capitalista.

## *PARTE II*

Partindo do conceito de “governamentalidade algorítmica”, de Rouvroy & Berns, analisamos as transformações pelas quais passa o (in)divíduo quando conectado. A característica mais marcante dessa governamentalidade é se basear na ideologia da técnica do *big data*. Antes de mais nada, porém, é necessário operar a diferenciação entre máquina técnica e máquina social.

### *PARTE III*

As lutas e os conflitos mais importantes desse século têm ocorrido no campo biomolecular, de onde advém a motivação e justificativa de dedicar uma parte do presente trabalho a esse tema. Na governamentalidade genômica se percebe o contínuo investimento sobre a vida nua, o homem-espécie, mas tentando-se forjar uma população com comportamentos preditivos. Analiso os movimentos que por enquanto são incipientes, mas carregam em si uma enorme potencialidade de expansão já que o mercado – e o lucro e a acumulação – se desloca cada vez mais para o âmbito da “vida nua”. Ainda se está na época de “lançar as bases” de uma nova governamentalidade – os indícios nos são fornecidos pelo saber cada vez maior que está sendo investido sobre a vida, e toda extração do saber implica a instauração de uma nova relação de forças, de estratégias e enfrentamentos.

Tanto a governamentalidade algorítmica (parte II) quanto a governamentalidade genômica (parte III) devem ser entendidas como governamentalidades informacionais, já que ambas se utilizam de técnicas capazes de operar a codificação e a digitalização do mundo físico. Por serem capazes de praticar uma leitura informacional, conseguem intervir ativamente na reconfiguração do poder. A similaridade principal entre governamentalidade algorítmica e genômica é o fato da predição. Prever comportamentos parece ser o imperativo. Mais que “pré-ver”, pré-direcionar esses comportamentos, essas ações a um determinado fim. A junção dessas governamentalidades informacionais e a questão da subjetivação é discutida no excuro: *o novo corpo na rede e o cérebro conectado*.

### *PARTE IV*

Entendendo a “relação social como guerra”, meu ponto de partida para a análise da pandemia da covid-19 – item I – é a análise e o entendimento da guerra como relação social, a guerra no seio da população, a guerra de todos contra todos, que vem à tona nesses tempos de aparente ausência de guerra mundial. Esse é o pano de fundo necessário para que se compreenda como se dão as relações de poder na sociedade capitalista contemporânea e

também para compreender o aparecimento de novos fascismos, que se colocam ainda mais em evidência no tempo da pandemia.

Como demonstrou os acontecimentos referentes à covid-19, vivemos em estado de guerra, uma guerra civil de uma certa intensidade.

#### *PARTE V*

Por fim, na última parte do presente trabalho, apresentamos as conclusões relativas às governamentalidades contemporâneas, visando elucidar os caminhos que a sociedade tem tomado e também acreditamos que o debate sobre a renda básica universal e a sua implementação são, mais que convenientes, urgentes.

*Observações:* As notas de rodapé foram utilizadas de forma extensiva para fornecer e detalhar informações e dados (muitas vezes temporais) que proporcionem interesse e utilidade adicionais, visando não interromper o fluxo de leitura e nem a lógica do texto. A data final das notícias analisadas é 30 de abril de 2020.

*Advertência:* esse diagnóstico pode mudar a qualquer momento, pois a sociedade se movimenta continuamente, sem cessar, através das relações de poder, que reconfiguram a(s) forma(s) de existência.

## INTRODUÇÃO TEÓRICA

### *Os desafios contemporâneos da sociologia*

Para Foucault (1982b), Kant foi o primeiro filósofo a querer analisar o momento histórico do “agora”, a atualidade. A partir de então, realizar um diagnóstico de época, empreendendo uma análise crítica do mundo no qual vivemos, tornou-se cada vez mais uma tarefa filosófica. Da filosofia para uma nova disciplina, além de qualquer metafísica, a sociologia, foi um passo<sup>35</sup>. Assim, o filósofo e o sociólogo devem ser os analistas críticos da contemporaneidade, de toda a conjuntura que envolve o viver: as instituições políticas, os processos de subjetivação e as formas de vida social engendradas por esses processos.

Uma disciplina que surgia para analisar um tipo de sociedade que nascia no século XVIII e que se consolidava no século XIX, não deve esquecer sua raiz. O capitalismo e sua expansão passaram a ser objeto de investigação de Marx, Durkheim e Weber, sempre na tensão entre macro/micro, ação/estrutura, indivíduo/sociedade, trabalho/capital. A partir de então, formaram-se, *grosso modo*, duas grandes categorias de análise da sociedade ocidental: a categoria socioeconômica (com o capitalismo); e a categoria sociorreligiosa (com o judeocristianismo), tendo sido Weber quem melhor conseguiu operar uma síntese que combinasse essas duas categorias (FOUCAULT, 1981, pp. 39-40). Weber, por exemplo, pontuou que a questão macro (a ética protestante), atingia um comportamento micro (indivíduo que aceitava aquela religião), o qual, por sua vez, exercendo suas convicções religiosas e “trabalhando”, acelerava e potencializava de volta o processo macro, no caso o capitalismo americano. Mas o próprio Weber pontuou que a sua análise era ainda – mesmo que fidedigna – insuficiente e que deveriam ser analisados outros movimentos, entre os quais, tentando fazê-lo falar, poderíamos chamar de “a ética capitalista e o espírito do protestantismo” – ou seja, como as relações econômicas afetam o modo religioso de uma população/nação.

---

<sup>35</sup> “A filosofia deixou de ser uma especulação autônoma sobre o mundo, o conhecimento ou o ser humano. Ela se tornou uma forma de atividade engajada em um determinado número de domínios. [...] Pode-se dizer que, no século XX, qualquer homem que descobre ou que muda alguma coisa no mundo, o conhecimento, ou a vida dos homens, é, de alguma forma, um filósofo” (FOUCAULT, 1967, pp. 58-9).

As últimas décadas, no entanto, trazem consigo transformações profundas nos modos de viver, de se locomover, nos hábitos alimentares, na forma de se comunicar, enfim, na vida em âmbito geral. Novos modos de se produzir, de se distribuir, de se consumir, de circular – para nos atermos às categorias marxianas de produção – através da robótica, da automatização, da inteligência artificial. O resultado é que cada vez menos o produzir é realizado diretamente pela “mão do homem”: nas indústrias de ponta, os robôs assumem as tarefas designadas anteriormente a milhares de trabalhadores, cumprindo as tarefas com muito mais perfeição e rapidez. Mas mesmo assim, nunca tantos trabalhadores asiáticos tiveram acesso a ocupações – China, Vietnam, Bangladesh, Índia, enfim, países historicamente rurais passaram a empregar uma mão de obra crescente, reconfigurando assim a geopolítica mundial do trabalho e das imigrações.

A sociologia deve continuar a *realizar o diagnóstico de época*: indivíduo e sociedade, micro e macro, mas entender que inúmeros outros elementos – e cada vez mais – concorrem para que ela se forme e se modifique. É evidente que não se trata de negar os trabalhos pioneiros de Marx, Durkheim e Weber. Muito pelo contrário, queremos atualizá-los, revigorá-los, frente às transformações contemporâneas. Estudos pioneiros tornam-se clássicos e é por isso que os estudiosos recorrem sempre aos seus fundadores para escavar preciosidades que possam ser reveladas no presente. De certa forma, foi o caso também de Foucault, Deleuze e Guattari que, dialogando principalmente com Marx<sup>36</sup>, atualizaram sua obra, e assim, puderam contribuir, cada um a seu modo, com a sociologia contemporânea.

A missão de que nos encarregamos neste trabalho é *pensar o problema contemporâneo e realizar o diagnóstico de época alicerçado em uma corrente filosófica*. Por isso, para empreender essa análise da sociedade contemporânea, utilizamos o rico material legado por Foucault, Deleuze, Guattari e Lazzarato. De Foucault, herdamos o seu entendimento e atualização do pensamento de Nietzsche, que culmina em sua proposição, a tese principal de sua grande obra, que trata sobre o poder e suas relações – *relações de poder*<sup>37</sup>. Essa proposição opera uma verdadeira revolução no pensamento crítico a partir da

---

<sup>36</sup> Deleuze e Guattari dialogam e atualizam Marx no livro *Anti-Édipo*. Naquele livro, eles realizam uma brilhante leitura de Marx. A mais-valia é atualizada, revisitada, enriquecida já que para se compreender o capitalismo de então era necessário entender que havia mais-valia de fluxos, mais-valia maquínica, e que a extração de conhecimento e a exploração já não estavam mais restritas ao espaço fabril – a noção de trabalho fora expandida mesmo para as atividades não assalariadas: os desempregados, institutos de formação técnica de mão de obra, escolas e creches etc.

<sup>37</sup> Durante esse trabalho, nos alternaremos entre usar ora a expressão relações de poder, ora relações de força – ambas têm o mesmo significado.

segunda metade do século XX, abrindo a possibilidade de exploração de novos campos de análise da sociedade. Os desdobramentos com relação à produção de subjetividade do humano moderno, a partir da obra de Foucault, podem ser resumidos em três domínios (VEIGANETTO, 2007): 1) o ser-saber<sup>38</sup> – a toda extração de saber está intimamente ligada uma instauração e operação do poder; 2) o ser-poder<sup>39</sup>: as artes de governar – a governamentalidade – como princípio para moldar e conduzir condutas; 3) o ser-consigo<sup>40</sup> – todo um conjunto de técnicas, de práticas de si, que visam alcançar, através do controle e transformação de si por si, determinada modalidade de existência. Por relacionar sujeito, poder e verdade, acredito que a “teoria foucaultiana” é o melhor ponto de partida e a que parece mais adequada para atingir o objetivo pretendido.

Mas apesar da pesquisa de Foucault ser notável em todos os aspectos – relações de poder, governamentalidade etc. – ela, assim como grande parte das teorias sociais contemporâneas, negligenciam, feita exceção à Deleuze, Guattari, Simondon e Lazzarato, uma relação que é assaz importante neste trabalho: os sistemas homens-máquinas. Acreditamos que a teoria foucaultiana se expande e enriquece quando acoplamos a ela as análises de Deleuze e Guattari e o conceito de servidão maquínica. Foram eles os que mais notavelmente perceberam que a maioria dos processos de subjetivação capitalistas só podem ser corretamente compreendidos à luz da análise da relação homem-máquina. Como bem frisaram Deleuze e Guattari, é o capitalismo que cria as máquinas, e elas reconfiguram as relações de poder e garantem cada vez mais a ação da governamentalidade – relações nas quais os próprios humanos são partes constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si com outras coisas, como diagramas, protocolos, e em que não há a proeminência de um elemento sobre o outro.

Ainda de Deleuze e Guattari, utilizamos a rica análise filosófica, mas não por isso abstrata, sobre axiomática, axiomas, fluxos, desterritorialização e reterritorialização<sup>41</sup>. Esses

---

<sup>38</sup> Importância dada nos seus cursos no Collège de France dos anos de 1971 a 1976.

<sup>39</sup> Cursos do Collège de France dos anos de 1978 e 1979.

<sup>40</sup> De modo geral, os cursos de 1980 a 1984, ano de sua morte, se voltaram para a elaboração do problema das práticas de si e da verdade, da verdade sobre si.

<sup>41</sup> Utilizamos suas duas principais obras: *O Anti-Édipo – capitalismo e esquizofrenia vol. I* (2011); e *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia vol. II* (2012). A axiomática “considera diretamente os elementos e as relações puramente funcionais cuja natureza não é especificada, e que se realizam imediatamente e ao mesmo tempo em campos muito diversos, enquanto os códigos são relativos a esses campos, enunciam relações específicas entre elementos qualificados, que não podem ser reconduzidos a uma unidade formal superior (sobrecodificação)” (grifo meu). A força da axiomática reside exatamente na amplitude de sua formatação e realização, sendo de múltiplas naturezas. A axiomática é sempre imanente, e o Estado moderno aparece como um dos seus modos de realização (axioma).

conceitos nos permitem incluir em nosso trabalho um tema muito relevante para a análise do processo de subjetivação contemporâneo: as “máquinas técnicas” fazem cada vez mais parte desse processo. De Deleuze também a figura do homem endividado. E nas obras de Lazzarato, encontramos uma atualização do pensamento dos últimos três, e ainda uma nova proposição: a relação entre as guerras e o Capital; e ainda a afirmação de que a teoria do (exercício do) poder de Foucault permanece fundamental, desde que referida à realidade *do e no* capitalismo.

Em resumo, o aparato teórico fundamental do presente trabalho é o seguinte: o poder é exercido por todos os lados (“microfísica” de Foucault); a fábrica deu lugar à empresa e ao seu homem endividado (Deleuze); agimos afetados por elementos pré-rationais e assistidos cada vez mais por máquinas (“micropolítica” de Guattari); e vivemos num estado de guerra permanente (Lazzarato).

É a partir dessa maciça base teórica que me ficou claro, durante o decorrer dessa produção, que o melhor caminho era se deixar tomar pelos fatos recentes e analisá-los, inclinando-me à tentativa de *realizar um diagnóstico de época* através da detecção e análise da governamentalidade, ou melhor, das governamentalidades. Assim, o presente trabalho tem como ponto de partida a análise da multiplicidade de governamentalidades que concorrem na produção do sujeito moderno e da sociedade moderna: a governamentalidade biopolítica (biopolítica foucaultiana), a governamentalidade algorítmica (Rouvroy e Berns), a governamentalidade genômica (minha proposição) e a governamentalidade bélica (Lazzarato).

No entanto, por acreditar que certas ideias de alguns pensadores têm sua origem em um determinado tempo e são “datadas”, também acredito ser necessário questionar até que ponto podemos utilizar o seu acervo teórico tal como foi prescrito e a partir de que momento é necessário ampliá-lo e atualizá-lo. De fato, os conceitos de poder e de governamentalidade de Foucault são, mais do que nunca, proveitosos e necessários para minha tarefa. No entanto, nesta tentativa de realizar um diagnóstico de época com viés das relações de poder, procurando identificar como o poder tem se reconfigurado na sociedade atual – e instaurando novos processos de subjetivação, novas formas de existência (novas relações de poder e novas formas de existência, nosso subtítulo) através de *distintas governamentalidades*, também elaboro uma proposição: essas novas relações de poder, que atuam sobre a vida e investem massivamente nela, portam a desigualdade econômica ainda mais a fundo, dando espaço para o forjamento de uma *Biodesigualdade*, proposição essa que será debatida e aprofundada em minha conclusão.

Tronti (1976), em seu clássico e importante *Operários e Capital* (1976), já alertava que muito estava por acontecer, mas que só nos daríamos conta quando acontecesse ou depois do acontecido. O recado dele era claro: ou avançávamos as datas, ou ficaríamos para trás. A sociologia não deve esquecer sua raiz, e exatamente por isso, deve se atualizar, estar aberta a novos conhecimentos, aprender novos instrumentos e fazer uso deles. O sociólogo é o profeta dos novos dias e ele precisa, com sua honestidade intelectual, ser um vidente e um visionário ao mesmo tempo. A arma do sociólogo é a crítica, mesmo que em tom de resignação. Pensamos encontrar-nos diante de uma fase da história em que crença marxiana no desenvolvimento tecnológico atinge seu ápice, a solidariedade orgânica de Durkheim – a harmonia social derivada essencialmente da divisão do trabalho nas sociedades industriais parece nunca ter existido e a resignação de Weber encontrou verdadeiro sentido.

### *Relações de poder*

*Viver em sociedade é, de toda forma, viver de maneira que seja possível agir sobre a ação uns dos outros. Uma sociedade “sem relações de poder” só pode ser uma abstração.*

*Michel Foucault*

*Não há sociedade que não remeta a uma microfísica do poder.*

*Gilles Deleuze*

O presente trabalho se concentra principalmente, como o próprio título esboça, na *análise das governamentalidades que concorrem para a fabricação do social*. Procuo me desprender, assim, de uma armadilha que poderia ser chamada “Teoria Geral do Poder” e passo, na esteira de Foucault, a fazer falar a história dos procedimentos e das tecnologias de governamentalidade e sua análise. Em alguns momentos, no entanto, faço também uso do tema do “saber” e das práticas de si, que compõem, na teoria foucaultiana, os eixos de subjetivação do sujeito contemporâneo e que contribuem para a fabricação do social.

Os pensamentos de Foucault, Deleuze e Guattari emergem em um determinado momento histórico em que as teorias vigentes eram fundadas na escola “economicista” da época, que colocavam *ênfase excessiva nas relações de produção*; também aparecia com vigor a teoria althusseriana que delegava importância extrema aos aparelhos ideológicos do Estado, que seriam os responsáveis por realizar a reprodução do pensamento e ideologias dominantes, perpetuando-os de geração em geração. Foucault, em sua veia genealógica, ao

analisar a formação dos sistemas de poder ao longo dos tempos, estava mais interessado em investigar, de forma empírica, *as formas práticas e efetivas de produção de subjetividade, sempre procurando entendê-las e relacioná-las na configuração dos circuitos de saber-poder*. Ele se destacou por propor que o Estado estava longe de ser o ponto de partida necessário e o ponto final de todas as estratégias e práticas de “conduta da conduta”<sup>42</sup>. Para Foucault, são as relações de poder que nos abrem o caminho para a análise global da sociedade (1977, p. 5): O poder está em toda parte, provém de todo lugar, se produz a cada momento e seu conjunto molda uma sociedade, então, a análise das relações de poder deve ser entendida como teoria social<sup>43</sup>. Por seu lado, Deleuze e Guattari intuía que a produção e o “social” se sobrepujam, afirmando, por isso, que era impossível separar a “economia” e a “produção de subjetividade”, a “infraestrutura” e a “superestrutura”, concluindo que a economia política era a própria “economia subjetiva” – a produção de subjetividade deve ser entendida, então, como produtora de realidade econômica.

O objetivo de Foucault, como ele mesmo declarou (1982b), foi menos de analisar os fenômenos do poder, mas sim, “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura” (p. 118), tratando dos três modos de objetivação que “transformam os seres humanos em sujeitos” (idem) – identificar e analisar as maneiras pelas quais o ser humano se transforma em sujeito, em um ser social. Dessa forma, não é do poder em si que Foucault se ocupa, mas do “sujeito”, e os processos de subjetivação é que vão ser o alvo das pesquisas do francês, o tema geral de suas pesquisas e de seus cursos. E o seu legado deriva exatamente dessa questão: se a teoria econômica, voltada à análise das relações de produção, e a linguagem e semiótica, voltada às relações de sentido, eram instrumentos para se analisar essas respectivas relações, as relações de poder careciam de

---

<sup>42</sup> Ao superar a definição tradicional de poder vigente à sua época, Foucault demonstrou que a humanidade é constituída pelos poderes e saberes que operam em determinado período, os quais, ao mesmo tempo, por um lado são produzidos pelos homens e por outro, os constituem. Há a criação de uma ou mais relações de poder ao mesmo tempo em que há a constituição correlata de um ou mais campos de saber. Já estávamos bem distantes de um poder onipresente, assentado sobre um trono, derivando de uma instância superior: as relações de poder são um complexo jogo de forças, uma incompletude, uma dinâmica e um mover constantes, que a sociedade dá movimento a cada momento através de lutas, batalhas, estratégias, vitórias e derrotas. Os resultados sempre são a modificação de situações, engendradas por criação de tecnologias colocadas em prática. Poder e saber, poder mais saber formam, assim, um “conjunto concreto” (Deleuze).

<sup>43</sup> “Se é verdade que o conjunto das relações de força em uma sociedade dada constitui o domínio da política, e que uma política é uma estratégia mais ou menos global que tenta coordenar e finalizar essas relações de força [...] [então] a política não é o que determina em última instância (ou o que sobredetermina) relações elementares e neutras por natureza. Toda relação de força implica, a cada momento, uma relação de poder (que é, de algum modo, seu corte instantâneo), e cada relação de poder remete, como ao seu efeito, mas também como à sua condição de possibilidade, a um campo político de que ela faz parte” (FOUCAULT, 1977b, p. 40).

instrumentos adequados para realizar a análise. Era necessário ir além dos modelos jurídicos (que ficavam restritos à questão de “o que legitima o poder?”) e das instituições (o que é um Estado?). Ficava cada vez mais latente a necessidade de se ampliar as dimensões de uma definição do poder, se com isso quiséssemos utilizar essa definição para estudar a “objetivação do sujeito”. Para Foucault (1977), a teoria deveria aparecer então como uma “caixa de ferramentas”: não para dela se construir um sistema, mas um instrumento. O papel da teoria passa a ser o de “analisar a especificidade dos mecanismos de poder, balizar as ligações, as extensões, edificar pouco a pouco um saber estratégico” (ibid., p. 251), isso tudo sempre *voltado para as condições históricas, a realidade com a qual somos confrontados*<sup>44</sup>.

O poder é, assim, desprendido de sua questão teórica, tomando a *dimensão da experiência e da existência humanas*, se livrando do “como se manifesta” (instituições etc.) e tornando a sociedade um alvo da análise sociológica: *como esse poder se exerce, como acontece quando indivíduos exercem seu “poder” sobre os outros* etc. Devemos entender, finalmente, o exercício do poder, pois, como um “modo de ação de alguns sobre outros; só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’” (FOUCAULT, 1982b, p. 132). Enfim, uma força sobre outra, uma ação sobre outra, tem-se, então, uma “ação de poder”<sup>45</sup>. O verbo *possuir* está bem longe do exercício de poder. O verbo principal utilizado por Foucault quando analisa o poder é *exercer*. Ele nos revela que o poder está em toda parte, provém de todos os lados, de todos os indivíduos, e por isso, as relações de poder são imanentes a qualquer tipo de relação, sejam elas de ordem econômica, política, religiosa etc. Não há, pois, produção *mais* poder; não há relação *mais* poder; o poder é intrínseco a toda e qualquer relação que se estabelece, e é *coextensivo* ao corpo social – as relações de poder se “enraízam no conjunto da rede social”. Assim, tem-se uma dinâmica condicionante-condicionado que implica também nas lutas que se travam em torno dessas mesmas relações. Para Deleuze (2014), a relação de poder é

---

<sup>44</sup> Seu “método” – se é que podemos considerar que Foucault ensinava algum método – consiste em olhar um objeto de análise do exterior para encontrar a tecnologia de poder que entrecruza, que permeia a instituição; assim, o ponto de vista interno da função da instituição é substituído pelo ponto de vista exterior, das estratégias e táticas, das relações de poder – não olhar “de dentro”, mas operar um movimento que vai do exterior para as mais celulares tramas (1978, p. 157-60); o que resulta, enfim, na recusa de adotar o ponto de vista de um objeto já pronto, já dado, mas sim apreendê-lo em suas tramas e movimentos, em suas relações que o compõem. É esse esboço de método que Foucault utiliza para analisar a genealogia do Estado moderno, das instituições, das formas de existência e é sobre o qual nos apoiaremos em nosso trabalho. De qualquer maneira, Foucault afirma que “um método deve ser feito para nos livrarmos dele”, ou seja, o método serve como meio e não como meta de análise.

<sup>45</sup> “[...] penso que o poder não se constrói a partir de vontades (individuais ou coletivas), nem que ele deriva de interesses. O poder se constrói e funciona a partir de poderes, de multidões de questões e de efeitos de poder. É esse domínio complexo que se deve estudar. Isso não quer dizer que ele seja independente e que poderia se decifrá-lo fora do processo econômico e das relações de produção” (FOUCAULT, 1977b, p. 39).

relação de forças e toda força estabelece uma relação entre dois pontos e tem dois “poderes”: o poder de afetar e de ser afetado (receptividade). Ainda para Deleuze, (ibid., p. 76), essas relações pretendem “impor uma tarefa qualquer a uma multiplicidade humana qualquer” e por isso os verbos a serem utilizados devem ser *incitar, induzir, facilitar, dissuadir* etc.<sup>46</sup>.

O que torna, assim, a “teoria do poder”<sup>47</sup> de Foucault radicalmente diferente das teorias “do Poder” precedentes a ele não está precisamente na “teoria” em si, mas no *objeto*, no ponto de vista. Enquanto a última procura analisar o poder em termos do direito, formulando a questão da legitimidade do mesmo e suas implicações, a pesquisa foucaultiana incide sobre a análise das técnicas de poder, e procura *revelar como se dá a dinâmica do poder na sociedade*, em seus múltiplos acontecimentos, e não apenas na questão jurídica<sup>48</sup>. *É necessário, pois, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o contrário*<sup>49</sup>. Conforme ele mesmo relata em seu penúltimo curso no Collège de France, em 1983, intitulado *O governo de si e dos outros*, ele procurou realizar uma “história do pensamento”, que, diferentemente das outras possibilidades vigentes – “história das mentalidades” e “história das representações”<sup>50</sup> – fez surgir o que ele denominou “focos de experiência” – como a criminalidade, a sexualidade e a loucura, por exemplo – que são a articulação dos “saberes possíveis”, “das matrizes normativas de comportamento” e dos “modos de existência virtuais para sujeitos possíveis”, cuja análise busca responder a questão de *como o ser humano se torna sujeito*.

A análise revolucionária de Foucault opera um tríplice deslocamento teórico com relação às ciências históricas. Passa-se: 1) da história do conhecimento para a análise dos saberes; 2) da análise do “Poder” e das instituições de poder para a análise das técnicas e procedimentos através dos quais se pretende conduzir as condutas (da análise do exercício do poder aos procedimentos de governamentalidade; 3) de uma “teoria do sujeito” à análise das

<sup>46</sup> Deleuze (2014), em seu *Curso sobre Foucault*, mostra que “educar”, “corrigir”, “curar”, não são verbos relacionados ao poder, mas ao saber, já que são matérias formalizadas.

<sup>47</sup> Teoria do poder entre aspas, porque como Foucault mesmo frisou (1982b, p. 119) na medida em que “toda teoria supõe uma objetivação prévia, nenhuma pode ser de base para o trabalho de análise”.

<sup>48</sup> É o que ele mesmo apregoa em uma conferência realizada no Japão em 1978 intitulada “A sociedade disciplinar em crise”.

<sup>49</sup> O indivíduo é, pois, um efeito do poder, e ao mesmo tempo intermediário dele. O indivíduo é um efeito do poder na medida em que o poder é um procedimento de individualização. O Estado e outras instituições são apenas as formas terminais das relações de poder. As instituições, essas formas terminais do poder, são lugares onde as relações de força são neutralizadas ou só podem atuar no espaço limitado por elas.

<sup>50</sup> A primeira se restringia à análise dos comportamentos e a segunda à análise do papel dos representantes, seja com relação ao objeto que ela representa ou ao tema representado – deve-se abdicar de toda tentativa de saber como as “vontades individuais” podem ser representadas na ou pela vontade geral.

formas de subjetivação, através do empreendimento de técnicas/práticas de si. Substitui assim, conforme ele mesmo frisa (1983, pp. 4ss.; 1984, p. 10): 1) a história dos conhecimentos pela análise histórica das formas de verificação; 2) a história das dominações pela análise histórica dos processos de governamentalidade; 3) a história da subjetividade (indivíduo) pela análise histórica das formas que ela adquire.

Foucault (1976b) fornece quatro regras, ou melhor, prescrições, para se analisar as relações de poder. *Regra da imanência*: para ele, não existe exterioridade entre as técnicas de saber e as estratégias de poder; as duas sempre estão intimamente ligadas, e a todo poder está ligada uma extração do saber. *Regra das variações contínuas*: Não procurar quem “tem” o poder na relação, mas investigar como se dá o jogo de poder nessa relação. *Regra do duplo condicionamento*: todo foco local de poder está alinhado a uma estratégia global. A família não reproduz a sociedade; a sociedade não imita a família. *Regra da polivalência tática dos discursos*: todo discurso é portador e produtor de poder, capaz tanto de reforçá-lo quanto de mitigá-lo. Assim, dentro de uma mesma estratégia de poder, podem existir discursos diferentes e contraditórios.

### *Governamentalidades*

Se em Nietzsche, a “vontade” é o elemento diferencial pelo qual uma força se relaciona com outra seja para mandar/obedecer, e o “querer” é a relação de uma força com outra, a ampliação que Foucault faz é dar a carga de “situação estratégica complexa” quando há uma multiplicidade de forças em jogo. O poder torna-se, assim, fundamentalmente uma questão estratégica. A operação conceitual realizada por Foucault é exatamente na questão estratégica: para ele, só há “querer” em uma situação estratégica complexa (múltipla). “Toda multiplicidade de forças em relação se define no interior de uma situação estratégica complexa”<sup>51</sup>. E o que vem a definir uma estratégia será um campo de forças: “O que define uma estratégia é um campo de forças, seja humano ou não humano” (idem).

Ao ampliar a noção do poder como relação estratégica Foucault nos abre um campo novo para a compreensão do “como” do poder, do seu funcionamento, dos seus

---

<sup>51</sup> De acordo com a aula de Deleuze sobre Foucault do dia 14/01/1986 (2014).

mecanismos, do seu exercício – como o poder subjetiva, *como o poder se torna uma governamentalidade*.

Foi ao longo de seus cursos que Foucault deslocou seu foco de análise do “poder” (1976) para o “governo” (1978-9), ou seja, da análise do “poder do príncipe” ele passara à análise da governamentalidade que nascia com a emergência da população como sujeito político<sup>52</sup>. Às relações de poder se somava à questão de como governar: governar uma população, governar pessoas, governar a si mesmo. Foucault apresenta algumas variações do conceito, que será definido por ele de modo final como a “superfície de contato em que se juntam a maneira de conduzir os indivíduos e a maneira pela qual eles se conduzem<sup>53</sup>”.

Governar pessoas, no sentido geral da palavra, não é um modo de forçá-las a fazer o que o governo quer; é sempre um ponto de equilíbrio, com complementariedades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo (FOUCAULT, 1980b, p. 156).

Com mais ênfase, o ato de governar, de gerir pessoas, foi um problema que se colocou principalmente a partir do entendimento da *população como sujeito político e econômico*. Nascia um conjunto de técnicas que Foucault chamou de biopoder, um poder que se incumbia tanto do corpo individual, quanto da população de modo geral; a partir de então, passou a ocorrer uma progressiva “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo”, uma miríade de procedimentos, técnicas e normas que visavam conduzir as maneiras de ser, de existir; através da “gestão de um meio” (superfície de contato), passava a ser possível conduzir o indivíduo a agir de uma maneira mais que outra.

O que define o poder, ou melhor, uma relação de forças na ótica foucaultiana é, então, menos um modo de ação que atua diretamente sobre o “corpo” e mais uma maneira que

<sup>52</sup> O próprio Foucault relata que o melhor nome para seu curso de 1977 seria “História da governamentalidade” ao invés de “Segurança, território, população”. As “artes de governar” como um programa político começam a aparecer a partir do século XVI, primeiro com o movimento de concentração estatal e dispersão religiosa, em que surgiam as questões modernas do governo de si, governo das condutas, governo dos Estados – como se governar, como governar pessoas, como governar nações.

<sup>53</sup> Pronunciada na primeira versão inédita da conferência de 1981 (Dossiê Nova York). Governamentalidade: “campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida, pois, como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível [...] As relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/ relação de si para consigo compõem uma cadeia...” (1982, pp. 225, 475). Alguns anos antes, em 1978, Foucault entendia governamentalidade como “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (1978, p. 143).

atua sobre a sua ação. Através de uma “série de regulamentações leves e adaptativas, ela [a governamentalidade] incita a gerir um meio, conduzindo o indivíduo a reagir de uma maneira mais do que a outra” (LAZZARATO, 2017, p. 156). Não se trata, pois, de uma ação “sobre” um indivíduo, mas sobre a sua ação e isso engloba tanto as ações atuais como as virtuais, as presentes como as futuras. E a governamentalidade deve ser entendida com relação ao econômico, como “técnica de agenciamento” que articula, para o mercado, “a relação entre o econômico, o político e o social (ibid., p. 120)<sup>54</sup>.

Por que as pessoas agem como agem? Por que as pessoas se sentem como sentem? Foucault (1980 pp. 155-8) ao se ocupar da análise genealógica do sujeito moderno ocidental, afirmou ser necessário levar em conta a interação entre as técnicas de dominação “exteriores” e as técnicas de si – aquelas em que os indivíduos realizam, por si mesmos, operações sobre seus próprios corpos, pensamentos, almas, condutas, transformando-se e modificando-se a si mesmos. “*É preciso investigar os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos sobre outros empregam procedimentos e processos por meio dos quais o indivíduo age sobre si mesmo; e inversamente, é preciso levar em conta as circunstâncias nas quais as técnicas de si são integradas nas estruturas de coerção ou dominação*”. Foucault chama de “governo” (governo) exatamente o encontro entre as maneiras pelas quais os indivíduos são dirigidos, coagidos (dominação) e os modos como eles conduzem e conhecem a si mesmos (governo de si). Há, portanto, certas “regras” que orientam o comportamento, as escolhas, e que apesar de não poderem ser vistas, existem e afetam a existência humana. Para Foucault, então, é o entrelaçamento entre as técnicas de dominação e as técnicas de si que tem constituído o sujeito moderno. “É preciso levar em conta os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos sobre outros empregam procedimentos e processos por meio dos quais o indivíduo age sobre si mesmo” (1980b, p. 155). Para Foucault, portanto, governar é, acima de tudo, “estruturar o campo de ação eventual dos outros” (1982b, p. 133) e a governamentalidade deve ser entendida como a maneira pela qual um certo tipo de pensamento sobre “o que” deve ser feito encontra e se liga a um certo modo técnico de realização – nem todo pensamento conseguiu fazer-se governamental, mas todos aqueles que obtiveram êxito é porque conseguiram a perfeita

---

<sup>54</sup> “O problema do liberalismo foucaultiano, ‘governar o menos possível’, está diretamente ligado à possibilidade de multiplicar os dispositivos de governamentalidade (conduzir as condutas), à sua difusão e distribuição capilar, ao seu funcionamento horizontal e “ambiental”” (ibid., p. 158).

conexão, os perfeitos dispositivos<sup>55</sup> para chegarem ao seu objetivo através de uma arte de governar – o modo de relação próprio ao poder encontra esse modo de ação, esse modo de realização singular, o “governo” em si de uma determina situação estratégica. A governamentalidade, no viés foucaultiano, deve ser entendida como um ato, como *sentido de direção e conduta dos homens, dos mecanismos e procedimentos que são usados para atingir tal fim*.

O avanço no entendimento da genealogia do sujeito moderno incide exatamente em compreender que governar pessoas não é somente um modo de forçá-las a realizar determinada ação ou moldar um comportamento; exercer o poder sobre elas implica também uma complementariedade com processos através dos quais o sujeito se autogoverna, se constitui, se modifica. Esses processos são técnicas pelas quais os indivíduos realizam, *por e em si* mesmos, operações sobre suas próprias condutas, seus próprios corpos, pensamentos, visando atingir um certo estado – de perfeição, de felicidade, etc. – e cujo resultado é a transformação, a modificação de si mesmo. Em poucas palavras, *as técnicas de si devem ser consideradas como a construção, pelo indivíduo, de uma relação determinada consigo mesmo, que dá forma a um certo modo de existir e estabelece regras para sua relação consigo mesmo, para com os outros, para com o mundo*<sup>56</sup>. Enfim, uma verdadeira “estética da existência” a ponto de, ao tentar sintetizar em uma palavra tais técnicas, ao invés de utilizar o termo “biotécnicas”, Foucault preferiu “biopoéticas” (1981, p. 34).

Ao analisar as duas palavras gregas traduzidas por “viver” (*zên e bioûn*), Foucault explica que enquanto a primeira está ligada à qualidade dos organismos, dos seres vivos em geral, à própria propriedade de viver, a segunda implica uma maneira de viver, uma vida qualificável, a existência como objeto de técnicas: *é o que acontece ao indivíduo, mas de acordo com o que ele mesmo faz com que lhe aconteça. É o curso da existência transformável, modificável; é a condução da própria vida. São procedimentos elaborados e sistematizados “que são ensinados aos indivíduos de modo que eles possam, pela gestão da própria vida, pelo controle e transformação de si por si, alcançar determinado modo de ser”* (1981, p. 34). São técnicas pelas quais o indivíduo, por si só, adquire uma certa qualidade de ser, exercitando, agindo, realizando um trabalho sobre si mesmo, mas cuja modalidade de

---

<sup>55</sup> Um dispositivo é, nesse aspecto, um conjunto de pessoas, de técnicas, de maneiras de agir, engendrados com o objetivo de “moldar a conduta”, de tornar possível intervir através de uma “ação sobre ação”.

<sup>56</sup> O “cuidado de si” ou “as técnicas de si” é um tema que perpassa um longo período, desde o século V a.C., na filosofia grega, atravessando o período helenístico-romano até os séculos IV-V d.C. na espiritualidade cristã.

experiência, que é resultado da ação sobre si, só será alcançada através da relação com o outro e da relação com a constituição de um *regime de verdade de uma época específica*. Isso, evidentemente, implica uma ligação entre sua relação de si e essa verdade.

Em suma, as técnicas de si são um trabalho que o indivíduo opera sobre si, são procedimentos propostos, prescritos para o estabelecimento, a manutenção ou a transformação de sua própria identidade, e cujo resultado é a assunção de uma consistência ética que lhe é própria; e por sua vez, a subjetividade é o conjunto de processos de subjetivação aos quais os indivíduos foram submetidos ou que aplicaram com relação a si mesmo<sup>57</sup>.

São as mecânicas do poder que fazem surgir os tipos de sociedades analisados por Foucault – soberana, disciplinar, securitária. Foi, porém, nas duas últimas que as tecnologias de poder passaram a incidir não mais sobre os territórios e os bens, mas sobre os corpos e as ações – atuais e virtuais; e aqui há toda a correlação com o aparecimento do capitalismo e das fábricas: afinal, a força de trabalho de cada trabalhador deveria ser sequestrada e para isso, lançou-se mão de várias instituições disciplinares e tecnologias que transformavam a vida em tempo de trabalho para extrair a mais-valia – não mais uma ação sobre a ação de extrair forças, como na soberania, mas de compor as forças, visando aumento da produtividade. E o Estado, a forma-Estado nascente, tinha um papel imprescindível: agia sobre toda uma série de elementos que, apesar de aparentemente não estarem “diretamente” ligados ao controle biológico da população e da massa de trabalhadores, incidiam diretamente sobre a vida, o comportamento, a reprodução. Basta pensar na questão da moeda, por exemplo, e no sistema de crédito.

Múltiplas relações de forças implicam em uma pluralidade das formas de governo já que suas práticas são múltiplas: o pai de família, o professor, o líder religioso etc. “Muita gente” governa, mas é com o Estado moderno que o “governo” deixa sua forma jurídica (a lei nas sociedades de soberania), e se encarrega dos homens em suas relações, constituindo um sujeito político novo: a população. A economia política aparece, então, como ciência e técnica de intervenção, essa nova governamentalidade, cuja meta final é a população com suas regularidades, estatísticas etc., e já não se está mais no Estado de justiça (soberania), nem no Estado administrativo (disciplinas), mas no “Estado de Governo”, que aparece como uma

---

<sup>57</sup> Para Foucault, o elo que irá ligar a questão do sujeito, do poder e da verdade ao longo dos séculos será a noção de *parresía*, a qual, por fugir do escopo de nosso trabalho, não será aprofundada. Para uma melhor compreensão desse conceito, recorrer aos seus dois últimos cursos no Collège de France: O governo de si e dos outros (1983) e Coragem da verdade (1984).

instrumentação do saber, produzido por três pilares: a pastoral cristã, a técnica diplomático-militar e a polícia (FOUCAULT, 1977, pp. 124ss). O pastorado é o prelúdio da governamentalidade: uma igreja que aspira ao governo cotidiano dos homens forma uma rede institucional de poder, e a governamentalidade desse novo tipo de Estado vem a se imbricar com essas formas de governo das condutas, mas não sem adicionar novas tecnologias – triângulo soberania, disciplina e gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos dispositivos essenciais são os de segurança. O Estado ocidental moderno, conforme afirma Foucault (1982b, pp. 124ss), que é uma forma de poder “globalizante e totalizadora, virá a integrar, sob uma nova forma política, essa técnica política pastoral, que aspirava, de uma forma totalmente eficaz, o governo das condutas, realizada através de um profundo conhecimento sobre a alma do rebanho e também exploração da mesma”. O Estado moderno reinventa, assim, sob uma nova forma, um conjunto de mecanismos que deveriam continuar a exercer essa conduta do tipo “pastoral”: “passa-se da preocupação em conduzir as pessoas para a salvação no outro mundo à ideia de que se deve garanti-la aqui embaixo” (ibid., p. 126). Como mostra Deleuze (2014), a sociedade disciplinar converte aspectos deste poder pastoral – o poder individualizante, do “detalhe”, do “cuidado cotidiano” – em assunto de Estado e a individualização dos cidadãos, sob a forma das disciplinas, passa a ser exercida por ele, com o auxílio, muitas vezes, do papel da polícia.

Recorro à análise de um trecho emblemático de Deleuze & Guattari (2012, p. 170ss) que faz a conexão entre o poder, a governamentalidade e o conjunto servidão maquínica/sujeição social: “Sublinhou-se recentemente a que ponto o exercício do poder moderno não se reduzia à alternativa clássica ‘repressão ou ideologia’”, dizem eles, referindo-se ao trabalho de Foucault que mostrava um poder “liberto” do trono do rei, portanto, sem “propriedade”, sem possuidores, mas que nem por isso não podia se exercer e onde Estado é apenas uma forma terminal desse mesmo poder; e continuam eles a descrever o poder sob a ótica foucaultiana: “mas implicava processos de normalização, de modulação, de modelização, de informação, que se apoiam na linguagem, na percepção, no movimento, etc., e que passam por microagenciamentos”. É o poder analisado e revelado no “infinitamente pequeno”, na questão das redes de poder – micropoder –, cujo objetivo prático é a governamentalidade – governar condutas através de uma “ação sobre ação”: “é esse conjunto [dos processos anteriormente citados] que comporta ao mesmo tempo a sujeição e a servidão, levadas aos extremos, como duas partes que não param de se reforçar e de se nutrir uma à outra”. Nutrir-se uma à outra, e ao mesmo tempo sujeitar e submeter o ser humano. A produção econômica e produção de subjetividade são, assim, inseparáveis e atravessadas pelo

conjunto *sujeição social e servidão maquínica* (LAZZARATO, 2014). São, dessa forma, modos de governamentalidade, modos de governar condutas, modos de “fabricar o indivíduo”, isso é, torná-lo alcançável à ação do poder. O resultado é a constituição de um duplo dispositivo de valorização e de governamentalidade, em que sinteticamente a valorização capitalista e a produção de subjetividade acabam por coincidir.

Uma tecnologia é, então, governada por uma certa prática objetiva, uma certa técnica direcionada a um determinado fim e analisar a governamentalidade é entender a maneira pela qual um certo estilo de pensamento sobre o que deve ser feito, se liga a um certo modo de realização (axiomática e axioma). É isso que procuro analisar nas páginas sucessivas.

**PARTE I – GOVERNAMENTALIDADE BIOPOLÍTICA**

## Capítulo 1. Uma digressão sobre as artes modernas de governar<sup>58</sup>

Foucault faz emergir analiticamente três tipos de sociedades: a legal (ou de soberania), a disciplinar e a de segurança. Mas, ao mesmo tempo, ele alertava que não se deveria considerar as eras como hegemônicas nem como sequenciais ou lineares cronologicamente, pois tal forma tornaria a análise do poder superficial. Para ele, o que mudava era o dominante. E a própria “era da segurança” surgiu de uma maneira de acrescentar novos mecanismos de poder às velhas estruturas da soberania e da disciplina, mantendo ainda muitos elementos dessas sociedades que a precederam.

É sobre essa era, essa sociedade, ou melhor, esse momento que foi marcado pelo nascimento de novas relações de poder, que Deleuze desenvolverá em 1990, o denso *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. Como relata o próprio Deleuze (2013), Foucault já sabia da brevidade e crise da sociedade disciplinar como exercício predominante das relações de poder. A emergência da população como sujeito político e sua expansão numérica trariam grandes transformações às instituições disciplinares, levando-as a reformulações que nem mesmo hoje estão resolvidas. Crises porque as instituições fortes e sólidas do século XIX vão sofrer desmembramentos, tomarão novas formas, mais fluidas e esparsas na máquina social. O Estado e o que não é estatal cada vez mais se entrecruzam, dando vida a novas configurações. Na esteira de Deleuze, seria uma importante “mutação do capitalismo”, e o filósofo já apontava a necessidade do “estudo sociotécnico dos mecanismos de controle”, cujo resultado deveria pontuar e explicitar o que estava suplantando as tradicionais instituições disciplinares.

Para Lazzarato (2017, p. 155), a distinção entre sociedade disciplinar e sociedade de segurança é válida, desde que ambas sejam sempre vistas e entendidas como sociedades do Capital, e que a *forma de governo muda conforme o ciclo econômico vigente*: no capitalismo industrial – disciplinar –, e no capitalismo financeiro – segurança.

---

<sup>58</sup> Considerações preliminares: Foucault chama de sociedade disciplinar o que previamente havia chamado de sociedade punitiva: “forma de poder que chamei de punitivo, mas que seria melhor chamar de disciplinar” (1973). A sociedade que se segue Foucault denomina de sociedade de segurança enquanto Deleuze a chama de sociedade de controle.

### *A população e os mecanismos de segurança*

Foucault (1974, pp.79ss) apresenta a cena do rei francês Jorge III enfrentando seus serviçais – os agentes do poder médico – como sendo o exemplo máximo, o símbolo da transição de um poder de soberania para um novo tipo de poder, o disciplinar. Ao mesmo tempo, ele mostra que os dispositivos disciplinares, apesar de já existirem anteriormente, eram apenas “ilhas” de poder junto principalmente às comunidades religiosas, ou seja, não constituíam ainda uma sociedade predominantemente disciplinar. Mas, ao longo dos anos, eles foram se estendendo progressivamente no seio da sociedade até que em certo momento, em seu conjunto e força, marcaram um novo tipo de sociedade – a disciplinar – em “substituição” à antiga sociedade de soberania. Não mais um poder evidentemente marcado pela pessoa do soberano, sob os símbolos de sua força, mas agora exercido em silêncio, funcionando em rede, marcando discretamente os corpos sobre quem ele passava a exercer. Destituição, portanto, do rei, do poder soberano, e instauração de um outro tipo de poder, não mais soberano, mas “anônimo, sem nome, sem rosto” – o poder disciplinar.

As tecnologias de soberania sucumbiram a uma sociedade marcada pela explosão demográfica e pelo forte ciclo de industrialização, principalmente a partir do século XVIII. As relações de soberania, claramente marcadas entre servo e senhor, padre e leigo etc., eram heterogêneas umas em relação às outras; mas essas relações também podiam ter por objeto uma estrada, um lote de terra, um aparelho de produção como um moinho, por exemplo, ou seja, se aplicavam a multiplicidades localizadas acima do indivíduo corporal, mas mesmo assim, não formava um “quadro hierárquico unitário”. A soberania não só deixava muito escapar por seus feixes, como tornava-se inoperante frente às novas configurações de uma grande massa de pessoas reunidas. Suas técnicas já não davam mais conta de englobar as terras e o produto delas; já não era mais sobre esses substantivos que se devia controlar.

A partir do século XVIII, para responder às necessidades de transformações como a explosão demográfica das cidades, as indústrias e sua necessidade de mão de obra, foram criadas novas técnicas que colocavam a questão de como governar, como exercer o governo, como conduzir uma massa de gente. A nova mecânica do poder, que apareceu no capitalismo industrial, passava a incidir sobre os corpos e sobre o tempo da vida – “contato sináptico corpo-poder” –, e não mais sobre a terra e o seu produto (sequestro local) como na época da soberania que a antecedeu, pois *era necessário produzir as forças, fazê-las crescer, colocá-las à disposição da indústria nascente*. Era preciso constituir o tempo da vida como

força de trabalho, integrar os indivíduos no tempo que era uma continuação da produção, enfim, as disciplinas deveriam trabalhar constantemente sobre os indivíduos, estivessem eles na fábrica ou fora dela – *fabricação do social*. O poder já não se exercia mais sobre uma certa quantidade de terra, pois já não era mais daquela em si que necessitava. Precisava de homens, que, cada vez mais abundantes, fossem tornados utilizáveis, e reunidos em um espaço em que pudesse se exercer sobre todos ao mesmo tempo e que a força total resultante fosse superior à soma das forças singulares: uma espécie de *distribuição ótima da força de trabalho*. Mais precisamente, o que a fábrica e as instituições visavam era o tempo dos homens, tempo esse que era oferecido ao aparelho de produção: o tempo colocado no mercado, comprado por um salário; e a transformação desse tempo em tempo de trabalho.

Foucault (1976, p. 203ss) aponta, então, a gênese de duas tecnologias de poder que vão não suplantam, mas reconfigurar o poder de soberania: a “tecnologia disciplinar do corpo”, que se instala no final do século XVII e início do século XVIII; e outra, que aparece um pouco mais tarde, no meado do século XVIII, os “mecanismos de segurança”, as “tecnologias regulamentadoras da vida”, que aparecem quando essa massa de indivíduos passa a ser vista como “população”, ou seja, quando a população aparece como sujeito político sobre a qual se deve governar – população-riqueza, população mão de obra. Esses últimos, apesar de se distinguirem da tecnologia disciplinar do corpo, e serem de outra natureza, atuando em outra escala, não a exclui; pelo contrário, modifica-a parcialmente e incrusta-se nela.

No primeiro momento, se deu o advento das disciplinas, responsáveis por exercer o poder disciplinar sobre o menor gesto possível do corpo humano. As técnicas disciplinares agiam para adestrar os indivíduos ao trabalho na fábrica. Mas esse adestramento não ocorria somente na fábrica. As instituições além-fábrica eram também lugar de formação de força de trabalho, locais de adestramento do corpo para que pudessem ser levados ao grau máximo de excelência, aperfeiçoados e utilizados como força produtiva, através de um poder que se exercia continuamente<sup>59</sup>.

Enquanto a tecnologia disciplinar agia sobre uma *multiplicidade de corpos*, mas que por essência, os mesmos acabavam por ser tomados de forma individual (poder

---

<sup>59</sup> “E o que se deve entender pela disciplinarização das sociedades [...] não é, com certeza que os indivíduos que dela fazem parte se tornem cada vez mais obedientes [...] mas que aí se procurou um ajustamento cada vez mais bem controlado – cada vez mais racional e econômico – entre as atividades produtivas e as redes de comunicação e o jogo das relações de poder” (1982b, p. 131).

individualizante), a tecnologia regulamentadora tinha por alvo uma “massa global”, afetada por processos tais como nascimentos, doenças, óbitos etc., que são processos da vida da espécie. São, portanto, duas tecnologias que passaram a agir sobre o homem: a disciplinar, individualizante, e a biopolítica, massificante<sup>60</sup>.

Essas duas novas tecnologias, introduzidas com uma certa defasagem cronológica, irão, em um determinado momento, a se articular, entrecruzando-se e, de certa forma, se complementando. E nesse ponto, vale a pena apontar as diferenças entre elas, pois a partir disso pode-se compreender a complementariedade entre ambas. Enquanto a disciplina dirigia-se ao corpo, decompondo os indivíduos, desmembrando os gestos, analisando as operações de modo que esses elementos pudessem ser percebidos e modificados, a técnica regulamentadora dirigir-se-á ao homem não enquanto indivíduo, mas sim enquanto espécie, homem-espécie. *Seu alvo é a vida do homem enquanto espécie*. Já temos uma diferença de nível entre essas duas tecnologias, mas que não impede o cruzamento entre ambas. Pelo contrário, é pela complementariedade de uma com relação à outra que elas puderam configurar um novo tipo de sociedade – poderes individualizante e massificante – que receberão de Foucault o nome de biopoder. Primeiro as disciplinas do corpo, depois as técnicas regulamentadoras da vida. Entramos, então, numa era marcada pela “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo”, uma época que anuncia pela primeira vez a “estatização do biológico”.

Esse arranjo, essa articulação entre a *sujeição dos corpos e controle das populações*, esse *biopoder*, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, já que desde o início, ele garantia a inserção dos corpos no processo produtivo e essa acumulação de homens esteve direta e intimamente ligada à acumulação de capital. Um duplo movimento por sinal: para responder ao problema da acumulação de homens, houve um crescimento dos aparelhos de produção capazes de utilizar essa mão-de-obra, de mantê-la, de esgotá-la; por outro lado, essas mesmas técnicas, ao tornar útil e adestrada as forças humanas acumuladas, permitiram e aceleraram o movimento de acumulação do capital:

Se a decolagem econômica do Ocidente começou com os processos que permitiram a acumulação do capital, pode-se dizer, talvez, que os métodos para gerir a acumulação dos homens permitiram uma decolagem política em relação a formas de poder tradicionais, rituais, dispendiosas, violentas e que,

---

<sup>60</sup> “A individualização e a singularização operadas pelo poder disciplinar – permitindo que uma massa amorfa passasse a ser vista como uma multidão – fez desse mesmo poder uma das principais condições de sua possibilidade para aquele tipo de poder que Foucault chamou de *biopoder*” (VEIGA-NETO, 2007, p. 28, grifo do autor).

logo caídas em desuso, foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada da sujeição. Na verdade os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital, não podem ser separados; não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mantê-los e de utilizá-los; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o movimento de acumulação de capital (FOUCAULT, 1975, p. 208).

Já se está num estágio bem diferente da sociedade de soberania, em que se extraía uma força de outra – era uma economia de extração, e não de composição de forças. Essa passagem da economia de extração para uma de composição se fazia necessária na medida em que, em seus primórdios, o capitalismo demandava uma grande força produtiva através do acúmulo do maior número possível de pessoas, de trabalhadores. Era necessário constituir uma *força produtiva cujo efeito fosse superior à soma das forças elementares que a compunham*: quanto maior o tempo que o trabalhador estivesse na fábrica trabalhando, mais ele renderia lucro ao capitalista – tempo de trabalho diretamente ligado à extração da mais-valia. Mas não era só isso. Foucault ainda nos informa que o capitalismo só pôde triunfar “por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (1975b, p. 152). Foi necessária a criação de toda uma estrutura de vida, uma estrutura política, para que os corpos fossem transformados em força de trabalho e inseridos no aparelho de produção. Lançou-se mão de métodos de poder capazes de transformar o tempo da vida em tempo de trabalho, e o corpo em força de trabalho (a função de transformação do corpo em força de trabalho respondia à função de transformação do tempo em tempo de trabalho). Dessa forma, foi o biopoder em ação que permitiu certo ajustamento e equivalência entre a acumulação de homens e a acumulação de capital, cujo resultado foi a expansão das forças produtivas e do lucro.

Foucault (1978, 83ss) enfatizava que o esboço das tecnologias de segurança começava a se desenhar nos meados do século XVIII a partir do fenômeno das cidades. A cidade aparece como polo de atração de pessoas, e como tal, o local de possíveis revoltas, doenças etc. Dessa maneira, despontavam novos problemas econômicos e políticos, e surgia a questão sobre como governar essa massa de pessoas, o que demandava novas técnicas de governo que agiriam sobre um sujeito político fundamental, a “população”. Se a população estava na base do poderio do Estado, através da sua força produtiva, é sobre ela que devem ser criados aparatos de regulamentação. Estados e cidades que surgiam, novos problemas nasciam, aos quais era necessário responder com novos mecanismos de poder. Mas essa ligação não aconteceria com o rompimento da legitimidade da soberania. Houve uma

conciliação, pois era necessário exercer a soberania sobre a cidade. Mas como? O que havia de novo com a questão das cidades era primordialmente o problema da circulação: ir e vir, deslocar, trocar, ter contato, distribuir, dispersar. E o ato de governar deveria se exercer sobre “como” os elementos componentes da cidade pudessem ou não circular: um governo sobre permitir as circulações acontecerem em ampla medida, mas ao mesmo tempo, controlá-las, separar as convenientes das não-convenientes, enfim, anular os eventuais perigos que circulações não-conformes pudessem acarretar. Através dos mecanismos de segurança, ainda em formação, se tentava estimular uma ação, mas já não se tratava de uma relação de vontade soberano-súdito, como era primordial na sociedade de soberania, mas sim, como diz Foucault, de “uma anulação progressiva dos fenômenos pelos próprios fenômenos”. Esse poder era destinado, acima de tudo, “a produzir forças, a fazê-las crescer e ordená-las, mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las (1975b, p. 146). Isso quer dizer que a arte de governar já se deslocava do fenômeno das proibições para a permissão de circulação, que de qualquer forma, deveria acontecer dentro de limites e marcos aceitáveis; já nos distanciávamos do suplício, das marcações nos corpos e do impedimento da vida. Não se tratava, portanto, de uma série de imposições homogêneas, contínuas e exaustivas, mas “de fazer surgir um certo nível em que a ação dos que governam se faz necessária e suficiente”. O que começava a surgir era, portanto,

[...] o conjunto dos mecanismos que vão tornar pertinentes, para o governo e para os que governam, fenômenos bem específicos, que não são exatamente os fenômenos individuais [...]. É uma maneira bem diferente de fazer funcionar a relação coletivo/indivíduo, totalidade do corpo social/fragmentação elementar, é uma maneira diferente que vai agir no que chamo de população. [...] Temos aí duas economias de poder que são, parece-me, totalmente diferentes (1978, p. 87).

Foucault afirma, assim, a complementariedade e o entrecruzamento de *duas economias de poder*. Isso significa que há uma ligação muito forte, uma justaposição entre duas formas de poder que, apesar de distintas, se complementam e moldam um determinado tipo de sociedade. Se a formação da sociedade disciplinar se deu no movimento que ia das disciplinas fechadas até o mecanismo do panóptico, “generalizável”, as sociedades de segurança avançarão reunindo tanto os mecanismos de poder que agem primordialmente sobre o indivíduo, quanto as técnicas de governo que agem sobre uma massa, uma população. Por um lado, tem-se o indivíduo como objeto descritível, como um objeto permanente do saber, analisável em sua anatomia, psicologia, em suas particularidades; mas ao mesmo tempo, por outro lado, tem-se a constituição de um sistema comparativo, uma rede

multidisciplinar de análises que dará lugar à estatística, medida dos fenômenos globais, abrindo a possibilidade de estimar os desvios da norma, enfim, de distribuí-los em um grupo, dentro de uma população<sup>61</sup>.

Mais que criar instituições, os mecanismos de segurança introduziam mecanismos que pudessem de forma, mesmo que indireta, *exercer uma gestão sobre a vida*. Em ambos os casos, no entanto, lida-se com a questão da norma. A biopolítica atuava, então, de forma conjunta e complementar com os aparelhos de disciplina. A “sociedade normalizadora” era “o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrado sobre a vida”. Para Foucault as normas eram, acima de tudo, “regras” que visavam instituir “padrões de medida”, o padrão do “homem comum, por exemplo, e também séries, através das quais performances e rendimentos poderiam ser medidas e avaliadas. A norma era, portanto, soberana e instituidora de uma medida, a norma produzia a “medida comum”<sup>62</sup>. E tem-se, então, a ligação com o fenômeno da população. É a norma que produzirá a possibilidade de um padrão comparativo e tornar possível a comparação e a individualização, “demarcar e fixar uma individualidade por comparação”. É sempre em relação à medida que irão ser definidos os limiares tanto de aproximação, quanto de desvio, de normal e de patológico, enfim, tornam-se os “critérios para se definir tipos de subjetividade, para fixar configurações desejáveis e identidades ou comportamentos desviantes, normalidades ou patologias”.

[...] o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a ‘norma’. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. [...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 1976, pp. 212-3).

---

<sup>61</sup> “[...] o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-lo a traços específicos [...] mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’ (1975, p. 182).

<sup>62</sup> Naquele mesmo tempo se expandia a ciência estatística, que focava no estabelecimento do homem médio e da norma e consequente padrão e desvios. Já nos dispositivos disciplinares, uma norma era o ponto a partir do qual procurava-se realizar o adestramento, distinguindo o normal do anormal.

## Capítulo 2. A dívida, as moedas e as artes de governar

*E perdoa-nos as nossas dívidas  
Como também nós perdoamos aos nossos devedores  
Trecho da oração cristã “Pai Nosso”*

Deleuze e Guattari (2010, p. 51) afirmam a origem do capitalismo na conjunção de dois tipos de fluxos: “os fluxos descodificados de produção sob a forma do capital-dinheiro e os fluxos decodificados do trabalho sob a forma do ‘trabalhador-livre’”. Se as sociedades anteriores analisadas por eles – a primitiva e a despótica – eram caracterizadas por um código que abrangia todo o *socius* – o código impresso por elas era capaz de abranger todo o corpo social – a máquina capitalista passou a operar não com a sobrecodificação daqueles mesmos códigos, mas com a total descodificação deles – nenhum código, no capitalismo, era mais capaz de abranger a totalidade desse corpo. Os franceses esclarecem que é exatamente *no dinheiro* que o capitalismo substitui a ideia de código por uma “axiomática das quantidades abstratas” e é essa mesma axiomática é responsável por imprimir uma desterritorialização profunda do *socius*. É Lazzarato (2017, p. 131) que compreende que essa descodificação é plenamente materializada na realização do capitalismo financeiro, que tem como característica a destruição de todos os tipos de códigos, sejam eles econômicos (o pleno-emprego), sociais (o Estado social) e políticos (os partidos). É claro que, com isso, deve ficar evidente que as novas dominações capitalistas não se resumem mais apenas ao trabalho, mas se estendem a todas as relações sociais, pois a moeda, sob o domínio do capitalismo financeiro, não faz distinção entre produção, entre trabalho: já não interessa *quem* produziu, ou *o que* foi produzido. Não se está mais, como no capitalismo industrial, na “produção pela produção”, mas agora a moeda só busca a “apropriação pela apropriação”. “O capitalismo reduz tudo [...] ao estado de fluxos indiferenciados e descodificados [...] É o regime da permutabilidade: qualquer coisa, em “justas” proporções, pode equivaler a qualquer coisa” (GUATTARI, 1987, p. 76).

Deleuze (2013) aponta que a distinção entre as sociedades pode ser operada pelo entendimento do papel do dinheiro (moeda) e das máquinas. E, sem dúvida, é através desses substantivos que as relações de poder são reconfiguradas na sociedade conectada. O filósofo já inferia que o homem endividado, e não mais recluso, era o exemplo por excelência da sociedade de controle. A humanidade vive, pois, mais do que nunca, na era do homem endividado.

Da Revolução Russa (1917) até pouco antes da queda definitiva do muro de Berlim (1989), ainda podia-se acreditar haver “um outro lado”, mas já se passaram décadas desde que o capitalismo financeiro vencedor, um aparelho de captura e de comando, se instaurou e permanece acumulando vitórias. Durante aqueles cerca de setenta anos, foi necessário lidar com sindicatos, realizar concessões, jogar com direitos dos trabalhadores, com o medo da greve. Mas, é a partir dos anos 1970 que se tem o início uma “reestruturação”, um processo do Capital em âmbito planetário: em termos econômicos, vemos naquela década a desindexação ouro-dólar e a crise do petróleo produzir mudanças políticas em âmbito mundial.

Se no curso de 1976, *Em defesa da sociedade*, Foucault apresenta o conceito “biopoder”, Negri (2017) retomará mais tarde essa questão, entendendo o “governo” como biocapitalismo. O italiano considera o biocapitalismo como um capitalismo que está impregnado na “totalidade da sociedade”. Negri aponta que tanto as lutas operárias quanto as lutas de libertação do domínio colonial impediam que a implementação da política keynesiana nos moldes imperialistas continuasse a produzir efeito. Como resposta, o Capital operou uma reestruturação, uma reorganização, uma profunda ampliação da sua capacidade, encontrando sua hegemonia nas formas do capital financeiro. Essa reestruturação foi de forma intensiva e extensiva. Já não se estava mais restrito à exploração dos trabalhadores na fábrica – se é que algum dia o domínio sobre a vida foi resumido ao tempo dispendido no trabalho – mas a partir de então, estende-se sobre a vida de forma ampla e irrestrita. O próprio *Welfare* – o Estado de bem-estar social – à medida que se amplia, diz Negri, torna-se ele próprio um “elemento da produção”. A regulação capitalista passara a envolver o nível social total, a intervir em cada aspecto da vida, não através de um controle rígido sobre a existência (sociedade disciplinar), mas abrangendo *a existência e o futuro*. As técnicas disciplinares pareciam muito rígidas para dar conta de um movimento de liberalização do Capital em âmbito mundial, e suas instituições muito grandes e vagarosas para poder operar as normalizações em um mundo mais dinâmico do ponto de vista da integração generalizada da sociedade. É na relação credor-devedor que vemos essas técnicas securitárias se cristalizar no mundo a partir dos anos 1970. Os seguros, as previdências, os planos de saúde, como formas de garantir um futuro ao trabalhador, tornaram-se então as novas “disciplinas” da existência, mas cujas técnicas já não passavam mais pelo homem enclausurado, confinado: o homem endividado fora forjado.

### *Nietzsche e a origem da dívida*

Por que discorrer sobre a dívida? Por que a maioria das teorias e das análises sociológicas negligencia que a relação credor-devedor é a relação por excelência do mundo capitalista?

A análise pioneira de Lazzarato (2012, 2017) considera a dívida como “arquetipo da relação social”<sup>63</sup>. Para ele, o débito individual e o débito público exercem ao mesmo tempo tanto o poder individualizante quanto o poder massificante sobre a população.

[...] é a dívida e a relação credor-devedor que constituem o paradigma subjetivo do capitalismo contemporâneo, em que o ‘trabalho’ é ao mesmo tempo um ‘trabalho sobre si’, e a atividade econômica e a atividade ético-política da produção do sujeito caminham juntas. É a dívida que traça, domestica, fabrica e modela as subjetividades (LAZZARATO, 2012, p. 54).

Para empreender êxito em compreender o forjamento do homem endividado, é necessário fazer uma breve, mas importante digressão sobre a “história” da dívida”<sup>64</sup>. Nietzsche apontava que a relação social mais antiga que se conhece é a relação credor-devedor. Petrini (2014), ao empreender uma análise sobre o desenvolvimento da moeda ao longo dos séculos, é enfático ao afirmar praticamente o mesmo teor: “a história da moeda é de débitos e créditos, de fortes e fracos”, ou seja, a análise da história da moeda e de seus percursos abre espaço para desvendar as relações de força que se passaram em cada período histórico.

Nietzsche começa sua segunda dissertação em *Genealogia da Moral* (2009) com os seguintes dizeres: “Criar um animal que pode *fazer promessas*” (p. 43) e por todo o texto, o pensador dialoga com a questão da promessa, valor, futuro, lembrança. “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória” (ibid., p. 46). Ele mostra que o “conceito moral de culpa teve origem no conceito muito material de dívida”. “A ideia da equivalência entre dano e dor” encontra-se, pois, “na relação contratual

---

<sup>63</sup> Não é certo afirmar que o neoliberalismo levou a uma só relação de poder, a saber, credor-devedor. No entanto, apesar de ainda coexistirem relações como capital-trabalho, *welfare*-usuário etc., a relação credor-devedor aparece como a expressão maior, a “expressão de poder universal”, “o arquetipo da relação social”.

<sup>64</sup> Sou devedor da notável análise realizada por Lazzarato em *La fabbrica dell'uomo indebitato* (2012) [*A fábrica do homem endividado*, em tradução livre] a respeito do pensamento pioneiro de Nietzsche com relação ao “nascimento” da dívida nas sociedades arcaicas; e também a interpretação de um texto de juventude de Marx que trata do mesmo teor, porém, já na sociedade capitalista. Para um maior aprofundamento sobre o “Marx nietzschiano”, ver o capítulo *Genealogia da dívida e do devedor*.

entre *credor* e *devedor*, relação que é tão antiga quanto a existência de ‘pessoas jurídicas’, e que, por sua vez, “remete às formas básicas de compra, venda, comércio, troca e tráfico” (ibid., p. 49). Nas relações contratuais se fazem “promessas”, que são dotadas de uma memória: é construída uma memória naquele que promete. Prossegue o pensador afirmando que o devedor, “por meio de um contrato empenha ao credor, para o caso de não pagar, algo que ainda ‘possua’, sobre o qual ainda tenha poder, como seu corpo, sua mulher, sua liberdade ou mesmo sua vida” (idem). Assim, o credor tinha o poder sobre o corpo e sobre a existência atual e futura do devedor. E na medida em que fazer alguém sofrer era altamente gratificante, o sofrimento do devedor era prazeroso para o credor: “*causar* o sofrer” era “uma verdadeira festa” (ibid., p. 50), “a crueldade consistia o grande prazer festivo da humanidade antiga” (ibid., p. 51), pois a crueldade estava intimamente ligada à festa. Ao credor era oferecida, “como reparação e recompensa”, a satisfação de quem é socialmente mais forte, de poder ultrajar o mais fraco, o impotente. Toda promessa implica, pois, um trabalho sobre si constante, já que a perpetuação da dívida na vida do devedor, inculcada como lembrança na memória, não permitirá qualquer tipo de liberdade. A mecânica do poder atrelada a esse trabalho sobre si se dá através das funções-psi e assim, a dívida explora a *existência* – atual e futura, virtual e real.

A relação entre credor e devedor, entre comprador e vendedor é que deu origem ao “sentimento de culpa, da obrigação pessoal” (ibid., p. 54). E é exatamente nessa relação, diz Nietzsche, que se tem a medida de uma pessoa, que tem início o *medir*. “Estabelecer preços, medir valores, imaginar equivalências, trocar – isso ocupou de tal maneira o mais antigo pensamento do homem, que num certo sentido *constituiu* o pensamento” (idem). A partir do momento em que se mede, pode-se imputar um valor, em seu princípio, não monetário, para a expiação do binômio dívida-culpa. Petrini (2014, pp. 15ss) também chega às mesmas conclusões do filósofo: “quem dá o produto, cria um crédito que corresponde a uma dívida que vem medida e saldada por algo que serve como unidade de medida e meio de pagamento” – o que marca a criação da moeda, a qual nasce com “a marca da confiança coletiva sobre a sua capacidade de saldar as dívidas que derivam da troca” (idem). Trata-se, portanto, de uma “tecnologia de crédito transferível”, em que o importante não é o metal em si, mas a *confiança* depositada no mesmo, o qual, ao longo dos séculos, tornou-se um signo de poder, uma legitimação do poder dominante, fosse ele monárquico, imperial etc. A moeda não foi extraída “da natureza”; ela foi criada, e como tal *deve ser administrada, governada*, continuando a existir por convenção, por lei.

*A invenção das moedas e do crédito*<sup>65</sup>

Uma vez levantado o debate sobre a origem da dívida que, como vimos, não teve base monetária, passamos à origem da moeda, a qual, registre-se de passagem, também não se originou pela necessidade de facilitar a troca/escambo, mas sim, por uma metátese de poder. Em outras palavras, a raiz histórica da moeda não é sua essência mercantil, mas uma transposição de poder, regulação social e simulacro (FOUCAULT, 1970). Percebe-se, assim, de forma clara, a correlação entre dívida e moeda: o poder de medir está com quem detém o poder da moeda, ou seja, quem toma o poder institui a moeda: é, acima, de tudo, uma ação política e não monetária<sup>66</sup>.

Foucault (1970) é enfático ao afirmar que a moeda é sempre criada, distribuída e gerida por um aparelho de poder. Nos dois casos analisados por ele da Grécia Antiga, em Corinto (Cípselo) e Atenas (Sólon), apesar de algumas diferenças entre a instituição da moeda nas duas cidades, ela teve um papel bem parecido<sup>67</sup>. Cípselo não elimina as dívidas dos camponeses de Corinto, mas faz um rearranjo dos ciclos de endividamento e mantém em pé o “jogo dos créditos”, atraindo os camponeses pobres para o artesanato. Sólon, por sua vez, elimina as dívidas, mas realiza a atribuição a cada um de uma parcela dos poderes políticos dos atenienses em proporção com a riqueza. Petrini (2014) avalia no caso ateniense a estreita ligação e relação entre Estado e política. No entanto, sua análise sobre o governo de Sólon apresenta conquistas por parte dos mais pobres que Foucault não lista, ou pelo menos, tangencia. Petrini afirma que Sólon foi capaz de aliviar o peso da dívida sobre os mais fracos, implementando certas medidas como a abolição das hipotecas e a reforma monetária, desvalorizando o dracma – no caso, o peso do metal caiu de 6,27 para 4,36 g. Tais medidas apresentaram alguns resultados concretos em benefício geral da população ateniense: com o

---

<sup>65</sup> Foucault discorre sobre a criação das moedas em seu curso *Aulas sobre a vontade de saber*, na aula do dia 24/02/1971.

<sup>66</sup> É interessante notar a complementariedade entre dívida e moeda, mesmo que separadas por séculos. Do mesmo modo, é também interessante notar a complementariedade entre o que Nietzsche expõe a respeito da dívida e o que Foucault explana a respeito da moeda. Parece-nos que a diferença marcante entre eles está no fato de que Nietzsche, por preconizar a explicação sobre a origem da dívida, permanece no âmbito individual, enquanto Foucault, ao analisar a moeda como transposição de poder, já nos lega como a moeda age sobre uma população, o que de certo modo já precedia suas análises posteriores sobre as artes de governar.

<sup>67</sup> Referimo-nos à cunhagem da moeda e sua força política sobre uma determinada população (cidade, Estado). Graeber (2016, p. 272) afirma que a cunhagem da moeda surgiu entre 600 a.C. e 500 a.C. na China, na Índia e nos entornos do mar Egeu, seguida – ou incentivada – por uma transformação social.

aumento da moeda em circulação, houve conseqüentemente uma diminuição da dívida do Estado e também dos mais pobres.

De qualquer forma, a moeda limitou, em ambos os casos, as reivindicações sociais e, ao mesmo tempo, manteve o regime da propriedade e a manutenção da dominação pela classe dominante. “A instituição da moeda permite que os pobres paguem suas dívidas; permite propor-lhes um trabalho dando-lhe um salário [...] permite que os ricos evitem a grande reviravolta política e social; garante-lhes que [...] conservarão a maior parte de suas terras e de suas riquezas” (FOUCAULT, 1970, p. 128). Enfim, a moeda sempre foi um instrumento político que permitiu, ao mesmo tempo, limitar as reivindicações sociais e manter o poder de uma classe<sup>68</sup>. É somente mais tarde que ela aparece como signo, com sua face “monetária”, servindo para adquirir bens. Ela trouxe, a partir de então, a possibilidade de poder *avaliar*, de poder *medir*, mas, em alguns momentos da história, somente os detentores de um certo tipo de moeda podiam e podem exercer essa prerrogativa.

Alguns percursos da utilização da moeda servem de ilustração. Nos séculos XIII e XIV, em Veneza, foi realizada uma estratégia monetária até então inédita para apoiar o novo ritmo crescente do comércio. Se até então, como se viu com Sólon em Atenas, a moeda foi administrada para acalmar as revoltas populares, muitas vezes servindo para equacionar a força entre os pobres e ricos, fortes e fracos, em Veneza se administrava a moeda para servir aos interesses “dos mercados, dos banqueiros e da classe nobre” (PETRINI, 2014, p. 70). A instauração de praticamente três “tipos” de moeda, entre as quais não havia relação – o ouro, acessível somente aos grandes banqueiros, comerciantes –, a prata, reservada ao que hoje poderia ser definida como “classe média” –, e o dinheiro, na cor preta, acessível aos mais pobres, que o recebiam como pagamento do salário, só fazia penalizar os mais desfavorecidos, pois o dinheiro da plebe era fragilizado com sucessivas desvalorizações ao longo dos anos.

É também nesse período que começa a aparecer a figura dos banqueiros, e com eles, o *crédito* surge no palco da economia. Com a criação das letras de câmbio, o movimento e a dinâmica do dinheiro ganham outra velocidade, nascendo o embrião da “antecipação de recursos” a serem utilizados para produzir. O dinheiro começa, então, a ser parte importante –

---

<sup>68</sup> Na China, na dinastia Ming, no século XV, conseguiu também, através do controle da moeda, fazer prosperar a população e impedir revoltas populares (GRAEBER, 2016, p. 393). Para Deleuze e Guattari (2012, p. 148), o dinheiro nasce do imposto, e não do comércio.

e por que não afirmar preponderante – da produção, que até então não podia ser considerada capitalista.

Mas é necessário realizar o salto de alguns séculos para colocar os pés na Idade das Luzes, Revolução Industrial, enfim, a época em que passa a dominar a visão de mundo burguesa. Foi a “revolução financeira” um dos motores que colocou em marcha a “revolução industrial”, ou seja, o crédito, que aparecera no palco da economia séculos antes, passava a atuar como protagonista no palco da sociedade industrial emergente. É a partir do século XVII que a moeda passa a ser “capital”, tendo o papel fundamental de iniciar o processo produtivo, celebrando a aliança entre o Estado e a economia. Como desenvolve Petrini (2014, p. 130), a moeda só pôde se desenvolver a tal ponto a partir da evolução do quadro jurídico e da formação de garantias patrimoniais – ambas garantidas a partir de então pelo Estado e pelo Banco Central inglês – que engendraram tanto o poder liberatório quanto a portabilidade da moeda<sup>69</sup>. Por ser, àquela época, a “única ponte” entre Estado e economia e o “único instrumento de política econômica”, ela deveria ser fortemente governada.

Mas é somente no século XVIII que a moeda se torna “autônoma”, do ponto de vista conceitual, materializando em si, com a libra esterlina, as duas funções: unidade de medida e meio de pagamento. Essa autonomia da qual a moeda vem ser dotada a transforma em uma mercadoria, isso é, “um objeto cujo valor é determinado pela oferta e demanda, pelo menos àquela época” (ibid., p. 154). Já o advento da moeda bancária, favorecido pela criação e popularização dos bancos locais, no século XIX, promove uma ulterior e radical diferença com relação às suas antecessoras: a partir de então, a moeda não está mais presa e limitada à disponibilidade de metais preciosos. Vale dizer que os bancos passam, a partir de então, “a multiplicar os próprios depósitos, financiar decisões de investimento e sobretudo prescindir da decisão dos correntistas de depositar maiores quotas de dinheiro” (ibid., p. 164).

Na história da moeda, o tema credor-devedor é uma constante – já que foi essa própria relação que engendrou a criação da mesma ou, melhor dizendo, as criações das moedas, pois cada uma servia a propósitos históricos específicos. É por isso que acredito ser necessário dialogar criticamente com David Graeber e sua obra *Dívida: os primeiros 5.000 anos* (2016) – na qual ele evidencia corretamente a origem não-econômica da moeda<sup>70</sup>, mas,

---

<sup>69</sup> Por um pacto entre o Estado inglês e o mercado, nascia o Banco da Inglaterra (PETRINI, 2014, p. 141 ss.).

<sup>70</sup> “Na verdade, nosso relato-padrão da história monetária é definitivamente invertido. Nós não começamos com o escambo e depois passamos pela descoberta do dinheiro, até chegarmos ao desenvolvimento dos sistemas de crédito, mas sim o contrário. O que chamamos hoje de moeda virtual veio primeiro. A moeda de metal apareceu

por outro lado, negligencia a força da moeda como capital e como hegemônica no neoliberalismo. Para ele, “os Estados criam os mercados. Os mercados exigem os Estados” (p. 94). Foucault (1979) mostra exatamente o contrário: na prática do ordoliberalismo alemão pós Segunda Guerra Mundial a questão colocada era como forjar um Estado a partir da economia. Em outras palavras, como formar um Estado que pudesse responder aos anseios do que estaria antes e, mais importante do que ele: o mercado. Nesse caso, foi o mercado – a doutrina ordoliberal – que criou o moderno Estado alemão – a economia como constituidora do político (LAZZARATO, 2017)<sup>71</sup>.

Graeber também afirma que “uma dívida, então, é apenas uma troca que ainda não foi concluída” e “é justamente quando a dívida é quitada, que a igualdade é restabelecida e as duas partes podem seguir adiante sem ter mais nada a ver uma com a outra” (2016, p. 157). “Não existe dívida realmente impagável. Se não houvesse um modo concebível de resolver a situação, não a chamaríamos de ‘dívida’” (ibid., p. 156). “Durante o tempo em que a dívida permanece não paga, o que funciona é a lógica da hierarquia”. E prossegue: “É isso que torna as situações de dívidas efetivamente impagáveis tão difíceis e dolorosas. Como credor e devedor em última instância são iguais, se o devedor não consegue fazer o que é preciso para restabelecer sua igualdade, obviamente há algo de errado com ele: deve ser culpa sua” (idem). Na verdade, uma igualdade nunca está previamente estabelecida, e por isso, nunca será restabelecida. Quem possui a moeda-capital detém o poder sobre aqueles que somente a possuem como forma de pagamento. A diferença é de natureza, não de grau, e por isso já é desigual em seu princípio. A relação de forças credor-devedor sempre pende para o lado do credor.

“Dívida é algo bem específico e surge de situações bem específicas. Primeiro ela requer uma relação entre duas pessoas que não se consideram seres fundamentalmente diferentes uma da outra, que são iguais pelo menos em potencial, que *são* iguais nos aspectos que realmente importam e que, no momento, não estão em uma situação de igualdade – mas

---

muito tempo depois, e seu uso se difundiu apenas de maneira desigual, sem jamais substituir por completo os sistemas de crédito. O escambo, por sua vez, parece ser principalmente um tipo de subproduto acidental do uso da cunhagem ou do dinheiro em papel: em termos históricos, o escambo tem sido principalmente o que as pessoas acostumadas com transações em dinheiro vivo fazem quando, por alguma razão, não têm acesso à moeda corrente” (GRAEBER, 2016, p. 57).

<sup>71</sup> Com o capitalismo, e principalmente na sua forma neoliberal, a política não se encontra na “instituição democrática”, mas tanto ela quanto as suas subjetivações devem ser pensadas a partir da economia, da produção, da fábrica. Para Lazzarato (2014, p. 210), elas “não são adjacentes às instituições políticas representativas, nem à democracia”, mas, no neoliberalismo, que impõe uma impossível autonomia política – já que a “economia é a política” – as subjetivações políticas acontecem estruturadas em um quadro em que é capitalismo quem constitui o vetor e ponto de subjetivação.

para as quais existe uma maneira de arranjar as coisas” (ibid., p. 155, grifo do autor). Como vimos em Nietzsche, é na relação entre credor e devedor que se mede, se avalia, uma pessoa com outra. E seguindo ainda os rastros do pensador, maior a avaliação que alguém pode fazer sobre outro, maior é a sua hierarquia, maior é o seu poder, seu sentimento de primazia sobre os animais e sobre os outros. Já não se está mais na relação de igualdade, e com a moeda e suas diferenciações – unidade de medida, meio de pagamento e moeda-capital – o salto da relação de desigualdade é ainda mais forte e evidente.

É necessário, para concluir, entender que diariamente entra-se no circuito da dívida, para não dizer que nunca se consegue escapar do mesmo:

Através do consumo, sem saber, entramos em uma relação cotidiana com a economia da dívida. Levamos conosco a relação credor-devedor no bolso e nas carteiras, inscrita no microchip do nosso cartão de crédito. Aquele pequeno ‘quadrado’ de plástico esconde duas operações que parecem insignificantes, mas cujas implicações são de grande importância: a abertura automática de uma relação de crédito que instaura um débito [uma dívida] permanente. O cartão de crédito é o modo mais simples de transformar o seu possuidor em devedor, no ‘homem endividado’ para sempre (LAZZARATO, 2012, pp. 37-8).

### Capítulo 3. Capitalismo e neoliberalismo: a moeda em um novo paradigma<sup>72</sup>

*A moeda de crédito e a moeda mercantil possuem uma longuíssima história, elas não nasceram com o capitalismo, mas esse último as integrou à sua dinâmica de modo inteiramente particular.*  
*Maurizio Lazzarato*

Lazzarato (2017) amplia o entendimento de Deleuze & Guattari, que afirmavam que o capitalismo fez sua origem através dos “fluxos decodificados de produção sob a forma do capital-dinheiro e os fluxos decodificados do trabalho sob a forma do ‘trabalhador-livre’”. Para o italiano, o capitalismo “estrutura e constitui a única sociedade que faz do dinheiro e do seu poder de abstração e desterritorialização seu princípio de organização, seu alfa e ômega (D-D’) e seu sentido e finalidade”. E prossegue: “Não apenas os códigos religiosos, políticos, simbólicos, sociais são desfeitos um a um, mas são todas as relações sociais e políticas que devem se curvar à sua lógica” (p. 116). A moeda de crédito deve ser entendida, então, como um “título sobre um trabalho futuro” e “direito de exploração e apropriação por vir”, que hoje não advém só do trabalho, mas de qualquer produção social.

O capitalismo estabelece, assim, uma ruptura radical na história da moeda de crédito e da moeda de troca já que, em sua própria concepção, forja dois tipos de moeda: enquanto a moeda de crédito exprime o “poder” do Capital, a moeda mercantil exprime a “impotência” de quem a possui. “A moeda de crédito como moeda-capital encarna a lógica da produção pela produção, quer dizer, a introdução do infinito na valorização capitalista. O ciclo do capital contemporâneo (D-D’) *começa com o dinheiro e termina com o dinheiro, o que significa que ele não termina nunca e que ele deve sempre recomeçar*” (LAZZARATO, 2017, p. 116, grifos meus).

Para uma melhor compreensão do papel da moeda no neoliberalismo, é necessário empreender uma análise da diferença entre o liberalismo e o neoliberalismo. Foucault (1979) faz radical distinção entre o primeiro e o segundo. Para ele, o liberalismo “clássico” deve ser entendido na esteira de Adam Smith, para quem o “mercado” iria automaticamente se autorregular – a mão invisível –, mas que existia, para ele, uma fronteira nítida entre o político

---

<sup>72</sup> Deleuze e Guattari unem a teoria nietzschiana da dívida nas sociedades arcaicas com a teoria marxiana da moeda já no capitalismo e nos provêm uma leitura não economicista da economia, já que para eles, “a produção econômica e a produção de subjetividade” não podem ser separadas. A moeda é, nesse caso, a “expressão de um poder de comando” e não apenas um signo para troca ou compra de mercadorias.

e o econômico. Já no neoliberalismo, é o mercado que cria o Estado, coloca-o sob sua vigilância, e a lógica do mercado é o que deve ditar – e dita – os passos do Estado. Trata-se de uma radical ruptura, uma totalmente outra forma de constituir a sociedade. Em outros termos, tem-se a economia “fundando” a política e marcando uma sociedade econômica. Ou seja, apesar de termos o prefixo “neo”, não há motivos para se acreditar em uma linearidade, uma continuidade entre os dois. Temos, portanto, uma diferença de natureza entre os dois modos de governar, na medida em que no segundo caso, deve-se a todo custo disseminar o mercado, tornar o mercado global, estendido a todo o globo terrestre – é o neoliberalismo que promove a globalização. É o mercado que deve desempenhar o papel de regulador em todos os setores da vida jurídica, política e econômica; é necessário, pois, um verdadeiro intervencionismo. Não se tem mais nem autonomia do político, muito menos uma neutralidade do Estado. Toda forma de intervir em prol do mercado deve ser empregada.

Se a questão do liberalismo era, já havendo um Estado “dado”, como limitar o seu poder e fazer com que a economia e os interesses econômicos pudessem seguir seus fluxos “naturais”, o que vai acontecer no século XX é a uma nova transformação que tanto Foucault quanto Santos vão analisar<sup>73</sup>: o neoliberalismo. Para Foucault, a questão, o problema do neoliberalismo<sup>74</sup> era a própria fundação do Estado, era o mercado como princípio fundador do Estado. Isso implicaria, para o francês, toda uma nova maneira de ser e de pensar, um novo saber, um novo tipo de relação entre governantes e governados, e que o mercado tornava-se, assim, o príncipe regente de todo o social. Mercado, concorrência e empresa seriam, então, o poder enformador da sociedade.

Foucault aponta que o grande fato do nascimento desse novo modo de governo foi através da leitura realizada pela Revista *Ordo* (por isso “ordoliberalismo”) a partir dos destroços da Alemanha do pós 2ª Guerra Mundial. Para a Escola de Friburgo, a Alemanha nazista foi uma experiência de regulamentação da sociedade de forma total pelo Estado e que não deu certo. Por isso, todos os defeitos, todas as derrotas deveriam ser creditadas a essa forma de governar. Era a fobia do Estado em seu grau máximo. Emergindo dos destroços da guerra, já não seria possível para a “nova” Alemanha apelar para quaisquer direitos históricos

---

<sup>73</sup> Para Foucault, o “marco” do neoliberalismo está em 1939 com o a formação de uma comissão permanente chamada “Comissão internacional de estudo para a renovação do liberalismo” (CIERL), que apresentará as propostas do neoliberalismo (1979, p. 183). Já para Santos (2011), é o “consenso de Washington” que põe em prática os princípios neoliberais.

<sup>74</sup> Sua análise abrangeu a gênese do ordoliberalismo alemão, do neoliberalismo francês e do anarcoliberalismo americano.

ou legalidade jurídica; *seria no alicerce do mercado que a legitimidade do novo Estado alemão deveria ser fundada*. Então era necessário adotar a liberdade de mercado como princípio fundador, organizador e regulador do Estado. Em poucas palavras, o Estado só poderia viver sob a vigilância do mercado. O problema do neoliberalismo foi então, desde sua origem, regular o exercício global de poder político com base nos princípios de uma economia de mercado (FOUCAULT, 1979, p. 181).

Com essa análise, Foucault explicita que o liberalismo passou por grandes transformações até chegar em sua forma neoliberal: 1) enquanto para os liberais o mercado era movido essencialmente pela “troca”, pela oferta e demanda, para os neoliberais o que deveria mover o mercado era a concorrência. E como tal, não seria mais um certo “naturalismo” que ia fazer com que as trocas chegassem em um “bom preço”. Para os neoliberais, a concorrência deveria aparecer, e para aparecer ela tinha de ser *constantemente produzida*; e 2) essa produção só poderia acontecer por uma *governamentalidade* ativa, e não mais um Estado mínimo. Seria necessário, portanto, governar para o mercado ao invés de governar por causa do mercado, ou seja, tudo partiria da economia de mercado e a concorrência seria dotada de estruturas formais, diferentemente do mercado liberal, em que se acreditava que seriam os princípios “naturais” que fariam com que se chegasse ao “bom preço”. Para os neoliberais, o jogo econômico deveria ser uma espécie de regulador geral da sociedade ao qual todos precisariam se prestar e se dobrar.

Tanto Foucault quanto Santos concordam que para que o mercado funcione como princípio regulador da sociedade, o neoliberalismo teve que prescindir de uma atividade intervencionista permanente, uma vigilância constante para que o mercado pudesse fabricar a liberdade necessária para continuar sendo o princípio motor da “vida”.

Santos (2011, pp. 31ss) elucida ainda mais as características do neoliberalismo. Para o autor, a globalização resulta de um conjunto de decisões políticas “identificadas no tempo e na autoria” e o “Consenso de Washington<sup>75</sup>” é uma decisão política dos Estados centrais, e suas principais inovações em âmbito mundial são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais

---

<sup>75</sup> Conjugação de grandes medidas econômicas em 1989, formuladas por economistas de instituições financeiras e que se tornou a “política do Fundo Monetário Internacional” (FMI). Os principais campos de intervenção econômica do consenso podem ser listados: a liberalização dos mercados; a privatização das indústrias e serviços; a desativação das agências nacionais regulatórias e de licenciamento; a desregulação do mercado de trabalho; a redução e a privatização dos serviços de bem estar social (saúde, pensões, educação, etc.); reformas educacionais dirigidas para a formação profissional mais do que para a construção de cidadania (SANTOS, 2011, p. 38).

internacionais, tais como FMI, Banco Mundial, etc. Ainda para ele, o discurso neoliberal se funda em que o crescimento e a estabilidade da economia são dependentes da redução dos custos salariais, e por isso seria necessário liberalizar o mercado de trabalho, diminuindo direitos, proibindo indexação de ganhos, enfim, torná-lo precário. Essas medidas visariam impedir o “impacto inflacionário” dos aumentos salariais. Santos ainda afirma que a economia é, dessa forma, “dessocializada”, e o critério de inclusão do cidadão deixa de ser o direito para passar a ser a solvência.

Sobre a questão do Estado, Santos afirma que “a criação de requisitos normativos e institucionais para as operações do modelo de desenvolvimento neoliberal envolve, por isso, uma destruição institucional e normativa de tal modo que afeta [...] a legitimidade global do Estado para organizar a sociedade” (ibid., p. 37). E que, por paradoxal que possa parecer, a retração da ação estatal só pode acontecer através de uma forte intervenção estatal: “*O Estado tem que intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação*” (ibid., p. 38, grifos meus). Desregular significa que o Estado deve ter uma intensa atividade regulatória visando eliminar a regulação estatal anterior e ao mesmo tempo criar as normas e as instituições que presidirão o novo modelo de regulação social. “Tal como o Estado tem de intervir para deixar de intervir, também só um Estado forte pode produzir com eficácia a sua fraqueza” (ibid., pp. 41-2). Em suma, a responsabilidade central do Estado seria de criar o quadro legal e dar condições para que as instituições possam tornar possível o fluxo das interações entre agentes econômicos, a sociedade e o próprio Estado.

Feita essa breve digressão e diferenciação entre liberalismo e neoliberalismo, podemos mergulhar na análise da prática governamental capitalista, em que a moeda é um de seus elementos constituintes. Os estudiosos sobre os quais nos apoiamos<sup>76</sup> nessa seção apresentam, de forma geral, três fases marcantes e distintas do capitalismo dos últimos 140 anos. Cada fase, marcada por radicais diferenças de características, apresenta implicações importantes no tocante ao papel das finanças: há a fase marcada pela hegemonia do capital financeiro – de 1880 a 1930 –; a fase do “compromisso keynesiano”, 1948 a 1980 –; e a última fase, a partir de 1980, que, mais que uma retomada da hegemonia do capitalismo financeiro, é uma fase de ruptura radical na história da moeda.

---

<sup>76</sup> Os estudiosos franceses marxistas dos livros *A finança mundializada* e *A finança capitalista*: François Chesnais, Suzanne de Brunhoff, Gérard Duménil, Dominique Lévy, Catherine Sauviat, Michel Husson e Dominique Plihon, assim como Maurizio Lazzarato.

A característica da fase atual, iniciada a partir dos anos 1970-1980, é a liberação total do capital. Mas tal liberação, é importante frisar, foi a do “dinheiro como capital”. “Liberar o capital não significa libertar seu suposto poder de autorregulação (o mercado), mas, pelo contrário, seu movimento imanente de desequilíbrio permanente e sua busca sistemática de assimetrias e desigualdades, que são as condições de sua valorização, quer dizer, da apropriação e da expropriação da produção social, que constituem suas verdadeiras finalidades” (LAZZARATO, 2017, p. 130). É por isso que, contrariamente ao que se prega, o neoliberalismo precisa de um “estado máximo”, no sentido que é necessário dar total liberdade ao *movimento do capital*<sup>77</sup>.

Mas, antes de tudo, faz-se necessário rever o pano de fundo das décadas anteriores à hegemonia neoliberal. Após uma fase de hegemonia do capitalismo financeiro, que perdurou *grosso modo* até o *crash* de 1929, observa-se, no período após a 2ª Guerra Mundial, uma relação de poder travada entre o trabalho e o capital, entre os industriais e os trabalhadores. O Estado assumia novamente a direção da macroeconomia, em detrimento da iniciativa privada, operando um certo “recuo” no domínio da finança<sup>78</sup>. Tal período, denominado pela maioria dos estudiosos de “compromisso keynesiano”, tem como característica os países do “primeiro mundo” tendo encontrado um crescimento econômico constante, baixa inflação, explosão do consumo das massas, uma vez que os aumentos salariais garantiam o acesso da classe trabalhadora aos bens de consumo duráveis – aumento do poder de compra – e também o desenvolvimento de sistemas sociais – os serviços públicos garantidos como saúde e educação, e também a questão da aposentadoria. É nesse período também que se observa uma queda na concentração de renda. Tal regime de acumulação foi baseado na organização do trabalho e no rígido controle sobre o trabalho industrial, enfim, uma época marcada pelo “Estado de bem-estar social”.

Entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 esse modelo, arraigado em torno da grande empresa fordista e da regulação estatal, entra em crise. Alguns acontecimentos políticos como a Guerra do Vietnã, a rebelião do movimento estudantil (na França em maio de 1968, mas depois também em outros países), o avanço das greves, sobretudo na Itália, juntamente com eventos econômicos como consequência da elevação do

---

<sup>77</sup> “É a mobilidade do capital que é a força da concorrência capitalista, e seu potencial foi multiplicado com a aparição do grande setor financeiro moderno” (Duménil & Lévy, 2010, p. 298). Não nos esqueçamos, contudo, que a aparição e a estruturação do setor financeiro moderno foi um ato político.

<sup>78</sup> Houve uma redução do poder político e econômico da oligarquia empresarial através da destruição e/ou desvalorização de grande massa dos títulos (ações).

preço do petróleo, puseram em xeque tal período, marcado, em seu fim, por queda dos lucros das empresas, do PIB de muitos países e do declínio do comércio internacional, e levando a uma reestruturação radical do capitalismo.

Entre 1965 a 1973, observa-se a inundação do mercado pelos eurodólares, em que as instituições bancárias ainda tinham proeminência no mercado financeiro. A Guerra do Vietnã, financiada pelo déficit público estadunidense, precisava de ainda mais recursos e o então presidente, Richard Nixon, deu marcha ao fim da conversibilidade ouro-dólar<sup>79</sup> (1971), em vistas de arrecadar mais dinheiro para continuar a financiar a guerra. Considera-se esse período como o início da desregulamentação das finanças que permitiu que o mercado financeiro pudesse começar sua expansão com vistas a cobrir os rombos do endividamento bélico. Todas as escolhas políticas a partir de então passam estar alicerçadas sobre as bases da doutrina neoliberal<sup>80</sup>. A partir de 1974 observa-se outro aumento dos depósitos bancários com a chegada dos petrodólares, o que possibilita que os países ricos emprestassem dinheiro a outros países a taxas de juros flutuantes, indexadas ao dólar, instaurando uma relação credor-devedor entre as nações. Com o aumento dos juros nos Estados Unidos em 1979, tais dívidas tornaram-se praticamente impagáveis, podendo ser consideradas um “golpe de Estado financeiro” em favor dos credores, os países ricos. A consequência foi a securitização da dívida, e passam a entrar em cena os investidores financeiros, os quais compravam os títulos e podiam com isso usar o poder de especulação financeira sobre os países devedores.

Um novo quadro começava a se desenhar, implicando uma nova relação de forças em favor dos detentores do capital na economia mundial, fossem eles os países credores ou os investidores institucionais. Não se terá mais, a partir de então, nem neutralidade do Estado, nem autonomia do político. A superação das crises, principalmente devido à baixa taxa de lucro, só poderia ser completamente resolvida com a liberalização do dinheiro, com a liberdade de movimento do capital. O conjunto das medidas colocadas em prática tornou possível a modificação profunda, a partir de então, da relação entre o capital e o trabalho. Na prática, todos poderiam tornar-se “rentistas”, e se assiste, a partir de então, uma “financeirização” da vida cotidiana.

Inúmeras consequências marcam os anos subsequentes, entre elas, a substituição dos direitos sociais pelo acesso ao crédito – uma espécie de “direito” a contrair dívidas, que culmina em uma dívida eterna, uma dívida da existência, já que o crédito, ao ser uma

---

<sup>79</sup> A inconvertibilidade dos dólares no exterior em ouro.

<sup>80</sup> Por exemplo, o Consenso de Washington de 1990.

promessa de saldar uma dívida, implica em dispor previamente do “futuro” do devedor, através de um trabalho sobre si constante.

Mas é a partir da Segunda Guerra Mundial que Guttman & Plihon (2008, p. 578ss) notam, principalmente nos Estados Unidos, o surgimento e a expansão da “economia do endividamento”, seja da massa de trabalhadores-consumidores, seja do Estado, já que a política keynesiana, em pleno vigor, promovia o aumento de gastos elevados visando os investimentos em infraestrutura etc. – aliado, ao mesmo tempo, à redução da carga de impostos. Foi nesse ambiente que a “economia do endividamento” se voltou também ao consumo das famílias, cenário que perdurou predominantemente até o início da década de 1970, quando os Estados Unidos começaram a enfrentar um período de fraco crescimento econômico e elevada inflação – fase conhecida como estagflação. Como consequência, o final da década de 1970 e o início da de 1980 farão surgir uma série de medidas que desregulamentariam o conjunto do sistema bancário estadunidense<sup>81</sup>, dando maior liberdade à moeda, que sancionarão o final definitivo da política keynesiana e que irão “alterar as relações de poder no sistema de crédito de um viés pró-devedor para outro pró-credor”.

#### *O neoliberalismo e o império da dívida – o mundo pós 1974*

O que começa a ser construído a partir de então, baseado nas doutrinas neoliberais americana e inglesa, é um novo tipo de capitalismo, sustentado sobre duas bases: a) o forjamento de um mercado mundial, pela necessidade de liberar o capital, liberar o dinheiro como capital, em vista de superar as crises de acumulação pela qual se estava passando; b) o desenvolvimento das novas tecnologias de informação, que permitiam a multiplicação exponencial da velocidade de tal movimento. Deve-se frisar que tal movimento não aconteceu por “acidente”, nem por uma “mão invisível”, mas esteve sempre pautado por alianças políticas, econômicas e sociais tendo em vista a ampliação do poder dos investidores institucionais, que começavam a jogar um papel de atores proeminentes, já que passaram a controlar os fundos de pensão, os fundos mútuos e a indústria de seguros. Apesar de tal

---

<sup>81</sup> Como, por exemplo, os *Depository Institutions Deregulation and Monetary Control Act*, de 1980, e outros *Depository Institutions Acts*, que permitiram aos bancos introduzir hipotecas com taxas de juros ajustáveis, cujo risco de alteração na mesma ficaria a cargo do mutuário tomador de empréstimo e não do credor (GUTTMANN & PLIHON, 2008).

movimento ser às vezes vulgarmente denominado “globalização”, o que deve ficar claro é que se trata de uma liberação, de uma liberdade para o Capital, na forma de capital financeiro que se torna, a partir de então, hegemônico como motor da economia mundial e reconfigura as relações de poder no planeta. Essas duas bases promovem, então, a expansão das empresas multinacionais – como modalidade também as empresas organizadas em rede – as quais obtêm uma alta lucratividade por meio da flexibilização do trabalho em outros países.

Como estratégia operada, no tocante ao combate à inflação, as altas taxas de juros permitiram uma “segurança financeira” para a deflação salarial. Então é que foram criados e popularizados os fundos de pensão<sup>82</sup>, exatamente pela necessidade de regimes de previdência por capitalização. Tais fundos serviam como uma espécie de “caixa de aposentadoria”, nas quais se depositava dinheiro de origem patronal e/ou salarial para serem valorizadas no mercado financeiro. Aplicava-se nos fundos de pensão, os verdadeiros beneficiários do aumento dos juros em 1979, e depois, em um ulterior desenvolvimento daqueles mesmos fundos, os *mutual funds*, em detrimento dos fundos de pensão. Essa gestão dos fundos, que alcançavam somas cada vez maiores, inverteu a relação de forças entre os portadores de dinheiro: os investidores institucionais passavam a ter proeminência sobre os bancos, já que eram responsáveis pela gestão daqueles grandes patrimônios. Tanto a securitização dos bônus do Tesouro, como a securitização dos títulos da dívida pública, somado à taxa de juro elevada por cerca de uma década, permitiram uma “imensa transferência de riqueza” em favor dos investidores institucionais que, além de terem o poder econômico, detinham o poder político sobre Estados e populações. Foi exatamente a dívida pública, operada pela desregulamentação financeira, que permitiu a expansão dos mercados financeiros.

Assim, a aposentadoria por capitalização, que tomou grandes proporções a partir do final da década de 1970, joga um papel central na nova relação de poder. Os beneficiários eram indivíduos assalariados que destinavam uma parte de seu salário visando a sua aposentadoria; mas, ao mesmo tempo, eram pessoas que tinham seu destino atrelado às variações das cotações da bolsa. Instaurava-se, assim, uma relação credor-devedor que iria se expandir cada vez mais. A partir de então, não são mais os bancos, mas os investidores institucionais que passaram a deter cada vez mais um amplo poder social, já que podiam definir o destino de indivíduos e nações, na medida em que seus interesses eram os que

---

<sup>82</sup> No período entre o fim da 2ª Guerra Mundial e os anos 1970, os regimes de aposentadoria – ou previdência – se desenvolvem nos Estados Unidos, através de incentivos fiscais e também da pressão sindical para obter melhores aposentadorias no setor privado.

tinham primazia sobre qualquer outro interesse individual. Os assalariados deveriam, por sua vez, conformar-se com as suas exigências, falar cada vez mais a língua da finança, obedecer aos parâmetros da bolsa e “torcer” para que tudo fosse bem com suas aplicações. Enfim, uma verdadeira máquina de “disciplinar” os trabalhadores, agravada pelo aumento gradativo dos *mutual funds* (regimes de capitalização) – em detrimento dos fundos de pensão (os únicos “verdadeiros” regimes de aposentadoria) – que transferiram aos assalariados, e não mais aos empregadores os riscos e o custo das aposentadorias. Os *mutual funds*, diferentemente dos fundos de pensão (regimes de benefícios definidos), eram planos de contribuições definidas, em que os riscos financeiros estavam a cargo única e exclusivamente do assalariado que contribuía. Ao separar o gasto da renda, os usuários puderam operar em uma escala muito maior de endividamento. Tal mudança reflete o fato que, a partir dos anos 1980, vê-se a desregulamentação acentuada do mercado financeiro, a manutenção da taxa de juros em nível elevado, baixa inflação e também o desenvolvimento das aplicações na Bolsa, que passou a receber cada vez mais depósitos de pessoas físicas em ações de empresas lá listadas.

Os fundos foram, portanto, os imediatos beneficiários do choque de juros de 1979. E o aumento dos juros pagos pelo governo americano à taxa de 20%, efetuado pelo então presidente do *Federal Reserve*, Paul Volker, que objetivava, em termos econômicos, estancar a inflação provocada pela crise do petróleo, provocou uma profunda mudança da sociedade global, tendo como uma de suas consequências a grande redistribuição de renda em favor dos mais ricos<sup>83</sup>. Outro resultado político foi a reformulação profunda das relações de poder, não mais pautadas fundamentalmente entre capital e trabalho, mas na relação credor-devedor<sup>84</sup>.

Foram essas mudanças, essas desregulamentações do sistema bancário que engendraram as condições para que a economia do endividamento nos Estados Unidos ressurgisse com grande força, a ponto de esse novo período ser definido e caracterizado como “capitalismo conduzido pelas finanças” [*finance-led capitalism*]. Sendo o capital financeiro a forma mais móvel de Capital – hoje, é muito mais fácil movimentar dinheiro que trabalho, trabalhadores, empresas – não é de se estranhar que a busca pela maximização dos rendimentos tenha engendrado pelo caminho do capitalismo financeiro. Para Guttman &

---

<sup>83</sup> Aparecem como resultado daquela política econômica: entre 1976 e 2003, a participação dos salários caiu 10%, de 68 para 58% do PIB dos 15 países mais ricos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); aumento da desigualdade de renda (como já visto anteriormente) (PETRINI, 2014, p. 250).

<sup>84</sup> Se alguma vez houve na história do capitalismo uma “sociedade de consumo”, essa só poderia ser considerada um curto período da história, cerca de trinta anos, no período compreendido entre o fim da 2ª Guerra Mundial e os meados da década de 1970.

Plihon (ibid., p. 581), foram três forças inter-relacionadas que promoveram a alteração no modo de operar do capitalismo: para ser competitivo – a concorrência como mantra do neoliberalismo –, as empresas assumem uma dependência cada vez maior do empréstimo (endividamento) em todos os ramos de atividade financeira; a inovação financeira, através das tecnologias da informação e da desregulamentação bancária, promove e facilita tal endividamento; por fim, a globalização financeira “como a força mais transcendental na internacionalização do capital”<sup>85</sup>. “Menos limitada pela tecnologia do que a inovação industrial, a inovação financeira depende mais da capacidade humana de *engendrar novas promessas*, torná-las reivindicações legalmente exequíveis *de parte da receita futura de alguém ...*” (idem, grifos meus). Assim, passou-se a empregar muito mais dinheiro em transações financeiras que no comércio e na produção. A razão da dívida pública com relação ao PIB dos principais países do G7 passou de 20,5% em 1980 para 30,8% em 1990, atingindo em 1995 41,9% (ibid., p. 585). A dívida das famílias como percentual da renda disponível nos Estados Unidos passou de 1975 62% em 1975 para 127% em 2006, enquanto na França subiu de 33% para 68% no mesmo período (ibid., p. 587). O que esses dados revelam é que nos Estados Unidos houve um padrão de crescimento baseado no consumo, no consumo através do endividamento do consumidor, e ao mesmo tempo uma baixa atenção com relação à poupança. Endividamento dos estudantes, dos empreendedores, das empresas; empréstimos para comprar casas, carros, eletrodomésticos, pagar a faculdade, alavancar os negócios; “expressão de um sistema de endividamento do consumidor altamente desenvolvido”, “uma economia em torno do endividamento do consumidor”. O “sonho americano” sempre passou por possuir uma casa própria e uma crescente capacidade de gastar.

E as práticas neoliberais estiveram no centro desse sonho: as preferências por uma “estrutura reduzida de governo” acaba por fazer com que os americanos deleguem ao mercado e paguem por isso – muitas vezes através do endividamento –, alguns acessos e serviços que poderiam ser oferecidos pelo Estado, como educação e saúde. Mas como se viu na crise financeira de 2008, foram os bancos centrais que tiveram que intervir para impedir um colapso ainda maior, operando grandes injeções de liquidez para evitar que o mercado financeiro ficasse “parado”.

É assaz importante não perder de vista que estamos sempre sob o viés de relações de poder. Duménil & Levy (2010) apontam que a finança deve ser entendida como o conjunto

---

<sup>85</sup> Petrini (2014, p. 253) aponta que enquanto o período do final da 2ª Guerra Mundial até 1968 não apresentou nenhuma crise financeira importante, os anos de 1975 a 1997 apresentaram mais de 200.

formado pelas frações superiores da classe capitalista com suas “respectivas instituições financeiras, as quais são encarnações e agentes do seu poder” (p. 187) e prosseguem “a finança, tal qual nós a entendemos, torna-se um ator social”. Para os autores, as frações superiores são “as famílias no topo da hierarquia da burguesia do capital de empréstimo”, assim como “sua riqueza em títulos”, sendo os grandes bancos suas “instituições financeiras”. A nova ordem social, nascida na década de 1970, leva, assim, ao limite a concentração de renda a favor da fração superior da classe e consagra seu poder não só econômico, mas político e social. Trata-se, sobretudo, de um ato político forjado pelo pensamento neoliberal, que reafirma o “poder da finança” sobre toda a população terrestre.

De modo geral, a moeda passou a cumprir o papel de *meio de pagamento*, em que encontramos consonância com as sociedades disciplinares, ao exercer uma espécie de “vigilância” sobre os gostos, gastos, frequência de compras etc., e também, ao mesmo tempo, como *moeda-capital*, o meio de controle sobre a própria existência atual e futura de populações inteiras. Não por acaso, James Carville, chefe da campanha presidencial de Bill Clinton, pontuou que “se existisse a reencarnação”, ele gostaria de voltar como “mercado de títulos”, já que esse tipo de mercado pode “intimidar todo mundo”. Mais que intimidar, pode controlar e fazer viver ou deixar morrer todo o mundo.

### *Intervir é preciso*

O neoliberalismo opera uma ruptura radical no governo dos humanos: a economia é a modalidade contemporânea constituidora do político (LAZZARATO, 2017).

Para Alliez & Lazzarato (2016), *o Estado e a moeda são, ao lado da guerra, os elementos constitutivos e constituintes, portanto, ontológicos, do capitalismo*<sup>86</sup>. Como vimos, o capitalismo operou uma ruptura radical na história da moeda – moeda de troca e moeda de crédito. As relações inerentes à moeda-troca e à moeda-crédito não existiam nas sociedades pré-capitalistas, e ao engendrâ-las, o capitalismo faz aparecer relações sociais específicas: enquanto a primeira mostra a “impotência” do assalariado, a moeda-crédito exprime toda a

---

<sup>86</sup> Mas eles abrem um parêntese com relação aos períodos históricos: se até a 1ª Guerra Mundial, na aliança entre Estado e capital, a guerra era responsabilidade do Estado, depois o que se realiza é a integração do Estado e da guerra como dispositivo do capital.

força do capital e de seus detentores. No capitalismo, a moeda-crédito é transformada em capital financeiro e a moeda-troca, por sua vez, em capital comercial (LAZZARATO, 2017).

Com relação ao Estado, seguimos as pistas de Foucault, Deleuze & Guattari e Lazzarato, e afirmamos que o neoliberalismo pressupõe uma intervenção estatal *sui generis*.

O que as práticas neoliberais visam está longe de ser um “Estado mínimo”, mas sim um Estado ausente de direitos sociais, sem reivindicações dos trabalhadores – o único “mínimo” é a questão das lutas e revoltas<sup>87</sup>. “O neoliberalismo representa uma nova etapa na integração entre capital e Estado e entre soberania e mercado” (LAZZARATO, 2017, p. 91). É exatamente através da heterogeneidade entre Estado e capital, ou melhor, da composição dessas heterogeneidades e, reconfigurando os princípios do Estado e subordinando-o aos processos de valorização do Capital que o neoliberalismo constitui a sua governamentalidade econômica<sup>88</sup>.

Para fazer funcionar um estado econômico, a economia teve que se tornar a política, ou, mais precisamente, a economia tornou-se a modalidade do político no neoliberalismo, decretando o declínio do “Estado soberano” em detrimento do Estado-econômico, com a redundância que esse termo possa acarretar em minha análise – já que o Estado neoliberal é, por excelência, econômico.

A construção do “Estado social” vai passar por uma intervenção massiva, a ponto de Estado, economia e sociedade tornarem-se “investidos transversalmente” pela governamentalidade do Capital, dando lugar a uma nova versão do conceito de “capitalismo de Estado”. A subordinação de toda a sociedade e suas relações dar-se-á conceitualmente pela imposição da generalização da lógica da empresa – todos os direitos que deveriam ser providos pelo Estado, tais como saúde, educação, aposentadoria, terão de ser pagos, comprados. Já se está na financeirização da sociedade, que implica necessariamente a “economia da dívida”, através da captura não só daqueles que estão no “mercado de trabalho”, mas de toda a sociedade – a governamentalidade neoliberal não se ocupa somente com o excedente industrial, mas é estendida a toda a sociedade.

---

<sup>87</sup> “O Estado não deve ser tornar mínimo, mas organizar e gerir ‘serviços mínimos’, o que significa assegurar uma cobertura mínima dos riscos, pois o restante deve ser comprado no mercado dos seguros” (LAZZARATO, 2019, p. 32).

<sup>88</sup> Entre as heterogeneidades, observa-se que o Estado se define por um território e suas respectivas fronteiras, enquanto o Capital é desterritorializado e desterritorializador por excelência; o Estado implica uma nação, enquanto o capital é incapaz de produzir algum sentido de pertencimento etc. (LAZZARATO, 2017, pp. 93-4).

“O ordoliberalismo abre o processo de constituição de novas técnicas de governamentalidade. A governamentalidade ordoliberal deve moldar o Estado e o Estado deve moldar a sociedade para que o mercado possa existir e funcionar como ‘aparelho de captura’ e de medida. Sem essa dupla condição – o Estado ‘econômico’ e a ‘economização da sociedade’ (Foucault) –, o mercado não tem nenhuma chance de existir” (LAZZARATO, 2017, p. 100). E aqui, a intervenção, ou melhor a governamentalidade acontece em domínios que supostamente não estariam diretamente ligados ao econômico – a educação, a lei, a cultura, a medicina, o desenvolvimento social etc. Toda uma política do social passa a ser alvo do Estado-social, entendido como Estado-econômico, tendo em vista a formação tanto da mão-de-obra quanto da sociedade em sua íntegra em prol do Estado-mercado.

A governamentalidade neoliberal não é mais exclusivamente uma ‘tecnologia de Estado’, mesmo que o Estado nela desempenhe um papel importantíssimo. Nos anos 1970, nós assistimos ao que se poderia chamar de uma privatização da governamentalidade. Essa já não é mais exercida apenas pelo Estado, mas por um conjunto de instituições que não pertencem ao Estado (bancos centrais ‘independentes’, mercados, agências de notação, fundos de pensão, instituições supranacionais etc.), cujas administrações do Estado constituem apenas articulações que, embora não sejam desprovidas de importância, são apenas uma articulação entre outras. Esse funcionamento pode ser exemplificado pela ação da Troika (FMI, Europa e BCE) na crise” (LAZZARATO, 2017, p. 120).

Fato é que, na prática neoliberal, os governos – salvo raras exceções como os Estados Unidos e a China – apenas “executam as estratégias do capital financeiro, que os transcende”. O poder executivo do Capital está, assim, localizado em um conjunto de instituições transnacionais as quais compreendem os Estados apenas como uma de suas articulações, totalmente dominados pelo capital financeiro. “O verdadeiro poder executivo não saiu nem da vontade do povo, nem da Nação, nem do Estado; é aquele que as instituições da finança reconstruíram progressivamente à seu proveito e benefício” (ALLIEZ & LAZZARATO, 2016, p. 335). Deleuze & Guattari (2012) já apontavam que os Estados, longe de desaparecer ou se anularem, mudavam de forma e assumiam um novo “sentido” – tornavam-se “modelos de realização da axiomática” dos fluxos descodificados – a qual os ultrapassava. É exatamente sob a forma de Estado-nação, a realização imanente da axiomática, que o Estado opera um processo de sujeição, uma “subjetivação coletiva”, cujo resultado evidente é a “nação”.

Foucault (1979, p. 30) é enfático ao afirmar que o neoliberalismo modificou fundamentalmente a razão de Estado e que a análise da biopolítica só poderia ser feita depois

que se analisasse em profundidade a metamorfose operada pelo liberalismo – ou melhor, do ordoliberalismo – no tocante à governamentalidade – “Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica”. No entanto, nas páginas que se sucedem, Foucault, como vimos, divide radicalmente o liberalismo do neoliberalismo. Em sua análise, o primeiro se situa sob o signo do *laissez-faire*, enquanto o segundo opera uma radical transformação, implicando uma vigilância, uma atividade interventiva permanente, e o exercício do poder político é calcado nos princípios de uma economia de mercado e para o mercado, que é o próprio Estado nascente econômico – a introdução do mercado e sua regulação como princípio fundador e regulador da sociedade, uma sociedade estritamente econômica – “economia social de mercado” ou “política da sociedade”.

Ele tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura. No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regular de mercado geral da sociedade. Vai se tratar portanto, não de um governo econômico [...] isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade (FOUCAULT, 1979, p. 199).

### *Bitcoin e Libra*

*No caso de Corinto, a moeda metálica é primeiro distribuída aos “pobres” (enquanto produtores), que se servem dela para comprar direitos de terra; ela passa, então às mãos dos “ricos”, com a condição de não parar, com a condição de que todos, ricos e pobres, garantam um imposto, os pobres em bens ou serviços, os ricos em dinheiro, de modo que se estabeleça uma equivalência moeda-bens e serviços.*

*Deleuze & Guattari*

A moeda é sempre distribuída por um aparelho de poder, já afirmaram Deleuze e Guattari (2011, 2012). Mas é com a hegemonia do capital financeiro que a captura se desloca para o campo do virtual, da economia futura, enfim, da posse da existência, da sequestração do futuro. E como mostrei anteriormente, a moeda tem um papel fundamental nesse processo.

O dinheiro também precisou perder sua face material e tornar informação pura – bits – o que acontece com o cartão de crédito, por exemplo. Mas é com o “bitcoin” e a “libra” que a moeda perde seu último resquício de rigidez e de regulamentação.

A *bitcoin* é uma moeda digital e, ao mesmo tempo, um dinheiro eletrônico para transações ponto-a-ponto, que se popularizou a partir de 2013. Com a *bitcoin*, podem-se efetuar transações financeiras, as quais, por sua vez, são verificadas por todos os usuários da rede, e gravadas em um banco de dados, uma espécie de livro público de transações, que recebe o nome de *blockchain*. Esse banco de dados é, desde sua origem, descentralizado e altamente capilarizado, impedindo a intromissão de qualquer autoridade financeira – como um Banco Central, por exemplo –, e abrindo a possibilidade de utilização da mesma para lavagem de dinheiro ou atividades ilícitas e fraudulentas<sup>89</sup>.

Em junho de 2019, o Facebook anunciava a criação de sua própria moeda para começar a “circular” no primeiro semestre de 2020. Com cerca de 100 membros, foi criado e registrado, na Suíça, a Associação Libra, um grupo 100 membros, no qual todos teriam o mesmo poder de voto, e do qual o Facebook supostamente não teria maior poder de decisão<sup>90</sup>. A libra parece ter condições de operar uma revolução nos sistemas de pagamentos e sistemas monetários do mundo, já que, diferentemente do *bitcoin*, cujo valor depende da demanda, estará alicerçada em uma carteira de títulos bilionária, além de fundos e de empresas gigantes mundiais como Visa, Mastercard e PayPal (este último anunciou sua saída antes mesmo da operação da moeda). Sua promessa consiste em ser meio de pagamento através de seus aplicativos como Facebook, WhatsApp e Instagram, assim como o usuário pode fazer transferências para outras contas – contas de usuários, no caso, e não contas de banco, já que não será necessário possuir conta em “banco” para realizar pagamentos ou transferências. Ao mesmo tempo, dispensará a necessidade de um Banco Central como emissor e regulamentador da moeda e, por isso mesmo, especialistas alertam para o fato de que outras atividades ilegais e outros mecanismos de lavagem de dinheiro possam ser originados com a criação dessa moeda, além, é claro, da evidente possibilidade de evasão fiscal.

Sobre esse tema, em 2019, estimava-se que 38% do Investimento Estrangeiro Direto (IED) mundial era de “capital fantasma”<sup>91</sup>, ou seja, cerca de US\$ 15 trilhões “passa por estruturas operacionais vazias sem atividades empresariais reais”, sendo apenas operações fiscais para minimizar o pagamento de impostos – ao invés de ser aplicado na cadeia

---

<sup>89</sup> No Brasil, por exemplo, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) tinha aberto até o fim do mês de agosto de 2019, 8 denúncias relacionadas às criptomoedas (ante uma denúncia em todo o ano de 2018) contra empresas de corretagem ou investimento em moedas virtuais (Valor Econômico, 10/09/2019).

<sup>90</sup> Uma análise da revista Wired, no entanto, mostrou que 15 das 27 empresas fundadoras da Associação estavam direta ou indiretamente ligadas ao Facebook.

<sup>91</sup> Estudo do FMI (Fundo Monetário Internacional) juntamente com a Universidade de Copenhague (Valor Econômico, 10/09/2019).

produtiva. É claro que esse tipo de operação teve sua facilidade aumentada com a desregulamentação do mercado financeiro e o fluxo abstrato da moeda.

*A figura subjetiva da governamentalidade biopolítica: o sujeito endividado*

O neoliberalismo, bem longe de ser apenas um modo de produção econômica, é também, e sobretudo, uma prática de constituição – ou desconstituição – dos laços sociais. O ser econômico, o “empresário de si mesmo” pode ser o símbolo dessa construção, que acarretará, mais à frente, no “sujeito endividado” que precisou e precisa fazer empréstimos para existir – empresarialmente, fisicamente. Os jovens são obrigados a entrar no mercado de trabalho, mesmo não se identificando com ele – como as gerações anteriores – mas, sim, com o imperativo de trabalhar, de ter uma ocupação, e tornar-se, si próprio, uma fonte de renda. Jovens e adultos fazem parte, então, de um fenômeno que tem acontecido no curso da última década no Brasil – a PJotização, ou a transição de trabalhadores sob o regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para MEI (Micro Empreendedor Individual). A abertura de novas MEIs se mostrou reflexo da crise econômica de 2014, com o desaquecimento do mercado de trabalho, tanto é que muitos trabalhadores não conseguem pagar nem a taxa máxima de imposto mensal de R\$ 50,00<sup>92</sup>. Trata-se de um pseudo “empreendedorismo” maquiado de precarização do trabalho – os “empreendedores” encontram-se alijados de seus direitos como aposentadoria, seguro desemprego, férias remuneradas, décimo terceiro salário etc. – além de também contribuírem para a diminuição da receita previdenciária do governo. E um grande impulso “ideológico” partiu do maior veículo de comunicação do Brasil, a Rede Globo. No final de 2019, em suas plataformas, a empresa lançou a campanha “VAE” (Vamos Ativar o Empreendedorismo), através da qual fornece dicas e auxílio para todos aqueles que querem “empreender” – tornar-se empreendedor no sentido de tornar-se um MEI.

Aliado a isso, a crise também eleva a crença no “esforço próprio”. Uma pesquisa realizada em 2018 mostrou que 90% dos entrevistados acreditam que “quem quer fazer alguma coisa, deve correr atrás e não esperar nada de ninguém”, demonstrando uma certa

---

<sup>92</sup> Em janeiro de 2016, a inadimplência foi de 60%.

crença no individualismo. A mesma pesquisa apontou também que 76% acreditam na própria capacidade de mudar de vida<sup>93</sup>.

As estratégias e tecnologias de governo devem estar em consonância com as imagens mais predominantes de como os seres humanos devem ser – um indivíduo inovador, criativo, que corre os riscos para obter o sucesso, que é, por si só, uma empresa e cujo destino está em suas próprias mãos, em suas próprias decisões e escolhas – um indivíduo supostamente livre e autônomo (a liberdade torna-se, assim, uma racionalidade de governo)<sup>94</sup>. Essa forma de pensar tornou-se uma ferramenta muito poderosa da governamentalidade neoliberal, e atravessa muitas práticas, seja do consumo, seja do trabalho, do seguro etc. Como pontua Rose (apud CARVALHO & LIMA, 2016), tais formas de pensar estão muito longe de serem apenas descritivas; como técnicas de governamentalidade, elas são “normativas e intervencionistas”. Tais ideias se tornaram uma norma, e como tal, a base para uma verdadeira intervenção nos domínios ser-poder e ser-consigo: “ela se torna também uma inspiração para toda uma série de intervenções para gerenciar [governar] pessoas que não correspondem a essa norma” (p. 801). No caso de uma biopolítica da gestão da saúde, por exemplo, “a melhor maneira de governar a saúde é fazer com que se coincida aquilo que o indivíduo quer e aquilo que você deseja enquanto gestor de saúde” (idem), uma verdadeira “arquitetura da escolha”. A verdade é que vivemos em um sistema “que nos oferece um determinado conjunto de definições de quem somos, um sistema de conhecimento para compreender a nós mesmos, um regime de julgamento, um conjunto de ideais” (ibid., p. 804), o que implica a existência humana envolvida em modos de ser “múltiplos e contraditórios” (ibid., p. 805).

---

<sup>93</sup> Pesquisa realizada pela empresa Locomotiva juntamente com a agência de propaganda Publicis. Valor, 23/02/2018, p. A4.

<sup>94</sup> Em resposta a um artigo que publiquei em outubro de 2019, no jornal Correio Popular de Campinas, um leitor, cuja identidade preservou, escreveu-me um e-mail que personaliza exatamente o exposto, com os seguintes dizeres: “Sou pobre, nem por isso vou atribuir esta minha situação ao capitalismo, se sou pobre a culpa é única, exclusiva e totalmente minha, se sou pobre é por me faltar competência, alguma coisa estou fazendo de errado, não culparei jamais o sistema capitalista, este sistema é minha segunda pele, sou homem de valores, portanto, homem forte para admitir e enfrentar de cabeça erguida esta situação, desta forma, perceba você que, não sou mais um rico a defender o capitalismo, portanto, não sou suspeito em defender esta posição. [...] Se existe[m] desigualdades sociais, é porque em dado momento alguém de mais coragem para vencer na vida conseguiu se destacar, e daí é obvio, procurou o que é melhor para si, posto que agora deve usufruir de seu mérito. Portanto não existe desigualdade social, este termo é usado por pessoas fracassadas, pessoas que não nada fizeram para melhorarem de vida”. A questão do “mérito”, do “melhorar de vida” são colocados como resultados de escolhas e esforços próprios, independente do grau de instrução, da classe social à qual pertence o indivíduo.

Têm também papel preponderante nos processos de subjetivação contemporâneos as disciplinas-práticas Psi – é claro que nos referimos a uma multiplicidade dessas práticas, mas que, em seu conjunto, colaboram para a construção de “sujeitos governáveis”.

E ainda devemos levar em conta a ação do poder pastoral. Esse poder, apesar do nome, não é restrito ao âmbito religioso, das igrejas principalmente cristãs, apesar de ser importante em uma população com quase 30% de evangélicos – como é o caso do Brasil. Os grandes líderes protestantes brasileiros, através de suas inúmeras cadeias de rádio, jornais, programas de televisão, espalham a forma de pensar e agir pautadas na “Sagrada Escritura”. Mas também o poder pastoral se exerce cada vez mais nas redes sociais: os *digital influencers*, com seus seguidores, espalham diariamente formas de existir, de se comportar, padrões de beleza, de bem-estar, de saúde, e certamente não podem ser desprezados como pastores do rebanho – “cangar os bois”, para que eles possam seguir a estrada tocados facilmente na mesma direção.

Com relação à educação financeira, no Brasil, o Banco Central (BC) criou em 2020 o programa “Aprender Valor, que pretendia ensinar disciplina financeira nas salas de aula através das disciplinas de português, matemática, história e geografia, até 2022, 22 milhões de alunos do primeiro ao nono ano, para que eles soubessem “planejar gastos, poupar ativamente e fazer uso consciente do crédito”<sup>95</sup>. Enfim, toda a subjetivação biopolítica com o objetivo de enquadrar a população à lógica financeira.

---

<sup>95</sup> <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/01/13/bc-educacao-financeira-rede-publica-ensino-professores.htm> acesso em 13/01/2020.

**PARTE II – GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA**

## Capítulo 4. Capitalismo e máquinas

### *Fábrica e máquinas*

*Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho [o é]. Se ele puder realizá-lo por meio de máquinas ou até por meio da água, do ar, tanto melhor. E o capital não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho.*

*Karl Marx*

Apesar de Marx ter uma visão da relação homem-máquina bem diferente das explanadas por Simondon, Deleuze e Guattari<sup>96</sup>, sua análise e sua visão politizada das mesmas é importante para nosso trabalho, pois revela a sempre constante tensão entre trabalhadores e máquinas, utilizadas como dispositivos de poder. As máquinas são, para Marx, produto de um processo histórico e a mecanização da produção é resultado do capitalismo, nunca a origem dele. Nas fábricas, desde o início, as máquinas não cumpriram a promessa de liberar o trabalhador do trabalho<sup>97</sup>. Antes, aumentaram a carga sobre eles, atuando muitas vezes como “concorrentes”. A maquinaria era forjada pelo capital como “potência hostil ao trabalhador” (MARX, 2013, p. 508) e a máquina não liberou o homem *no* trabalho (fábrica), e também não libera *do* trabalho: usadas como dispositivos de poder, elas são responsáveis por jogá-lo cada vez mais dentro do processo econômico – as fronteiras marxianas de capital fixo e variável devem ser ampliadas para que se consiga desvendar o alto grau de exploração que se passou a atingir fora da fábrica, muito além do processo estritamente produtivo.

---

<sup>96</sup> Conforme pontua Lazzarato (2019, pp. 136ss) Marx estava ligado à filosofia hegeliana e à relação sujeito-objeto, antropocêntrica – sujeitos “animados” e objetos “coisificados”. É somente com Simondon que se consegue precisar que a natureza da técnica deve ser buscada nas dimensões pré-individual e transindividual, pensada assim em relação a um corpo social e não a um indivíduo biológico. “É o ‘corpo social do capital que distribui a máquina técnica como capital constante e o operário como capital variável’ (ibid., p. 137). A máquina é, assim, um “modo de existência”, e, carregando consigo uma multiplicidade de relações, também deve ser acrescentada ao modo de existência humano. Temos, assim, uma noção da máquina que implica não somente seu estado “atual”, mas leva consigo sua potencialidade.

<sup>97</sup> “Considerada em si mesma, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; como por si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc.” (MARX, 2013, p. 513).

Mumford (2009) endossa esse entendimento, afirmando que o Capital utilizou as máquinas técnicas – primeiro nas fábricas, depois na vida social – não para estimular o bem estar social, mas para que as classes governantes tivessem sempre mais poder e riqueza.

Marx assinalava, já nos *Grundrisse*, uma afirmação óbvia, mas não por isso menos importante, que são os seres humanos que constroem as máquinas e não a natureza: “A natureza não constrói máquinas [...]. Elas são produtos da indústria humana” (2011, p. 589, grifo meu). Dessa forma, Marx sugere que as máquinas devem ser consideradas como “a encarnação das relações de poder”, e isso vale para todos os tipos de máquinas. São as forças sociais que inventam, criam, moldam as máquinas, as quais movem-se conforme tal movimento. Qualquer crença no determinismo tecnológico passa longe deste entendimento.

Analisando a questão da introdução e do desenvolvimento da máquina técnica na fábrica, Mumford (2009, pp. 14, 55) aponta que qualquer instrumento que “limite” as ações e os movimentos dos seres humanos, reduzindo-os a elementos mecânicos, pertence à fisiologia da era da máquina e que o autômato é a última fase de um processo que começou com o uso de uma ou outra parte do corpo humano como instrumento. Ou seja, a mecanização dos hábitos humanos preparou o caminho para levar adiante imitações mecânicas. Em poucas palavras, foi tornando as tarefas humanas em gestos repetitivos e simplificados que foi possível substituir o trabalhador por uma máquina. Marx (2013), por sua vez, já apontava que *uma máquina ocupa sempre um lugar e um espaço que previamente era território de uma divisão do trabalho*. Uma nova máquina, partindo de uma divisão de trabalho prévio, instaura-se visando uma expansão de nível e de escala de complexidade superiores. Não por acaso, vemos na obra máxima de Marx a questão das máquinas suceder a questão da divisão do trabalho, demonstrando que a divisão do trabalho social pode ser considerada uma espécie de máquina abstrata<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup> Na seção III d’*O Capital* (a produção do mais-valor absoluto), o capítulo 5 – o processo de trabalho e o processo de valorização – precede o capital constante e o capital variável (capítulo 6). Na seção IV (a produção do mais-valor relativo), apresenta a mesma ordem: ao capítulo 12 – divisão do trabalho e manufatura – sucede-se a maquinaria e grande indústria (capítulo 13), dentro do qual aparece “a fábrica” e “a luta entre trabalhador e máquina” nos itens 4 e 5, respectivamente.

*O capital fixo e as forças produtivas da sociedade*

Agora é necessário entrar mais detalhadamente no mundo da maquinaria fabril. Marx (2013) assinala a máquina como capital fixo – aquele que se consome no próprio processo de produção do capital (meio de produção, meio de trabalho). O capital fixo é, portanto, o agente da transformação da matéria-prima em produto. Entre as metamorfoses pelas quais o capital fixo passa no processo produtivo, a última é, para Marx, o *sistema [automático] da maquinaria*<sup>99</sup>. Ele descreve tal sistema como aquele que é acionado por uma força motriz (autômato que se movimenta por si mesmo). Essa força motriz é composta por “numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, de modo que os próprios trabalhadores são definidos somente como membros conscientes dele” (p. 580). O trabalhador da fábrica aparece, então, não mais fazendo uso da máquina como um instrumento (objeto externo a ele). Seu “trabalho”, agora, uma mera abstração da atividade, passa a ser dominado e regulado pelo movimento da máquina, pois foi ela que passou a ter a virtuosidade, a capacidade de ação e da transformação da matéria-prima em produto<sup>100</sup>.

O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico em forma de trabalhadores vivos individuais, subsumido ao processo total da própria maquinaria, ele próprio só um membro do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, diante da atividade isolada, insignificante do trabalhador, aparece como organismo poderoso [...] (MARX, 2011, p. 581, grifo meu).

Neste processo, a “unidade” que governa não é mais o “trabalho” (o processo de trabalho). O trabalho aparece nele disperso em forma de trabalhadores individuais, os quais são comandados pelo processo dominante da maquinaria. O trabalho vivo transforma-se, então, em mero acessório “vivo” da maquinaria e o trabalhador é colocado à margem do

---

<sup>99</sup> “[...] sistema da maquinaria; o automático é apenas a sua forma mais adequada, mais aperfeiçoada, e somente o que transforma a própria maquinaria em um sistema” (MARX, 2011, p. 580). “A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem precisar da ajuda do homem, mas apenas de sua assistência, temos um sistema automático de maquinaria, capaz de ser continuamente melhorado em seus detalhes” (MARX, 2013, p. 455).

<sup>100</sup> As palavras de Marx são esclarecedoras: da especialidade em manusear uma ferramenta, o trabalhador é levado a servir de forma vitalícia uma máquina parcial. A maquinaria transformou o trabalhador “em peça de uma máquina parcial” (MARX, 2013, p. 494).

processo, não sendo mais o agente principal<sup>101</sup>. Agora é ele que serve à máquina, que tem de acompanhar o movimento dela: o trabalhador é incorporado como apêndice vivo.

Marx assinala, ainda, que a transformação do meio de trabalho em maquinaria operada pelo Capital não é casual: ao operar tal mudança, o Capital reconfigura o meio de trabalho (“herdado”) em uma forma adequada a si. O que aparece, então, como capital fixo é, para Marx, a materialização do acúmulo das “forças produtivas gerais do cérebro social” (saber, habilidade etc.)<sup>102</sup>. E com o desenvolvimento da maquinaria, o trabalho social geral torna-se representado no Capital, e não mais no trabalhador. Ainda para Marx, o *capital fixo torna-se, objetivamente, a medida da força produtiva da sociedade*, já que, no processo de produção imediato, ele é tornado o próprio ser humano<sup>103</sup>. Ao mesmo tempo, esse progresso geral alavanca a força produtiva do Capital, na medida em que o capital fixo indica o grau em que o Capital tem sobre si o controle do processo de produção como um todo, como um poder sobre o trabalho vivo. Recorremos ao seu célebre trecho:

[As máquinas] são produtos da indústria humana; [...]. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida (MARX, 2011, p. 589).

Com essa operação, o Capital forja ao mesmo tempo o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário (pontos que Marx assinala como a tendência necessária do capital) e o *general intellect* apareceria como condição da produção depender menos do tempo de trabalho e mais como o desenvolvimento da ciência e da técnica. Por isso, o pensamento marxiano não se reduziu à questão da máquina dentro da fábrica. Seu ensinamento é claro: “A *maquinaria* aparece, portanto, como a forma mais

<sup>101</sup> O trabalhador era considerado uma “máquina secundária”, nas palavras de Robert Owen, citado por Marx (2011, p. 593).

<sup>102</sup> “A *maquinaria* aparece [...] como a forma mais adequada do *capital fixo*, e o capital fixo [...] como a *forma mais adequada do capital de modo geral*” (MARX, 2011, p. 582).

<sup>103</sup> “No capital fixo, a força produtiva social do trabalho é posta como propriedade inerente ao capital; tanto a capacidade científica quanto a combinação de forças sociais no interior do processo de produção e, finalmente, a habilidade do trabalho imediato [são] transposta[s] para a máquina, para a força produtiva morta” (MARX, 2011, p. 597). Marx assinalará n’*O Capital* (2013, p. 463) que quanto menos trabalho humano uma máquina contém em si, menor é o valor que agrega ao produto. Mas, na nossa análise, a partir do momento em que a máquina é considerada como a própria cristalização do trabalho humano, pode-se considerar que mais valor ela agrega.

adequada do *capital fixo* e o capital fixo [...] como a forma mais adequada do capital em geral” (2011, p. 582, grifos meus). *No capital fixo, o que é colocado como propriedade inerente do capital não é somente a “habilidade do trabalhador”, mas também a capacidade e o desenvolvimento da ciência, em suma, “a força produtiva social do trabalho”.*

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que condiciona a substituição da força humana por forças naturais e da rotina baseada na experiência pela aplicação consciente da ciência natural. [...] no sistema da maquinaria, a grande indústria é dotada de um organismo de produção inteiramente objetivo, que o trabalhador encontra já dado como condição material da produção (MARX, 2013, p. 459).

Marx já previa que a organização do Capital poderia ser, então, a partir de um certo desenvolvimento, não mais restrita ao âmbito do trabalho, tendo a capacidade de se expandir e formar uma espécie de “fábrica social”<sup>104</sup> – o vivente é tornado capital fixo – e a acumulação passaria a acontecer através de dispositivos capazes de produzir e capturar valor produzido além dos processos considerados diretamente produtivos.

#### *A primeira megamáquina social e a megamáquina capitalista*

Mumford (1967) utiliza a definição clássica de máquina de Franz Reuleaux – “combinação de partes resistentes, cada uma especializada em uma função, operando sob controle humano, para utilizar energia e realizar trabalho” – para assinalar que a primeira grande máquina que o ser humano forjou foi a megamáquina social que operava através de uma força coercitiva e também repressiva; ela era usada como artifício de exploração máxima do trabalho humano<sup>105</sup>. Dentro de sua organização eficiente<sup>106</sup>, quanto mais humanos

---

<sup>104</sup> Tronti (1976) já assinalava que quanto mais a produção social se tornava produção industrial, ou seja, quando a “fábrica se apoderava da sociedade”, deu-se o início a uma indistinção entre “os traços específicos da fábrica” e “os traços genéricos da sociedade”. Para o autor, apesar de aparentemente a fábrica desaparecer, o que realmente acontece é que as relações fabris passam a ser o fundamento das relações sociais, e esse seria o grau mais elevado do desenvolvimento da produção capitalista marcada por uma profunda mistificação de todas as relações sociais.

<sup>105</sup> Marx (2011, p. 578), citando Piercy *Ravenstone*, pontua que “a máquina não é posta em ação pela escassez de homens, mas pela facilidade com que estes são reunidos”.

<sup>106</sup> Os hieróglifos nas tumbas e nos sarcófagos apontam que o trabalho de cada indivíduo era subdividido minuciosamente em partes: cada um sabia minimamente de suas responsabilidades dentro do processo. Um grupo era responsável por encontrar a pedra, outro por medi-la, outro por talhá-la, outro pelo transporte etc. (MUMFORD, 1967, p. 193).

participavam de sua constituição e mais trabalho era extraído, mais poderosa ela se tornava. Em poucas palavras, dentro da megamáquina, o que contava era a quantidade de pessoas e de trabalho que ela conseguia pôr em jogo: a megamáquina ostentava o aprisionamento e a escravização de seus componentes humanos e só trabalhava a partir de trabalho forçado. A energia que ela dispunha era proveniente da escravização. O poder exercido pelo soberano implicava em uma subordinação das aptidões individuais e a unificação de uma multidão de subordinados para realizar o objetivo do rei. Os homens eram vistos não de forma individual, mas coletiva. Os humanos eram, assim, despidos de suas singularidades para que alcançassem, dentro da grande engrenagem, uma performance mecanicamente perfeita (eram tornados máquinas). E uma vez que a conduta se tornou ordeira e previsível, os desvios, as rebeliões, tornaram-se cada vez menos frequentes.

Mumford detalha também que a grande lição da megamáquina social primitiva é que ela implicou numa transformação dos modos de viver anteriores, cobrindo todos os aspectos da vida, e dando à menor unidade “social” um “destino cósmico que transcendia a mera existência biológica ou continuidade social. Para ele, nas novas cidades, “todas as partes humanas foram juntadas, formando uma unidade superior” (1967, p. 208). Além disso, a invenção da megamáquina serviu de modelo para todas as formas de organização mecânica que a sucederam<sup>107</sup>, como por exemplo, a megamáquina capitalista.

Em *Mil Platôs* (2012), Deleuze e Guattari expõem uma novidade radical em um subcapítulo intitulado *O Estado e suas formas*. Eles retomam o conceito da megamáquina primitiva de Mumford e propõem que o capitalismo atual a reinventou, operando, a partir dessa transformação, por nós, redes, capturas<sup>108</sup>. O capitalismo, com isso, começava a operar a partir de um duplo regime de servidão: a sujeição social e a servidão maquínica<sup>109</sup> – esta última, a verdadeira novidade do capitalismo pós 1970.

---

<sup>107</sup> Marx (2013, p. 457) já tratava deste problema: “[...] a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura provocou também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social”, que promoveu, a partir de então, desterritorializações de trabalhadores em nível mundial.

<sup>108</sup> Para Lazzarato (2014, p. 80), o conceito de sujeição (com algumas variações), já era conhecido pela filosofia e pela sociologia dos últimos cinquenta anos. Mas entender que o capital também se utiliza de um outro dispositivo heterogêneo e complementar – e diríamos preponderante –, denominado “servidão maquínica”, é a contribuição inédita e original de Deleuze e Guattari, mas desconhecida por grande parte dos estudiosos e da sociologia contemporânea.

<sup>109</sup> O termo servidão, tomado de empréstimo da cibernética, significa o “governo” dos componentes de um sistema. A especificidade da servidão no capitalismo é que a sua constituição é “assistida” pela tecnologia (no império egípcio antigo, os homens constituíam-se em engrenagens de uma megamáquina social, que eles compunham entre si com outras coisas como animais e ferramentas, por exemplo), sob o controle e a direção de uma unidade superior, mas absoluta e pessoal, constituindo uma “escravidão sem mestre”.

Distinguimos como dois conceitos a servidão maquínica e a sujeição social. Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto que deveio exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas submetido pela máquina. Não que o segundo regime seja mais humano. Mas o primeiro parece remeter por excelência à formação imperial arcaica [império egípcio]: os homens não são ali sujeitos, mas peças de uma máquina que sobrecodifica o conjunto (DELEUZE & GUATTARI, 2012, p. 168).

O capitalismo forjara, assim, um duplo regime de tratamento da produção de subjetividade, a sujeição social – centrada na subjetividade do sujeito individual –, e a servidão maquínica – que envolve uma multiplicidade de subjetividades e protosubjetividades (humanas e não humanas), máquinas, maquinismos etc. Apesar de heterogêneos, esses dois processos são complementares, interdependentes e essenciais para o funcionamento do capitalismo. A sujeição e a servidão devem ser consideradas, então, como dois polos coexistentes: no capitalismo atual, o ser humano é sujeitado e submetido a ambos os processos conjuntamente.

Lazzarato (2013, p. 148; 2014, p. 27) segue as pistas de Deleuze e Guattari, afirmando que a organização da produção que o capitalismo exerce se dá através desses dois dispositivos – sujeição social e servidão maquínica –, mas cujos resultados diferem: enquanto a sujeição social “fabrica o sujeito individual”, a servidão maquínica apresenta como resultado a dessubjetivação – o exato contrário. Ainda para Lazzarato, na governabilidade capitalista, a produção de subjetividade e a valorização tornam-se coincidentes, operando na produção de valor econômico e para ele, esse tipo de governabilidade é capaz de operar um duplo processo: ao mesmo tempo em que intervém sobre a capacidade total do “divíduo” – servidão maquínica –, explorando-o até o seu limite (dessubjetivando, polarizando), maximiza a sujeição social, constituindo o indivíduo e moldando-o à sua lógica.

Lazzarato (2014, pp. 42-4) também nota que na servidão maquínica inexistente a proporcionalidade entre trabalho individual e produção, já que por haver uma relação recíproca de comunicação nos dispositivos “homens-máquinas”, há liberação de potências de produção (como, por exemplo, uma reversibilidade entre produção e recepção – consumo) incomensuráveis se comparadas com as do emprego e do trabalho humano. O Capital extorque, então, não apenas uma extensão do tempo de trabalho, mas é responsável por

instaurar um processo que explora a diferença entre a sujeição e a servidão, ou seja, a parte não “mensurável”. Ainda para Lazzarato (2013, p. 147), o capitalismo se define como uma máquina social, uma megamáquina, na qual entre humano e não humano, entre homem e máquina, entre o organismo e a técnica, existe comunicação, recorrência, reversibilidade.

Na servidão maquínica, a sua figura subjetiva – o divíduo, o indivíduo desterritorializado em seu mais alto grau – faz parte de uma grande engrenagem, uma parte de um agenciamento (seja do tipo agenciamento “empresa”, “mídia”, “Estado de bem-estar social” etc.). Nesta configuração ele é, pois, adjacente às máquinas, formando sistemas “homens-máquinas”. A grande máquina social capitalista, que de início distribuía a máquina técnica como capital constante e o trabalhador como capital social, forjou um aparato maquínico-técnico para capturar e apreender toda a subjetividade produzida fora das fábricas.

*Hoje, nas sociedades capitalistas, o viver é cada vez mais “maquinocêntrico”, isto é, a subjetividade humana (comunicar, agir, pensar) vem à tona “assistida” por todos os tipos de máquinas, sejam elas mecânicas, termodinâmicas, cibernéticas e de computação. O campo da ação se dá cada vez mais dentro de um grande agenciamento, pois os dispositivos da megamáquina capitalista contemporânea vão bem além da fábrica (na qual, muitas vezes, dava-se a sua iniciação). Se a fábrica, como vimos, forjava a instrução prévia do trabalhador para que adequasse seu movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato, agora o incentivo às tecnologias pode ser considerado o rito de passagem, o rito de iniciação das empresas, da sociedade de consumo, da mídia, do Estado, enfim, do sistema capitalista. O comportamento, as atitudes, os estilos de vida, tanto no trabalho quanto na vida cotidiana são cada vez mais capturados e direcionados pelas máquinas sociais e técnicas. Até mesmo nas ações mais “humanas” que se possa imaginar tais como escrever, pensar, comunicar, falar, tudo isso tem se dado de forma assistida/suportada por uma geração cada vez mais inteligente de máquinas técnicas as quais, como vimos, não são consequências de um mero determinismo tecnológico, mas de escolhas políticas pautadas na lógica econômica.*

### *Máquinas sociais, máquinas técnicas e produção de subjetividade*

Não são as máquinas que fazem o capitalismo, mas o capitalismo é que faz as máquinas, já pontuavam Deleuze e Guattari (2011). Não é a “tecnologia” que rouba e destrói os empregos, mas sim a máquina social que tem o controle sobre o que vulgarmente vem chamada tecnologia (mas que a melhor maneira de designá-la seria o termo “máquina

técnica). Entender que o Capital é uma relação social implica em analisá-lo muito além da ótica das relações intra-humanas (interindividualidade e/ou intersubjetividade). É necessário compreender que essas novas relações acontecem cada vez mais em meio a um número crescente de elementos não-humanos. Nessas relações, os humanos “compõem peça com as máquinas”, são componentes das relações, mas não necessariamente os protagonistas das mesmas. Essas relações de poder se exercem, muitas vezes sem que se perceba, pelas máquinas sociais e pelas máquinas técnicas, em que a “individualidade” é apenas uma utopia. Nas palavras de Lazzarato (2010, p. 30), o Capital é “uma relação de poder de fato”, mas o que o torna único atualmente é que ele é “constituído por máquinas sociais e ‘assistido’ por máquinas técnicas”.

Importante aqui é seguirmos a distinção que Deleuze & Guattari fazem entre máquina técnica e máquina social<sup>110</sup>. São eles que colocam as máquinas técnicas em seu devido lugar, não como uma categoria econômica *per se*, mas cuja produção e reprodução são condicionadas pela máquina social – limitando ou expandindo seu desenvolvimento. A máquina técnica serve, assim, à máquina social, sendo componente de sua estratégia. Por isso, qualquer debate de uma “revolução das máquinas”, que pudesse ir contra seu criador, é mera ilusão, ficção. A máquina técnica não tem e nunca terá o poder se se automatizar e “dominar” a máquina social, pois quem a “controla” é sempre a máquina social, para a qual todas as subjetivações devem ocorrer<sup>111</sup>. Uma máquina técnica (um dispositivo tecnológico aberto na sua virtualidade, no seu “modo de existência” (Simondon, 2007)) não deve ser confundida com um dispositivo de poder; esse último coloca em ação e opera conjuntos tecnológicos, linguísticos, sociais etc.

Para uma melhor compreensão da evolução das máquinas no capitalismo, recorreremos a Guattari (2011), que faz uma clara distinção a respeito das eras que marcaram a produção de

---

<sup>110</sup> “[...] A máquina técnica já implica um elemento não humano, atuante, transmissor ou mesmo motor, que prolonga a força do homem e lhe permite uma certa liberação. A máquina social, ao contrário, tem os homens como peças (ainda que os consideremos *com* suas máquinas) e os integra, interioriza-os num modelo institucional, que abrange todos os níveis da ação, da transmissão e da motricidade” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 187, grifo dos autores).

<sup>111</sup> A sobriedade de Guattari (2011, p. 177) frente à incompreensão das ciências sociais sobre o que é uma máquina (no caso, técnica): “Na verdade, não tem sentido o homem querer desviar-se das máquinas já que, afinal das contas, elas não são nada mais do que formas hiperdesenvolvidas e hiperconcentradas de certos aspectos de sua própria subjetividade”. E Latour (2013, pp. 135-6): “Como ele poderia ser ameaçado pelas máquinas? Ele as criou, transportou-se nelas, repartiu nos membros das máquinas seus próprios membros, construiu seu próprio corpo com elas. Como poderia ser ameaçado pelos objetos? Todos eles foram quase-sujeitos circulando no coletivo que traçavam. Ele é feito destes objetos, tanto quanto estes são feitos dele. Foi multiplicando as coisas que ele definiu a si mesmo”.

subjetividade sob o comando do capital. Ele entende o período que se inicia no século XVIII como o momento da “desterritorialização capitalista dos saberes e das técnicas”, que foi marcado por um desequilíbrio crescente das relações ser humano/máquina. Naquele tempo, as referências humanas de corporeidade foram fortemente abaladas e o ser humano perdeu suas territorialidades sociais que há muito lhe eram inerentes, tais como a religião, a monarquia, família, campo etc. O novo universo de referência passava a ser, pouco a pouco, o próprio Capital, responsável por uma “equivalência generalizada entre todos os modos de valorização dos bens e das atividades humanas”. Entre os fatores mais importantes deste componente, Guattari lista a questão da penetração do texto impresso na vida humana em geral, a partir da invenção e consolidação da imprensa, fato que, se por um lado, provocou uma diminuição da comunicação oral direta, por outro permitiu um maior acúmulo do saber e uma maior facilidade para tratá-lo. Ele também assinala a emergência do primado do aço e das máquinas a vapor, que trará como consequência uma *penetração exponencial dos conjuntos máqunicos em todos os níveis da vida*. Somado a isso, houve também a questão da manipulação do tempo, através da popularização de equipamentos cronométricos, em que o “tempo” da vida se tornará cada vez mais equalizado ao ritmo das máquinas (a generalização da vida monacal nas cidades). E por fim, para ele, as descobertas de Pasteur irão, a partir de então, ditar as revoluções biológicas, em que a vida em geral dependerá cada vez mais dessas revoluções. Para Guattari foi a partir daquele período da história que o ser humano se encontrou, pela primeira vez, *em uma posição de dependência/adjacência em relação às máquinas* e as ações realizadas pelo homem, a partir de então, viriam a ser cada vez mais auxiliadas e suportadas por máquinas técnicas de diversas naturezas.

A “idade da informática planetária” seria o último e atual momento apontado por Guattari. É a partir de então que ocorre a “captura” da subjetividade em nível mundial, através de uma integração em escala global das máquinas técnicas e sociais. As máquinas técnicas, integradas à máquina social, passam a tomar um espaço de destaque na produção de subjetividade e a partir de então, o capitalismo e seus modos de produção de subjetividade penetram, de alguma maneira, em todas as formas de vida.

É interessante o entendimento de Guattari que, ao traçar essas “fraturas históricas”, nos fornece não só a base para compor o atual quadro de produção de subjetividade, mas também nos leva a uma melhor análise da relação homem-máquina. Se no primeiro período apontado por ele, as máquinas técnicas não tinham destaque no processo de subjetivação, elas, pouco a pouco, foram ganhando importância no processo subjetivante: as máquinas técnicas começaram a fazer parte da vida do cidadão urbano. E, a partir do momento em que o

capitalismo (máquina social) consegue integrar-se com as máquinas técnicas, a partir do momento em que as máquinas técnicas também podem ser protagonistas nos processos de produção de subjetividade, está aberta a possibilidade para que ela penetre em todas as formas de vida. A megamáquina capitalista, a partir do momento em que expandia a capacidade e a atuação de suas máquinas técnicas, capazes agora de penetrar em cada ser humano (máquinas técnicas que atuam à distância como o rádio, a televisão e hoje o acesso à internet), atingiu um alcance inédito na subjetividade humana. Para Guattari (1987, p. 170), os equipamentos coletivos, os meios de comunicação, a publicidade, as máquinas, enfim, todo um universo de referência foram capazes, a partir de então, de interferir nos níveis mais íntimos da subjetividade e continuam fazendo-o constantemente, procurando fabricar e produzir em série o modelo subjetivo capitalista<sup>112</sup>.

Foram Deleuze e Guattari (2011) que mostraram que as máquinas também funcionam, além da consciência ou da linguagem, como “vetores de subjetivação” ou “focos de enunciação”. Para Lazzarato (2017, p.171), é muito relevante que as máquinas, assim como os signos, objetos, diagramas etc., constituam “focos de protoenunciação e de protosubjetivação”, pois significa que elas “sugerem, tornam possíveis, solicitam, incitam, encorajam e impedem certas ações, pensamentos e afetos e favorecem outros”. Lazzarato vai ainda além, relacionando essa questão com a questão da governamentalidade foucaultiana. Afirma ele ser muito significativo que estejamos diante das mesmas palavras para descrever o funcionamento das relações de poder: “uma ação sobre outra ação”, em que os elementos não humanos contribuem tanto quanto os humanos na definição tanto do quadro quanto das condições da ação: máquinas, signos, diagramas, humanos, todos são “agentes”. As máquinas contemporâneas – cibernéticas, autorreguladoras – têm o ser humano não mais como servidor (operário), mas como “associado”<sup>113</sup>. Elas possuem um “modo de existência”, ou seja, uma abertura que deve ser entendida como relação com seus componentes, e multiplicidade de relações com outras máquinas, com o humano, com o “mundo”.

Deleuze (2013) já percebia que estávamos “no início de alguma coisa” e que a “passagem” de uma sociedade a outra (disciplinar para controle) afetava a maneira de viver e

---

<sup>112</sup> Guattari (1987) afirmava que da mesma forma que a indústria automobilística lança novos modelos de automóveis, o capitalismo não para de lançar modelos “subjetivos”.

<sup>113</sup> “A atividade das máquinas automáticas não é *autônoma*, mas *paralela* à atividade humana, que não desaparece, mas muda de lugar: seu papel agora é agir debaixo (‘servindo’) ou acima (‘regulador’) do indivíduo técnico (máquina)” (LAZZARATO, 2019, p. 138, grifo do autor). O ser humano torna-se, então, ou “organizador das relações entre os níveis técnicos” ou um simples “fornecedor dos elementos” para o bom funcionamento da máquina.

de se relacionar com o outro, enfim, a produção de subjetividade. Como tal, era necessário também compreender essas novas relações com o auxílio de um vocabulário que fosse mais adequado para lograr êxito nessa tarefa: axiomas, axiomática, fluxos, desterritorialização, reterritorialização, servidão maquínica, modelos de realização, descodificação, são termos que Deleuze e Guattari inventam ou atualizam com vistas a entender e explicar o capitalismo pós 1970.

A axiomática, conceito extraído das ciências matemáticas, é para os franceses uma máquina social de controle e captura, e como tal, *define o quadro de ação da governamentalidade*<sup>114</sup>. Os axiomas, por sua vez, são os “operadores enunciativos” que “constituem a forma semiológica do capital e entram como parte constituinte nos agenciamentos da produção, da circulação e do consumo”. São eles que realizam a operação. Lazzarato (2017, p. 140) nos esclarece que conflitos intensos são produzidos principalmente nos “períodos de passagem de um modelo de acumulação a outro”, já que o objetivo é exatamente executar as mudanças dos axiomas e os modelos de sua realização: haja vista o que aconteceu nos anos 1970, década de profundos conflitos e mobilizações do Capital em âmbito mundial, o qual visava uma nova forma de acumulação não mais centrada na relação com o trabalho. Era apenas o começo do que hoje entendemos como a hegemonia do capitalismo financeiro. Como tal, também alguns axiomas deveriam ser levados a cabo, substituindo pouco a pouco os anteriores: os sistemas de proteção, o estado de bem-estar social, a estabilidade, vieram a ser solapados principalmente pelo axioma do “capital humano”, personificando o pensamento máximo do neoliberalismo, que é a total liberdade e hegemonia do mercado com relação ao Estado.

A axiomática, como máquina social, é, portanto, uma máquina de controle e captura. "Axiomáquina", diríamos. No capitalismo contemporâneo, governam-se as máquinas sociais (a axiomática) e a subjetividade dessas mesmas máquinas (a realização da axiomática). A axiomática precisa de órgãos sociais, de gestão, de atualização, da gerência de homens, de toda uma rede de dispositivos de gestão, reação, automação, que não são automáticos, mas políticos. Os humanos que intervêm na máquina técnica estão a serviço da máquina social, sendo seus guardiões. O resultado é a constituição de um duplo dispositivo de valorização e

---

<sup>114</sup> “A governamentalidade da servidão se exerce não sobre a subjetividade, como unidade e síntese, mas sobre os vetores de subjetivação humanos e não humanos que a atravessam, e sobre os componentes somáticos, biológicos, químicos, genéticos e neuronais que constituem o corpo. As tecnologias dissecam cada sentido humano (vista, audição, tato, olfato e gosto) e os recompõem com vistas à produção de uma subjetividade [...]” (LAZZARATO, 2017, p. 182).

de governamentalidade, em que sinteticamente a valorização capitalista e a produção de subjetividade acabam por coincidir.

No mundo recente, principalmente a partir dos anos 1920, a governamentalidade aparece como um conjunto de técnicas não mais apenas atribuíveis ao Estado e realizadas por ele. As empresas, com seu investimento maciço, através do consumo e das técnicas ligadas a ele – marketing, propaganda etc – passavam a atuar no governo não apenas no nível indivíduo-comportamental, mas nos elementos incorporais, pré-individuais, em modalidades de percepção, formas de sensibilidade, de pensamento – fármaco, químico, técnico, biológico.

A produção foi, assim, muito além de simplesmente produzir uma simples mercadoria; ela transcendeu, produzindo, a partir de então, *novos mundos*, cheios de valor e da lógica econômica.

## Capítulo 5. A vida em rede – Forjando uma sociedade conectada

### *Manifesto conexcionista*

Se, num momento anterior, sugeri que a teoria de Foucault se enriqueceria se acoplássemos a ela os conceitos de axiomática e de axiomas de Deleuze e Guattari, agora afirmo o inverso. O conceito de Deleuze e Guattari de “megamáquina” pode ser melhor compreendido à luz dos tipos de sociedade que Foucault analisou. A megamáquina primitiva analisada por Mumford (1967) e retomada pelos franceses era uma máquina humana, e o poder dominante que agia nela era o de soberania. A megamáquina egípcia certamente tinha mecanismos disciplinares, mas a tecnologia predominante era a de soberania: os rituais, os símbolos, a individualização do poder no corpo do faraó, enfim, todas as características que Foucault fez referir à sociedade de soberania valem para a sociedade faraônica. Mas, o capitalismo, ao operar uma espécie de reinvenção da megamáquina, já coloca a humanidade sobre a influência de outros dispositivos predominantes, não mais certamente os da soberania, mas os de controle – apesar de ser importante frisar que a realização da axiomática acontece através do acúmulo de diversos tipos de poder, seja o soberano, o disciplinar, o de segurança.

Como vimos, são as relações de poder que moldam cada sociedade. Forjar uma sociedade conectada significa lançar forças, lutas, utilizar-se não só de “estratégias globais”, mas também e tão importante quanto, de “táticas locais de dominação”, para fazermos referência ao vocabulário foucaultiano. Dessa forma, uma sociedade conectada não é e nunca será o resultado de um determinismo tecnológico. Muito pelo contrário. É o ápice da realização de uma axiomática mundial de controle e captura.

Esses enfrentamentos operados por essas forças sociais têm alguns objetivos no que tange especificamente à conexão: criar ou apossar-se da estrutura física de conexão (redes, cabos, balões etc.), ou seja, a própria possibilidade da conexão; fornecer o acesso, ou seja, o *login*, a conexão propriamente dita; e também, e não menos importante, gerir essa conexão, ao mesmo tempo abrindo caminho para a estrada do usuário e tendo para si as informações produzidas pelo mesmo<sup>115</sup>.

---

<sup>115</sup> O termo “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2018) pode ser entendido a partir de três elementos estruturantes: efeitos em rede (quanto mais pessoas utilizam, mais valiosa é a plataforma); subsídios cruzados (certos braços da plataforma têm custos reduzidos ou gratuitos, enquanto outros têm preços mais elevados para

Faz-se necessário analisar, portanto, os discursos e os alicerces que estão sendo lançados para que o sonho de conectar o mundo inteiro seja possível. Mark Zuckerberg, presidente do Facebook, companhia que também possui os aplicativos Instagram e WhatsApp, apresenta-se como um dos grandes defensores e realizadores dessa possibilidade. Em 2014, ele publicou um texto em um jornal estadunidense e a sua conclamação é emblemática. Transcrevo-a quase na íntegra para não perder nenhum detalhe:

Nas próximas décadas, veremos a maior das revoluções, quando bilhões de pessoas se conectarão à internet pela primeira vez. [...] Conectar todo mundo é um dos desafios fundamentais da nossa geração. Quando as pessoas têm acesso à web, elas não se conectam apenas com seus amigos, famílias e comunidades, elas ganham a oportunidade de participar da economia global. [...] O acesso a ferramentas on-line permite que as pessoas usem informação para trabalhar melhor e, dessa forma, criar ainda mais trabalhos, negócios e oportunidades. A internet é a fundação dessa economia. Conectar todos no mundo fará mais do que compartilhar esses benefícios com outros bilhões de pessoas. Colocar os outros 66% do mundo on-line irá capacitá-los para inventar e criar novidades que nos beneficiarão também. Se pudermos conectar todos, nossas vidas melhorarão drasticamente. [...] Talvez a mais importante mudança possa ser o novo senso global de comunidade. Hoje só podemos ouvir as vozes e testemunhar o imaginário coletivo de cerca de 33% dos habitantes do mundo. Nós estamos sendo roubados da criatividade e do potencial de outros 66% do mundo que ainda não estão on-line. Amanhã, se tivermos sucesso, a internet irá de fato representar a todos. Nada sobre esse futuro está garantido. Os próximos anos serão uma luta na expansão e defesa da internet livre e gratuita. Nosso sucesso irá determinar até onde a visão de um mundo conectado pode ir. Conectar o mundo está dentro de nosso alcance e, se trabalharmos juntos, nós podemos tornar isso possível<sup>116</sup>.

---

fomentar efeitos em rede); e arquitetura central desenhada (a intermediação ocorre dentro de uma arquitetura projetada e com intencionalidades específicas). Srnicek ainda classifica as plataformas em quatro tipos: advertisement platform (algoritmos e matching para segmentação focada em publicidade); cloud platform (oferecimento de máquinas, dispositivos e serviços para negócios e indústria, a internet das coisas – IoT); product platform (transformação de produtos em serviços e monetização de recursos abertos); e lean platform (intermediação de serviços sem bens físicos e terceirização de custos). Para ele, essas plataformas têm um modelo econômico adequado para a captura de dados pessoais e para extração de valor a partir dos dados; empresas tradicionais (ou mesmo os bancos) querem se tornar “plataformas”; a consequência é o aumento da concentração econômica em poucas empresas – cenário de monopólios digitais que aumentam a extração de dados independentemente dos riscos coletivos e futuros; e, ao mesmo tempo, como efeito, a compra de empresas de tecnologia por essas grandes plataformas mundiais.

<sup>116</sup> Mark Zuckerberg, *Valor Econômico*, 8/7/14, B9, grifo meu (traduzido do *The Wall Street Journal*).

De forma aberta, ele declarava a necessidade de “incluir” na economia os excluídos, ou seja, os 67% da população que ainda não se conectavam à internet<sup>117</sup>. Em sua tese, incluir essa população seria fazer com que eles possam abrir um perfil no Facebook ou Instagram e comercializar algum bem que produzam ou representem. E também, por outro lado, integrá-los seria permitir que eles façam parte da comunidade on-line do Facebook. Conectar é então, para ele, *participar da economia*, e “conectar todo mundo” é fazer girar o mercado, a economia. Quando ele afirma que “estamos sendo roubados da criatividade e do potencial” dos que ainda não conectam, é evidente que o “nós” refere-se à sua empresa, porque o Facebook obtém renda através das empresas que compram espaços publicitários para serem veiculados aos mais de dois bilhões de perfis que possui. Essa relação é um jogo duplo: os usuários fornecem informações privilegiadas para a empresa, como perfis demográficos, gostos, estilos, preferências, e ao mesmo tempo recebem anúncios personalizados para que comprem produtos que se encaixem ao seu estilo.

Para que conseguisse atingir a sua meta de um planeta 100% conectado, a proposta do Facebook foi o internet.org, um projeto lançado em 2013 com a participação de empresas de tecnologia como Nokia, Ericsson e Samsung. O projeto tinha como iniciativa/meta conectar os quatro bilhões de pessoas no mundo que ainda não tinham acesso à rede de forma gratuita. O acesso à internet.org foi oferecido por acordos com companhias telefônicas, a partir do uso de um aplicativo específico, o qual, por sua vez, abria uma lista pré-definida de serviços oferecidos. E nesse aspecto podemos ver um enfrentamento. Tal prática é chamada de *zero-rating* (modelo de negócio em que a operadora permite que, esgotada a franquia de dados do consumidor, ele possa continuar o acesso com um serviço limitado sem custos). A resistência a esse projeto passava tanto pelas questões relacionadas à privacidade quanto também ao fato de que todas as informações de acesso seriam processadas pelos centros de dados do Facebook, já que nesse tipo de conexão, alguns programas teriam privilégios em detrimento de outros.

É por isso que outra palavra importante que aparece em seu discurso é “luta”. Zuckerberg sabia, portanto, que haveria enfrentamentos, resistências, não pela possibilidade da conexão em si, mas sim por *como* ela se realizaria: a questão do monopólio, a questão da

---

<sup>117</sup> Quando o texto foi escrito, em 2014, “apenas” 33% do planeta se conectava. Ao fim de 2017, o percentual já havia subido para 55%, ou seja, cerca de 4 bilhões de pessoas. Se mantiver o ritmo, por volta de 2025, a quase totalidade da população mundial estará conectada.

gratuidade etc.<sup>118</sup>, e apesar de ter sempre defendido o projeto e a “neutralidade” da rede, afirmava ele que em algumas ocasiões seria preferível ter acesso limitado à internet que não ter acesso nenhum.

O projeto *Loon*, do Google, também procurava prover conexão gratuita. A empresa enviava balões na estratosfera terrestre, dotados de mecanismos capazes de prover conexão à internet para as áreas mais remotas do planeta. Os balões também podiam se conectar entre si para ampliar a área de cobertura<sup>119</sup>. Também na mesma linha, o Google fez parte de um projeto do continente africano que pretendia fornecer a cada criança do continente africano um dispositivo portátil de baixo custo. Tratou-se, certamente, da tentativa de consolidação de posição em um continente relativamente ainda pouco explorado no quesito tecnologias de informação.

Mas a tentativa de conectar o mundo todo parecia não se restringir somente a Google e Facebook. Visando romper as barreiras do acesso, a ONG (Organização Não Governamental) Wi-Fi Alliance – que tinha como membros Apple, Microsoft, Intel e outras centenas de empresas de tecnologia – prometia oferecer acesso a todos através do aplicativo *Wi-Fi Aware*, lançado em 2015, que localizava outros dispositivos (através das funções Wi-Fi e Bluetooth), e os interligava virtualmente, formando uma rede de acesso através do mesmo, sem a necessidade de conexão de dados e, por isso mesmo, de conexão mais garantida<sup>120</sup>. Enfim, a batalha que decidirá quem serão os vencedores e os perdedores do acesso ainda está a ser travada.

### *IOT, internet de tudo – o novo maquinismo mundial*<sup>121</sup>

Para Deleuze e Guattari (2011) o que o Capital coloca em jogo não são somente as seduções da publicidade, nem tampouco a interiorização individual dos objetos e dos valores da sociedade de consumo (sujeição social). Para eles, algo da máquina participa

---

<sup>118</sup> O ataque contra o internet.org partiu de uma carta assinada por 67 grupos de diversos países expressando uma série de preocupações a respeito do programa, como por exemplo, a violação da neutralidade da rede, os riscos à segurança e à privacidade e a ameaça à liberdade de expressão (*Valor Econômico*, 23/05/2015, B9).

<sup>119</sup> Em junho de 2015, a empresa tinha 50 balões no ar, os quais conseguiam ficar suspensos na atmosfera por 180 dias (Gustavo Brigatto, *Valor Econômico*, 01/06/2015, p. B5).

<sup>120</sup> *O Estado de São Paulo*, 18/07/2015, p. B17.

<sup>121</sup> Sem a crítica, incorreríamos no erro de não ver a privatização do processo que antes era político no tocante às “cidades inteligentes” – uso do espaço público construído em conjunto com a população parece estar sendo “delegado” às empresas de tecnologia. Resta saber se entregarão, de fato, o que é prometido em discurso.

ativamente da essência do desejo humano. Basta pensar que para exercer as atividades “humanas” (falar, pensar, escrever, divertir), as pessoas são cada vez mais dependentes de máquinas e auxiliadas por dispositivos sempre mais presentes, forjando, assim, o agenciamento de elementos pré-pessoais, pré-verbais, suprapessoais, infrapessoais, infrassociais<sup>122</sup>. Ainda para Deleuze e Guattari, a revolução informática acelera e torna possível o processo de integração da subjetividade geral que hoje pode acontecer em todos os espaços e alcançar todos os indivíduos, já que a “tecnologia” (máquina técnica) está progressivamente se incorporando a atividades do dia a dia, criando uma espécie de infosfera. E isso acontece de maneira paralela ao desenvolvimento das máquinas, objetos e produtos que são capazes de se conectar entre si mesmos, que formam uma imensa rede mundial, e que por sua vez tornarão a “tecnologia” mais imperceptível ainda, pois ela estará cada vez mais “embutida”, presente, mas desapercibida. E com o cruzamento de um sem-número de dados, será possível desde detectar padrões de comportamento do consumidor – previsibilidade – até gerar informações necessárias para gerenciar automaticamente a manutenção de máquinas nas fábricas. O mais recente desenvolvimento da indústria e de sua forma de produzir é o caso do que vem atualmente chamado de “Indústria Inteligente”<sup>123</sup>. Trata-se de um sistema maquínico elaborado que combina a complexa integração dos processos físicos, computacionais, de comunicação e de redes (fábricas “inteligentes”). Nessa nova configuração industrial, o papel dos trabalhadores limita-se a apenas abastecer as máquinas com os insumos e verificar o andamento dos processos. Caminhamos para um verdadeiro maquinismo mundial, em que os objetos nas indústrias, nas casas, nos escritórios, nos veículos e nos órgãos públicos têm cada vez mais a possibilidade de se comunicar<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Guattari utilizava frequentemente o trabalho de Daniel Stern (*O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992) para afirmar a existência de múltiplos “sis” pré-verbais, apontando a existência de pelo menos três “sentidos de si” antes do “sentido de si verbal”. Há um mundo pré-verbal que é ao mesmo tempo global e subjetivo, no qual a divisão sujeito/objeto ainda não ocorre. Este mundo, que opera fora da consciência, ou anteriormente a ela, é o mundo em que reside o “domínio fundamental da subjetividade humana”. Todos esses sentidos, entretanto, devem ser tratados como “níveis de subjetivação” e não como etapas de amadurecimento, valendo para todo o período da vida humana (cf. LAZZARATO, 2014, pp 90-95).

<sup>123</sup> Também chamada de Indústria 4.0, marcando a quarta etapa da revolução industrial: a primeira teria sido a mecanização da produção, a segunda a produção de massa com a energia elétrica, a terceira a eletrônica para automatizar a produção.

<sup>124</sup> Na cena mais famosa de Mary Poppins, em sua versão para o cinema produzida por Walt Disney em 1964, a protagonista estala os dedos e uma série de objetos como armários, gavetas, baús, se abrem e as roupas e brinquedos das crianças que ela cuida vão precisamente para o lugar onde devem ser guardados. Parece que hoje estamos por vivenciar um momento em que o ser humano quer dotar os objetos de “personalidade”. Lazzarato (2013) pontua que não se trata de uma simples reversão da atividade do sujeito que se manifestaria como

Para Porter & Heppelmann (2015), o conceito de “internet das coisas”<sup>125</sup> reflete o crescente número de produtos conectados e “inteligentes”. Ainda para eles, a internet é “apenas um mecanismo de transmissão de informações”<sup>126</sup> e por isso não é ela que “torna” os produtos inteligentes, mas sim a “mudança da natureza das coisas”, a saber, as capacidades expandidas dos produtos conectados e os dados que os mesmos geram, fazendo com que a tecnologia da informação integre o próprio produto. Assim, os produtos, que antes eram basicamente compostos de partes elétricas e mecânicas, têm se tornado cada vez mais sistemas complexos de hardware, software, sensores etc.

O que nos interessa fortemente dos dois autores ao nosso trabalho é o que eles denominam de “*capacidade dos produtos inteligentes e conectados*”, que eles agrupam em quatro áreas: monitoramento, controle, otimização e autonomia, em que cada uma depende da área precedente. Para eles, a inteligência e a conectividade permitem que um produto possa incorporar todas as quatro. O “monitoramento” seria a característica mais “primitiva” de determinado produto e se dá através de fontes externas de informação e sensores que possibilitam saber a condição do produto e/ou seu ambiente externo. Numa etapa seguinte, o “controle” se dá através de um produto construído com um software que permite tanto o controle das suas funções quanto a sua personalização. Na “otimização”, há uma abrangência múltipla de diagnósticos que podem ser realizados através de algoritmos que operam a fim de melhorar o desempenho ou corrigir rotas. E a “autonomia”, a quarta capacidade é uma inovação radical que leva os produtos à sua operação autônoma<sup>127</sup>. Ainda para os autores, esses produtos inteligentes têm, em geral, três elementos caracterizadores: 1) componentes físicos (hardware); 2) componentes “inteligentes” que amplificam as capacidades dos componentes físicos; 3) componentes de conectividade (antenas, protocolos etc. com ou sem

---

animação do objeto, mas de um processo que requer a consideração da subjetividade humana para as protosubjetividades maquínicas, biológicas, sociais etc.

<sup>125</sup> Atualmente há um debate sobre os significados da “internet das coisas” e da “internet de tudo”. Embora as duas expressões estejam ligadas a um único fenômeno, enquanto a “internet das coisas” seria a interligação de objetos conectados via rede (uma comunicação entre dispositivos e não mais entre dispositivo e usuário), a “internet de tudo” envolveria outras dimensões como pessoas, processos e dados.

<sup>126</sup> “Para as empresas industriais, mas também para aquelas que gerem redes sociais (por exemplo Facebook) ou mecanismos de busca (Google), para agências de pesquisa, para os bancos de dados, para estudos ou para o mercado, para a sociedade de marketing, nós não somos somente sujeitos, mas também uma fonte de produção, de troca e de transformação de informações. As nossas tarefas, como componentes técnicas, limitam-se a garantir o funcionamento da máquina, fornecendo a ela a matéria prima, isso é, a informação” (LAZZARATO, 2013, pp. 148-9).

<sup>127</sup> “Há produtos que podem funcionar com autonomia completa, aplicando algoritmos que utilizam dados sobre seu desempenho e seu ambiente — incluindo a atividade de outros produtos no sistema — e aproveitando sua capacidade de se comunicar com outros produtos. Operadores humanos apenas monitoram o desempenho ou supervisionam o conjunto ou o sistema, em vez de unidades separadas”.

fi) que permitem que os componentes inteligentes se conectem com outros, formando um poderoso sistema que excede a “capacidade física” individual do produto, conhecido como “nuvem”. Os autores também pontuam que a conectividade pode se dar em três formas (singular ou conjuntamente): a) de um para um, em que um produto se conecta ou ao usuário ou ao fabricante ou a outro produto através de uma interface; b) de um para muitos, onde há a conexão de um sistema central com muitos outros produtos; c) de muitos para muitos, em que há a conexão generalizada de muitos produtos com eles próprios e também fontes externas de dados. Ainda para eles, o “sistema de sistemas” é o coroamento de uma evolução que começou do produto “individual”, passando pelo produto inteligente, depois para o produto inteligente e conectado e finalmente o sistema de produtos.

Mas, apesar da grande proliferação de dispositivos conectados e inteligentes, como celulares e relógios, estima-se que em apenas poucos anos o número de dispositivos de computação que operam sozinhos, conectados por cabos ou redes vai ultrapassar o número de aparelhos que as pessoas carregam com si (internet de tudo). Enquanto o mercado mundial de computadores pessoais era “limitado” a centenas de milhões de unidades (uma máquina por residência), com o smartphone a possibilidade se multiplicou, passando a ser o número de habitantes do globo (um por pessoa). Já a internet das coisas abre a possibilidade de chegar a dezenas (ou centenas) de bilhões de dispositivos que conversam entre si.

*O Estado e suas regulamentações: o caso Estados Unidos – preparando uma nação para a “Sociedade da Inteligência Artificial intensificada”*

Um documento oficial do Governo Americano, lançado em 2016, pretendia preparar a nação estadunidense para o que eles próprios denominam uma “Sociedade IA-intensificada” (*IA-enhanced society*).

Com relação à análise social, o estudo em Inteligência Artificial (IA) implica a constituição e suas respectivas investigações de pelo menos:

– dos objetos do saber – a invenção de ciências inerentes às linguagens de programação e todo o domínio cibernético; da governamentalidade e das relações de poder (entre países, dentro dos próprios países) – na possibilidade do uso da inteligência artificial ser capaz de “melhorar” a saúde, pode-se aumentar a expectativa de vida, e com isso, a incidir sobre a questão populacional; do desenvolvimento e aperfeiçoamento da neurociência; do

desenvolvimento de tecnologias que incidem diretamente sobre a vida dos indivíduos, como por exemplo, os equipamentos vestíveis que emitem informações corporais, etc.

O documento expressa que não há uma definição propriamente dita e aceita sem controvérsias sobre a IA, porém pode-se pensar em a) sistemas que pensam como humanos; b) sistemas que agem como humanos; c) sistemas que pensam racionalmente; d) sistemas que agem racionalmente. E, ao mesmo tempo, pode-se dividi-la em cinco categorias: razão lógica, representação, navegação, processamento de linguagem natural e percepção. De qualquer forma, é consenso que o objetivo da pesquisa em IA e suas aplicações é o de *automatizar ou replicar o comportamento inteligente*.

O documento precisa ainda que a atual onda de progresso e entusiasmo a respeito da IA começou por volta de 2010, devido a alguns fatores inter-relacionados: a disponibilidade de extração de muitos dados a partir de plataformas como negócios, vendas on-line, redes sociais etc.; os quais são o material bruto para melhorar o aprendizado das máquinas (*machine learning*) e algoritmos; e que, por sua vez, aumentaram as capacidades dos computadores.

No preâmbulo do documento, vale destacar que ele se apresenta como o resultado de uma pesquisa sobre o estado atual da Inteligência Artificial (IA) e se autodeclara como “uma contribuição para preparar os Estados Unidos para um futuro em que a Inteligência Artificial terá um papel cada vez mais importante” e que a “IA continuará a contribuir para o crescimento econômico e será um instrumento de alto valor para melhorar o mundo”. Tal resultado será conseguido, ainda segundo o documento, em conjunto com a indústria, a sociedade civil e o governo, os quais devem atuar juntos para “desenvolver os aspectos positivos da tecnologia, controlar os riscos e desafios inerentes a esse desenvolvimento e assegurar que todos terão a oportunidade de ajudar a construir uma *sociedade IA-intensificada*<sup>128</sup> e participar dos seus benefícios”<sup>129</sup>.

As primeiras páginas do documento ainda destacam que a IA tem um enorme potencial de melhorar a vida das pessoas, ajudando a resolver alguns dos maiores desafios e ineficiências mundiais e que os campos que já sentem os primeiros benefícios são os de saúde, transporte, justiça criminal, meio-ambiente e inclusão econômica<sup>130</sup>.

---

<sup>128</sup> AI-enhanced society, grifo e tradução meus.

<sup>129</sup> Preâmbulo assinado por John P. Holdren e Megan Smith, à época, Chefes do Departamento de Tecnologia.

<sup>130</sup> Saúde e justiça criminal: é considerável que sejam segmentos nos quais Foucault desempenhou algumas de suas pesquisas para compreender as suas respectivas genealogias modernas.

O documento também assegura que o Governo tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento da IA através de P&D (Pesquisa & Desenvolvimento) e no forjamento de uma força de trabalho diversificada e capacitada, pois uma sociedade IA-intensificada requer cidadãos que saibam ler, usar, interpretar os dados. E a fabricação desse tipo de cidadão está começando já nas escolas, sendo a “educação IA” um componente da “Ciência da Computação para Todos”, que é uma iniciativa do Governo para ensinar todos os alunos e estudantes americanos, desde o jardim da infância, a aprender Ciências da Computação e conseqüentemente ter as capacidades que eles necessitam em um mundo dirigido pela tecnologia. E não só: o documento também esclarece que, devido à importância da IA, o Governo deve *monitorar* os desenvolvimentos mundo afora na intenção de receber sempre as informações mais atuais.

Em primeiro lugar, é interessante notar que se trata sobretudo de um “discurso”, um enunciado operativo. Através do documento, e a partir de suas assinalações, deseja-se construir um tipo de sociedade que saiba extrair o maior proveito possível dos avanços da inteligência artificial: “inteligência artificial é a ferramenta que irá melhorar o mundo”. O que significa, na prática, preparar uma sociedade, no caso, a nação estadunidense, para o “futuro da inteligência artificial”? Significa que algo “novo” está por vir, está vindo, acontecendo, e que a nação americana deve ser enformada, deve receber um processo de preparação. Significa lançar alicerces, exercer o controle, gerir o desenvolvimento. Permitir ou proibir, acelerar ou retardar de acordo com os “interesses da nação”. Significa incentivar ou obrigar escolas e faculdades a ensinar seu uso. Significa extrair o saber, monitorar os progressos da Inteligência Artificial não só nos Estados Unidos, mas em qualquer canto do planeta. Significa exercer o poder, uma biopolítica, que utiliza dos avanços da IA para curar doenças, melhorar a expectativa de vida, diminuir a emissão de gases tóxicos, melhorar a economia, os processos jurídicos, as leis. Ao mesmo tempo, pretende-se “proteger a nação” de perigos reais e ocultos que possam surgir. É notável que nesse documento oficial possamos recorrer aos mesmos “objetos de saber” que Foucault se referia quando do início dessa tecnologia de poder que age sobre o homem enquanto espécie, a biopolítica.

*Preparando*, no gerúndio mostra que o ato de preparação já está acontecendo. Como o documento esboça, a força de trabalho deve ser ensinada, treinada, disciplinada desde a escola primária: o objetivo claro é de “formar cidadãos capazes de ler e usar os dados, de comunicar-se com eles” para que se transformem em uma força de trabalho altamente treinada (*workforce highly trained*). A força de trabalho servirá tanto para o mercado de trabalho em si, quanto para a defesa da nação. No caso bélico, a Marinha Americana já utiliza um

programa que acelera o aprendizado dos novatos: a relação mestre-aluno foi modificada pela utilização de um tutor virtual. Ou seja, até mesmo o poder pastoral é reformulado.

A “educação em Inteligência Artificial” é considerada pelo documento um componente no programa de iniciativa presidencial “*Computer Science for All*” que procura qualificar os estudantes, desde o jardim da infância, a aprender ciências da computação para “estarem equipados com as habilidades do pensamento computacional necessárias para que eles sejam criadores, e não somente consumidores no mundo da economia digital, e para serem cidadãos ativos num mundo guiado pela tecnologia”. Ainda continua afirmando que aprender ciência da computação é “a nova habilidade necessária para as oportunidades econômicas e mobilidade social”. E a intenção é clara: que a força de trabalho americana consiga se empregar nos novos tipos de emprego que venham a surgir, que consiga corresponder às necessidades da “nova economia”. Tanto é que o próprio documento afirma que uma das preocupações do Governo, no curto prazo, com o desenvolvimento da inteligência artificial é a automação de muitas tarefas que hoje são realizadas por humanos. O efeito disso, segundo o documento, é que afetará mais os empregos de baixa remuneração, “aumentando a desigualdade entre os trabalhadores mais qualificados e os menos qualificados”. Em sua conclusão, o documento apresenta os papéis do Governo, entre eles, principalmente, o de construir e/ou auxiliar o desenvolvimento de estudos em IA para que várias áreas como justiça criminal, meio ambiente, mercado, defesa e saúde possam receber os resultados desse progresso. É, enfim, uma biopolítica, uma política da vida, auxiliada por dados computacionais, realizada cada vez mais por algoritmos que entendem e preveem certos gestos, certas ações humanas.

Ao mesmo tempo – e não por acaso - em desenvolvimento análogo às pesquisas em IA, aparecem os estudos em neurociência, que começaram a se proliferar e alcançar resultados empíricos sólidos a partir de 1996. E o ano de 2015 marcou o lançamento, pelo governo dos Estados Unidos, do Projeto *Brain Initiative*, que consiste no patrocínio estatal de cerca de US\$ 300 milhões para estudos e pesquisas que procuram “compreender o funcionamento do cérebro humano”<sup>131</sup>. Mais uma vez os Estados Unidos procuram se colocar na dianteira desse processo, pois talvez aquele país saiba que a nova exploração da riqueza passa necessariamente pelo entendimento do cérebro humano e pelas aplicações que essa compreensão possa resultar.

---

<sup>131</sup> Braininitiative.nih.gov acesso em 04/10/2015.

*As empresas e as desregulações: o caso Facebook*

Enquanto o documento do Governo Americano analisado anteriormente tratava, de certo modo, de cooperação entre o governo e as empresas, uma disputa entre essas instituições foi severamente travada em 2018. Trata-se de um imbróglio do Facebook com a empresa britânica *Cambrige Analytica* que conseguiu, por meios “ilícitos”, informações referentes a cerca de 87 milhões de usuários do Facebook<sup>132</sup>, e criou perfis que foram usados para o direcionamento de propaganda eleitoral e que pode ter, se não definido, ao menos influenciado a eleição estadunidense de 2016. Diante da revelação do “escândalo”, o presidente do Facebook, Marck Zuckerberg, foi chamado ao Congresso Americano para prover explicações. Sua visita durou cerca de cinco horas e a análise de seu discurso se faz válida, pois podemos inferir alguns pontos sobre como uma empresa como o Facebook atua e como se dá a relação com os usuários.

O que está em jogo é mais do que um simples “vazamento de dados”. É a constatação da força que têm em mãos hoje empresas como Facebook: uma empresa que detém praticamente o monopólio de seu negócio, já que em meados de 2018 alcançou a marca de 2,2 bilhões de usuários, ou seja, mais de 50% da população que se conecta à internet. Se ainda adicionarmos as outras empresas do grupo – Instagram e WhatsApp – esse número de usuários chega a 2,5 bilhões.

Se o Governo Americano, representado por deputados e senadores, pediu explicação à empresa, é porque ela eventualmente teve o poder de decidir uma eleição. Cada usuário que tem uma conta no Facebook entrega informações a cada vez que conecta: gostos, preferências, humor, possibilidades etc. Somado ao perfil demográfico – sexo, idade, localização –, a rede, através de seus algoritmos, começa a oferecer serviços específicos para cada perfil de usuário. Da mesma forma que recebe um anúncio de algum produto, no período eleitoral recebeu informações a favor de Donald Trump ou contra Hillary Clinton, seja de forma direta ou indireta, a tão famosa “fake news”. Uma das estratégias usadas por Zuckerberg na investigação foi pedir desculpas: “Foi um erro meu, e eu sinto muito, eu comecei o Facebook, eu o controlo e sou responsável pelo que acontece aqui”. O mesmo Mark Zuckerberg que

---

<sup>132</sup> Aleksandr Kogan repassou dados de usuários à Cambridge Analytica e também a outras empresas.

anos antes, como vimos, esboçara o “manifesto conexcionista”. Mas depois do escândalo, a empresa pede desculpas ao Estado<sup>133</sup>. Não por acaso, a empresa foi chamada de “gângster digital” pela Comissão Britânica de Educação.

Assim como as práticas disciplinares nascentes ou reformuladas nos séculos XVII e XVIII foram logo, conforme a necessidade de um Estado disciplinar, absorvidas por ele, estatizadas e tornadas dispositivos disciplinares de fato, hoje as práticas são logo privatizadas, tornadas empresa; estimula-se a busca pela tão procurada “inovação”, uma “ideia” que será rapidamente capturada e incorporada por uma gigante mundial de tecnologia; os dispositivos de captura não param de trabalhar para depois lançar novos axiomas que resultarão em superlucro.

O Google, por exemplo, se tornou, conforme demonstra Pasquinelli (2009, 2011), o “rentista global”, já que não produz conteúdo algum, e não é proprietário da informação que é gerada on-line; a empresa apenas possui a ferramenta algorítmica mais assertiva para recolher, listar e hierarquizar a informação produzida pelos veículos de comunicação ou pela “inteligência coletiva”, um verdadeiro “aparelho parasitário de captura do valor produzido pela inteligência social geral comum de todos”, um verdadeiro “parasita do contexto digital”<sup>134</sup>.

Enfim, se considerarmos os países ocidentais, podemos intuir um verdadeiro capitalismo monopolista: uma rede – Facebook-Instagram-WhatsApp –, um buscador – Google –, um grande varejista – Amazon –, um provedor de entretenimento – Netflix –, e isso sem nominar Apple e Microsoft. Como consequência, o Vale do Silício, local nos Estados Unidos onde se instalam as grandes empresas de tecnologia, abriga os maiores bilionários do planeta. E que força eles têm? Com tanto dinheiro em mãos, são essas empresas e esses bilionários que podem ditar os caminhos da humanidade, como veremos na parte conclusiva.

---

<sup>133</sup> *I’m sorry*. Enfrentamos vários problemas com democracia e privacidade. Vocês estão certos em me questionar. Facebook é uma empresa idealista, no começo pensamos em todas as coisas boas que poderíamos fazer. Mas está claro agora que não fizemos o suficiente para impedir que essas ferramentas sejam usadas para o mal também. Isso vale para notícias falsas, interferência estrangeira em eleições e discurso de ódio, bem como desenvolvedores e privacidade de dados. Não tivemos uma visão ampla o suficiente de nossa responsabilidade, e isso foi um grande erro. Nós temos a responsabilidade não somente de construir ferramentas, mas garantir que elas sejam usadas para o bem” (discurso de Zuckerberg ao parlamento estadunidense, tradução livre).

<sup>134</sup> A empresa que é mais eficiente e eficaz em extrair informações e traduzi-las em “inovações” inaugura um novo circuito de lucro e geralmente, de super-lucro. O exemplo mais emblemático é o Google, o qual, se não foi o pioneiro em mecanismos de busca on-line (antes dele houve outros como Altavista, por exemplo), foi o que mais eficazmente transformou as informações recebidas em resultados relevantes para os usuários. Nenhum outro buscador logrou êxito em sequer se aproximar do Google na participação de mercado e/ou de receitas.

## Capítulo 6. A governamentalidade algorítmica de Rouvroy e Berns – os limites

Cibernética é um termo que Wiener (1984) derivou da palavra grega *kubernetes*, a mesma palavra que eventualmente é derivada como “governador”. Mesmo tendo caído em um certo desuso, é interessante a analisarmos a etimologia da palavra, pois para o autor, “as ordens de comando por via das quais exercemos *controle* sobre nosso meio ambiente são uma espécie de informação que lhe transmitimos” (1984, p. 17, grifo meu). Sua teoria baseia-se, então, no estudo das mensagens, e mais especificamente, como ele mesmo frisa, na teoria do comando em engenharia, que é um capítulo da teoria das mensagens. Ele entende o estudo das mensagens como meio de “dirigir a maquinaria e a sociedade”. A questão da ordem de comando (mensagem) e a execução (por um humano ou não humano) permeiam seu livro. Para ele, “comunicação e controle fazem parte da essência da vida interior do homem” (ibid., p. 18). O que nos interessa é a questão da ordem-execução: o sinal que um humano dá (entrada, input) visa um efeito sobre o mundo exterior (saída, output).

Com o advento, popularização e barateamento dos dispositivos tecnológicos, já estamos nos distanciando do tempo em que o ser humano *acessava* a internet, “navegava” nela. Toda uma “infosfera” é criada e expandida a cada dia, e cada vez mais é a internet que “navega” no humano. O ato de “estar conectado” para estar cada vez mais ligado à própria existência: a conexão não é necessariamente “estar” on-line, o ato de conectar. Mesmo considerando que muitas regiões do planeta ainda são desprovidas de conexão, cada vez mais a essência do humano parece “ser” conectada. Pode-se estar “on-line” caminhando pelas ruas e sendo vigiado pelas câmeras de segurança, com seus algoritmos de reconhecimento facial; ou mesmo em sua própria residência, utilizando-se dos dispositivos de automação da casa – internet das coisas; ou então em algum estabelecimento, ao realizar um pagamento com o cartão de crédito ou com o próprio telefone. Em todos esses casos, não é o indivíduo que está lá, mas os dados, as informações, os bits que ele emite – o indivíduo.

Deleuze e Guattari (2011) já inferiram que a definição do “humano” deveria ser ampliada a ponto de considerar não só mais o *bíos*, mas todo o envoltório maquínico que engendrava a vida principalmente a partir do século XX – vetores de subjetivação que atingiam os níveis pré-conscientes, pré-individuais, enfim, que forjavam uma existência não mais puramente orgânica.

A popularização dos dispositivos tecnológicos, a expansão do seu alcance e a facilidade da conexão engendraram um fenômeno denominado como *big data*: uma infinidade

de dados sendo produzidos pelos mais diversos dispositivos em âmbito mundial – pessoas, fábricas, universidades, governos, escolas, empresas, cidades etc. Esses dados, por sua vez, nada têm de “pessoal”, ou seja, são desprovidos de qualquer significação, significado subjetivo. A partir do momento em que tudo se torna “digitalizável” – ou seja, pode ser lido em bits – o fenômeno torna parte inerente da vida humana e da produção de subjetividade que a acompanha. Ao mesmo tempo, a quantidade massiva e exponencial de dados permite o tratamento dos mesmos com o propósito de realizar a elaboração infinita de perfis, visando uma espécie de antecipação dos comportamentos individuais – predição.

Rouvroy & Berns (2015) cunharam o conceito *governamentalidade algorítmica*, o qual faço uso, com restrições, nesta parte do trabalho. Para eles, este tipo de governamentalidade é uma “racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo *a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis*” (p. 42, grifo meu).

A questão da “estatística” é, para eles, o ponto chave para essa governamentalidade. Não se está mais na ideia do “homem médio”, de um padrão limitado, de uma norma, mas agora é possível “tornar-se a si mesmo seu próprio perfil automaticamente atribuído e evolutivo em tempo real” (idem)<sup>135</sup>. A relação de poder se dá, então, não pelo “corpo consciência”, na medida em que tanto o conceito de corpo quanto da consciência parecem desaparecer, mas “através dos múltiplos perfis que lhes são atribuídos”, cuja formatação é engendrada a partir dos rastros deixados pela sua existência on-line. É exatamente no “perfil” que o poder se exerce, através de um saber que é construído a cada clique.

Assim, o campo de ação deste poder se dá não mais no presente, mas *no futuro*: nas possibilidades, nas probabilidades, nas propensões, enfim, das virtualidades de sua existência informacional. O uso desses novos saberes estatísticos possibilitados pelo *big data* se dá para fins de antecipação e predição dos comportamentos individuais. Além de perceber o “possível no presente” – “uma atualidade dotada de ‘memória do futuro’”, o governo algorítmico

---

<sup>135</sup> “A governamentalidade algorítmica tem como objeto as redes de dados agregados sob a forma de “modelos preditivos”, os quais encarnam unicamente a pura potencialidade, a oportunidade econômica medida em tempo real, vale dizer, a oportunidade pura, finalizada somente em termos de aceleração e objetivação dos mesmos processos de decisão, ou seja, em poucas palavras, de automatização da própria decisão” (ROUVROY, 2016, p. 34). A perfilização acontece, mesmo de forma “não-consciente”. Não é absolutamente um poder que atua sobre a vida, através do padrão do homem-médio, conforme explicitada por Foucault.

também é capaz de apresentar um “possível”, o futuro que para se chegar nele só fosse necessário deslizar, clicar.

A governamentalidade algorítmica não produz, para eles, então, qualquer subjetivação, ela contorna e evita os sujeitos humanos, ela se alimenta de dados “infraindividuais”, insignificantes neles mesmos, para criar modelos de comportamento ou perfis supraindividuais sem jamais interpelar o sujeito, sem jamais convocá-lo a dar-se conta por si mesmo daquilo que ele é, nem daquilo que ele poderia se tornar.

O sujeito do “presente”, da “ação consciente”, é desconfigurado, dando lugar a uma “forma informacional”, a uma forma de existência em termos de bits. Como pontuam Rouvroy & Berns (2015, p. 54) “*cada sujeito é, ele mesmo, uma multidão, mas ele é múltiplo sem alteridade*, fragmentado em quantidade de perfis que se relacionam, todos, a “ele mesmo”.

Nossa hipótese é de que o *objeto* – que não chega, portanto, a tornar-se sujeito – do governo algorítmico são precisamente as *relações*: os dados transmitidos são relações e apenas subsistem enquanto relações; os conhecimentos gerados são relações de relações; e as ações normativas que daí decorrem são ações sobre as relações (ou ambientes) referidas às relações de relações. É, portanto, na medida em que seria, na própria realidade de suas práticas visando à organização do possível, um governo das relações, que nós queremos agora tentar circunscrever a eventual novidade deste governo algorítmico (ibid., p. 49, grifos meus).

A característica da governamentalidade algorítmica reside, pois, na possibilidade de governar os comportamentos sem se ocupar diretamente com os indivíduos; *governar a partir de uma empresa estatística da realidade que conseguiu substituir a realidade*. As *relações* e suas medidas, por sua capacidade de aparecer como desconectadas de toda subjetividade, tornam o real quanto o próprio indivíduo *relativos* e operam, assim, uma *redução da potência ao provável* – uma “desumanização”, já que nesse agenciamento não há mais indistinção entre humano e não-humano, nem entre palavras ou coisas.

os indivíduos que compartilham certas características ou conjunto de características podem ser agrupados de uma maneira que é não apenas descontextualizada de seu ambiente social, mas também não-subjetiva [...] Séries computadorizadas dissolvem o sujeito tradicional e retêm apenas os dados abstratos considerados como parte de fatores de uma série (RABINOW, 1991, pp. 86-7).

A perfilização implica, assim, a dissolução de qualquer identidade, o indivíduo, conectado, é apenas uma cifra, cujas informações são armazenadas e utilizadas. Sua natureza de “indivíduo” só volta a aparecer na concordância com algum termo de utilização, na assinatura de um contrato.

Na governamentalidade algorítmica, estamos diante de processos não mais de “uso ou ação”, mas de comunicação mútua no interior do agenciamento, de relações de relações, de “transformações ou trocas de informação”. Sob a governamentalidade algorítmica, já não se está mais no terreno da “vida”, mas dos números, das cifras “um terreno número cada vez mais fechado sobre si mesmo, indiferente aos processos de emergência da vida e de ocorrência da morte” (ROUVROY, 2016, p. 34).

Minha crítica é que apesar de não atacar diretamente a “vida” e seus aspectos, é evidente que esse poder produz subjetividade, uma subjetividade em que o sujeito perdeu a sua forma de “sujeito “livre”: essa subjetividade modular, que se “autorregula” por circuitos de *feedback* (autorregulação) produz o “indivíduo” fragmentado sob a forma de uma miríade de dados que os relaciona a uma multiplicidade de perfis, um verdadeiro processo de dessubjetivação, em que os humanos aparecem como apenas “partes constituintes” do agenciamento, das relações – informações, bits, entradas, saídas – destituídos de sua individualidade, “dividuais”. A noção do indivíduo implica em entender o sujeito como dissecável, divisível, “manipulável” – “a desterritorialização decompõe o indivíduo em seus elementos constitutivos (memória, percepção, intelecto, sensibilidade etc.)”– e a sua “conduta” passa então a ser mais de responder às variações do ambiente/meio (cf. LAZZARATO, 2017, p. 182). A governamentalidade algorítmica encadeia processos de dessubjetivação que dessubjetivam através dos diagramas, programas, protocolos etc. O resultado, o “sujeito”-divíduo já não é mais reflexivo, consciente, mas ultraconectado.

O alvo da governamentalidade algorítmica é, pois, o devir que ainda não se realizou, a pura atualização do virtual, que comporta toda uma nova forma de existência: cria-se em antecipação o que existe somente na virtualidade. Ao escrever um e-mail, por exemplo, o auto-completar das palavras induz o indivíduo a escrever exatamente aquelas expressões, mesmo que não fossem as entendidas por ele. A máquina social, que carrega em si as possibilidades e impossibilidades do devir, é cerceada pela redução de sua potência às exigências econômicas do Capital.

Para Lazzarato (2010, p. 18), é no ponto de intersecção dos dispositivos de sujeição social e servidão maquínica que a produção de subjetividade acontece e que tanto as subjetividades quanto as subjetivações são engendradas pelo capitalismo tendo como

princípio a “máquina social”. Máquina social que, através da gestão das máquinas técnicas, pretende sequestrar o futuro, governar redes de dados agregados sob a forma de “modelos preditivos”. Esse processo, ao “transformar” a potência, a potencialidade, a virtualidade, em realidade, procura tornar a “decisão humana” uma mera ocasião, uma mera automatização - a despolitização da ação é uma vitória política. Para Santos (2003), com a chegada da informática na vida cotidiana, tecnicamente estavam dadas as condições para uma ulterior transformação das sociedades capitalistas: efemeralização – aceleração da aceleração<sup>136</sup>.

### *Previsibilidade - Servidão maquínica e metadados*

Para Pasquinelli (2011, pp. 16-7)<sup>137</sup>, as máquinas técnicas capitalistas, criadas dentro das fábricas, tinham como função também o controle dos operários e a captura das suas capacidades no processo produtivo. No capitalismo industrial a exploração residia, então, mais nos “corpos” dos trabalhadores, extraindo-lhes, sobretudo, a energia mecânica. No entanto, o autor destaca que capacidade do trabalhador que mais interessa ao capitalismo contemporâneo é a informação que ele provê às máquinas: ao exercerem suas atividades produtivas, os trabalhadores fornecem “informações”, que são processadas pelas máquinas (técnicas, cibernéticas), e transformadas em conhecimento maquínico. Ainda para Pasquinelli,

---

<sup>136</sup> O computador quântico, como o apresentado pelo Google em 2019, é uma máquina que usa qubits (bit quântico) no lugar de bits. Os qubits, por terem a característica da sobreposição, podem ser 0 e 1 ao mesmo tempo – enquanto os bits ou são 0 ou 1 – ou seja, uma dupla de qubits analisa quatro pares de informação simultaneamente (0 e 0, 0 e 1, 1 e 0, 1 e 1), ao tempo em que os bits só conseguem um par por vez; além disso, os qubits têm a capacidade de se entrelaçarem a ponto de um passar a responder às mudanças do outro; com essas características, os qubits atingem uma velocidade de transmissão de informação muito maior que os seus bits antecessores. Ainda não se sabe ao certo os usos que esse computador pode ter, mas entre os campos de sua utilização, estimam-se a química, farmacologia, pesquisa de materiais, inteligência artificial e geração e economia de energia. Vale registrar que uma primeira aplicação do computador quântico do Google é a geração de números aleatórios, algo essencial para a computação e para a criptografia. De qualquer forma, no que tange ao presente trabalho, o encontro da estatística com a computação ultra veloz faz com que a estatística quântica atinja um salto sem precedentes e implique uma nova e profunda extração de saber sobre a vida. A estatística passa, então, a ser um domínio puramente comercial, do mercado, e não mais posse exclusiva como ciência de Estado, principalmente no tocante aos cálculos estatísticos sobre a população, primeiro alvo das estatísticas modernas. Chega-se, assim, um novo grau, e por que não dizer, uma nova natureza? A possibilidade de associações de variáveis exponenciais atinge uma mobilidade de resultados sem fim, com a possibilidade de permanente associação de características para criação de perfis e padrões de consumo, e também de uma grande possibilidade de acerto na predição, uma espécie de colonização do futuro.

<sup>137</sup> Pasquinelli (2011, p. 21) parte do estudo “Composição orgânica do capital e força de trabalho na Olivetti”, de Romano Alquati, publicado nos Quaderni Rossi em duas partes (1962 e 1963). Para Pasquinelli, Alquati foi responsável por uma das primeiras análises de cunho marxista da cibernética. O autor analisa a questão das máquinas e do conhecimento coletivo levantados por Marx nos *Grundrisse*, concatenando com a ideia da cibernética de Alquati e a noção de maquínico de Deleuze e Guattari.

a informática é capaz, através de sua dimensão numérica, de codificar as capacidades dos operários em bits (código digital), os quais por sua vez são transformados em números visando a produção econômica. O código digital atua, em sua visão, como interface numérica, e transforma a informação recebida em valor. É, por isso, uma ação no real, uma ponte entre o domínio do trabalho e do capital. Ainda para Pasquinelli (2014, pp. 132-3), hoje, mais do que nunca, o valor não é produzido individualmente, pois ele implica sempre uma relação coletiva. A máquina informacional (e isso inclui todos os seus agenciamentos em redes de informação) seria “a forma primordial de valor nos dias de hoje”, capaz de capturar os dados dessas redes de informação. Mas como ele opera essa equação? Para o autor, o sistema PageRank, do Google, é o diagrama melhor implementado da acumulação de valor no capitalismo contemporâneo, cujos mecanismos de avaliação e ranqueamento servem para codificar, medir, controlar e capturar a produção social. Ele afirma tratar-se da melhor máquina para capturar tempo e trabalho vivos, e “transformar a inteligência geral social em valor de rede” (2009), ou seja, o Google coloca a “inteligência social geral” numa escala proprietária de valores. Pasquinelli, ao pontuar que o PageRank é capaz de identificar e mensurar o “valor de rede”, nos leva de novo à Deleuze e Guattari e a questão da mais-valia maquínica. Para ambos, a mais-valia maquínica deve ser entendida como aquela acumulada no domínio cibernético (“transformação de um valor de mais-valia de código em uma mais-valia de fluxo”). E o Google aparece, então, como o rentista<sup>138</sup> global por excelência, aquele que explora as “novas terras” da internet sem precisar “produzir” nada. Quem produz (informação, conhecimento) é quem acessa a sua página ou os sites que publicam informações das quais o Google extrai para seu ranqueamento<sup>139</sup>.

Para Pasquinelli (2011, p. 32), a extensão da sociedade de controle (cibernético) culmina na “sociedade dos metadados”<sup>140</sup>, em que o que conta não é mais somente “conhecer”

---

<sup>138</sup> Rentista (de renda) é aquele que tem o ganho parasitário somente por ser proprietário de um bem, diferente do lucro, o qual é “produtivo”, ligado ao poder do capital de extrair mais-valia.

<sup>139</sup> Alguns exemplos de “mais-valia” produzida na rede. A compra da Flickr (rede de compartilhamento de fotos) pela Yahoo em 2005. Bradley Horowitz, executivo da Yahoo à época da aquisição, declarou que a Flickr tinha milhões de usuários gerando, organizando e distribuindo conteúdo pela internet, apesar de a empresa ter somente 10 funcionários. Ou seja, também quem não estava na “folha de pagamento” é que era responsável pelo valor de mercado da empresa – US\$ 35 milhões (CARR, 2008, p. 134). Em 2006, o Youtube foi comprado pelo Google por US\$ 1,65 bilhão, com apenas 65 funcionários, correspondendo a US\$ 35 milhões por pessoa. Em 2012, foi a vez do Facebook adquirir o Instagram: US\$ 1 bilhão e 13 funcionários (US\$ 77 milhões por trabalhador). Já em 2014, o mesmo Facebook comprou o WhatsApp por US\$ 19 bilhões (com 55 funcionários, equivalia a US\$ 345 milhões por cada um) (*Valor Econômico*, 09/06/2015, p. D3). Isso demonstra que a extração de valor não passa mais somente pela produtividade do funcionário, mas pelo que a empresa consegue capturar.

<sup>140</sup> Para o autor, os metadados podem ser utilizados para: 1) medir a acumulação e o valor das redes sociais, na medida em que “as tecnologias digitais conseguem condensar e cartografar detalhadamente aquelas ‘relações

a posição do indivíduo (os dados, sociedade de controle), mas *predizer* as tendências gerais – os metadados são informação sobre informação. Nessa configuração, ele reconhece o caráter coletivo dos “dados” (informações), e afirma que a nova forma de controle biopolítico consistirá em *utilizar os metadados para controle das massas e previsão do comportamento coletivo*. Ainda para o autor, a “sociedade do metadado” aparece como uma ulterior “evolução” da sociedade de controle, e é, por sua vez, *baseada em fluxos de dados que são ativamente produzidos pelas atividades diárias dos indivíduos* (e não mais passivamente)<sup>141</sup>. As empresas de cartão de crédito, por exemplo, são detentoras de tecnologia que podem tanto entender quanto até “predizer” o comportamento do consumidor. Como todas as atividades (compras, assinaturas etc.) do proprietário do cartão são registradas, os algoritmos conseguem obter dados que, apesar de não identificarem os “indivíduos”, sabem perfeitamente quem são esses consumidores-alvo, alvos de uma comunicação específica. Ou seja, não se trata de coletar dados “individuais” do detentor do cartão, mas de saber que tipo de compra esse cartão realiza, ou melhor ainda, de modular certos gostos<sup>142</sup>.

De qualquer forma, é necessário frisar que os algoritmos não são meros objetos de programação autônomos; eles são criados, desenvolvidos e modelados por forças sociais, por lutas em torno de sua viabilidade e executabilidade. A previsibilidade é, então, uma vitória política sobre a “ação”, um controle através da inibição da potência, da virtualidade.

sociais’ que para Marx constituem a natureza do capital”; 2) para aprimorar o aprendizado das próprias máquinas: por exemplo, o *deep learning* é o ramo da inteligência artificial em que sistemas de dados complexos podem auxiliar as máquinas em suas tomadas de decisão; 3) para monitorar e prever o comportamento das massas.

<sup>141</sup> Coppin (2004, p. 309) esclarece que a técnica, denominada de “filtragem colaborativa”, é muito utilizada também por empresas como o próprio Google e Amazon e que tal técnica baseia-se na ação precedente dos próprios usuários. Por exemplo, se João e Maria gostam dos itens A, B e C, e Maria gosta de D, então muito provavelmente João também gosta de D. Tal simplificação serve para demonstrar que de quanto mais dados o mecanismo dispõe, isto é, quanto mais usuários acessam, compram etc., mais o sistema funciona de forma precisa, significando que a informação provida pelo usuário é fonte de valor para as empresas.

<sup>142</sup> Um estudo realizado por pesquisadores do Media Lab do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) conseguiu identificar qualquer “pessoa” através de apenas quatro compras com o cartão de crédito. O estudo se baseou em uma base de dados de compras de 1,1 milhão de pessoas e conseguiu revelar a identidade do possuidor do cartão em 90% dos casos (conseguir identificar quem é determinado indivíduo pelos seus dados é a reversibilidade do metadado). <http://www.sciencemag.org/content/347/6221/536> acesso em 24/08/2015. Através de sistemas como CRM (Customer Relationship Management), os profissionais do marketing podem identificar o gosto pessoal de cada consumidor e registrar tudo aquilo que a empresa pode fazer para lucrar em cima de cada um. O CRM permite que as empresas “personalizem” o serviço a partir da base de dados, instaurando uma relação totalmente impessoal: “Com o CRM, o conhecimento do cliente não passa mais pela compreensão interpessoal, de “pessoa em pessoa”, entre trabalhador e cliente: *este não é mais visto como indivíduo, mas sim como um banco de dados, soma de informações*. [...] [Isto] vem classificado como ‘pseudo-relação’: *uma relação que não é nem burocrática, nem pessoal, mas em que os sujeitos que interagem são intercambiáveis*” (DUJARIER, 2009, pp. 161-2, grifo meu).

Para Lazzarato (2013, p. 153), o investimento em “capital constante social” significa também, e cada vez mais, os grandes investimentos nas máquinas informáticas e essas máquinas, por presidirem, estruturarem e organizarem fluxos de produção, de comunicação, de imagens, de escrita, de consumo etc., atravessam e reconfiguram as modalidades de percepção, de atenção, de sensação, de visão, de pensamento, ou seja, forjam novas modalidades de percepção humana. Para ele, a difusão cada vez maior do “capital constante social” preparou o caminho para uma nova espécie de servidão maquínica do século XXI. Como observarmos, o desenvolvimento da “internet das coisas” e “internet de tudo” é o coroamento de uma tecnologia de produtos “individuais” que desembocou hoje em sistemas de sistemas, que conectam uma série de sistemas de produtos. Nesse novo momento histórico, é necessário capturar a mais valia social e controlar a produção de subjetividade para levar a valorização capitalista ao seu ápice.

#### *A subjetivação da governamentalidade algorítmica: o divíduo*

Deleuze (2013, p. 226ss), ao fundar a discussão sobre as sociedades de controle, demonstra que nelas o ser humano é apenas mais uma peça nas relações que se estabelecem, as quais não necessitam ser obrigatoriamente inter-subjetivas, mas podem se caracterizar por um entrecruzamento de elementos humanos e não-humanos, subjetivos e não subjetivos, vivos e inanimados.

Estaríamos, seguindo Deleuze, então, sob a imanência de uma nova tecnologia, novos dispositivos que agem sobre o que ele chamou de “divíduo”<sup>143</sup>. Para ele, enquanto as sociedades disciplinares lidavam com um mecanismo duplo, operando de forma individualizante e massificante – ao mesmo tempo se é indivíduo e ocupa-se uma posição numa massa – as disciplinas do corpo e regulações da população – a grande revolução operada pelos mecanismos de controle foi esmagar essa dualidade, mutilando a individualidade e dilacerando a massificidade. A partir de então, uma nova forma de subjetividade aparece e nunca mais se esteve no dominante do par massa-indivíduo: os indivíduos tornam-se divisíveis, “divíduos”, mutilados em seus aspectos pré-conscientes, inconscientes; e as massas, por sua vez, não são outro que dados, amostras, mercados, bancos

---

<sup>143</sup> Para Deleuze, as sociedades disciplinares nunca viram incompatibilidade entre os dois tipos de poder, pois eram complementares – individualizante e massificante.

de dados, amostragens de sua “existência coletiva” e que servem tanto para extração do saber quanto para que se possa exercer o poder sobre.

Foucault (1973, 188ss) já notara que as instituições disciplinares nunca foram monofuncionais, mas eram responsáveis por exercer uma coerção suplementar e, em seu conjunto, fabricavam o social. Enquanto aquelas instituições do século XVIII eram lugares de fixação – fixavam ao aparato produtivo e submetiam o tempo individual ao sistema de produção –, e se complementavam com as tecnologias que diziam respeito à população enquanto sujeito político e econômico, pouco a pouco elas se tornaram uma “gigantesca série de instituições” que enquadram a existência: o hospital deu lugar a clínicas, consultórios, e tantas outras formas de controle da saúde<sup>144</sup>, e certos mecanismos como direitos sociais, aposentadoria, conta bancária, estado de bem-estar e seguros, asseguram o exercício do poder e a vigilância contínua e constante sobre os indivíduos e as massas.

Foucault aponta ainda que uma sujeição real podia nascer de uma relação fictícia. Na ideia do panóptico, somente pelo fato de pensar estar sendo vigiado, o preso exercia sobre si uma sujeição. As técnicas disciplinares ainda agem em conjunto com as securitárias e as soberanas na subjetivação contemporânea. Se no panóptico, o que mantinha o indivíduo disciplinar sujeitado era o fato de ele ser visto ou pensar estar sendo visto sempre, de forma ininterrupta, hoje, o indivíduo, quando em sua modularidade “consciente”, torna-se o princípio de sua própria sujeição. Ele sabe que é vigiado, visto, aclamado, criticado, “curtido”, visualizado, e por isso exerce sobre si mesmo o autoexame constante. Os próprios pares se vigiam, se atribuem notas, se dirigem narrativas de existência. O problema agora não é punir, mas não permitir nem que as pessoas possam “fazer mal”, já que estão expostas em um campo de visibilidade total, constantemente vigiadas pelo olhar, pela opinião dos outros. Toda uma série de índices, de avaliações, de saberes constantes sobre os indivíduos é tornada informação acessível a qual, por sua vez, carrega em si as possibilidades das técnicas disciplinares. Os mecanismos de avaliação – forma de medida subjetiva – passam a constituir uma forma de controle biopolítico (juntamente com os mecanismos objetivos de ranqueamento), substituindo as disciplinas do tempo do fordismo (Pasquinelli, 2009). Ao mesmo tempo, os dispositivos de indexação tornam possível a quantificação do que era “subjetivo”: os “likes”, as notas atribuídas a um serviço ou produto etc. exprimem que tudo

---

<sup>144</sup> O hospital, em sua origem, um local de assistência, veio a tornar-se um local de “formação e aperfeiçoamento científico” – e também as disciplinas que em princípio se formaram no interior de certas comunidades religiosas e depois foram, de certa forma, reformuladas por instituições laicas.

pode tornar-se mensurável e avaliável (Lazzarato, 2017). A governamentalidade, nesse caso, é cada vez mais o governo dos “divíduos”.

Mas devemos, contudo, levar em consideração que é como “indivíduo”, como “sujeito” que o internauta passa a maior parte do seu tempo conectado, postando, curtindo. Melhor dizendo, servidão maquínica e sujeição social operam um processo complementar e sincronizado, atuando e fabricando ora o indivíduo, ora o divíduo. Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari já inferiam que o capitalismo, ao ser tornar uma “empresa mundial de subjetivação” passava a operar simultaneamente a sujeição social e a servidão maquínica<sup>145</sup>.

É importante ressaltar, também, que o indivíduo quer aparecer como “ele mesmo”, com sua personalidade, com seus jeitos e trejeitos – as personagens de suas próprias vidas, preocupadas com narrativas, contextos, estilo de vida etc. As plataformas que não existem mais de certa forma corroboram nossa afirmação<sup>146</sup>: conectar-se como “avatar”, não pareceu seduzir o anônimo internauta da “vida real”; seu objetivo, se é que assim podemos formular, é o sucesso para o seu público – amigos, familiares, pessoas que compartilham o mesmo “life style”, mesmos gostos, mesmas queixas, amarguras ou frustrações, o que implica, ao mesmo tempo, toda uma rede de poder – macro, micro e nanopoder de influenciadores – nunca essa palavra esteve tão em voga para expressar como um indivíduo pode “moldar” outro – uma ação sobre outra ação – nos moldes do pensamento foucaultiano. As influências sobre o outro quase sempre acontecem no plano comportamental-cultural: o que vestir, como se portar, do que se alimentar etc., o que, de certa forma, torna o estudo de Bordieu (2011) sobre a distinção bem atual. Ao seguir as regras, as sugestões do influenciador, o influenciado é cooptado, fazendo parte de uma determinada “classe social”, ou melhor, a uma tribo – expressão comumente utilizada para designar um grupo de pessoas que partilham de um interesse determinado. Mas cada vez mais, pertence-se a uma multiplicidade de tribos, aceita-se a influência de múltiplos influenciadores, que passam a moldar – ação sobre ação – cada vez mais os comportamentos, e aqui talvez não estejamos tão longe das técnicas disciplinares analisadas por Foucault. Elas aparecem com outra roupagem: moldar maneiras de viver, cultivar visões – através de uma espécie de “ditadura silenciosa” dos dados – cultivadas por

---

<sup>145</sup> Sobre isso, é interessante notar que o percurso intelectual de Foucault passou da análise das relações de saber-poder, para a análise da governamentalidade e, por fim, e não menos importante, seus últimos cursos e anos de vida serão dedicados à análise do que ele denominou “técnicas de si”, “práticas de si” – os cursos de 1980 a 1984. Tais cursos são de relevada importância para o debate intelectual contemporâneo, tão calcado nas “plataformas digitais” e, por isso, com um viés tecnocientífico, mas que negligenciam que o “sujeito” não desapareceu, o indivíduo é que continua a realizar suas ações, a viver a sua vida “on-line e off-line”.

<sup>146</sup> *Second Life*, por exemplo.

um público sedento por compartilhar, participar (sentir-se parte). Em uma pesquisa realizada com pessoas nascidas entre 1996 e 2010, fica claro que ansiedade e frustração são características marcantes dessa geração, que está à beira de uma grande crise psicológica, cuja grande parte pode ser atribuída aos telefones conectados às redes sociais, que os bombardeiam com vidas esplendorosas, corpos perfeitos – e a geração se sente obrigada a “ser feliz o tempo todo” – tornando-se, assim, frustrada por não conseguir obter tal êxito<sup>147</sup>. As expectativas pessoais, educacionais e profissionais são, nas redes, cada vez mais irreais, cada vez mais inacessíveis – os parâmetros, a “norma” aparecem então como um objetivo inalcançável, e a trajetória de não alcançá-los implica em sintomas de ansiedade e depressão.

Ao mesmo tempo, há a necessidade de opinar sobre todo e qualquer assunto, mesmo que não o conheça a fundo. O resultado é a ansiedade. No Brasil, por exemplo, 55% dos entrevistados se definiram como “ansiosos” ou “muito ansiosos”, além de 35% relataram já terem sofrido depressão<sup>148</sup>. Além disso, há o que se costuma chamar de “ilusão da maioria”. Alguns influenciadores, pela escala que atingem na rede – número de seguidores, por exemplo – podem gerar uma falsa sensação de que suas ideias e comportamentos sejam dominantes na rede, mesmo que não os sejam. Para as pessoas dentro do círculo de influência de determinados influenciadores, o discurso de quem ela segue se torna o “verdadeiro”, o “real”.

---

<sup>147</sup> Além, é claro, da necessidade de ficar conectado o maior tempo possível para não “perder” nenhuma novidade – Nomophobia é o termo que caracteriza esse comportamento (do termo inglês “no-mobile-phobia”), além do FoMO (fear of missing out, ou medo de ficar de fora), termo cunhado por Patrick J. McGinnis.

<sup>148</sup> Quando questionados sobre as três palavras que melhor definem a geração deles, as palavras mais votadas foram “consumismo”, com 56%, “individualidade”, com 42%, e “ansiedade”, com 37%. Valor, 11/04/2018, p. B5. A constante alternância entre a vida “real” e a conectada gera, quimicamente, uma estimulação da dopamina, que é o neurotransmissor do prazer.

**PARTE III - GOVERNAMENTALIDADE GENÔMICA**

## Capítulo 7. A redefinição de vida à luz dos novos tempos

*Minha suposição é que a nova genética deverá remodelar a sociedade e a vida com uma força infinitamente maior do que a revolução na física jamais teve, porque será implantada em todo o tecido social por práticas médicas e uma série de outros discursos. A nova genética será portadora de suas próprias promessas e perigos.*  
Paul Rabinow

O que é vida? Sobre qual conceito nos referimos quando tratamos da vida no século XXI? Como se pode defini-la de forma a abranger os campos de atuação, de pesquisa, de técnicas que tocam-na e a transformam na contemporaneidade?

Foucault (1981, p. 33-4, 225-7), no segundo dos seus cinco cursos no *Collège de France* em que tratou das “técnicas do si”<sup>149</sup>, ao empreender uma pesquisa sobre as “artes de conduzir”, nota que, para os gregos, as técnicas, as artes de viver, visavam sobretudo o que eles denominavam *bíos*; esse *bíos* era compreendido de uma dupla maneira, tanto como a “vida qualificável”, a vida com seus percursos e acidentes, mas também – e preponderantemente – como a vida regida por si mesmo, a vida que acontece ao ser humano, mas de acordo com o que ele mesmo faz com que lhe aconteça. Seria “o curso da existência”, curso esse que estaria intrínseca e “indissociavelmente ligado à possibilidade de conduzi-lo, de transformá-lo, de direcioná-lo”. O *bíos* é o correlativo da possibilidade de modificar sua vida, de modificá-la de modo racional e em função dos princípios da arte de viver” (ibid., p. 33). A outra palavra para referir-se à vida – *zên* – era, de maneira diferente, a “propriedade de viver, a qualidade de ser vivo”, ou simplesmente a vida que era dada pela natureza, a vida “biológica”. Foucault ainda afirma que todas as artes de viver, as técnicas sobre o ser humano, só podiam investir sobre o *bíos*, a vida “transformável”, a parte da vida passível de uma mudança, sobre a qual a ação de uma técnica era possível.

Essas técnicas, que tratavam da existência, da vida a conduzir, se aplicavam à vida e permitiam moldá-la. O objetivo das mesmas era, portanto, alcançar “determinado modo de ser”, um “determinado status ontológico”, através de toda uma rede de “procedimentos refletidos, elaborados, sistematizados” exercidos ativamente pelo indivíduo, o qual deveria, pela gestão de sua própria vida, alcançar um determinado modo de ser, de existir. Vale frisar que tal “arte de vida” se caracterizava por uma técnica exercitada por si mesmo, agindo sobre

---

<sup>149</sup> Os cursos em que ele trata preponderantemente das técnicas de si vão de 1980 a 1984, ano de sua morte. O referido curso, de 1981, foi intitulado *Subjetividade e verdade*.

si mesmo, apesar de haver uma relação com o outro. Assim, o que caracterizava o *bíos* para os gregos era o modo de relação que o próprio sujeito decidia ter com as coisas, “a maneira como se coloca com relação a elas, a maneira como as finaliza com relação a si mesmo”. Era também o modo como inseriam “sua própria liberdade, seus próprios fins, seu próprio projeto nas coisas em si” (ibid., p. 226). Ainda para Foucault, o que entendemos hoje por subjetividade estaria bem próximo do que os gregos denominavam *bíos* – a parte transformável socialmente, culturalmente.

As “tecnologias da vida” contemporâneas que analiso nesta seção são distintas daquelas levantadas por Foucault – as atuais são caracterizadas sobretudo pelo “paradigma molecular da biotecnologia” e requerem tanto uma ampliação do conceito, considerando o orgânico, o inorgânico, o celular, o código, as redes, os processadores etc., como uma redefinição da vida. Com a evolução e as transformações ocorridas na tecnociência, também a parte *zên*, a vida “dada pela natureza” passou a ser passível de transformação, e o investimento sobre a vida acontece de uma maneira diferente do analisado por Foucault, *deixar fazer viver, deixar morrer*<sup>150</sup>. O investimento político sobre a vida contempla agora todo o investimento tecnocientífico e a intervenção acontece no próprio código da vida, não mais em termos populacionais, mas sim, no homem-espécie individual. Dou o nome dessa forma racional de agir sobre a espécie humana em termos genéticos de *governamentalidade genômica*.

Foi a cibernética, “ciência voltada para a circulação de informação entre o humano, o técnico e o natural”, que tornou possível o desenvolvimento de tecnologias a ela subordinadas, mas também de outras áreas do saber, tais como a biologia molecular e a neurociência, e ao mesmo tempo, da convergência que vem ocorrendo entre esses conhecimentos (FERREIRA, 2002). Essas novas formas de saber engendram um novo quadro daquilo que Foucault apontava como biopolítica, e seguindo a tradição de Rose (apud CARVALHO, 2017), entramos no tempo da biopolítica molecular. Para este último, os saberes e as práticas, ao se darem no nível do “infinitamente pequeno” – nanotecnologias, por exemplo – configuram o que ele chama de mundo “pós-genômico”, o momento em que todo o “micro” é tornado visível, e ao operar essa visibilidade, seriam engendradas toda uma *nova rede de técnicas e práticas para melhorias, correções ou reprogramação dos seres humanos*.

---

<sup>150</sup> Com o advento da bomba atômica, não só o indivíduo é mortal, mas toda a espécie humana e uma infinidade de outras espécies também.

Mais do que nunca, o investimento sobre o “indivíduo” passa a acontecer sobre o código, seja ele orgânico (DNA), seja inorgânico (código computacional), apontando para a centralidade da informação em nossa contemporaneidade. E é exatamente no momento em que se engendra a *codificação* que se pode estabelecer a relação necessária entre o código da vida – nível pré-individual – e o código computacional.

Para se compreender esse jogo que parte da técnica – veículo de informação que vai “do homem ao universo” – à informação – que vai “do universo ao homem” – (SANTOS, 2003b), é necessário operar uma breve pausa. É imperativo, conjuntamente, compreender alguns conceitos básicos de informação e de genética, e de como esse saber sobre o ser humano passa a ser, principalmente a partir da metade do século XX, um importante e crescente dispositivo de poder da sociedade capitalista a qual, cada vez mais, passa a utilizar a inovação tecnológica em múltiplas áreas – guerras, desenvolvimento industrial, táticas de venda e de marketing etc. – como verdadeiro instrumento de suas supremacias e hegemonias econômica e política.

### *Considerações preliminares sobre genética*

Um *genoma* é “a totalidade do material genético no conjunto de cromossomos de um organismo específico”, ou seja, é a constituição genética de um indivíduo, o conjunto de todos os genes de uma espécie de ser vivo. Toda informação hereditária está codificada em seu genoma, que é um código genético como uma série de instruções digitalizáveis, composto por quatro bases químicas ao que se dá o nome de DNA<sup>151</sup>, cuja tradução em aminoácidos e proteínas é o que forma o ser vivo e suas diferenciações funcionais-celulares.

Os *genes*, por sua vez, são segmentos de DNA, regiões de DNA, localizados nos núcleos celulares de todas as células sob a forma de espirais moleculares (duplas hélices pareadas) denominadas cromossomos; cada gene tem uma localização própria no cromossomo, seu *locus*. Os genes são compostos por DNA e bases nitrogenadas, e são responsáveis por codificar as proteínas. Os genes decodificam sua linguagem bioquímica sob a forma de textos moleculares, traduzidos ora como RNAm, ora como proteínas. Quando um

---

<sup>151</sup> O DNA é o ácido desoxirribonucleico, ou mais precisamente o “manual de instruções” da vida, de todos os seres animados. Ele é a estrutura que carrega o código genético e que determina a forma e o funcionamento dos organismos.

gene é ativado, o segmento de DNA é transcrito para um tipo de RNA, o RNA mensageiro. O resultado desse processo é a codificação de uma proteína. Já os cromossomos são genes que carregam uma informação, uma mensagem, e podem ser processados como dados (bits) por meio da informática. Por isso, pode-se dizer que na genética, todos falam a “mesma língua”.

É exatamente essa questão da linguagem – a informação decodificada e codificável – que permitiu a comunicação da genética com outras áreas do saber. Gleick (2013, p. 298ss) frisa que a linguagem que era inerente às máquinas e à engenharia – os códigos, os sinais, as instruções – foi imposta aos biólogos nos anos 1940, quando a biologia molecular começava a ter uma forma de medir a qualidade biológica dos seres, e passava a tratar então do armazenamento e da transferência de informação. Os átomos, exponentes da energia, ficavam para trás na corrida do saber sobre o ser humano, e o conceito de informação passava a ganhar relevância nesse saber, reconfigurando de certa forma o poder, que se deslocava da física para a biologia molecular. A espécie humana podia, então, ler as letras químicas do seu próprio código, e perceber que, geneticamente, todos os humanos eram muito parecidos<sup>152</sup>.

Mas foi em 1953, com a descoberta da estrutura da molécula de DNA, que a possibilidade concreta da manipulação da vida começava a ser revelada: a vida era, sobretudo, *informação*; tratava-se, portanto, de texto codificado e enfiado num suporte biológico – os corpos dos seres vivos. As tecnologias de manipulação da vida começavam a tomar forma e a unidade analítica passava, então, a ser a molécula, e não mais o organismo em sua completude. Esse novo saber deu início a uma reconfiguração do poder – da vida “política” à vida molecular – na medida em que as tecnologias biopolíticas passavam a atuar também no nível micro, na vida biológica.

De qualquer forma, foi somente com o “Projeto Genoma”, realizado na década de 1990, que o “segredo” da vida em termos informacionais foi mapeado por inteiro: todas as informações contidas nos genes humanos puderam ser transcritas para as máquinas computacionais. O passo para o entendimento (saber) foi dado, e a partir de então novas relações de poder daí começaram a nascer. Em 2003, após 13 anos de pesquisas, o projeto resultou em um mapeamento total do DNA humano: os três bilhões de pares de bases nitrogenadas – adenina, timina, guanina e citosina – haviam sido mapeados. Ainda mais: a

---

<sup>152</sup> Quantitativamente a espécie humana tem um teor genético igual para todos (genoma humano); todavia, qualitativamente esse teor irá mudar muito em função de determinadas premissas como eventos fortuitos da gravidez e ao longo da vida, meio-ambiente, cultura, entre outros (genômica individual). O crescimento mental, por exemplo, deve muito aos fatores do meio-ambiente e a estimulação sensorial.

descoberta de que 99,9% dos trechos de DNA são idênticos. Tal mapeamento e seus resultados foram uma verdadeira revolução, e como tal, passaram a carregar consigo uma potencialidade de transformação das relações sociais na medida em que reconfigura as práticas e os discursos acerca do biopoder.

Em 2012, como consequências do novo saber sobre o genoma, foi criado o sistema CRISPR-Cas9 – ou simplesmente CRISPR<sup>153</sup> – que opera uma espécie de escaneamento do DNA em busca do local correto para cortá-lo e editá-lo, visando desativar, corrigir ou substituir genes com certa facilidade. Apesar de tal técnica ter se mostrado revolucionária, incidia sobre ela algumas dúvidas e críticas, pois ainda havia a possibilidade de não se cortar no lugar preciso e também da edição nem sempre ser perfeita.

Em 2018, deu-se a aparição de um cientista chinês chamado Jankui He, da Universidade Sulista de Ciência e Tecnologia de Shenzhen, dizendo ter criado embriões com DNA manipulado e implantado no útero de mães – especula-se que através da tecnologia “tesouras moleculares CRISPR-Cas9”, que permite a alteração livre e quase irrestrita dos genes. Os bebês – dois ou três – nasceram no final de 2019, mas pouca notícia se tem deles.

Em 2019, surge uma nova técnica chamada de *prime editing* (“edição de qualidade”), que prometia corrigir até 89% dos erros do DNA que causam doenças. Trata-se basicamente de um “editor genético”, bem mais preciso que a técnica anterior, a CRISPR.

Dessa forma, vemos que num espaço de duas décadas, muito se desenvolveu a respeito dos saberes sobre o DNA, sobre a genética humana. Esses novos saberes, por sua vez, instauram novas redes de poder. Nos meados do século XX, a biologia molecular – que combinava um pouco de genética e outro tanto de bioquímica – engendrou toda uma nova linguagem: instruções, sinais, códigos, até então pertencentes ao âmbito da maquinaria – e seus pesquisadores passaram a se ocupar tanto do armazenamento quanto da transferência de *informação* das células. Uma das descobertas mais relevantes foi que mais importante que o “gene” em si, o que interessa é como ele é ativado ou desativado durante a vida, que permite que a sequência de DNA produza seus efeitos – processo chamado metilação.

Conforme mostra Rose (2013), o “determinismo genético” – como um programa geral para a compreensão do destino dos organismos genéticos – não é mais o pensamento dominante no campo da genética. Em seu lugar, e com extrema força, evidencia ele, surge a “biologia como oportunidade”, ou seja, a *biologia como oportunidade de transformação da*

---

<sup>153</sup> *Clusters of Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats.*

*vida*, do nível micro, na medida em que quanto mais “biológico” um ser é, mais “maleável” ele se torna. Ainda para Rose, quando o saber se instaura sobre as bases biológicas de um ser particular, é possível realizar a “engenharia reversa” e intervir em suas bases moleculares; enfim, quanto maior o saber, mais fácil e de maior magnitude torna-se a intervenção. O saber sobre o gene, molécula orgânica portando longas cadeias de aminoácidos, agora compreendido como informação que contém o código, que contém a instrução que determina o desenvolvimento de determinado organismo, que contém a *potencialidade* do ser, inaugura uma nova época: conhecer geneticamente é atuar, é intervir, é modificar, é prescrever, enfim, é *agir sobre a potencialidade, a virtualidade*; “conhecimento é intervenção” e “descrição é prescrição” (cf. SIBILIA, 2015). Mas para Rose (apud CARVALHO, 2017, p. 223), “não se trata apenas da biologia passar a ser concebida como uma oportunidade, mas do fato de que toda uma série de novos tipos de disputas políticas se organizam em torno dessas oportunidades. Essas disputas, essa política da vida está intrinsecamente entrelaçada com uma economia da vida”. Esse saber abre, ao mesmo tempo, novas disputas de poder – toda a questão mercadológica que a apropriação sobre esses termos irá suscitar passa a ter papel predominante na “economia da vida” – as indústrias farmacêuticas, o desenvolvimento dos estudos em neurociência etc., “porque a abertura desses processos vitais à intervenção também se tornou um campo preferencial para a capitalização pelas indústrias farmacêuticas, pelas indústrias de equipamentos médicos e assim por diante” (idem). Aquela “vida biológica” sobre a qual Foucault se referiu como não sendo alvo da intervenção humana torna-se passível de modificação, e como tal, uma mercadoria muito valiosa, comercializável, abrindo um mercado cada vez mais explorado e lucrativo, a “economia da vida”: o genético, o fármaco e todos os departamentos voltados à exploração de cada detalhe – infinitamente pequeno – da vida humana.

Sibilia (2015, pp. 85-6) alerta que a tecnociência dominante moderna – de inspiração fáustica – busca dominar, vencer, transformar as teorias em “hipóteses de trabalho”, ou seja, projetos têm de ser colocados em prática com o fim de modificar certos fenômenos. Com isso, quando uma determinada técnica é criada, ela será aplicada; mais que isso, ela só é inventada com esse propósito: ser colocada em prática; sua criação é ao mesmo tempo aplicação, modificação, intervenção. Para ela, o *objeto* que foi conhecido, *decifrado*, agora pode – e deve – ser *transformado*. *Entramos na era de fabricação do vivo*. O investimento sobre a vida sofre um ulterior desenvolvimento, e não se dá mais apenas no nível do *bíos*, mas também no zen, a vida “nua”. *A vida “nua” torna-se, então, o espaço do poder, o terreno de ação do biopoder*. E não somente para “melhorar” a saúde, mas para aumentar a performance dos corpos: uma

sociedade que exige melhorias e evolução constante em suas máquinas, também assim o deseja a seus trabalhadores e consumidores.

Se a “intervenção” do ser humano sobre o mundo sempre aconteceu através de ferramentas, instrumentos e máquinas, agora sua capacidade está presente nos laboratórios, que se tornaram, por sua vez, da medida do globo<sup>154</sup>. Do menor ao maior organismo, da fauna à flora, do animado ao inanimado, tudo pode e deve ser modificado, intervir é preciso para colocar tudo e todos debaixo da lógica do Capital e toda uma série de disputas políticas se organizam em torno dessa “economia da vida”, um entrelaçamento de forças de ataque e resistências que formam as novas séries de circuitos saber-poder que modificam a forma de existência<sup>155</sup>.

É exatamente na diferenciação entre técnica e cultura que Santos (2003) apresenta com extrema lucidez uma transformação que ocorria no início do século XXI e que é de fundamental importância para essa parte do trabalho. Enquanto estava em voga a chamada “virada cultural”, ele percebia que era com a “virada cibernética” que o motor da acumulação capitalista passava a ser, com a aliança entre o capital e a ciência, a *tecnociência*, capaz de tomar todo o mundo existente como matéria-prima e torná-la à disposição do trabalho tecnocientífico. O desenvolvimento tecnológico nada mais era que a consequência, o resultado da aliança cada vez mais estrita entre o capital e a tecnociência. Essa transformação passava a ser possível através das tecnologias da informação, as quais, por manipularem a “realidade informacional que permeia a matéria inerte, o ser vivo e o objeto técnico”, passavam a operar a “codificação e a digitalização” do mundo físico. Se Wiener (1984) demonstrava que a informação poderia ser “desmaterializada” e transferida através de diversos meios sem sofrer alterações em sua essência, a busca de uma “língua comum”, ou seja, traduzir o mundo físico num problema de codificação, visando suplantar qualquer resistência ao controle instrumental, tornou-se, pouco a pouco, o imperativo da tecnociência. Era a “imaterialidade da informação” apontando para a “digitalização universal”.

---

<sup>154</sup> Apesar de muitas inovações tecnológicas, robóticas, computacionais não terem surgido nos laboratórios “da vida” em si, tiveram e têm consequências importantes dentro da prática da medicina.

<sup>155</sup> Lazzarato (2016, p. 139) afirma a complementariedade e a via de mão dupla entre o saber e o poder: “Toda formação de poder requer [e é resultado de] um saber”; ou seja, a “criação” do poder só pode ser seguida pela constituição correlata de um saber; o contrário também é verdadeiro: o saber engendra um circuito de poder; o italiano prossegue, mostrando como essa relação é colocada em prática: “as relações de poder estratégico devem se nivelar por sua vez nos dispositivos de poder (disciplinas, governamentalidade) e nos saberes (métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa...) para ser capaz de “governar” de maneira relativamente estável e previsível os comportamentos” (idem).

Sibilia (2015, p. 101) aponta que a informação foi adquirindo uma relevância cada vez maior e mais real, superando o paradigma do universo mecanizado do século XIX e da primeira metade do século XX. Quando tal noção passou a atingir em cheio os campos da “condição humana”, entre as questões que se levantaram estava se o corpo orgânico é realmente parte da “essência” do ser humano, uma característica da própria vida, ou se apenas um mero “acidente histórico”, uma “circunstância”. Se a característica ontológica é, portanto, a informação, então não haveria “diferenças substanciais entre computadores e seres vivos”, na medida em que “todos compartilhariam a mesma lógica de funcionamento”. Foi assim, conforme ela aponta, que tal visão deu motor a discursos ligados ao universo “pós-orgânico”, “pós-biológico”, “pós-histórico”, ou, mais precisamente, “pós-humano”, incentivando não só a ficção científica, mas a própria imanência das coisas, o laboratório que podia se ampliar a ponto de se tornar o próprio globo terrestre<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> “Se no capitalismo industrial a engrenagem, a máquina, a coisa inanimada seria metáfora do funcionamento da coisa viva, estamos agora diante de um nível da realidade em que o inanimado se coloca como condição de produção do vivo, como sua estrutura mais elementar, e isso não apenas como tropo linguístico, mas como realidade técnica. A possibilidade de convergência entre a biotecnologia e a nanotecnologia é a existência de uma zona de indiferenciação entre o morto e o vivo. Estamos falando de átomos e de moléculas, de como estudar seu comportamento, como reorganizá-los de novo a obter novas propriedades da matéria inerte e animada a partir de uma mesma lógica” (FERREIRA & PEDRO, 2009, p. 191).

## Capítulo 8. Neoliberalismo, modificação genética e posse da existência futura

Uma nova “forma” de vida – ou de afrontá-la – requer um novo tipo de governamentalidade. O código herdado, inscrito no DNA, apesar de ser uma tendência do que pode acontecer ao ser humano em seu nível molecular, não é uma certeza, é apenas uma predição, mas transformar o que é tendência em uma verdadeira predição é o novo imperativo da sociedade capitalista. Não é, pois, o que o indivíduo “era”, mas o que ele poderia fazer que preocupava a sociedade disciplinar e de segurança. Da mesma forma, mas com as devidas modificações, o que importa hoje são as possibilidades contidas em sua informação genética que ocupam as diversas áreas de conhecimento.

Inaugurada, assim, a era que compreende o ser humano em termos bioinformáticos e que ser quer ativamente intervir nele, lança-se uma pergunta: que tipo de governamentalidade se trata? É, acima de tudo, uma governamentalidade que atua no nível molecular da existência, da vida, como pontuei anteriormente, a *governamentalidade genômica*.

O capitalismo, com suas novas imposições, planeja, assim a vitória sobre o trabalhador-cansado de sua fase industrial. Já não há mais espaço para pausas, atestados, falhas. Suas novas imposições são a conexão *full time*, a ausência de doenças que impeça o trabalho, a alta produtividade, a eficiência, a gestão dos riscos, o empreendedorismo.

A tecnociência contemporânea aparece em natureza diferente de sua antecessora, não apenas para corrigir certos “defeitos”, realizar certas melhorias, operar alguns retoques, como se tratava de sua antecessora. Agora, a tecnociência da vida lida diretamente com a possibilidade de criar a própria vida, de criar vida. Essa inversão de força do técnico sobre o orgânico opera uma verdadeira revolução, pois destrói toda e qualquer barreira, e procura superar qualquer tipo de lei. É dos laboratórios das grandes corporações, e não dos parlamentos, que emanam as novas descobertas, as novas leis que irão vigorar e que estão em vias de transformar o que a humanidade entende por “vida” (SIBILIA, 2015, p.51).

Essa nova vida acarreta em dar fim a toda limitação, fraqueza, imperfeição humana: o sono, o envelhecimento, as patologias, a espacialidade, a temporalidade – entendida como a morte que deve ser vencida, dissipada. Entre as táticas colocadas em prática, a conexão aparece como superação da espacialidade, pois o ser humano conectado pode estar em qualquer lugar a qualquer tempo.

Ao mesmo tempo, as ciências médicas almejam não mais esperar que os “males” aconteçam, para curá-los depois, nem busca doentes para a cura, mas faz a “profilaxia pela

genética”, realizando, através da seleção gênica, o darwinismo genômico para evitar qualquer tipo de nascimento que carregue consigo as imperfeições inerentes à espécie humana. Por que permitir o nascimento de diabéticos, hipertensos, hemofílicos, deficientes, e tantos muitos seres sentenciados para toda uma vida, ou pela morte determinada, se há possibilidade de aperfeiçoá-los antes de seu nascimento?

Nos meados do século XIX, na Inglaterra, ao mesmo tempo em que o capitalismo industrial se expandia, a teoria darwiniana era formulada. Seleção natural das ciências biológicas e mão invisível da economia política pareciam ser complementares: o evolucionismo, apresentando o homem em sua ênfase na competição e sobrevivência dos mais fortes, aparecia em consonância com o capitalismo industrial, o qual poderia ser considerado uma espécie de “darwinismo social”.

A intervenção sobre o homem-corpo e o sobre o homem-espécie ainda era incipiente. Apesar dos esforços biopolíticos com relação ao governo da população e as técnicas disciplinares, a penicilina, por exemplo, nem havia sido descoberta. Era a “natureza” dos vencedores que carregava o gene que triunfou (seleção natural), e da mesma maneira, nas fábricas inglesas, com trabalhos de até 16 horas diárias, somente os mais fortes sobreviviam. A oferta de mão de obra era assaz grande para que o capitalista se preocupasse com a saúde e os direitos dos trabalhadores. Mas, essa pequena ligação entre biologia e economia política, aparentemente desconexa, irá modificar o curso da história humana.

Cerca de um século e meio depois, as práticas neoliberais é que conduzem o globo terrestre. As lógicas da eficiência, competitividade, gestão de riscos e otimização são imperativas e vencedores no mundo contemporâneo: cada minúscula partícula de vida deve sofrer intervenção para que entre nessa lógica.

O “trabalho” passou a inscrever-se cada vez mais nos softwares dos computadores, e o capitalismo, principalmente com a mobilidade do capital financeiro, passou cada vez mais a interessar-se pelas potências, pelas virtualidades, pelas performances que pelas coisas mesmas, pelas coisas em si. A “posse da existência” é o grau máximo de foco de presa do capitalismo contemporâneo.

Toda uma relação, um novo regime de saber-poder passa a acontecer, em que o saber sobre a espécie e a possibilidade de tocar nas configurações-padrão da mesma e redesenhá-la, inaugura uma nova rede de poder, na qual o mercado desempenha papel fundamental; é a tecnociência moderna a seu serviço, a serviço da sequestração do futuro, na medida em que a “dimensão virtual da realidade”, ou seja, as potencialidades, passa a ganhar cada vez mais destaque, em termos econômicos, em detrimento de sua “dimensão atual”, dado que o capital

financeiro interessa-se e volta-se sobretudo para uma economia futura, que se utiliza de simulações para antecipar e prever o futuro, e com isso, obter mais lucros<sup>157</sup>.

Um novo regime de saber-poder demanda também uma nova governamentalidade, que seja ao mesmo tempo tão capilarizada, sutil, mas que não deixe escapar o mínimo detalhe da existência<sup>158</sup>.

Se as forças que regiam a evolução darwiniana compunham um equilíbrio sempre estável entre o acaso e a necessidade das leis naturais, essa estabilidade foi interrompida pela intervenção humana. O intuito dessa ruptura foi eliminar o imprevisível e subverter os veredictos – outrora implacáveis – das leis naturais. Com esse deslocamento das decisões, agora seria possível submeter esses processos a uma série de escolhas concretas e pontuais: decisões não mais deixadas em mãos de entidades anônimas, como o acaso e a necessidade, mas assumida pelos homens. Ou, mais precisamente, pela tecnociência aliada ao mercado, e portanto, dependente de suas demandas e vaivéns (SIBILIA, 2015, p. 139).

A engenharia genética, ou melhor, as biotecnologias, poderão ser capazes de engendrar um novo tipo de ser humano, muito além de suas imperfeições e rebeliões – e sequestrar seu futuro e suas potencialidades, convertendo-os à lógica capitalista, bem além de qualquer imaginação darwiniana, para quem, em sua época, o homem só seria capaz de agir sobre características “externas e visíveis”. Se até então, nenhum saber tinha sido capaz de mudar o ser humano em sua “essência” (vida nua), a genética aparece agora com o sonho de uma reprogramação precisa e eficaz. Intervir ao conhecer: uma vitória dos engenheiros da vida sobre os engenheiros sociais, os políticos e os religiosos. Já se está bem além das técnicas securitárias, das disciplinares e da soberania. Toda uma rede sociotécnica se articula – laboratórios, pesquisadores, universidades, governos, financiamentos – e entra-se na era de uma governamentalidade genômica, na qual o mercado tem a supremacia na administração da vida, uma vida transformada em *commodity* e como tal, comercializável, através das grandes corporações mundiais, imbricadas com os Estados-nação, que constroem o tecido fundamental dessa nova política da vida, assumindo funções de primeira importância. A vida, ao ser transformada em mera mercadoria, é passível de ter um design mercadológico, livre de “defeitos”, e, por que não dizer, ter até uma espécie de obsolescência programada, para que

---

<sup>157</sup> Quando, por exemplo, um banco precisa decidir a taxa de juros que irá efetuar para um empréstimo, ele tenta prever, através de simulações, o “comportamento do mercado” para que sua taxa efetiva lhe seja lucrativa.

<sup>158</sup> Sibilía (2015, p.190) – Aprofundar sobre as redes de poder hoje – capilarizadas, pulverizadas.

possa entrar no ciclo dos “upgrades”, das assinaturas para receber melhorias e aumentar sua performance.

Opera-se, então, uma inversão na intervenção. Se à época da análise de Foucault, a gestão da população se dava sobre a trama homem-espécie (massificante), hoje a genética realiza uma diferente operação: engendra transformações no homem-espécie, mas na forma individualizante. O homem-corpo das disciplinas parece estar de volta, mas a intervenção acontece em sua vida nua (*zên*) e não mais somente em sua vida transformável (*bíos*).

Localizado na intersecção exata entre o corpo individual e o da espécie, o genoma se tornou um alvo privilegiado tanto das biopolíticas que apontam para a população humana quanto das tecnologias específicas de modelagem subjetiva. A cadeia de informações que compõem o DNA, portanto, tem a capacidade de usurpar a primazia daquele outro alvo do biopoder, a sexualidade, que também passa a ser metabolizada pelo novo paradigma. Além disso, esse dispositivo constitui também um modelo prototípico para outras entidades comparáveis e igualmente centrais nas atuais definições de vida – e, portanto, nas possibilidades de manipulá-la, otimizá-la e canalizá-la produtivamente sob essa lógica renovada (SIBILIA, 2015, pp. 206-7).

O código genético está, portanto, numa localização estratégica entre o indivíduo e a população, o homem-corpo e o homem-espécie.

Sibilia também propõe que “o DNA está conformando um forte dispositivo político, em torno ao qual se reorganiza o biopoder”<sup>159</sup> (ibid., p. 207). E “aí onde a carne se decompõe em luz, os corpos e as subjetividades se tornam alvo das táticas biopolíticas mais eficazes da atualidade” (ibid., p. 238). Ou seja, é nos laboratórios que acontecem as maiores lutas contemporâneas. E é exatamente no nível molecular (micro) que a “matéria orgânica” é passível de ser transformada em “informação digitalizável” e é exatamente para lá que os focos de saber-poder atuais estão se instalando, forjando novas técnicas, travando novas batalhas, inaugurando uma nova governamentalidade.

---

<sup>159</sup> Na China, um país notavelmente conhecido pela política populacional, a propaganda estatal para doadores de espermias tem um elevado grau de exigência, proibindo-se, por exemplo, homens com doenças hereditárias ou calvos, e somente aceitando homens que tenham “amor pela pátria socialista”. É assim que o banco de espermias do hospital da Universidade de Pequim convoca os candidatos para a doação do sêmen, via anúncio no Facebook. Trata-se de um fato emblemático na luta do governo chinês para conjugar ciência e ideologia, uma espécie de identidade chinesa como uma linhagem sanguínea promovida pela mescla de nacionalismo e socialismo.

*A figura subjetiva da governamentalidade genômica: o transhumano*

Para Santos (2003, pp. 18, 28), se tivermos em mente que a dimensão virtual da realidade começa a ser mais importante em termos econômicos do que a sua dimensão atual, teremos uma ideia melhor do sentido da corrida tecnológica. Utilizando-se da tecnociência, o capitalismo tem a ambição de apropriar-se do futuro – uma sociedade voltada para o futuro opera tanto a aceleração tecnológica quanto a econômica: a colonização do virtual, das possibilidades, deve ser engendrada pela “capitalização da informação genética e digital”<sup>160</sup>.

Prever comportamentos é o imperativo. Mais que “pré-ver”, pré-direcionar esses comportamentos, essas ações a um determinado fim. A similaridade principal entre governamentalidade algorítmica e genômica é o fato da predição. Ambas buscam conduzir as condutas, mas antes que se realizem: a objetivada intervenção é sobre as condutas virtuais, seja sobre o indivíduo em seu “curso social”, e sobre o indivíduo em sua “carga biogenética”<sup>161</sup>. Se para Bergson a “liberdade” de tudo aquilo que é “vivo” radicava na possibilidade de que ele viesse a “surpreender” – acasos, violência, descontinuidades, descontroles, enfim, viver é não saber o que está por vir; é não ter controle sobre o devir, nenhuma garantia a respeito da aleatoriedade da vida – um fenômeno com um controle técnico radical já pressupõe uma regularização oposta a tal definição. Busca-se o “momento” anterior à ação, a virtualidade, a ação em potencial – não se está no jogo do que faz ou fez, mas sobre o que se é – campo das virtualidades, potencialidade do comportamento. O objetivo do Google é ser mais que um simples doador de respostas, um buscador; ele não quer esperar para responder as perguntas, mas as quer fazer, quer dizer o que digitar (CARR, 2008). Também é o desejo de muitas outras empresas: pensar pelo consumidor, incitá-lo a tomar decisões: quer passar-se do “*real time*” para o “*before time*”<sup>162</sup>.

Sibilia (2015, p. 147) alertava que “os saberes ligados à teleinformática e às biotecnologias estariam inaugurando algo de fundamentalmente novo na história dos homens” – a “informação” opera a desmaterialização do físico, do orgânico.

---

<sup>160</sup> Nessas interações, o indivíduo é tornado divíduo, dado, informação, mais precisamente, bit. Uma cifra de 0 a 1.

<sup>161</sup> Os bits, como DNA da informação (Negroponte) e a rede mundial, como sistema nervoso digital (Bill Gates), ambos proclamados na década de 1990, podem ser considerados os paradigmas das novas governamentalidades.

<sup>162</sup> Estudos em neurociência também devem considerar o que acontece no cérebro quando se prevê um comportamento ou uma ação e se modifica esse rumo – plasmacidade cerebral.

O que proponho nessa seção é algo incipiente, que ainda está em seu nascimento. Seu progresso e popularização, no entanto, podem acontecer de maneira tão veloz que poderia reconfigurar novamente as forças da sociedade e as formas de existência do que se considera “humano”.

Se até então, por falta de técnicas que pudessem intervir no humano, o nascimento era tratado como um mero “acidente” e a morte como uma certeza, a possibilidade de intervenção já pode chegar até o ponto de o nascimento ser planejado e a morte perder sua certeza. A capacidade de intervenção humana alcançou tanto o nível macro – o Estado imbricado com o mercado e realizando as necessidades do mesmo – como o nível micro – nos laboratórios, os engenheiros da vida podem alterar a programação genética, visando otimizar o desempenho, e podem criar até mesmo vida – o que a natureza demorava milhões de anos para realizar. Há um não-limite nas possibilidades de transmutação genética, que já não depende mais da natureza, da reprodução sexuada, da reprodução entre espécies. Hoje, o poder de criação é ilimitado, assim como infinita busca de valorização do capital. A intenção é atingir um modelo de humanidade baseado na ética neoliberal – desempenho, otimização, rentabilidade, liderança, eficiência – que aparece num novo personagem subjetivo melhorado – o transhumano, livre de falhas, de obsolescência, de imperfeições<sup>163</sup>.

Perfeição é um processo doloroso.  
Nós nos vemos procurando um mundo perfeito e previsível.  
A humanidade deve evoluir antes de se destruir.  
A Eteon retirará toda a fraqueza humana e a substituirá com perfeição mecânica<sup>164</sup>.

Utilizamos esse trecho de um filme como síntese do pensamento tecnológico contemporâneo. A engenharia genética, do tipo fáustica quer chegar a um nível tal de “perfeição” da raça humana que sabe ser impossível de alcançar com as características físico-

---

<sup>163</sup> Nas próprias plataformas de características pessoais, seja para emprego, seja para relacionamentos, ao invés de descrever suas habilidades profissionais ou características físicas, os usuários poderão descrever a qualidade dos seus genes, da sua carga genética. Não será de se estranhar se daqui a alguns anos se popularizarem propagandas como “Black Friday” genético. O slogan da propaganda pode ser algo como “tenha olfato mais apurado que o de um cão”, “uma visão mais profunda que a da águia”, e, para se inscrever no circuito da dívida, “melhore seus genes agora, promoção em 10 vezes no cartão de crédito”. As possibilidades são infinitas com os algoritmos capazes de avaliar dados genéticos e fornecer conselhos – ou imposições. Em 2020, em Tóquio, será inaugurado o *Sushi Singularity*, um restaurante com receitas exclusivas baseadas no DNA de cada cliente.

Além dessas possibilidades, outra que pode acontecer é o que poderia ser chamado de biohacking – uma espécie de pirataria da espécie para melhorias genéticas, inserção de chips etc. como mostrado na série *Explained* (Netflix, 2018, criado por Ezra Klein e Joe Posner, episódio Designer DNA).

<sup>164</sup> Trecho de diálogo do filme “Projeto Gemini” (*Gemini Man*, 2019, do diretor Ange Lee), em que a máquina dialoga com sua criatura, o personagem Brixton, um híbrido de humano-robô.

biológicas que o esqueleto humano carrega consigo. Um novo tipo de humano é necessário ser produzido, fabricado, para que possa ser “perfeito”, e cujas ações possam estar dentro de um campo de previsibilidade. Esse processo de aperfeiçoamento é doloroso, deixa seus danos. O ápice desse desenvolvimento é a criação de uma “nova humanidade”, para a qual a antiga não será mais necessária nem desejável, pois ainda conteria aspectos de imprevisibilidade. A essa nova humanidade corresponde a frase do personagem Brixton, um híbrido de humano e robô: “*Mais eu me torno máquina, mais humano sou*”. O novo humano é uma máquina, um novo composto. Mais que o perigo de extinção, a espécie humana estaria por perder sua soberania e hegemonia? No entanto, o paradoxo pode ser formulado na seguinte questão: será ela superada por si mesma? O sonho de otimizar de forma técnica uma natureza considerada “imperfeita” transforma o ser humano em uma outra espécie?

Terá, então, o ser humano sido superado por uma outra espécie que ele mesmo “criou”? Deleuze (2012, p. 179) afirma que “as forças no homem só compõem uma forma entrando em relação com forças do fora”. E prossegue: “com que novas forças ameaçam elas agora entrar em relação, e que nova forma pode daí resultar que já não seja nem Deus nem o Homem?”. Ainda para o francês, o super-homem é o resultado “das forças no homem com essas novas forças” (ibid., p. 181), cujo composto carrega consigo todo o mundo que lhe está em torno, os animais, o inorgânico, a linguagem. E por isso, “como diria Foucault, o super-homem é muito menos do que o desaparecimento dos homens existentes, e muito mais do que a mudança de um conceito: é o advento de uma nova forma” (ibid., p. 182)<sup>165</sup>. Uma forma que ainda está em sua gestação.

---

<sup>165</sup> “A possibilidade de encarregar-se da vida e de seus mecanismos, fazendo com que a espécie entre em suas próprias estratégias políticas, penetrando no domínio dos cálculos e da transformação da vida humana, é o que Foucault considera o ‘limiar da modernidade biológica’ de uma sociedade. Esse limiar é coetâneo do aparecimento, na modernidade, do homem em sua especificidade de ser vivo, como um corpo concreto, sujeito e objeto de si mesmo, com uma historicidade própria. Foucault ressalta, nesse limiar, a importância da proliferação das técnicas políticas investindo todo o espaço da existência” (PORTOCARRERO, 2004, p. 141).

## EXCURSO: O novo corpo na Rede e o cérebro conectado<sup>166</sup>

*Não se trata dos seres humanos terem se tornado cérebros, mas do fato deles terem cérebros, deles poderem entender seus cérebros, deles poderem trabalhar os seus cérebros, deles poderem gerir os seus cérebros. A gestão de nossa existência biológica se tornou parte da gestão de nossa existência somática.*  
Nikolas Rose

O ser humano planeja a si mesmo e possui a vontade de se superar até atingir o estado de “super-homem”, mas não é no sentido nietzschiano, e sim, em termos de superação dessa materialidade e das fraquezas inerentes ao seu modo de existência não criado por si, mas “herdado” da natureza.

A junção das duas governamentalidades informacionais – algorítmica e genômica –, através das ciências relacionadas a elas, procura engendrar o novo humano, o novo super-homem.

Foucault demonstrou que no capitalismo, o corpo é fabricado e atribuído. “Fabricar o social”, com tudo o que essa definição engloba: corpo “individual”, corpo coletivo, subjetividades, mundos etc., de acordo com as exigências produtivas, a produção e a reprodução do Capital. Mas, cada vez mais, o ato de “fabricar” o corpo individual e coletivo deve ser entendido como fabricação em seu sentido fabril.

Essa fabricação do social vem realizada, passo a passo, através da “desmaterialização do físico”: o valor de uma mercadoria não se refere mais somente à sua parte “física”, mas engloba também toda sua forma imaterial. Os arquivos, as músicas, os filmes, as fotos, todos estão a um clique. E mesmo o que ainda resta da materialidade se desfaz na relação de serviço: o carro, a bicicleta, os meios de transporte individuais e tantas outras coisas não precisam ser mais compradas; o modelo “serviço-como-produto” substitui o “*take-make-dispose*” (tomar-fazer-descartar).

E assim, essa desmaterialização parece estar em seus passos iniciais de acometer o próprio corpo<sup>167</sup>. As corridas e as lutas contemporâneas parecem acontecer em torno do cérebro, o grande desconhecido, ainda inexplorado, mas, por possuir um dos últimos

---

<sup>166</sup> Utilizo esse excurso como ensaio de junção das partes II e III, as quais denomino governamentalidades informacionais.

<sup>167</sup> Hoje, um “corpo conectado” já existe de forma sutil. Os jogos on-line, por exemplo, implicam processos de subjetivação – diagramas, protocolos, saídas, entradas, humanos, não humanos – dentro daquele espaço-tempo.

resquícios da “imprevisibilidade humana”, deve também ser conquistado, dominado – o campo de saber que abre novas relações (também bélicas) de poder. “Qualquer forma é um composto de relações de força” (Deleuze, 2014) vale também para as novas formas de vida, para as quais não há mais uma barreira entre o animado e o inanimado, já que o objetivo é entrecruzar o orgânico e o inorgânico.

E aqui, esquivo-me de adentrar ao debate ético sobre a sua realização. Parto do pressuposto de que será possível em algum tempo, de que não haverá barreira técnica para isso, e, entre suas consequências, veremos exatamente nova(s) forma(s) de existir e viver.

Uma vida como indivíduo-núcleo implica processos de subjetivação bem diferentes do que uma possível “vida em rede”. É também necessária uma nova definição do que é corpo. Era assim que Roy Ascott, um representante da *tecnoarte*, se colocava ao se referir a um de seus trabalhos. “à medida que interajo com a Rede, *reconfiguro a mim mesmo; minha extensão-rede me define* exatamente como meu corpo material me definiu na velha cultura biológica; não tenho nem peso nem dimensão em qualquer sentido exato, *sou medido pela minha conectividade*” (apud SIBILIA, 2015, p. 60, grifos meus).

Se no plano evolutivo, o desenvolvimento do sistema neural se deu ligando sensores a músculos Kurzweil (2004) afirma que uma “entidade consciente” não precisa possuir presença física permanente. É por isso que também – e não por acaso - em desenvolvimento análogo às pesquisas em inteligência artificial, aparecem os estudos em neurociência, que começaram a se proliferar e alcançar resultados empíricos sólidos a partir de 1996 (NICOLELIS, 2011). E o ano de 2015 marcou o lançamento, pelo governo dos Estados Unidos, do Projeto *Brain Initiative*, que consistia no patrocínio estatal de cerca de US\$ 300 milhões para estudos e pesquisas que procuram “compreender o funcionamento do cérebro humano”. Mais uma vez os Estados Unidos procuram se colocar na dianteira desse processo, pois aquele país sabe que a nova exploração da riqueza passa necessariamente pelo entendimento do cérebro humano e pelas aplicações que essa compreensão pode resultar.

Já em 2012, o governo Barack Obama anunciava investimento maciço em pesquisas relacionadas ao cérebro. Mas, os estudos sobre esse campo acontecem, desde então, nos mais variados locais: universidades, empresas (Google), “individuais” (Projeto Blue Brain, de Henry Markram, que em 2009 declarou que “não é impossível construir um cérebro humano, e podemos fazê-lo em 10 anos”<sup>168</sup>) etc.

---

<sup>168</sup> Depois a meta passara para 2023.

Os fundadores do Google, Larry Page e Sergey Brin, em 2004, em uma entrevista à revista *Playboy* dos Estados Unidos, foram enfáticos ao revelar um de seus objetivos: operar uma simbiose das máquinas com o cérebro humano. Quando perguntados se o objetivo era “ter o saber do mundo inteiro conectado à nossa cabeça”, Brin respondeu “Chegar perto disso, o mais perto possível. [...] Mas é viável imaginar um salto tão grande quanto o de passar de uma busca nas prateleiras de uma biblioteca para uma sessão do Google quando pulamos dos mecanismos de busca hoje para a totalidade das informações do mundo” (CARR, 2008, p. 194). “A solução não é limitar as informações que você recebe. Em última instância, você quer *o saber do mundo inteiro conectado diretamente à sua cabeça*” (ibid., pp. 193-4, grifo meu).

As possibilidades de realização de novas figuras do humano são infinitas, por isso, nesse item, não me ateno às questões de sua realização – sirvo-me apenas de alguns exemplos –, mas de suas consequências no tocante às relações de poder, já que o alvo deste trabalho repousa na questão das relações de poder e das governamentalidades, e com isso, quero analisar como esses novos tipos de configuração – Interface Cérebro-Máquina (ICM) e Interface Cérebro-Cérebro (ICC) – uma vez “factíveis”, reconfiguram as relações de poder. E aqui já tangenciamos a questão da Biodesigualdade, alvo de nosso trabalho. Se as ICM e ICC aumentam poderosamente a capacidade de afetar e têm a capacidade de fabricar um “novo” ser humano, todos terão acesso igualitário às possibilidades inerentes a elas? Sergey Brin, do Google, foi enfático: “No futuro, talvez possamos anexar uma versão do Google em miniatura que você simplesmente pluga ao cérebro” (ibid., p. 195). É claro que, em havendo a possibilidade de se conectar uma plataforma de informações no cérebro, haveria uma diferenciação de preços e serviços com relação aos tipos de acesso, à quantidade de informações disponibilizadas, enfim, quanto mais informações o usuário quisesse ter acoplado, maior seria o preço.

Mas como será possível realizar essa integração entre dois ou mais humanos, entre humanos e não humanos, entre orgânico e não orgânico?

A representação do mundo criada por populações de neurônios corticais não é fixa, mas permanece em fluxo, ao longo de toda a vida, continuamente adaptando-se em função de novas experiências e aprendizado, incluindo a incorporação de ferramentas artificiais como expansões de nosso modelo de eu. Vale ressaltar que esse princípio constitui a principal razão pela qual as interfaces cérebro-máquina podem funcionar – *nosso cérebro de primata não diferencia suas alianças estratégicas, aceitando de bom grado aquelas feitas com uma mão real, uma mão robótica ou mesmo um corpo virtual* (NICOLELIS, 2011, pp. 353-4, grifo do autor).

Sibilia (2015, p. 153) afirma que os seres vivos e os “dispositivos telexnformáticos” compartilham a mesma linguagem e têm como base uma estrutura semelhante e por isso “poderiam se interconectar e interagir logicamente, trocando dados e operando de maneira conjunta”. É o que acontece, por exemplo, nos *biochips*, que já são uma realidade.

O físico estadonidense Murray Gell-Mann, no início dos anos 1990, já declarava e prenunciava o futuro dos cérebros conectados:

Algum dia, para o bem ou para o mal [...] um ser humano poderá ser ligado a um computador muito avançado [...] e, através desse computador, com um ou vários outros seres humanos. Pensamentos e sentimentos serão compartilhados na totalidade [...] Mas certamente [essa tecnologia] criaria uma nova forma de sistema adaptativo complexo, uma verdadeira ‘colagem’ de muitos seres humanos (apud NICOLELIS, 2011, pp. 360-1).

Mas como fazê-lo? Dou voz a um dos mais notórios nomes que pregam essa possibilidade, Ray Kurzweil: “Com relação à nossa inteligência biológica, apesar de nosso neocórtex ter bastante plasticidade, sua arquitetura básica é limitada por suas restrições físicas. Desenvolver um neocórtex maior na testa foi uma inovação evolutiva importante, mas hoje não podemos expandir com facilidade o tamanho de nossos lobos frontais [...] Quer dizer, não podemos fazê-lo biologicamente, mas é exatamente isso que faremos tecnologicamente” (KURZWEIL, 2014, p. 211). O mesmo autor acredita que “um computador pode se tornar um cérebro se tiver um software cerebral sendo executado” (ibid., p. 222) que consiga processar simultaneamente, como faz o cérebro humano, os cem bilhões de neurônios através da rede neural, uma rede cujo paradigma é o de “emular a estrutura de computação dos neurônios no cérebro humano”, ativando, incitando essa conexão para fazer com que os neurônios “aprendam”. Para ele, é possível que o computador imite o cérebro humano, mas o contrário não se aplica devido à diferença de plasticidades entre os dois – para ele, muito maior a do computador. “O recabeamento do próprio cérebro – os dendritos estão criando novas sinapses continuamente – também pode ser emulado por software usando links, um sistema bem mais flexível do que o método de plasticidade do cérebro, que, como vimos, é impressionante, porém limitado” (2014, p. 240).

Nicolelis (2011, p. 490) expõe o momento deste “novo cérebro” como a “hipótese do cérebro relativista” – aquele que tem a “possibilidade de direcionar o processo evolutivo de nossa espécie”.

Quando confrontado com novas formas de obter informação sobre a estatística do mundo que o cerca, o cérebro de um indivíduo assimila imediatamente essa estatística, da mesma forma que os sensores e as ferramentas utilizadas para obtê-las. Desse processo resulta *um novo modelo neural do mundo, uma nova simulação neural da noção de corpo e uma nova série de limites ou fronteiras que definem a percepção de realidade e o senso de eu*. Esse novo modelo cerebral será testado e remodelado continuamente, por toda a vida desse indivíduo (NICOLELIS, 2011, p. 386, grifo meu).

É o cérebro humano que tem a capacidade de projetar, desenvolver, fabricar ferramentas – e máquinas – para utilizar no mundo que o cerca. “Dado o esforço incansável e incomparável de fantasiar ferramentas artificiais como extensões de nós, o cérebro humano possui o único algoritmo capaz de sequestrar de nossos genes uma fração significativa de responsabilidades de *definir o caminho futuro de nossa própria evolução*”. E continua: “[...] nosso senso de eu não é limitado [...] muito provavelmente esse limite de nosso eu se estende para roupas, relógios, anéis, meias, gravatas [...] *Além disso, nosso senso de eu também inclui todas as ferramentas que normalmente utilizamos*” (ibid., p. 350, grifos meus)<sup>169</sup>.

Como se vê, tudo o que está ao redor do ser humano e tudo o que ele cria ao seu redor, influencia o seu modo de viver e de compreender o mundo<sup>170</sup>. Por isso, não é só com relação ao “cérebro” que se dá a corrida pelo “novo humano”. Toda a riqueza corporal e a possibilidade de sua manipulação também devem ser colonizadas. A Universidade de Tsukuba, no Japão, em parceria com a *Sony Computer Science Lab*, desenvolveu um sistema chamado *Wired Muscle*, composto de sensores elétricos e estimuladores, que é capaz de conectar músculos de dois corpos diferentes, permitindo que eles sejam “espelhados” ou até mesmo coordenados para trabalharem e/ou reagirem conjuntamente<sup>171</sup>. Nessa conjunção, é o sistema que coordena os músculos e essa nova forma de ligar dois humanos pode levar além os “limites” da percepção e motricidade humanas.

---

<sup>169</sup> O biólogo inglês J. Z. Young também descrevera as mudanças que ocorrem, de forma sutil, nas percepções, ideias e linguagem quando se usa uma nova ferramenta (CARR, 2008, p. 207).

<sup>170</sup> “[...] esse mecanismo que traduz experiências perceptuais em sinais químicos capazes de realizar a assimilação de outros corpos por meio de um processo de plasticidade neural poderia definir a cadeia causal de eventos através da qual o cérebro humano expande seus modelos neurais para muito além do nosso eu” (NICOLELIS, 2011, p. 357). O caminho que está sendo percorrido passa pelas próteses neurais, que são dispositivos que restauram ou complementam as capacidades da mente através de componentes eletrônicos inseridos no sistema nervoso e que mudam a forma de percepção do mundo exterior e a interação com ele.

<sup>171</sup> <https://www.fastcodesign.com/90129925/its-now-possible-to-hack-someones-muscles-and-even-their-whole-body?partner=feedburner> acesso em 30/03/2020.

Um outro estudo, realizado em 2014 pelo *National Institute of Information and Communications Technology* do Japão<sup>172</sup> com o jogador de futebol Neymar Jr., através de “ressonância magnética funcional”, revelou que o cérebro dele funciona, quando em contato com a bola para efetuar um drible, numa espécie de “piloto automático”. A medição da atividade no córtex motor na região cerebral que comanda os pés praticamente não apresentou diferença no processamento cerebral do jogador movimentando ou não os pés, demonstrando que tais movimentos já estavam “programados” em sua estrutura cerebral e, por isso, não era necessário dedicar um esforço elétrico a isso. Ao não precisar “pensar” enquanto dribla, seu cérebro fica livre para outras funções, como planejar jogadas e visualizar o jogo como um todo, além da movimentação fluir de modo muito mais rápido.

O estudo revelou também que, apesar desse tipo de habilidade ter seu teor genético, ele também depende também de treinamento, e quanto mais cedo se der a iniciação, mais eficiente será, já que a plasticidade cerebral – capacidade de se reprogramar “fisicamente” – é maior nos primeiros anos de vida.

Esse exemplo se faz pertinente neste trabalho, pois elucida, de certa forma, a questão da relação do ser humano com a ferramenta, e a capacidade que não só as ferramentas, mas como também as máquinas técnicas de ampliar toda capacidade humana de afetar e de perceber o mundo que o cerca e de reconfigurar todo o “aprendizado de indivíduo” que o ser humano tem atualmente<sup>173</sup>. E assim, emancipado de sua limitação material e da sua vulnerabilidade “individual”, passam a valer novas formas de existir.

E aqui, para finalizar faz-se necessário pontuar uma bifurcação. Se por um lado, os dispositivos tecnológicos ampliam a capacidade humana de observação e de ação no ambiente, por outro provocam uma espécie de “empobrecimento da experiência”<sup>174</sup> através de uma gradual e constante “percepção maquínica” (Benjamin)<sup>175</sup>.

---

<sup>172</sup> E publicado no periódico suíço *Frontiers in Human Neuroscience* onde avaliaram Neymar e outros atletas – 3 outros jogadores, um nadador e um jogador de futebol amador, através de Ressonância Magnética funcional e outros exames.

<sup>173</sup> É necessário diferenciar, conforme o fazem Deleuze e Guattari (2011, p. 511) uma ferramenta de uma máquina: a primeira como agente de contato e a segunda como fator de comunicação. Para eles, “compor peça com qualquer coisa” é muito diferente de “prolongar-se ou projetar-se, ou de fazer-se substituir”. Mas eles também pontuam a possibilidade de um mesmo objetivo poder ser considerado tanto uma ferramenta, quanto uma máquina.

<sup>174</sup> Benjamin foi um dos primeiros teóricos a diagnosticar o empobrecimento da capacidade de saber dar conselhos, contar histórias e transmitir experiência de geração em geração. Para o teórico alemão, o discurso vivo, que é compartilhado por uma coletividade e pode ser retomado e transformado de geração a geração, é substituído ao longo do desenvolvimento das forças produtivas por uma experiência falsa enganosa, que o autor chamou de *Erlebnis*, característica do indivíduo tornado solitário da vida do povo. Esse processo de esfacelamento da *Erfahrung* foi responsável pela atrofia da aura nas obras de arte (“A Obra de Arte na Época da

---

sua Reprodutibilidade Técnica”, 1935), pelo empobrecimento das condições de acolhimento das poesias líricas (“Sobre Alguns Temas de Baudelaire”, 1939); pela transformação dos seres humanos em autômatos (“A Paris do Segundo Império de Baudelaire”, 1938 e “Sobre o Conceito de História”, 1940) e pelo desaparecimento do narrador tradicional e surgimento do romance (“O Narrador”, 1936).

<sup>175</sup> O caso mais recente e emblemático é o uso nas partidas de futebol do “árbitro de vídeo” (VAR). Os árbitros cada vez mais delegam sua “decisão” ao vídeo, relegando muitas vezes a sua percepção do lance, que principalmente, em casos de contato entre jogadores na grande área para marcar o pênalti, são bem melhores do que aparece nas imagens do vídeo. O próximo passo poderá ser a própria automatização de decisão do árbitro, através de algoritmos que analisem o vídeo e tomem a decisão.

## PARTE IV - GOVERNAMENTALIDADE BÉLICA

*This is war (Thirty Seconds to Mars)*

*A warning to the people, the good and the evil  
This is war  
To the soldier, the civilian, the martyr, the victim  
This is war*

*It's the moment of truth and the moment to lie  
And the moment to live and the moment to die  
The moment to fight, the moment to fight,  
To fight, to fight, to fight*

*To the right to the left  
We will fight to the death  
To the edge of the earth,  
It's a brave new world from the last to the first  
To the right, to the left,  
We will fight to the death  
To the edge of the Earth  
It's a brave new world, it's a brave new world*

*A warning to the prophet, the liar, the honest  
This is war  
To the leader, the pariah, the victor, the messiah  
This is war*

*I do believe in the light, raise your hands up to the sky  
The fight is done, the war is won, lift your hands towards the sun  
Towards the sun, (it's the moment of truth and the moment to lie  
It's the moment to live and the moment to die, the moment to fight)  
Towards the sun,  
Towards the sun, (it's the moment of truth and the moment to lie  
It's the moment to live and the moment to die, the moment to fight)  
The war is won (to fight, to fight, to fight, to fight)*

*A brave new world  
The war is won  
The war is won  
A brave new world*

## Capítulo 9. Capitalismo, máquina de guerra, acumulação continuada

*Não podemos realizar operações comerciais sem guerra nem guerra sem operações comerciais.*

*Jan Pieterszoon Coen, Procônsul da Companhia das Índias Orientais Neerlandesa, em discurso ao conselho de administração da companhia (1614).*

*Nós vivemos no tempo da subjetivação das guerras civis. [...] Nós entramos na era da construção de novas máquinas de guerra.*

*O capitalismo e o liberalismo carregam as guerras em seu seio como as nuvens carregam a tempestade.*

*É essa relação estreita, constitutiva, ontológica entre a forma mais desterritorializada do capital, a moeda, e a forma mais desterritorializante da soberania, a guerra, que nós colocamos como um ponto de partida obrigatório para repensar toda a história do capitalismo – até as suas formas mais contemporâneas.*

*Eric Alliez & Maurizio Lazzarato*

A concepção do Capital que Lazzarato sustenta – “como articulação de ‘máquinas e estratégia’, de uma série de maquinismos (econômicos, tecnológicos, institucionais etc.) de uma estratégia política que os atualiza, que os subjetiva numa luta entre adversários” (2019, p. 99) – opõe-se, polemicamente, como ele mesmo afirma, “à quase totalidade das leituras contemporâneas do capitalismo”. O entendimento da “relação social como guerra” é o que torna, para ele, os acontecimentos históricos do capitalismo contemporâneo decifráveis. Ou seja, é primordialmente a partir da relação social como guerra que deve-se pautar a análise. Ainda para ele, as decisões e as estratégias capitalistas nunca estiveram “prontas” a ponto de ser necessário somente aplicá-las. Elas foram e continuam sendo incessantemente produzidas e o que constitui o fundamento da política do Capital é “um ponto de vista de classe, um ódio de classe, uma sede de lucro e de revanche contra a revolução que levou anos para se configurar e se impor”<sup>176</sup> (idem).

Assim, ele tem aberto um novo campo de discussão em suas últimas obras (2016, com Alliez, e 2019), apresentando, segundo ele, os limites da teoria foucaultiana com relação à

---

<sup>176</sup> Definir a máquina social do Capital pela produção (“modo de produção”), pela mercadoria, pela estrutura, pelo sistema, ou, ainda, exclusivamente como uma relação social, “elimina um de seus elementos constitutivos: a guerra de classe e as articulações (guerra de raça e de sexo) que a atravessam e a fazem existir desde a invasão das Américas” (LAZZARATO, 2019, p. 99)>

governamentalidade e à sua biopolítica. Para ele, Foucault apresenta somente uma parte do que foi a governamentalidade nos séculos XIX e XX. Ele afirma que mesmo que tal teoria, tal modo de entender as relações sociais através do espectro de relações de forças, relações de poder, foi revolucionária, também é verdade que ela negligenciou e omitiu um aspecto muito importante: o aspecto bélico da governamentalidade capitalista. As guerras contra as colônias se fizeram ausente da análise foucaultiana<sup>177</sup> e, na visão de Lazzarato, essa seria uma grande falha e imporia um limite ao notável trabalho de Foucault. “[...] Foucault desconsidera o colonialismo como parte constitutiva da ordem política, como pressuposto da soberania, da governamentalidade e do constitucionalismo, de modo que se sua definição de poder ilumina a dimensão ‘microfísica’ deste, está cega para a configuração mundial da sua microfísica” (2019, p. 82). Ainda: “Em Foucault, falta metade da ‘narrativa’ genealógica sobre os ‘poderes’, os ‘sujeitos políticos’ e as instituições, já que ele limita sua análise à Europa. O biopoder representa um ponto de vista eurocentrado frente a dispositivos de poder mundializados desde 1492” (ibid. p. 86). A regulamentação governamental, biopolítica, é, assim, para Lazzarato, precedida pelas guerras das conquistas, que as fundam, que lhes dão nascimento.

A guerra é assim, antes de tudo, “um dispositivo estratégico”; é a “subjetivação dos dispositivos de poder”. A afirmação de que a guerra não existe é o primeiro axioma do poder capitalista. Mas a análise crítica deve entender o exercício diário do poder como guerra civil<sup>178</sup>.

Para Lazzarato, “a insistência com que Foucault define as técnicas de poder como ‘produtivas’, alertando-nos contra qualquer concepção do poder ‘repressivo’, destrutivo, guerreiro, não corresponde de modo algum à experiência que temos do neoliberalismo” (ibid., p. 73). “A transformação da guerra civil mundial em biopolítica (‘guerra no seio da população’) faz dela uma guerra sem ‘inimigo’” (ibid., pp. 69-70). Tal crítica de Lazzarato se concentra no fato de que Foucault, mesmo que tenha sido o que mais tenha inovado na análise da categoria de poder – através de uma concepção não-jurídica, enraizada na “microfísica das

---

<sup>177</sup> Exceção feita a algumas aulas do curso *A sociedade punitiva* (1973), *O poder psiquiátrico* (1973-74) e *Em defesa da sociedade* (1976). No primeiro, Foucault narra como se deu, por exemplo, a colonização dos guaranis pelos jesuítas: utilização de um sistema disciplinar, em detrimento da escravidão, mas com uma vigilância individualizada permanente (alojamento do núcleo familiar guarani), um “sistema penal permanente” com punições, que se bem que não tão severo e desenvolvido quanto o europeu, tinha sua força sobre os corpos – violência – e sobre as ações.

<sup>178</sup> Para formar a classe operária na França e na Inglaterra, por exemplo, foi necessária uma guerra sobre os modos de viver, contra os camponeses, contra as mulheres etc.

relações” –, ocultaria, através do conceito de biopolítica, a violência que se exerce diretamente e constantemente sobre o ser humano. O poder, para Lazzarato, não se resume somente a incitar, tornar possível, solicitar uma “ação sobre ação”, porque apenas essa concepção tornaria inexistente a questão das violências de classe, raciais e sexuais, mas implica também – e cada vez mais – a imposição da vontade, de valores, de crenças, diretamente na “pessoa” e nas coisas, através do uso da força e da violência – uma ação sobre a “virtualidade dos comportamentos” e uma ação sobre “coisas e pessoas” –, as quais não se deixam de exercer e de se nutrir no neoliberalismo. “O biopoder não é a forma geral do poder contemporâneo” (ibid., p. 87) já que a máquina da guerra se apropriou dele e o reconfigurou. Assim, o “controle de fluxos e a hierarquização das populações” não é mais realizado por ele, mas pela guerra, guerra no seio da população e guerra contra as populações – o civil e o militar que se integram na “regulação das populações”. “Os dispositivos ‘biopolíticos’ não parecem mais responder à função ‘foucaultiana’ de prolongar a vida das populações. [...] A ‘vida’ que está em jogo não é a vida biológica da população, mas a vida política da máquina capitalista e das elites que constituem sua subjetivação” (ibid., p. 92).

A definição de “guerra contra o povo” é a utilizada por Lazzarato para definir as estratégias militares e as estratégias políticas neoliberais após a queda da União Soviética (a derrota da “revolução”). As guerras sofreram transformações ao longo do século XX, e, com as guerras industriais, tanto a guerra como o Estado passaram a ser “funções e componentes da máquina de guerra do capital” (ibid., p. 66). Com isso, o Estado, longe de desaparecer, é integrado numa aliança estratégica, sob o domínio do capital financeiro, perdendo totalmente sua autonomia, não possuindo nem mesmo o “monopólio” da violência. A coerção mais violenta passa a ser operada pela finança, que conjuga “a forma mais desterritorializada do capital e a forma mais desterritorializada da soberania, a guerra”<sup>179</sup>.

Os *fronts* hoje mudaram de lugar, mas não de função: interiorizados no interior dos Estados “pacificados”, onde não há distinção entre militar e civil, eles se confundem. “A guerra total virou guerra global, no sentido de constituir a outra face da globalização, o aspecto militar da ação ‘civil’ do mercado mundial. Ela é endêmica, intermitente, sempre prestes a explodir, mas sobre o pano de fundo de uma guerra contra a população”. E

---

<sup>179</sup> “O capitalista coletivo constrói sua máquina de guerra e sua estratégia a partir da circulação, de modo que não há exterioridade nem função parasitária da finança, que, muito pelo contrário, graças a sua desterritorialização superior, sua velocidade e sua aceleração contínua tem uma visão do ciclo global da ‘produção’ que escapa tanto à empresa quanto ao Estado e às organizações do movimento trabalhador” (LAZZARATO, 2019, p. 65).

prossegue: “no capitalismo contemporâneo, a guerra é sempre, no fundo, uma guerra civil, uma guerra contra a população” (ibid., p. 67). Essa guerra contra a população estende-se ao tamanho do mercado, o globo terrestre, não sendo necessário não ter conflitos armados no solo de um Estado para se poder afirmar “não estamos em guerra”. Com a “hegemonia política do Capital, a ‘guerra civil mundial’ prima sobre a guerra entre Estados” (ibid., p. 68).

Apesar de nossa visão de guerra ainda estar muito impregnada e enviesada no uso bélico das forças, devemos entendê-la como o uso de estratégias violentas para se chegar a um objetivo. A própria “Guerra Fria” é um exemplo de guerra não-sangrenta, mas que nem por isso deixou de exercer suas armas e provocar suas baixas. As guerras financeiras que são engendradas – FMI contra a Grécia etc., também demonstram o poder de deixar danos. A finança utilizada pelo capitalismo é uma arma não militar, mas que produz efeitos tão devastadores quanto o de uma batalha bélica. Assim, devemos entender a finança mais como uma “guerra não sangrenta” do que uma “convenção”, um “contrato”.

A guerra constitui o ponto máximo da concorrência, da competição; é a implacável luta pela vida contra a derrota da morte. Mas cada vez mais travam-se guerras de formas diferentes do que a simples imposição de um arsenal bélico. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) afirmou que os dez anos entre 2010 a 2019 foram os que mais apresentaram aumento de investimento com a defesa dos países e que as nações do mundo gastaram, somente em 2019, 1,73 trilhão de dólares com o setor militar – somente os Estados Unidos gastam 648 bilhões de dólares, o equivalente ao gasto do 2º ao 15º país do ranking<sup>180</sup>. O interessante é que o estudo leva em conta não somente o investimento com as armas, mas também com a “segurança cibernética”<sup>181</sup>.

A reterritorialização machista, homofóbica, xenofóbica etc. segue a era da desterritorialização das finanças pós 1970. A guerra continua por meio de seus instrumentos mais antigos – Estado, moeda – mas utilizados sempre de forma revolucionária – os fluxos da moeda em sua desregulamentação e desterritorialização máximas continuam a guerra, abrem novas trincheiras mundiais, implicam em imigrações etc. A moeda e o Capital seriam “abstrações vazias sem os fluxos de poder que a guerra e a guerra civil constituem as modalidades mais desterritorializadas” (ibid., p. 46). A continuidade entre mercado, guerra e

---

<sup>180</sup> A tecnologia “constitui poder sobre forças que, do contrário, seriam caóticas. Como a guerra é uma luta pelo poder, não surpreende que a tecnologia e a guerra estejam vinculadas” (KURZWEIL, 2007, p. 127).

<sup>181</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/gasto-militar-tem-maior-aumento-da-decada-no-mundo.shtml> acesso em 15/02/2020.

política marcam um campo de batalha em nível mundial, uma verdadeira “filosofia da guerra total”<sup>182</sup>.

### *Relações de poder e violência*

Para definir o que entendo por “governamentalidade bélica”, recorro, além de Lazzarato, a Foucault (1976 e 1982b) e a diferenciação que o mesmo faz entre relação de poder e relação de violência<sup>183</sup>. Para ele, o exercício de poder é um “modo de ação de alguns sobre outros”, ou seja, só pode haver poder quando o mesmo é exercido, ele só existe em “ato”. Devido a essa característica, ele não pode ser definido, em princípio, como da “ordem do consentimento”, pois implica lutas e batalhas constantes, e por isso mesmo a “violência” seria sua “forma primitiva”. Dessa forma, uma relação de poder necessita obrigatoriamente o reconhecimento do “outro”, exige que esse “outro” seja “mantido até o fim como sujeito de ação” e que “se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis; em resumo, uma relação de poder implica em sujeitos “livres” – entendendo-se por livres aqueles que têm a possibilidade de apresentar reações, que têm um campo aberto de possibilidades de agir –, cujo governo se faz através da estruturação de um “campo de ação eventual dos outros”, com o objetivo de “conduzir condutas” – as formas e os lugares do “governo” numa dada sociedade são múltiplas em uma sociedade, se superpõem, se entrecruzam<sup>184</sup>. Por sua vez, numa relação de violência, age-se sobre um corpo, sobre coisas, e os sujeitos da ação não têm nenhuma possibilidade de reação<sup>185</sup>. A violência procura *anular* as forças de um dos lados da relação.

---

<sup>182</sup> Foucault já apresentava, em seu curso de 1976 Em defesa da sociedade, a guerra como relação social permanente.

<sup>183</sup> Em seu *O sujeito e o poder*, de 1982, ele faz diferenciação entre relações de poder, que seriam relações entre governados como nas sociedades disciplinares, de segurança, e relações estratégicas, que seriam os enfrentamentos, as relações entre adversários.

<sup>184</sup> De fato, uma relação de poder pode usar violência ou tentar o consentimento, mas essa batalha é sempre da ordem do “governo”, do “conduzir condutas”.

<sup>185</sup> “Deleuze aponta que as relações de poder em Foucault são diferentes da mera violência. O poder não age sobre a pessoa, mas sobre sua ação, sobre suas “possibilidades”, ou seja, exerce-se estruturando o campo do possível e do impossível de seus comportamentos. Mantém o ‘sujeito’ sobre quem ele se exerce como ‘livre’, capaz de reagir e de responder a suas solicitações. A violência, ao contrário, age sobre as coisas e as pessoas, fechando todas as possibilidades. O poder não é ‘fazer violência’ ou ‘reprimir’, é mais do tipo: incitar, suscitar, solicitar. Isso é verdadeiro, mas cobre apenas uma parte das relações de poder” (LAZZARATO, 2019, p. 74). A ambiguidade da relação de violência para Foucault: apesar de o escravo estar naquela condição, ele pode, em algum momento, se rebelar, e a relação volta a tornar-se “de poder”. Mas entendo, aqui, que Foucault se refere a uma condição de anulação da força, à aceitação por parte do escravo da escravidão, mesmo que temporal.

Enquanto os verbos utilizados para se referir à relação de poder são incitar, suscitar, induzir, ampliar, limitar, facilitar, tornar difícil – que implicam, de certa forma, uma “liberdade” da ação, os que se referem à relação de violência são forçar, quebrar, dobrar, destruir<sup>186</sup>. Uma relação de violência não é mais, então, uma relação de poder, difere-se exatamente no fato de que não há escapatória, em que se institui a figura do “vencido”, do “derrotado”, do “impotente total”<sup>187</sup>.

De fato, entre relação de poder e estratégia de luta, há apelo recíproco, encadeamento indefinido e inversão perpétua. A cada instante, a relação de poder pode tornar-se, e, em alguns pontos, se torna, um enfrentamento entre adversários. A cada instante, também, as relações de adversidade, em uma sociedade, dão lugar à utilização de mecanismos de poder (FOUCAULT, 1982b, p. 139).

A *dominação* é então, para Foucault, uma “estrutura global de poder”, uma “situação estratégica mais ou menos adquirida e solidificada em um confronto de longo alcance histórico entre adversários” (idem).

Foucault, em sua primeira aula do curso *Em defesa da sociedade*, além de expor o objetivo do curso daquele ano<sup>188</sup>, faz a inversão da fórmula de Clausewitz: “a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra” (1976, p. 16). Isso implica que a política só pode ser entendida, então, como a continuação da guerra por outros meios, pois ela implica a tentativa de pacificação, de consentimento dos conflitos, das batalhas e das guerras; que as relações de poder têm como âncora, como raiz, uma “certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra” (ibid., p. 15). Assim, o “poder político” aparece não como uma maneira de tentar chegar ao consentimento de uma suposta “paz”, mas teria como função “reinsere perpetuamente essa relação de força,

---

<sup>186</sup> Enquanto o poder dobra/negocia, a violência quebra/anula (VEIGA-NETO, 2007).

<sup>187</sup> “a escravidão não é uma relação de poder quando o homem está acorrentado (trata-se, então, de uma relação física de obrigação), mas justamente quando ele pode deslocar-se e, no limite, escapar” (FOUCAULT, 1982b, p. 134).

<sup>188</sup> “Eu gostaria de tentar ver em que medida o esquema binário da guerra, da luta, do enfrentamento das forças, pode ser efetivamente identificado como o fundamento da sociedade civil, a um só tempo o princípio e o motor do poder político” (1976, p. 17). Algumas perguntas que ele se faz: “É mesmo exatamente da guerra que se deve falar para analisar o funcionamento do poder? São válidas as noções de ‘tática’, de ‘estratégia’, de ‘relação de força’? Em que medida o são? O poder, pura e simplesmente, é uma guerra continuada por meios que não as armas ou as batalhas?” (FOUCAULT, 1976, p. 18).

mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (ibid., pp. 15-16).

Fazendo falar Lazzarato, nas três formas de governamentalidade que levantamos, sobre todas elas deveríamos também apontar que elas possuem seus elementos “bélicos”, no sentido de que se trata da vontade de uma classe de impor seu pensamento, suas doutrinas, seus dogmas, sua *dominação*, sua vitória.

A principal característica da governamentalidade bélica é, pois, como veremos, a guerra de subjetivação. O capitalismo atual é, nas palavras de Alliez & Lazzarato (2016, p. 32), “fruto da vontade de certos homens de exercer uma dominação absoluta sobre outros homens a partir de uma *estratégia geopolítica mundial* de exploração sem limites de todos os recursos humanos e não humanos” (grifo meu). Para eles, a história do capitalismo é marcada, desde sua origem, por guerras (no plural): de classes, de raças, de sexo, de civilização e de subjetividade, e elas, constituem, assim, um elemento constitutivo e constituinte do Capital. E para se produzir uma genealogia, reconstruindo o desenvolvimento do capitalismo ao longo do tempo, faz-se necessário articular conjuntamente a crítica da economia política, a crítica da guerra e a crítica do Estado, na medida em que o Capital só pôde triunfar com a imbricação entre moeda, guerra e Estado – a valorização da riqueza operada pelo capital permite ao Estado exercer suas funções, e o Estado, promovendo a guerra civil no seu interior, permite o Capital se desenvolver: “acumulação e monopólio dos títulos de propriedade pelo Capital, e acumulação e monopólio do uso da força pelo Estado se nutrem reciprocamente” (ibid., p. 17).

Ainda para os autores, a microfísica do poder foucaultiana é uma atualização crítica da “guerra civil generalizada”, ao mesmo tempo que a micropolítica de Deleuze e Guattari se ataca ao conceito de “máquina de guerra”, implicando uma nova problematização e a transformação dos conceitos de guerra e de política. E aqui se faz um adendo importante: Deleuze e Guattari teriam sido os únicos a dissociar o Estado e a guerra da máquina de guerra – sua importância reside no fato de não ficarem presos à “territorialidade” estatal<sup>189</sup>. Assim, as análises de Foucault e Deleuze & Guattari convergem para a precisa afirmação de que o

---

<sup>189</sup> A máquina de guerra, invenção dos nômades, não tem a guerra em si como objeto, mas deve ser definida como “guerra contra o Estado”. O Estado se viu constrangido a se apropriar da máquina de guerra dos nômades e transformá-la em algo muito diferente, promovendo a institucionalização de um exército, e foi somente a partir de então, quando a máquina de guerra é capturada pelo Estado, que a guerra torna-se seu objetivo, subordinando-a aos objetivos políticos do Estado que a monopoliza – a guerra do Estado é, pois, continuação da política (ALLIEZ & LAZZARATO, 2016, pp. 319ss, a partir de DELEUZE & GUATTARI).

Estado é responsável por apropriar-se, institucionalizar e profissionalizar a máquina de guerra e ao “estatizar a guerra”, o Estado torna-se, então, o responsável por assegurar o controle, dentro de suas fronteiras, da guerra civil<sup>190</sup>.

São Alliez & Lazzarato que, a partir disso, inovam a análise crítica do capitalismo contemporâneo mostrando que a lógica da guerra civil, de baixa intensidade ou não, é a lógica comandada pelo capitalismo até os dias atuais. “A reversibilidade entre guerra e economia está no próprio fundamento do capitalismo” (2016, p. 15). A política do Capital é, pois, a guerra continuada por todos os meios colocados à disposição pela sua máquina de guerra.

A constituição dessa nova máquina de guerra capitalista passa, portanto, por operar uma profunda transformação no Estado, integrando suas soberanias política e militar e o conjunto de suas funções administrativas sob a direção do capital financeiro - os fluxos de crédito, a dívida pública, o papel da moeda. Hoje, a maior arma estratégica do Capital é a financeirização – “um novo regime de acumulação ou a expropriação dos ‘detentores de recursos’ e a exploração do assalariado, a guerra, a violência, a pilhagem e a economia mais real coexistem em um nível inigualável” (LAZZARATO, 2019, p. 89).

Assim, entendo por governamentalidade bélica aquela que está no *limite* entre uma relação de poder e uma relação de violência, cujos dispositivos utilizados são os mais variados possíveis, mas que, em geral, procuram *anular as forças do adversário e torná-lo vencido*.

#### *A subjetividade da máquina de guerra – a produção dos vencidos*

*Os primeiros capitalistas são como aves de rapina que esperam. Esperam o seu encontro com o trabalhador, que lhes chega pelas fugas do sistema precedente. É mesmo todo o sentido daquilo que se chama acumulação primitiva.*

*Gilles Deleuze*

*Próprio do capital é unicamente a união das massas de mãos e instrumentos que ele encontra. Ele os aglomera sob seu comando. Essa é sua verdadeira acumulação.*

*Karl Marx*

---

<sup>190</sup> O presidente dos Estados Unidos, no momento de sua posse, num ato jurídico, quando jura solenemente sob a Bíblia proteger e respeitar a constituição e proteger o seu país, está encarnando, naquele momento, todo o poder de um soberano, de fazer viver, de proteger a população estadunidense. Este ato significa muito. Ele recebe todo o “poder” de usar – mas também de continuar a desenvolver, a fabricar – todo o arsenal bélico daquela potência.

*O “triunfo” do capital sobre as classes subalternas não se dá de uma vez por todas. Deve ser cotidianamente reproduzido.*  
*Maurizio Lazzarato*

As “guerras de subjetividade”<sup>191</sup> são “guerras políticas de ‘formatação’ e de ‘pilotagem’ da subjetividade necessária à produção, à consumação e à reprodução do Capital” (ALLIEZ & LAZZARATO, 2016, p. 58). Elas devem ser entendidas e tratadas como a primeira das produções capitalistas – e não um “suplemento” do capital. O objetivo é uma “conversão da subjetividade”, visando a uma “conformação dos comportamentos e das condutas à lógica da acumulação do capital e de sua reprodução” (idem). Assim, os processos de desterritorialização, seja da “acumulação primitiva”, seja da globalização (acumulação continuada)<sup>192</sup>, são sempre indissociáveis das “guerras de subjetividade”. E a produção de subjetividade implica ao mesmo tempo a guerra de subjetividade, que “se desenvolve através dos dispositivos, das instituições, das técnicas, dos saberes que, juntos, enquadram os indivíduos em um sistema de identidades e de funções” (ibid., p. 137).

Marx (2011; 2013) descreve a origem do capitalismo precisamente relacionada à violência – expropriação dos meios de produção dos camponeses, seguido pela apropriação dos meios de exercício da força. Ao mesmo tempo, está intimamente ligada à fundação do Estado moderno e da governamentalidade (artes de governar). Assim, violência, Estado e governamentalidade aparecem entrecruzados e a população como sujeito político vem à tona no seio de uma guerra civil, uma “guerra contra a população”. Ao analisar os primórdios do capitalismo inglês, Marx nota claramente a aliança de duas “potências” de destruição: as guerras/*enclosures*, uma espécie de guerra civil no seio da população camponesa, e a questão do crédito/dívida pública. A questão que muitos autores se colocaram é se a assim chamada “acumulação primitiva” marxiana se deu de uma vez por todas ou se ela se produz constantemente. O próprio Marx, ao tratar dessa questão, faz uma analogia entre o papel da acumulação primitiva para a economia política e o pecado original para a teologia. Afirmando que se o ser humano teológico é um ser humano em pecado, pois o pecado original continua a se reproduzir de geração em geração, assim também a acumulação analisada por Marx deve ser considerada como “continuada”, deve ser entendida como ontológica do Capital, como

---

<sup>191</sup> Termo que Alliez e Lazzarato tomam emprestado de Guattari.

<sup>192</sup> “[...] A acumulação primitiva é, desde sua origem, uma criação/destruição continuada portadora do funcionamento real do mercado mundial naquilo que produz e reproduz das diferenciações entre uma multiplicidade de modos de produção e de exploração do trabalho, de formações sociais, de dispositivos de poder e de dominação irreduzíveis ao só ‘modo de produção’” (ibid., pp. 85-6).

*processo do desenvolvimento capitalista, que se repete a cada montagem do aparelho de captura.* Por isso, a pré-história do Capital (“a assim chamada acumulação primitiva”<sup>193</sup>) não é, para o pensador alemão, um simples conceito, mas o pressuposto dele. A análise da acumulação primitiva realizada por Marx preocupa-se, sobretudo, com o papel dos fatores políticos (expropriação dos camponeses, roubo das colônias, tráfico de escravos), muito mais que com a determinação econômica. Para Marx, tal era histórica capitalista (a partir do século XVI) foi marcada pela separação entre o produtor e seus meios de produção. Os produtores foram tornados meros trabalhadores assalariados (ou mendigos, vagabundos, mercenários)<sup>194</sup>. Entre os pressupostos do trabalho assalariado, Marx cita o trabalho livre e também a separação deste mesmo trabalho livre das condições que concorrem para a sua realização, ou seja, do material e do meio de trabalho do produtor<sup>195</sup> (2011, p. 388). Marx (2013, p. 787) escreve ainda que a história da acumulação primitiva foi “gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”<sup>196</sup>, exatamente por desvincular, ao mesmo tempo, através da dissolução da pequena propriedade livre, o indivíduo-produtor tanto do seu lar quanto do seu laboratório natural, a terra. Marx assinala também que a Revolução Gloriosa<sup>197</sup> foi uma prática em grande escala do roubo dos domínios estatais. Ela fez com que ascendessem ao poder os extratos possuidores de maior valor financeiro, que eram os proprietários fundiários e os primeiros capitalistas. Através dos “cercamentos de terras comuns” (*inclosures of commons*) os próprios proprietários fundiários se presentearam e dividiram a terra entre si (2013, pp. 795-6). Em poucas palavras, a assim chamada acumulação originária do Capital foi o processo histórico forjado pela nova aristocracia fundiária inglesa aliada à nova bancocracia, que desassociou o produtor do seu meio de trabalho (e da sua terra). Assim, os

---

<sup>193</sup> Capítulo 24 do Vol. 1 d’*O Capital* (e mais o item “Formas que precederam a produção capitalista” nos *Grundrisse*).

<sup>194</sup> “Na história da acumulação primitiva, o que faz época são [...] os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (MARX, 2013, p. 787). Para Marx, os antigos produtores tornaram-se “vendedores de si mesmos”.

<sup>195</sup> Marx assinala que no sistema de guilda e de corporação, o trabalho dos artesãos era realizado através de um instrumento de produção, que o tornava um proprietário-trabalhador (proprietário do meio de realização do seu trabalho). As relações de dominação e servidão apresentam-se originariamente, no capitalismo, com o desnudamento, com a apropriação dos instrumentos de trabalho (2013, p. 410).

<sup>196</sup> Marx aponta que o espetáculo mais aterrorizante que a humanidade já ofereceu foi a extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses pela introdução do tear mecânico. Tal processo, que se arrastou por décadas, implicou na morte por fome de muitos, e aqueles que conseguiram sobreviver, o fizeram em condições paupérrimas com suas respectivas famílias (2013, p. 503).

<sup>197</sup> Golpe de Estado que derrubou o então rei James II, substituindo-o por Guilherme III de Orange em 1689, consolidando, dessa forma, a monarquia constitucional.

futuros trabalhadores foram levados a trabalhar e a “lutar” em um ambiente estranho e hostil a eles, as cidades.

Deleuze & Guattari (2011 e 2012) endossam os relatos de Marx<sup>198</sup>, afirmando que o capitalismo sempre é um sistema que opera desterritorializações, que redesenha a geografia, que muda os territórios existenciais e físicos dos indivíduos<sup>199</sup>. Deleuze (2010) afirma que o capitalismo já estabelecia as engrenagens de seu poder nas fendas dos regimes precedentes e que, em um dado momento, tornara-se ele próprio hegemônico. Mas seu “nascimento” e desenvolvimento foram e são sempre marcados por formas de repressão. Por isso, o *problema da violência se coloca a cada momento histórico em que este sistema revoluciona os modos de produção* e, em seu início tratou-se, sobretudo, de uma violência organizada através do poder estatal (legislação, direito etc.)<sup>200</sup>.

Marx também destacou que para o Capital reinar absoluto e dominante em uma época, é necessário que as condições estejam dadas e desenvolvidas em *grande escala* (2011, p. 416), e que se forje o advento de uma “subjetividade global e não qualificada”. Read (2003, p. 36), seguindo Marx, pontua que à violência e à dissolução de modos de produção e de subjetividade antecedentes, segue-se a normalização do novo modo de produzir, o qual apaga da memória tanto o modo de produção anterior quanto qualquer traço de violência que fundou este novo modo. Para ele, esta normalização é atualizada não somente pelas leis ou instituições novas, mas também no nível da subjetividade: para a constituição do modo capitalista de produção, era necessário um novo tipo de produção de subjetividade que fosse capaz de entrar no âmago do ser humano e da sociedade, das dimensões existenciais

---

<sup>198</sup> Até mesmo Max Weber, em um subcapítulo do livro *Economia e Sociedade*, descreve a forma de capital que se baseia na violência política coercitiva como “capitalismo imperialista”, que é sobretudo uma política realizada por setores específicos do Capital (LÖWY, 2014, p. 19).

<sup>199</sup> Para que o capitalismo se realizasse e se tornasse hegemônico, Deleuze & Guattari (2012, p. 162) pontuam que foi necessária uma *conjugação generalizada* que transbordou e reverteu os aparelhos precedentes.

<sup>200</sup> Uma pesquisa realizada em 2015 com mais de sete mil donos de smartphones nos Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, China, Espanha, México e Índia pela Motorola (empresa da Lenovo, gigante chinesa de eletrônicos) revelou que 60% dos entrevistados dormem segurando seus celulares, 57% levam-no ao banheiro, 16% tomam banho com ele, 22% desistiriam de fazer sexo por um final de semana se tivessem que abrir mão de seus celulares e 40% “contam” segredos para seus aparelhos que não revelariam nem para seus melhores amigos. Apesar de tudo isso, 79% dos entrevistados disseram que se sentem incomodados com o fato de seus celulares os interromperem em momentos inoportunos, e apenas 39% se dizem “felizes” com seus aparelhos (Correio Popular, 02/08/2015, p. A24). Trata-se, certamente, de uma violência que passa despercebida pela grande maioria. Além da violência *do* acesso, tem-se a violência *no* acesso: a rede permite que se perpetuem antigas violências e que também surjam novas formas, novos espaços de violência. A violência na rede, muitas vezes violando o direito à intimidade, à dignidade, traz consequências morais e psicológicas, que podem ser tão sérias quanto a violência física. Os casos de fotos e vídeos de intimidade que são compartilhados são um exemplo caro desse novo tipo de violência.

cotidianas, e também na potência produtiva da própria subjetividade, na sua capacidade de produzir riqueza<sup>201</sup>.

Deleuze & Guattari endossam os entendimentos anteriores afirmando que “*a acumulação primitiva não se produziu de uma vez para sempre na aurora do capitalismo, mas é permanente e não para de reproduzir-se*” (2011, p. 308, grifo meu) e que uma vez já instalada no modo de produção capitalista, é difícil assinalar a violência, já que ela se apresenta como “já feita”, pois nela os agentes sociais aparecem já caracterizados: o trabalhador nu e o capitalista vestido. E também neste ponto, a aproximação com os *Grundrisse* (“Formas que precederam a produção capitalista”) e com *O Capital* (“A assim chamada acumulação primitiva”) é evidente, já que Marx considerava que, no caso do capitalismo, a violência passava *necessariamente pelo Estado*, precedia o modo de produção e também constituía a “acumulação primitiva”. Em suma, *a violência é que tornava possível o próprio modo de produção*. A ampliação das análises de Marx por Deleuze e Guattari (2012, pp. 153-155) é evidente na afirmação de que “há acumulação original cada vez que há montagem de um aparelho de captura, com essa violência muito particular que cria ou contribui para criar aquilo sobre que ela se exerce, e por isso se pressupõe a si mesma”. Foi o Estado que fez da produção um “modo”, e é sobre ela que ele exerce violência (em seus diversos regimes tais como a luta, a guerra, a polícia, a violência de direito, do Estado etc.). Para eles, o Estado pode, então, dizer que não é responsável pela violência, e que ele só exerce a violência contra os criminosos, contra os ladrões, contra os violentos. Tal violência coloca-se como já feita, apesar de refazer-se todos os dias, operando uma espécie de ritualização.

Se a “condução das condutas” está mais em condições de exercer o controle em uma economia financeirizada, altamente socializada e imprevisível, já que toda voltada para o futuro, os capitalistas, em particular, os capitalistas financeiros, ao solicitar, incitar e favorecer a governamentalidade, sabem perfeitamente que a matriz da relação de poder é a divisão, o antagonismo, o confronto. Sua lógica é a do vencedor e do vencido, tratando-se do que o mais rico e famoso dos financistas americanos [Warren Buffett] chama de “guerra de classe” (LAZZARATO, 2017, pp. 159-60).

A população violentada é cada vez menos instrumento e sujeito de lutas. Com o esfacelamento crescente das proteções sociais – previdências, seguros – e das instituições que

---

<sup>201</sup> Para Lazzarato (2019, p. 80) trata-se de uma violência que “conserva”, uma violência que, apesar de muitas vezes ser latente, quase “administrativa”, também opera seus danos.

deveriam servir a população – sindicatos –, assim como a perda da força do voto e também do valor econômico da mesma – expropriação de sua força econômico-política –, ela aparece no limite da escravidão<sup>202</sup>. Assim, a subjetivação produzida pela governamentalidade bélica, através da guerra civil, é a dos vencidos: a governamentalidade bélica produz vencedores e vencidos, e esses últimos devem ser “governados” através de uma intervenção ativa das técnicas de segurança, que devem procurar antecipar o que virtualmente não pode ser antecipado (a ruptura), para que o vencido não se torne, a qualquer momento, um inimigo político através de sua insubordinação e acarrete um novo confronto estratégico – uma nova relação de poder.

---

<sup>202</sup> Para Lazzarato (2019, p. 86), “as duas fórmulas usadas por Foucault para descrever o poder soberano (‘fazer morrer e deixar viver’) e a biopolítica (‘fazer viver e deixar morrer’)” não devem ser encaradas como sucessivas uma à outra, mas sim, coexistentes. Para ele, “o ‘fazer morrer’ (os imigrantes) é praticado pelos mesmos que organizam o ‘deixar viver’ (seria mais exato dizer ‘deixar sobreviver’) dos nacionais. O civil, o militar, a guerra e a governamentalidade, são técnicas que funcionam juntas, sem passar pela paz.” Assim, para ele, a guerra civil seria um conceito melhor que “luta de classe”.

**PARTE V – CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES**

## Capítulo 10. Desigualdades, fascismos e guerras

*Mesmo não sendo fascista, penso que a democracia não é muito sensata. [...] É uma vergonha sermos ainda hoje obrigados a trabalhar para simplesmente sobreviver. Mas ser obrigado a trabalhar para existir, isso é uma verdadeira infâmia.*

*Marcel Duchamp*

*A desigualdade irá desaparecer à medida que a globalização prossegue? Não. Os ganhos obtidos com a globalização não serão distribuídos de forma equitativa*

*Branko Milanovic*

Para Foucault, um dos primeiros axiomas do exercício do poder é a negação da existência da guerra civil. Ele alerta que a *guerra civil e as relações de poder devem ser consideradas como inerentes à sociedade*: “a guerra civil não é anterior à constituição do poder [...]. Ela desenrola-se no teatro do poder [...]; ela se desenrola para manter ou conquistar o poder, para confiscá-lo ou para tomá-lo” (1973, p. 28).

Como mostra Foucault (1973, p. 13), a guerra civil sempre foi vista como algo negativo, como “anomalia”, “acidente”, como aquilo que se deve evitar e, por isso, ela é simplesmente desconsiderada pelas análises filosóficas e históricas. No entanto, ela deve ser considerada como “a matriz de todas as lutas pelo poder, de todas as estratégias do poder” (idem). A guerra civil “investe o poder integralmente” e isso pode ser visto nas estratégias que ele adota para se exercer: a vigilância, a ameaça, os instrumentos de coerção, em todas essas maneiras que “o poder efetivamente estabelecido adota para exercer-se” (ibid., p. 30).

Outro aspecto importante que Foucault levanta é a questão de sua não-individualidade. É sempre por grupos, por coletivos, por meio das massas “que a guerra civil nasce, se desenrola e se exerce [...]” (ibid., p. 27). “A guerra civil é o processo através do qual e pelo qual se constituem diversas coletividades novas, que não tinham vindo à tona até então” e seus atores “são sempre grupos na qualidade de grupos” (idem). A guerra civil deve ser entendida, então, como “um processo cujos personagens são coletivos e cujos efeitos são, além do mais, o aparecimento de novos personagens coletivos” (ibid., p. 28). Mas como esse conceito de guerra de todos contra todos foi cada vez mais escapando à análise sociológica a ponto de passar quase despercebido pela maioria dos estudiosos?

Milanovic (2017) observa que, com o passar das décadas, principalmente no século XX, houve uma “equalização” crescente dos direitos humanos, cada vez mais atingido o

máximo possível de “igualdade jurídica”, direitos esses que foram sendo conquistados através de lutas e embates. Mas ele alerta que, na verdade, uma determinada “igualdade existencial” em termos jurídicos sempre é, em certa medida, interesse das forças capitalistas, já que a luta por ela faz desaparecer ou mascarar a luta pela igualdade de rendimentos, a luta contra a desigualdade. Uma vez que certos direitos pretendidos por determinado grupo sejam conquistados, aquele grupo tende a se acomodar e não continuar sua luta por outros objetivos, como por exemplo, contra a desigualdade de rendimentos e riquezas.

O recado de Milanovic (2017, p. 238) é claro: “uma ênfase na igualdade existencial é relativamente fácil em termos políticos (e os seus resultados são limitados), porque não vai ao fundo da questão. Não enfrenta verdadeira oposição dos políticos da direita e conservadores porque não afeta a estrutura subjacente do poder econômico e político”. Ao mesmo tempo, ele é taxativo ao afirmar que “a desigualdade de rendimentos é, quase por definição, um resultado de lutas sociais e políticas, por vezes violentas” (ibid., p. 97). Por isso, para ele, a desigualdade de rendimentos e os problemas políticos sempre se mantêm estreitamente ligados.

É importante notar essa ligação que Milanovic faz entre a desigualdade e a guerra, pontuando que os fatores econômicos, juntamente com os políticos, são *diretamente* responsáveis por engendrar guerras. Para ele, “a Grande Guerra [Primeira Guerra Mundial] não surgiu do nada [...]; foi provocada por fatores estruturais muito mais profundos, de entre os quais a ‘má distribuição interna do poder de consumo’ talvez seja o mais importante” (ibid., p. 107). E continua: “Um nível muito elevado de desigualdade acaba por se tornar insustentável, contudo não entra em declínio por si só; pelo contrário, *gera processos como guerras, conflitos sociais e revoluções, que a fazem diminuir*” (ibid., p. 109, grifo meu).

É verdade que nos últimos quarenta anos, talvez como nenhum outro período da história tantas pessoas tenham saído da situação de extrema pobreza e ganhado acesso a bens e alimentos. Mas por outro lado, enquanto milhões deixaram a miséria, principalmente no continente asiático, na outra ponta, os ricos ficam cada vez mais ricos<sup>203</sup>. Os números mostram que os maiores beneficiários das práticas neoliberais dos últimos 40 anos foram os 2.100 bilionários que detêm riqueza equivalente a 50% da população mundial. A crise financeira de 2008 veio a acelerar as tendências de aumento de desigualdade que já vinham se desenhando há algumas décadas. De 1987 a 2013, enquanto o PIB mundial real aumentou

---

<sup>203</sup> “Os grandes vencedores foram os pobres e as classes médias asiáticas; os grandes vencidos foram as classes médias baixas do mundo rico” (MILANOVIC, 2017, p. 30).

2,25, a riqueza real combinada dos super-ricos (735 pessoas), aumentou por um fator de 5, e a riqueza total dos mesmos, medidas em nível de PIB mundial, mais do que duplicou” (MILANOVIC, 2017, p. 55)<sup>204</sup>. Além disso, é evidente o papel indispensável do dinheiro nas eleições de países dito democráticos, como é o caso dos Estados Unidos, por exemplo. Eleição após eleição, como mostra Milanovic (ibid., pp. 198ss), a importância do dinheiro para eleição de senadores naquele país é crescente, os quais, por sua vez, irão defender os interesses daqueles que os elegeram – “quanto maior a preocupação dos ricos relativamente a um assunto, maior é a receptividade dos legisladores. [...] a disparidade existente em termos de influência política é enorme entre os ricos e os pobres, mas também entre os ricos e a classe média”, o que instaura um ciclo de “bondades” – as políticas que favorecem os ricos tornam-nos ainda mais fortes como classe e aumentam seus rendimentos, a ponto de serem continuamente e nas próximas eleições, os maiores financiadores<sup>205</sup>.

A classe média, por sua vez, situada entre os ricos e os pobres empobreceu e se enfraqueceu nos países ocidentais<sup>206</sup>. Essa classe quase sempre na história das sociedades foi um “baluarte da democracia”, na medida em que ora apoiava a democracia com o intuito de limitar o poder dos ricos, e ora a apoiava para impedir que suas propriedades fossem confiscadas ou entregue aos pobres. Assim, de certa forma, a classe média sempre foi um pendor da democracia e de certa estabilidade política (cf. Milanovic, 2017, pp. 200ss)<sup>207</sup>. Mas com a ameaça de perda de empregos, diminuição de rendimentos, esfacelamento dos serviços públicos e proteção social, a classe média tem recorrido cada vez mais, como as últimas eleições mostraram, a líderes “populistas” que carregam em seus discursos a promessa de trazer de volta o “passado glorioso”<sup>208</sup>. Aliado a isso, uma crescente hostilidade à imigração e a concordância com o protecionismo. Suas implicações são o que se erroneamente se chama

---

<sup>204</sup> Além disso, com a mobilidade do capital cada vez maior a partir dos anos 1980 – pela desregulamentação financeira – qualquer tentativa de taxar as grandes fortunas passa por dificuldades de âmbito mundial, pois seus detentores conseguem fluatá-lo, movê-lo de país a país, os famosos “paraísos fiscais”, em offshores, o que dificulta qualquer tentativa de bloqueá-lo ou tributá-lo.

<sup>205</sup> Por isso, não é de se estranhar que Estados Unidos e Brasil sejam países que ricos pagam menos impostos proporcionalmente que os pobres. No Brasil, por exemplo, à divisão de lucro do empresário não incide o pagamento de imposto de renda e não há qualquer debate político para se taxar grandes fortunas ou transferência de heranças.

<sup>206</sup> Considerando a “classe média” como aqueles indivíduos com rendimentos disponíveis após dedução de impostos que estão 25% acima ou 25% abaixo da mediana (MILANOVIC, 2017, p. 203).

<sup>207</sup> Importante frisar que são “as desigualdades nacionais [...] a forma mais importante de desigualdade do ponto de vista político” (ibid., p. 56).

<sup>208</sup> Como demonstra Milanovic (2017, p. 218), a ascensão de certos partidos “populistas” na Europa teve como efeito “deslocar os partidos tradicionais de centro-direita mais para a direita”.

de populismo, mas que deve ser encarado como fascismo: o ultranacionalismo, o Estado paramilitar, as barreiras, as fronteiras, racismos, xenofobia etc.

Com a renda dos trabalhadores dos países dito “emergentes” se aproximando daquela das nações ricas, e também com as desigualdades nacionais de modo geral em alta, o mundo parece voltar à configuração do fim do século XIX – a ascensão do nacionalismo a engendrar muitos dos conflitos do início do século XX. Uma democracia enfraquecida carrega em si, como mostra a história, a potencialidade de uma sociedade fascista. Uma sociedade fascista pode se tornar, como se viu na Alemanha do início do século XX, “eugenista”.

Ao mesmo tempo, um dos efeitos da pandemia de 2020 é o abalo sem precedentes na história da economia mundial, que levará milhões à pobreza, e poderá criar uma “nova legião mundial de pobres”, a partir da combinação de diminuição de renda do trabalho com o desemprego.

## *Desigualdades e Bidesigualdade*

*O poder de uma classe dominante não resulta simplesmente de sua força econômica e política, ou da distribuição da propriedade, ou da transformação do sistema produtivo: ela sempre implica um triunfo histórico no combate contra as classes subalternas.*

*Michael Löwy*

Retomo aqui os pontos que levantei no preâmbulo e também em capítulos anteriores em vistas de concluir o presente trabalho: tentar listar algumas tendências do desenvolvimento da sociedade capitalista mundial e propor algumas soluções, além, ao mesmo tempo, desenvolver o conceito *Bidesigualdade*<sup>209</sup>.

Milanovic (2017, p. 15) define a desigualdade como a diferença entre os rendimentos, considerando “a soma de todas as desigualdades nacionais acrescidas da soma de todas as disparidades em termos de rendimentos médios entre países”. No entanto, mais recentemente, em uma entrevista<sup>210</sup>, ele afirma que com a continuação e aceleração da tendência de aumento da desigualdade em âmbito mundial após a crise financeira de 2008, o termo “desigualdade” se tornou quase obsoleto e que seria melhor se referir a uma polarização entre ricos e pobres. O presente trabalho considera a desigualdade de uma forma ainda mais ampla, pois para analisar a configuração social contemporânea, em sua forma global, é necessário considerar a *pluralidade de desigualdades*<sup>211</sup>.

A Bidesigualdade, como propomos, é uma ulterior desigualdade, é a desigualdade do século XXI. Estamos próximos de vivenciar o momento em que uma certa classe, que num determinado momento histórico tentava convencer da sua superioridade por meios ideológicos e pelo poderio bélico, agora pode realmente ser e se proclamar, através dos aprimoramentos genéticos, neurológicos etc., “superior”, e como tal, possuir a prerrogativa de tomada de decisões em âmbito mundial. A intransponível desigualdade econômica, neste atual

---

<sup>209</sup> O provável autor a ter cunhado o termo foi Didier Fassin (2009).

<sup>210</sup> <http://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/introducao/introducao.shtml> acesso em 03/01/2020.

<sup>211</sup> Costa (2012) faz uma digressão das análises sobre desigualdades e apresenta a visão de vários autores a respeito do tema. Seu artigo é muito interessante na medida em que, ao reunir os conceitos de desigualdade de diversos autores, permite o enriquecimento do mesmo, o qual deve ir além da mera questão econômica (desigualdade de recursos), mas incluir, entre outros aspectos, as desigualdades vitais e as desigualdades existenciais (Therborn). E a desigualdade é, neste caso, múltipla: de oportunidades, de poder, de tutela, de acesso, genética, alimentar, econômica. São, portanto, desigualdades.

cenário, pode levar a uma humanidade a uma Bidesigualdade: o “darwinismo social” do novo século acontece através do Capital, de sua posse<sup>212</sup>.

A “vida biológica” (*zên*) sobre a qual Foucault se referiu como, até então, não sendo alvo da intervenção humana torna-se passível de modificação, e como tal, uma mercadoria muito valiosa, comercializável, abrindo um mercado cada vez mais explorado e lucrativo, a “economia da vida”: o genético, o fármaco e todos os departamentos voltados à exploração de cada detalhe – infinitamente pequeno – da vida humana. Mas é necessário registrar que o corpo não se resumirá mais a uma “unidade”, a um sujeito: devemos considerar as possibilidades de conexão com outras plataformas, com outros “modos de existência”. E por isso aqui a ligação com o desenvolvimento da “inteligência artificial”, que abre ulteriores possibilidades para novas figuras do humano<sup>213</sup>.

Se a “propriedade”, seja de bens, seja de capital, sempre foi um pré-requisito para a desigualdade nas sociedades capitalistas, e se percebemos uma mudança do centro de gravidade da sociedade da “posse” para o “acesso” – desmaterialização –, também devemos deslocar a análise da desigualdade por diferença de rendimentos e riqueza para a questão das *oportunidades de acesso: a desigualdade se dará por divisão dos humanos de acordo com o acesso – às melhorias genéticas, aos upgrades biocibernéticos –* enfim, será através da “*composição corporal*” que se poderá dividir as “classes”. É por isso que forjamos o verbete *Bidesigualdade*<sup>214</sup>.

Pode-se pensar as novas futuras classes separadas exatamente pela(s) oportunidade(s) de acesso: *classes por tipo de acesso*. Acesso às melhorias genéticas, acesso ao banco de

<sup>212</sup> Foucault (1973, p. 208): “nessa espécie de guerra geral através da qual se exercer o poder, há uma classe social que ocupa um lugar privilegiado e, por isso, pode impor sua estratégia, conseguir diversas vitórias, acumulá-las e obter para seu proveito um efeito de superpoder, mas esse efeito não é da ordem da superposse”. Estamos aqui diante de uma crítica foucaultiana da desigualdade.

<sup>213</sup> Através de desenvolvimento e progresso das áreas fármaco, neuro, robótica, podemos inferir que o ser humano tem se tornado cada vez mais “modificável”, transformável, ou melhor dizendo, os avanços nas biotecnologias forjam soluções para corrigir os defeitos do corpo imperfeito, uma possibilidade de “controle” de interesse bioeconômico. O paradoxo: os altos investimentos nas biotecnologias, cujo argumento seria de melhoria do desempenho físico e mental do ser humano, não se traduzem no tratamento dos principais problemas de saúde que afetam a humanidade. Quando estiver em estágio ainda mais avançado – quando suas promessas tornar-se-ão realidade, ela só poderá instaurar uma Bidesigualdade, pois o acesso “ao que há de melhor” será caro, e por isso, muito restrito.

<sup>214</sup> Infelizmente Marx não chegou ao fim de sua argumentação do capítulo 52 d’O Capital v. 3, onde começara a discursar sobre “o que são as classes”. De qualquer maneira, o alemão deixou algumas pistas a serem seguidas. Marx (2017, p. 947) divide as classes por posses – “os proprietários da mera força de trabalho”, “os proprietários de capital” e “os proprietários fundiários”. Mas “o que vem a ser uma classe”, se pergunta Marx, respondendo logo em seguida: deve ser buscada “na identidade entre rendimentos e fontes de rendimento” (ibid, p. 948). As três classes listadas, com suas respectivas fontes de rendimento – salário, lucro e renda da terra, apontam a equivalência de identidade entre elas em termos de rendimento econômico. Nos dias atuais, os maiores detentores de capital são os proprietários também de muitos bens imóveis.

dados mundial, acesso irrestrito da memória acoplada no cérebro (superação da morte), acesso aos upgrades; enfim, uma desigualdade engendrada pela oportunidade ou falta de acesso/*upgrade* da evolução da espécie humana<sup>215</sup>.

Assim, podemos pensar em três novas classes de viventes, engendradas pela Biodesigualdade: os *super-humanos*, os *novos humanos* e os simplesmente *humanos*, cada uma com suas características biomoleculares, engendradas diferencialmente pelas diferentes possibilidades financeiras com relação à “economia da vida”. Não nos apercebemos de barreiras éticas nem morais para impedir que tudo isso se desenvolva, aconteça.

Os *super-humanos* – os poucos humanos da super-classe – serão forjados a partir dos investimentos em nanotecnologia, tão caros e por isso acessível a uma pequena parte da humanidade. A eles caberão todos os esforços para a superação da morte, tais como o backup do cérebro, congelamento de partes vitais etc. O entrave da materialidade do corpo deve ser superado – doença, finitude, gordura, envelhecimento, necessidades, fragilidades, sofrimento. Abandonar e superar *este* corpo, ultrapassar os limites da matéria.

Nos *novos humanos*, uma nova “espécie” forjada pela sua antecessora, não existirá separação entre orgânico e não-orgânico. A hibridação será sua característica marcante e pujante. Sofrerão melhoras constantes em seus órgãos híbridos, uma espécie de “*upgrade*” da vida, que acometerá cada fase da sua existência.

Certamente, pelos custos elevados, somente os mais ricos poderão ter acesso às últimas novidades em mapeamento genético, *biochips* etc. e todos aqueles indivíduos que não conseguirem atingir a categoria de “super-humano”, estarão condenados a ser simples e simplesmente *humanos* – com todas as imperfeições que essa espécie carrega. O resto da humanidade, sua maior parte, estará condenada a viver humanamente, mesmo que o humano seja cada vez mais desumano.

---

<sup>215</sup> Acoplar informações ao cérebro e próteses ao corpo é uma relação totalmente mercantil: o mérito e a falácia da meritocracia não existiriam mais. Nenhum esforço, nenhuma “vitória pessoal”, apenas a possibilidade financeira para se acessar a esse serviço, ao pacote mais completo.

## Capítulo 11. MMXX – Previsões, imprecisões e proposições

*A compreensão suprema da história universal é impossível ao ser humano; o grande historiador, porém, como também o grande filósofo, se torna profeta.  
Friedrich Nietzsche*

O capitalismo se torna a primeira e a verdadeira sociedade “do futuro”, operando não só as “ordens” – você tem que fazer isso para que o progresso e o futuro aconteçam –, mas também as “ameaças”: porque tudo isso vai chegar rapidamente, e igualmente, forja formas e dispositivos que possam mitigar ou suprimir qualquer traço de imprevisibilidade que é inerente ao ser humano: a colonização do futuro é o alvo último.

A capacidade do sociólogo de identificar os cenários mais prováveis de um futuro próximo, de presumir o que pode acontecer, depende de sua compreensão multidisciplinar do que ocorreu em um passado recente e do que está acontecendo *agora*, nada de *vaticinium ex eventu*<sup>216</sup>. Acredito, por isso, que o sociólogo tem o papel e o dever de fazer suas previsões. Portanto, é o momento de fazer prognósticos, mesmo sabendo dos riscos e tentando escapar das armadilhas que esse exercício traz consigo. Qualquer exercício de previsão já é difícil, ainda mais quando se está no estágio da poeira levantada por um evento sem precedentes na história da humanidade, como é o caso da pandemia da covid-19.

Antes, pois, é necessário nos atermos a certos discursos de anos ou décadas recentes a respeito do que estaria ocorrendo na década de 2020. Milanovic (2017) ao operar com esmero a leitura e a respectiva análise de muitas obras, datadas do final da década de 1960 até 1990, que tentavam realizar uma previsão dos anos vindouros, relata que a grande maioria delas não conseguiu “prever” o futuro – tal como esse, de fato, se realizou. Faltaram às análises, diz ele, se desvencilhar das crenças e tendências populares de suas respectivas épocas; e também à impossibilidade de se prever acontecimentos dramáticos, como por exemplo, a queda do Muro de Berlim, o progresso avassalador da China e o desenvolvimento vertiginoso dos dispositivos tecnológicos. “A previsão de acontecimentos importantes específicos pode ser uma forma de charlatanismo. Talvez em 99 de cada 100 casos seja provável estarmos errados”

---

<sup>216</sup> Uma “profecia” dita após o evento ter sido realizado, após o autor já ter tido informações sobre o evento que ele supostamente “previu”.

(ibid., p. 169), e prossegue ele afirmando que aquele um por cento pode ser o acerto de um mero “palpite”.

Entramos em 2020, mas pouca ou nenhuma das previsões dos futurólogos de plantão se concretizaram. Não vivemos com robôs de companhia, quase nenhum item listado por Kurzweil<sup>217</sup> se concretizou e a maioria está distante de acontecer; a ligação direta entre o cérebro humano e a internet que seria realizada pelo Google até 2020 (cf. CARR, 2008, p. 198) não existe; o algoritmo mestre<sup>218</sup> (DOMINGOS, 2017), por sua vez, também não foi criado. Ao mesmo tempo, a “singularidade” – o momento em que as tecnologias informáticas atingiriam um pico de conexão e potência de cálculo tal que desenvolveriam, por si só, “consciência” e teriam independência do ser humano (da máquina social) também não chegou a se concretizar.

Tentando me esquivar da crença cega de que as tendências de nossa contemporaneidade podem se estender ao futuro próximo ou distante e, ao mesmo tempo, servindo-me do cuidado metodológico e da honestidade intelectual e considerando, antes de tudo, que a história é contingente, é acontecimento, e que, por isso mesmo, imprevisível – e ao mesmo tempo tal imprevisibilidade se estende ao evento dramático, procuro dar minha contribuição aos debates sobre o futuro.

Vivemos uma outra realidade existencial do que vivíamos no início do século XX. As formas de existência mudaram, e assim também as governamentalidades. Há que se levar em conta que a humanidade foi acometida por progressos nas mais variadas áreas: biológica, informática etc. e esses avanços afetam o modo de existência, a “abertura do mundo”. O avião, os transportes, os meios de comunicações encurtaram a noção espaço-temporal, provocando rupturas de antigos padrões de vivências.

---

<sup>217</sup> A lista do que aconteceria em 2020: “Um dispositivo computacional de 1.000 dólares está, hoje, praticamente igual à habilidade computacional do cérebro humano. Muitos computadores são invisíveis e estão embutidos em toda a parte. Displays tridimensionais de realidade virtual, inseridos em óculos e lentes de contato, fornecem a interface primária para a comunicação com outras pessoas, com a Web e com a realidade virtual. A maior parte da interação com a computação é realizada por meio de gestos e comunicação falada de linguagem natural em via de mão dupla. Ambientes realistas visuais, auditivos e táteis que abrangem tudo ao redor habilitam as pessoas a fazer praticamente tudo com qualquer um, independentemente da proximidade física. As pessoas estão começando a estabelecer relacionamentos com personalidades automatizadas, sejam companheiros, professores, babás ou amantes” (KURZWEIL, 2007, p. 9).

<sup>218</sup> Ao invés de infinitos algoritmos, deveriam ser procuradas infinitas variações de um “algoritmo mestre”. E a maior velocidade do desenvolvimento tecnológico viria, segundo Domingos (2017), na medida em que esse algoritmo mestre fosse encontrado. Na verdade, o automatismo puro é apenas um mito, não existe e não existirá o algoritmo dos algoritmos, nem a máquina de todas as máquinas.

*Ano 1 d. Corona – O estado de guerra mundial e permanente e o início da técnico-religio*

A retórica usada pelos líderes dos países durante a pandemia foi de base militar, seguida, muitas vezes, de um patriotismo exacerbado. Em um pronunciamento aos franceses, Emmanuele Macron falou sete vezes a frase “estamos em guerra”; e também “Não lutamos contra um exército ou uma nação. Mas o inimigo está lá, invisível, imperceptível, progredindo. E isso requer a nossa mobilização geral”. Já o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, exclamou: “É uma guerra médica. Temos de vencer essa guerra” e também “Cada geração de americanos é chamada a fazer sacrifícios pelo bem da nação. Na Segunda Guerra, adolescentes e jovens se voluntariaram para lutar”. O primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, em discurso à sua nação: “Somos um país forte. Um país que não se rende”. E, explicitamente, o presidente da China, usando a retórica militar, ele disse a profissionais de saúde “podemos vencer esta guerra”<sup>219</sup>. Um verdadeiro paradoxo: um estado de guerra, mas sem enfrentamentos<sup>220</sup>. Mas a própria China alertava para uma nova espécie de “Guerra Fria” em sua relação com os Estados Unidos no tempo da pandemia. Em uma resposta contundente aos contínuos ataques do então presidente estadunidense, Donald Trump, o ministro chinês das relações exteriores, Wang Yi, afirmou que “algumas forças políticas nos Estados Unidos estão fazendo as relações entre China e Estados Unidos como reféns e levando nossos dois países à beira de uma nova Guerra Fria”, e frisou que os Estados Unidos se infectaram “com um vírus político que aproveita todas as oportunidades para atacar e difamar a China”<sup>221</sup>.

O “mercado”, compreendido como o grande mercado financeiro mundial, aparece como o “soberano”, aquele que tem de estar sempre saudável, e joga com suas ameaças econômicas em nível mundial. Ele ser “acalmado”, pois é seu humor que rege o destino das populações. Soma-se a isso tudo as sugestões e ordens vindas dos especialistas: “o melhor nesse momento é ter paciência, pois já as coisas voltam ao seu devido lugar”, “mantenha suas aplicações [quem tem], pois seu dinheiro voltará a render na bolsa”. Especialistas, aliás, que são convocados para explicar e dar seus palpites como numa guerra, para tranquilizar a

---

<sup>219</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/lideres-adoptam-discursos-de-guerra-contra-pandemia.shtml> acesso em 24/03/2020.

<sup>220</sup> Isso é contra a natureza do ser humano, de lutar, de guerrear, de criar anticorpos, de ser uma sociedade capitalista, individualista, onde deveria prevalecer o lema do “cada um por si”. E outro paradoxo é que, apesar de ser uma máquina totalizadora, não há um “plano global” para a humanidade.

<sup>221</sup> <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/24/china-alerta-para-nova-guerra-fria-com-os-eua-por-pandemia-que-assola-a-america-latina.htm> acesso em 24/05/2020.

população. Mas são os Estados que têm de salvar a “economia” e os empregos<sup>222</sup> e os planos de austeridade, que nunca deram certo, ficam em segundo plano. Os Estados Unidos, por exemplo, apresentavam até o final de abril de 2020, quase 30 milhões de pedidos de seguro-desemprego, dizimando os 22 milhões que tinham sido criados na década anterior<sup>223</sup>. Por isso, estamos por vivenciar um novo “império da dívida” – individual, empresarial, governamental –, grande parte da população ficará endividada, sem recursos; as empresas, insolventes; e os governos, com dívidas que ultrapassam seu PIB. É o próprio Estado, primeiramente, que tem que “pagar o preço” para salvar a economia, através, entre outros expedientes, da emissão de títulos, de “fabricação de dinheiro”, das obras públicas, da facilitação do acesso ao crédito. A dívida, no entanto, será paga futuramente pela população, seja de forma direta, como aumento de impostos, seja de forma indireta, através de menos serviços sociais. Parece que estamos no início de uma nova desregulamentação financeira, que pode desencadear em uma nova crise das finanças.

Enfim, esse acontecimento coloca em ação os quatro tipos de governamentalidade até aqui analisados. Subjetiva como 1) sujeito biopolítico – controle das populações –, o capital humano – as recomendações a seguir, os protocolos, a culpabilidade, “fique em casa”, siga as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos governos<sup>224</sup>; 2) subjetiva como indivíduo – mais tempo em casa, mais acesso, mais tempo a mercê dos algoritmos; 3)

---

<sup>222</sup> Durante a pandemia, os Estados Unidos realizaram a transferência direta de U\$ 1.200 para todos os cidadãos da classe média e trabalhadora do país, estimado no valor total de U\$ 2 trilhões, o maior pacote de auxílio de sua história; em Singapura, repasse de até U\$ 300, a depender da renda, com possibilidade de U\$ 100 adicionais, para cada filho menor de 21 anos; no Brasil, R\$ 600,00 a trabalhadores autônomos, por 3 meses e a Lei de Renda Básica de emergência, garantindo até R\$ 1.200,00 mensais por um período determinado para famílias com renda de até 3 salários mínimos e também o pagamento de contas de luz para famílias de baixa renda.

<sup>223</sup> Além disso, aquele país não tem um sistema público de saúde e, muitos infectados não se dirigiam aos hospitais ou clínicas pois sabiam que esse ato poderia significar o endividamento ou a falência própria ou de sua respectiva família.

<sup>224</sup> “Eu uso o termo indivíduo somático para indicar o caminho no qual os seres humanos têm crescentemente se engajado para compreender e gerir seu soma, seu corpo e sua existência corpórea. É claro que os seres humanos sempre buscaram gerir sua forma física, controlar sua dieta e todo tipo de regimes para melhorar seu estado físico e suas formas de vida [...] a gestão da nossa existência corporal se tornou uma das exigências éticas centrais do nosso presente. Não mais uma questão de escolha para a elite ou aqueles aderidos a um particular culto do corpo, mas uma das maneiras centrais pelas quais todos são obrigados a administrar suas existências e vidas cotidianas em termos de dieta, em termos de ingestão de álcool, em termos de exercícios, em termos do uso de vários tipos de drogas para modular processos corporais, sejam estatinas para reduzir o risco de derrame ou ataque cardíaco, sejam as drogas para gerir nossa sexualidade como o Viagra. Isto se tornou uma exigência ética fundamental em nós, investindo as formas que moldam a nossa existência e gerenciam nossas vidas diárias com preocupações - enquadradas na linguagem de especialistas de vários tipos - sobre a manutenção e gestão dos nossos “eus corporais”. [...] Isso significa que a ideia de indivíduos psicológicos está desaparecendo? Não, eu não acho que estejam desaparecendo, eu acho que estão sendo suplementados por essas outras formas de pensar sobre a gestão de nossos corpos e de nossos cérebros” (ROSE, 2017, p. 225). É interessante notar que todos esses aspectos notados por Rose aparecem com maior facilidade e convicção nos tempos de confinamento provocados pelo vírus.

pode vir a subjetivar também como super-humano – necessidade de “superar” a fraqueza humana; e 4) subjetiva como o indivíduo derrotado – o estado de guerra, o “estado de exceção” como estado permanente da vivência.

E há também de assinalar o vertiginoso desenvolvimento tecnológico que segue ao período de guerra e pós-guerra. IBM, Amazon, Microsoft e Google são algumas das empresas que se dispuseram a participar da "COVID-19 High Performance Computing Consortium" (Consórcio de Alta Performance COVID-19), a força-tarefa anunciada pelo então presidente dos EUA, Donald Trump, que envolvia o governo estadunidense e alguns de seus órgãos, como a NASA, com algumas empresas gigantes da tecnologia daquele país, visando a colaboração no projeto para barrar ou mitigar os efeitos da pandemia. Outras ações que ocorriam no setor eram a Folding@Home, um projeto de “supercomputação colaborativa”, em que cada um podia doar um pouco de “poder computacional” ao projeto, que visava desvendar o mecanismo no das proteínas do vírus; o Summit, supercomputador da IBM, que procurava possíveis substâncias para prevenir o contágio; e Amazon e Alphabet (do Google) que trazia suas soluções de testes clínicos em larga escala; além, também, de multinacionais que voltaram a sua produção aos respiradores, como General Motors, Tesla, e Ford<sup>225</sup>.

É exatamente nos momentos de crise que, como ensina a história, aparecem os “líderes”, os “salvadores da pátria”, nos braços dos quais as grandes massas se encontram “protegidas”. A figura do líder e o nacionalismo aparecem, então, de mãos dadas e podem despertar, *a priori*, “estados de exceção”, mas também, *a posteriori*, culminar em novas barbáries vestidas da mesma face fascista. Se bastou um “simples” tiro em Sarajevo para deflagrar a “primeira” guerra mundial, hoje os barris de pólvora das nações estão mais cheios.

Estamos realmente “no começo de alguma coisa” (Deleuze, 2013) e o tempo irá dizer o que é. De qualquer forma, não parecem ser tempos melhores para a humanidade, pelo menos na forma que essa chegou até aqui. Os pontos que levanto abaixo estão intimamente ligados tanto com o conceito de Bidesigualdade, quanto com os resultados da pandemia, que acredito irá acelerar a realização de alguns dos tópicos listados.

---

<sup>225</sup> <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/03/26/novos-testes-e-pcs-em-rede-como-tecnologia-pesada-pode-frear-coronavirus.htm> acesso em 28/03/2020.

*Previsões*

1) *Eugenia*

*Como se faz um homem?  
Apenas deitar,  
copular, à espera  
de que do abdômen  
brote a flor do homem?  
Como se fazer  
a si mesmo, antes  
de fazer o homem?  
Fabricar o pai  
e o pai e outro pai  
e um pai mais remoto  
que o primeiro homem?  
Carlos Drummond de Andrade, *Especulações em torno da palavra  
homem**

Depois da queda do nazismo, a eugenia bate novamente às portas da humanidade, e agora, “acima de qualquer suspeita”, sob o manto da necessidade de se “melhorar” geneticamente a espécie humana para que ela nunca mais passe por momentos de pânico – e de paralisação das atividades produtivas – como o da pandemia de 2020, uma volta do “racismo científico”. A engenharia biológica, cada vez mais avançada, está por vir com uma força desmedida, capaz de levar não só a radicais modificações das formas de vida do planeta de modo geral, mas também e especialmente a espécie humana.

Em momentos de “crise” – econômica, de valores, de subjetividade –, é que se potencializa a tentação de criar “super-humanos”, cujo limite hoje ou daqui a algum tempo não seria mais técnico, mas esbarraria “apenas” na barreira ético-política. Assim, um evento, uma guerra realmente mundial, como é o caso da pandemia da covid-19, tem a força de engendrar uma transformação na sociedade. Não será esse acontecimento uma prerrogativa para que se possam pensar novamente na eugenia? Não será esse evento a descoberta definitiva da fraqueza da raça humana e a necessidade imperativa de se melhorá-la? O vírus que é poderoso ou ser humano que é fraco, imperfeito? O que é certo é que a lógica da produtividade humana é reduzida com o vírus e isso, numa economia capitalista, não se pode repetir. Há que se produzir seres vivos de acordo com os interesses e necessidades do mercado, há que se antecipar a evolução biológica e ultrapassar os limites e as fraquezas atuais da espécie humana, moldando-a à lógica do mercado e sua produtividade.

A afirmação corrente é que há que se repensar a humanidade, a partir da “ciência” e das verdades próprias que ela carrega consigo, e novas figuras do humano passam a surgir, mas que confluem em uma espécie humana que supere as intempéries de um planeta devastado ecologicamente, que suporte mais altas temperaturas que o seu corpo atual comporta, que supere a barreira da morte<sup>226</sup>. Em quase todos, vemos que a “superação do homem” se faz necessária e é para realizar esse objetivo que as forças capitalistas se movem. Deve-se forjar o *ÜberMensch*, mas não no sentido nietzschiano, e sim genético<sup>227</sup>. Ao mesmo tempo, para poder sobreviver em um mundo ecologicamente “destruído”, com altas temperaturas e escassez de recursos, além da propagação dos vírus, o homem imperfeito deve ser superado e novas figuras do humano hão de aparecer.

Enquanto a humanidade não consegue resolver seus problemas como sociedade – fome, desigualdade, etc., procura criar um novo homem que pode superar e transcender o velho e imperfeito humano. Assim, a “pauta do futuro” tem cada vez mais como seu alvo e desloca o seu centro de gravidade para a “vida”, na tentativa de prolongá-la cada vez mais e até mesmo vencer a barreira da morte.

## 2) *Superação da morte*

*Quanto vale o homem?  
Menos, mais que o peso?  
Hoje mais que ontem?  
Vale menos, velho?  
Vale menos, morto?  
Menos um que outro,  
se o valor do homem  
é medida de homem?  
Carlos Drummond de Andrade, Especulações em torno da palavra  
homem*

Se o “homem” não foi superado por si mesmo, a imortalidade hoje é o seu objetivo, o alvo de um instrumental informático que ganhou velocidade a partir do Projeto Genoma Humano. Mas até chegar ao presente momento, a história da imortalidade percorreu um longo

---

<sup>226</sup> Com uma crise ambiental profunda, será necessário forjar uma nova humanidade. Toda uma relação da degradação da Terra com a necessidade de uma nova humanidade, capaz de suportar as mudanças climáticas. Mesmo uma corrida armamentista entre super-Estados poderia engendrar a questão da eugenia.

<sup>227</sup> Se bem que, como mostra JANZ (2016), Nietzsche teve acesso ao trabalho de Francis Galton, antropólogo, primo de Charles Darwin e “fundador” da eugenia. Talvez as ideias do inglês possam ter influenciado Nietzsche de alguma maneira. De qualquer forma, são pontos de vista diferentes com relação à “superação” do ser humano.

caminho. Para não nos delongarmos, o processo de mumificação no Egito, onde as câmaras funerárias dos mais nobres daquele império eram cheias de objetos para ajudar o morto na estrada para o além, o judaísmo com a prometida vinda do Messias, e o cristianismo com o prometido retorno do Mestre, o islamismo, com a vida abundante após a morte etc. Mas a diferença para hoje não está no grau, mas sim na natureza. Na incerteza da realização da vida “vida eterna” em outro plano, a imortalidade está sendo perseguida para *esta* vida, e não para uma eventual “vida pós-morte”. O que se quer superar é exatamente a morte terrena<sup>228</sup>.

Na análise de Bauman (2012, p. 73), “a morte significa escorregar em um nada despersonalizado”. Mas ele levanta outros pontos importantes para o presente trabalho, principalmente no tocante à (bio)desigualdade: para ele, a “economia política da imortalidade” é talvez a mais eficaz das políticas de estratificação: “os ritos fúnebres e as cerimônias de comemoração se revelam como um ulterior código no qual vem registrada e programada e a desigualdade humana” (idem).

Ao mesmo tempo, ele pontua, recorrendo a Marx, que “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante”, mas que a classe dominante não se contenta de que suas ideias sejam “apenas” contemporâneas de seu domínio, mas tentam assegurar que elas se perpetuem, para que também seu domínio continue. Dessa forma, o próprio desejo da imortalidade, se não é, em sua gênese, oriundo da classe dominante, é levado adiante por ela com força esse projeto para que seus valores perdurem nas futuras gerações (ibid., p. 81).

E a tentativa de superação da morte, pela tecnociência contemporânea, se inicia por uma mudança de natureza, fazendo-a passar de biológica a digital. E com a descoberta da estrutura da molécula de DNA, que se trata de um texto bioquímico que codifica todas as especificações para a gênese de cada indivíduo, o grande enigma da vida – e a possibilidade de superação da morte – começara a ser decifrado.

Tudo deve ser tratado como informação, como texto codificado que está inscrito num suporte biológico. Essa espécie de linguagem é universal, ou seja, está contida em todos os seres vivos – o código é o mesmo para todos os seres, o que muda em cada espécie são o conteúdo das informações contidas nesse código, como por exemplo, o do ser humano é

---

<sup>228</sup> Toda uma reconfiguração do saber-poder tem sido operada a partir da transformação do conhecimento “do cadáver” para o “homem-vivo”. Não mais vivendo em uma sociedade de soberania, onde a morte representava a passagem de um mundo para outro, de uma soberania terrestre por uma celestial (FOUCAULT, 1976b), e com os avanços nos saberes sobre o homem-espécie, é imperativo para o homem superar esse seu limite – sua temporalidade, uma vez que a sua espacialidade já se alargou. O poder, nessa nova configuração de sociedade, acompanha todo o desenrolar da vida, mas a morte é o momento em que ainda lhe escapa.

muito mais vasto que de uma bactéria –, e se transfere de geração em geração – suas virtudes, suas “falhas”, enfim, o código vai se procriando e até então somente a “seleção natural” poderia dar conta de multiplicar determinado código ou extingui-lo.

Os desenvolvimentos nesse ramo são os mais variados possíveis: biópsia líquida, capaz de identificar tumores passando pela corrente sanguínea; mecanismos para “silenciar” genes para que não desenvolvam certos tipos de doenças; a inserção subcutânea de componentes não orgânicos (biochips), que podem acabar com todos os problemas relacionados à saúde, através de fornecimento de dados em tempo real – demonstrando que será necessário penetrar cada vez mais nas profundezas do corpo humano, uma verdadeira “endocolonização” (Virilio)<sup>229</sup>.

Paralelamente, a tecnociência também busca a imortalidade através da perpetuação do cérebro, procurando lograr êxito na transferência do cérebro para um dispositivo inorgânico, um caminho que talvez seja menos difícil que a superação biológica da morte. Em 2018, a *start-up* Nectome, dos Estados Unidos, conseguiu realizar uma cópia de cérebro em um corpo cerca de duas horas após a sua morte. A técnica é conhecida como vitrificação do conectoma, que é a cristalização do mapa das sinapses do cérebro, através da injeção no cérebro de um produto que congela as conexões entre neurônios. O desafio agora é conseguir fazer essa cópia anatômica com o ser humano ainda vivo<sup>230</sup>.

Na luta pela imortalidade, será que não podemos também tangenciar que se, em algum momento do futuro, a espécie humana consegue seu tão ardente desejo de imortalidade, não implicará também em desigualdades de imortalidades? Se para Kurzweil (2007, p. 181), a imortalidade humana “será uma questão de termos cuidado suficiente para fazermos backups com frequência”, então a pergunta que cabe é: quem terá acesso aos backups?

### 3) Demografia

Ao mesmo tempo, pode-se esperar por uma diminuição da taxa de natalidade? Se em 2019, o saldo diário de população mundial era de 230 mil (número de nascimentos menos o de mortes), será que teríamos uma tendência a diminuição desse crescimento ou até mesmo à

---

<sup>229</sup> O estandarte desta bandeira é o cientista inglês Aubrey de Grey, que afirma ser possível retardar o envelhecimento humano e ter uma “vida útil indefinida”. Sua pesquisa consiste na possibilidade de reparação de tecidos destinada a rejuvenescer o corpo humano, prevenindo os declínios físico e cognitivo.

<sup>230</sup> <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/09/06/estamos-proximos-de-conseguir-fazer-um-backup-do-cerebro.htm> acesso em 10/11/2019

diminuição da população mundial em algumas décadas? E também o número de mortes na pandemia, seguido do medo de se engravidar ou ter filhos.

#### *4) Acesso e digitalização*

Mais do que o assim aclamado “compartilhamento”, a tendência capitalista é voltada para o acesso. Paga-se. Paga-se por tudo, continuamente, e nunca se terá a posse definitiva de determinado bem. Músicas, filmes, séries, jornais, livros, carros, residências, próteses, conteúdos informacionais conectáveis ao corpo. Nunca se está na posse definitiva de algum bem. Somente a dívida que tem a posse definitiva da existência.

Outra tendência que aparece é a “digitalização” do mundo, das relações. Parece que as transmissões de shows, cultos e tudo o mais que antes era feito fisicamente, tenha tido caminho livre para se transformar em transmissões ao vivo, nas *lives*, reconfigurando as relações humanas. Menos interações pessoais face a face, mas tudo “ao vivo”, nas redes. Assistiu-se, recentemente, a criação de corridas e esportes “on-line” com a participação, mesmo que, a princípio tímida, de muitos pilotos das categorias máximas do automobilismo e motociclismo, assim como a proliferação dos jogos em rede.

#### *5) Monitoramento*

*In God we trust, all others we monitor.* A China, que histórica e culturalmente, considera seus cidadãos como um coletivo, tem adotado há tempos grandes medidas de “vigilância” sobre sua população. Em 2018, estimava-se a existência de cerca de 170 milhões de câmeras de segurança em operação, e com previsão de outras 400 milhões seriam instaladas até 2020. Mas não era o bastante. O governo chinês já trabalhava em um projeto para o Sistema Nacional de Crédito, a entrar em operação em 2020, que já está em fase de testes. Esse sistema será responsável por praticamente determinar o “valor” de cada chinês com base em análise por algoritmo. O sistema reúne dados diversos dos indivíduos, como tradicionais, sociais e on-line e os combina para determinar o ranking do cidadão na sociedade. Nos dados tradicionais, a pontuação se dá por variáveis tais como pagamento de impostos, de empréstimos, de faturas do cartão de crédito, de contas públicas como água e luz, e até cumprimento de ordens judiciais; com relação aos dados sociais, serão levados em conta os trabalhos voluntários, o histórico acadêmico, a ficha criminal, o comportamento no trânsito, o uso de transporte público e até mesmo o cumprimento dos limites de planejamento familiar; por fim, os dados on-line serão extraídos de informações coletadas por empresas, pela interação com amigos e também pela “confiabilidade” das informações postadas em sites

e redes sociais. O intuito dessa pontuação é permitir ou bloquear o acesso a trens e aviões, serviços de internet, descontos em produtos, serviços sociais, planos de saúde, empréstimos etc. Trata-se de um sistema que dará ao governo um controle sem precedentes sobre seus cidadãos<sup>231</sup>.

A pandemia também trouxe à tona as possibilidades que as empresas e os governos têm de monitorar cada passo de seus cidadãos. O modo de monitorar e controlar os moradores no período da pandemia foi através da geolocalização. Os governos nacionais, em parceria com operadoras de telefonia ou empresas de tecnologia utilizaram-se de todo o arsenal tecnológico disponível para mapear os passos da população, antever e prever certas aglomerações. O caso mais enfático, no entanto, ocorreu na China, onde governo chinês baseou sua estratégia de isolamento através de um sistema que integrou os aplicativos da Tencent, empresa líder dos principais aplicativos daquele país. Para passar na catraca de metrô, por exemplo, não era possível no início do isolamento: todos os moradores tinham a cor “amarela”. Quatorze dias depois, em que as medidas passaram a permitir certos deslocamentos, os usuários receberam a cor verde. No entanto, se um morador tivesse sido infectado pelo vírus ou apresentasse os sintomas da doença, automaticamente seu código se tornava “vermelho”, o que impedia o acesso a qualquer ponto que precisasse de sua “identidade” no celular, e todos os moradores com quem ele tivesse cruzado nas ruas também recebiam o código vermelho, com o intuito de frear a propagação do vírus<sup>232</sup>. Apesar de se tratar de um “estado de exceção”, a disponibilidade tecnológica já existe para os governos que queiram forjar um verdadeiro apartheid de classes através do acesso. Ao mesmo tempo, os governos poderiam medir o movimento de “aglomeração” das pessoas e recorrer ao seu policiamento para evitar grandes multidões.

#### *6) Paradoxos do trabalho: entre mão de obra e escravidão*

Este item, por si só, renderia quantidade suficiente de informação para uma outra obra. No entanto, é necessário pelo menos tangenciar esta questão, já que o trabalho e o capitalismo estão intrinsecamente justapostos. Por isso me ateno à questão da possibilidade de uma grande massa de desempregados em nível mundial e a sua subutilização – o limiar entre precários e escravos.

---

<sup>231</sup> O Estado de São Paulo, 15/04/2018, B10.

<sup>232</sup> <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/20/veja-empresas-de-tecnologia-que-estao-monitorando-pessoas-na-pandemia.htm> acesso em 21/04/2020.

Foucault pontuou que o trabalho não faz parte da essência do ser humano – a ligação do homem ao trabalho é feita de forma sintética, operada politicamente pelo capitalismo – mas que mesmo assim o capitalismo continuará a existir mesmo sem o trabalho. O que se nota gradualmente é que o trabalho assume as mais variadas e descabidas formas e mesmo que o indivíduo contemporâneo não se enquadre no “mercado de trabalho” propriamente dito, ele poderá se entregar “de cérebro e alma” ao sistema.

A OIT (Organização Mundial do Trabalho), uma agência da ONU, estimava que, devido à pandemia, o trabalho passará por sua maior crise desde a Segunda Guerra Mundial: 1,250 milhão de trabalhadores já estariam em risco iminente de perder seus empregos. A OIT também estimava que 6,7% das horas de trabalho no mundo poderiam ser extintas no segundo semestre de 2020, o que equivaleria a 195 milhões de empregos em tempo integral<sup>233</sup>.

Milanovic (2017, p. 121) levanta um ponto interessante: o trabalho, na Roma Antiga, era frequentemente oriundo dos povos que eram vencidos e escravizados nas conquistas do Império Romano, e por isso, era muito barato para que os romanos considerassem substituí-lo por máquinas. E por isso, afirma ele que “devemos esperar invenções que favoreçam as baixas qualificações, se a disparidade salarial entre trabalho altamente qualificado e não qualificado continuar a aumentar” (ibid., p. 125). E estamos, séculos depois, diante de outro paradoxo. Uma mão de obra muito barata impediria o maior desenvolvimento da tecnologia empregada no trabalho, na produção. “À medida que o trabalho altamente qualificado se torna relativamente mais caro, tem de chegar o momento em que a produção levada a cabo com trabalho menos qualificado se torna mais eficiente”. (idem).

Está-se, novamente, como sempre na história do capitalismo, na tensão entre os trabalhadores e as máquinas que os substituem.

A mudança tecnológica favorável a quem tem baixas qualificações iria contra o essencial das inovações tecnológicas que historicamente têm sido prejudiciais ao trabalho de baixas qualificações e têm sido uma característica do capitalismo desde os primórdios. Pode argumentar-se, porém, que, pelo menos em parte, a razão por que a mudança tecnológica tendeu para a substituição do trabalho foi por ser usada como *mecanismo disciplinador do trabalho e, durante períodos de conflito de classes, os capitalistas acharem conveniente depender menos do trabalho*. Uma máquina será sempre mais obediente do que um trabalhador. Na medida em que o poder do trabalho organizado diminua e o conflito de classes recue, os capitalistas podem

---

<sup>233</sup> <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2020/04/07/coronavirus-gera-a-mais-grave-crise-no-emprego-desde-a-2-guerra-mundial.htm> acesso em 08/04/2020. Esta estimativa foi realizada ainda menos de um mês depois do início da pandemia. Os números provavelmente serão bem maiores.

passar a temer menos o estímulo às inovações laborais favoráveis às baixas qualificações. Esta sugestão, no entanto, é especulativa e não estou certo da esperança que devemos depositar nela (MILANOVIC, 2017, p. 126, grifos meus).

Assim, nota-se cada vez mais, ocupações nas quais os humanos passam horas completando tarefas, as quais, por serem extremamente simples, os super-computadores não conseguem exercitar – chamado “sistema humano-mais-máquina”. Esses trabalhadores são chamados de *Turkers*, já que o caso emblemático dessa ocupação é o *Mechanical Turk*, da Amazon, em que o ser humano se apresenta apenas para cumprir tarefas muito básicas para uma máquina muito potente, como, por exemplo, reconhecer uma casa em uma foto<sup>234</sup>.

Ainda para Milanovic (ibid., p. 98), “as forças políticas que defendem uma maior desigualdade [econômica] vão, obviamente, sentir-se incentivadas e ficar mais fortes quando as tendências econômicas estão a seu favor – se a mão de obra se tornar mais abundante e as mudanças tecnológicas forem favoráveis ao capital ou a quem tem qualificações mais elevadas”. No entanto, mais que esperar que as “tendências econômicas” estejam a seu favor, a super-classe opera todas as forças para fazerem o jogo a seu favor: como sabemos, no neoliberalismo a política é a economia. Assim, na tensão homem versus máquina, recorreremos aos filósofos franceses: “A máquina é um escravo que serve para fazer outros escravos” (Simondon), complementado por Deleuze e Guattari: “Somos sempre escravos da máquina social e nunca da máquina técnica”.

O recado da história é claro: as relações de força desiguais sempre acarretam em violência, e em muitas vezes, dominação. O meio para escravizar e manter o escravo em situação de escravidão é a violência, e hoje ela se faz de diversas formas, como por exemplo as finanças. E por isso, além de pensar as novas classes, é necessário pensar também a nova luta de classes que pode acontecer.

Biodesigualdade é, assim, uma política para *romper o limite da desigualdade*, para ir além, e ao mesmo tempo em que forja os *super-humanos*, utiliza os *humanos*, que foram tornados “inúteis” com a perda de sua importância econômica como indivíduo, o Estado

---

<sup>234</sup> “O controle sobre grandes sistemas de máquinas estarão nas mãos de uma pequena elite – assim como já acontece hoje, mas com duas diferenças. Devido ao aprimoramento das técnicas, as elites terão maior controle sobre as massas; e, como o trabalho humano não será mais necessário, *as massas serão supérfluas*, um fardo inútil para o sistema”. Theodore Kaczynski (Unabomber) (apud KURZWEIL, 2007, p. 244, grifo meu). A polarização para diferentes pensadores: os capitalistas e trabalhadores (Marx), os ricos e pobres (Milanovic; Buffett), super-humanos e inúteis (Harari), elite e massa inútil (Unabomber), casa grande e senzala (Sérgio Buarque de Holanda).

investe menos nele em educação, saúde etc. Ela não é apenas do ponto de vista econômico, mas também genética, de tutela, de saber etc. Para os inúteis, sem emprego, sem fontes de renda e inadimplentes – o reembolso político, o pagamento da dívida da existência, se torna biopolítico. Somente com a própria vida conseguir-se-á seguir adiante, “pagando com a própria vida”, a própria existência. Volta-se, assim, à origem da dívida: marcar corpos, ter o futuro “sequestrado”, e o seu futuro é continuar a saldar a dívida pagando para continuar a existir. É a lógica do *winner takes it all* (o vencedor fica com tudo).

É, portanto, necessário realizar uma pequena correção no conceito de biopolítica, já que o poder de ‘fazer viver e deixar morrer’ está submetido à lógica da propriedade encarnada no modelo social neoliberal. Se podemos pagar, podemos viver, e se não podemos pagar, podemos morrer, no sentido de que a exposição à morte, os riscos da morte social que ela comporta (empobrecimento, miséria, exploração, dominação e desigualdades) e os riscos de morte política (exclusão e recusa) aumentam. O biopoder e a governamentalidade estão submetidos à axiomática do capital (LAZZARATO, 2017, p. 160).

Estaríamos, pois, na iminência de uma nova sociedade escravocrata, em que ou não haveria ocupação para a grande maioria ou a maior parte dos trabalhos que houver não necessitaria de nenhum tipo de formação? Caso a sociedade mundial tome realmente as proporções que desenhamos, o que fazer então com a grande “massa de inúteis”, com os “irrelevantes”, com os desempregados e desalentados? O que as forças políticas poderiam propor para que pelo menos se consiga sobreviver sem uma renda digna do trabalho?

#### *Produção de subjetividade e renda básica*

*Uma renda básica é uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independente de sua situação financeira ou exigência de trabalho.*  
Philippe Van Parijs

Toda pintura exige sua pincelada final e toda obra, para que possa finalmente nascer, exige seu fim, seu “ponto final”, mesmo quando o tema – mais do que nunca – não para de engendrar novas perguntas e solicitar ulteriores análises. Para, então, finalizar, valho-me de duas proposições no que tange ao ser humano e ao planeta onde ele vive.

No sentido que coloca Guattari (2012, p. 27), com uma máquina destrutiva como é o capitalismo, não são só “as espécies que desaparecem, mas também as palavras, as frases, os

gestos de solidariedade humana”. Por isso, sua proposição é de uma articulação ético-política – denominada ecosofia – entre o que ele denomina dos três registros ecológicos – o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana. A ecosofia suplantaria as formações políticas e as instâncias executivas, as quais já há um bom tempo, não conseguem entender, muito menos propor uma resolução para os perigos reais que a espécie humana vive em seu conjunto. Uma “ética ecosófica” torna-se, então, totalmente necessária para que se possa intervir positivamente sobre os desequilíbrios da “natureza”, fenômenos que têm se tornado uma constante – e que cada vez mais exigirão ação em conjunto da sociedade para prevenir ou remediar seus danos. Trata-se, com isso, de encarar e reivindicar a produção de subjetividade como preocupação central, como prática indispensável de um novo modo de ação individual e coletivo (ação política). Já está na hora também de superar o índice do PIB (Produto Interno Bruto) como medidor de riqueza de uma nação. É necessário um índice que leve em conta não só a longevidade, educação e renda, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que já foi um avanço, mas também a sustentabilidade ambiental e o respeito ao cidadão e sua respectiva liberdade. Esse índice deve levar em conta tanto fatores subjetivos quanto objetivos e ter em conta o ser humano e suas relações.

Mas para que haja a mínima possibilidade disso acontecer, é necessário que o ser humano “sobreviva”. Sem trabalho ele está sem dinheiro no bolso, e sem isso, não se alimenta e morre. Por isso, a proposição que levamos adiante para o fortalecimento da cidadania é a instituição da renda básica “universal, incondicional e permanente”<sup>235</sup>.

Como avalia SILVA (2019), em um dado momento histórico, pelo menos nas economias capitalistas avançadas, a conjunção entre crescimento econômico e “pleno emprego”, obtida pela gestão do Estado, satisfazia a população em geral – trabalhadores, sindicalistas, patrões – e contribuíram para a redução das desigualdades sociais. No entanto, após as crises que o “estado de bem-estar social” atravessou – do *welfare* ao *warfare* – os direitos sociais foram aos poucos sendo minados, perdidos. Ainda pra o autor, nos anos recentes, “tempos difíceis”, faz-se necessário, mais do que nunca, a proposição política da renda básica incondicional, provida pelo Estado para toda a população – a única “condição” que deve ser exigida é o “pertencimento” à sociedade. “A renda básica se mostra uma proposta mais adequada ao fortalecimento da cidadania e da dignidade dos beneficiários, porque a distribuição universal, incondicional e permanente da renda torna-a obrigatoriamente

---

<sup>235</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/588584-a-renda-basica-universal-como-resposta-a-radicalizacao-do-capitalismo-entrevista-especial-com-josue-pereira-da-silva>

uma política de Estado, prevenindo sua manipulação pelos governantes do momento” (ibid., p. 8).

A universalização dessa renda e a sua incondicionalidade são “condições necessárias para que a transferência de renda deixe de ser uma mera política compensatória e se torne uma verdadeira política de cidadania e, em consequência, se transforme de fato em um contraponto à desenfreada tendência à mercantilização das relações sociais” (SILVA, 2019, p. 13).

Para finalmente concluir, recorro à Foucault (1976, p. 43), que nos alerta de quais situações surgem as leis: “a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo”<sup>236</sup>. E agora em tempos *ainda mais* difíceis.

---

<sup>236</sup> “As leis sociais são feitas por pessoas às quais elas não se destinam, mas para serem aplicadas àqueles que não as fizeram” (FOUCAULT, 1973, p. 22).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## Bibliografia principal

ALLIEZ, E.; LAZZARATO, M. *Guerres et Capital*. Paris: Éditions Amsterdam, 2016.

BENTHAM, J. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DELEUZE, G. *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G. *El poder: Curso sobre Foucault II*. Buenos Aires: Cactus, 2014.

DELEUZE, G. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Ed. 34, 2010. 2ª edição (2011).

\_\_\_\_\_. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5*. São Paulo: Ed. 34, 1997. 2ª edição (2012).

(1967) FOUCAULT, M. *A filosofia estruturalista permite diagnosticar o que é a "atualidade"*. In: MOTTA, M.B. (org.). *Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento / Michel Foucault*. São Paulo, Forense Universitária, 2013.

(1970) FOUCAULT, M. *Aulas sobre a vontade de saber*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2014.

(1973) FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2015.

(1973b) FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, NAU, 2013.

(1974) FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

(1975) FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2013.

- (1975b) FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2012.
- (1976) FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2010.
- (1976b) FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*. São Paulo, Paz e Terra, 2015.
- (1977) FOUCAULT, M. *Poderes e estratégias*. In: MOTTA, M.B. (org.). *Ditos e escritos, volume IV: Estratégia, Poder-Saber / Michel Foucault*. São Paulo, Forense Universitária, 2010.
- (1977b) FOUCAULT, M. *As relações de poder passam para o interior dos corpos*. In: MOTTA, M.B. *Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade/ Michel Foucault*. São Paulo, Forense Universitária, 2014.
- (1978b) FOUCAULT, M. *A sociedade disciplinar em crise*. In: MOTTA, M.B. (org.). *Ditos e escritos, volume IV: Estratégia, Poder-Saber / Michel Foucault*. São Paulo, Forense Universitária, 2010.
- (1978) FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- (1979) FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- (1980) FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2014.
- (1980b) FOUCAULT, M. *Sobre a hermenêutica de si. Curso no Dartmouth College*. In: FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. São Paulo, Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.
- (1981) FOUCAULT, M. *Subjetividade e verdade*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2016;
- (1982b) FOUCAULT, M. *O sujeito e o poder*. In: MOTTA, M.B. *Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade/ Michel Foucault*. São Paulo, Forense Universitária, 2014.
- (1982) FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2004.
- (1983) FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011.

(1984) FOUCAULT, M. *A coragem da verdade*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo, Graal, 2013.

LAZZARATO, M. *La fabbrica dell'uomo indebitato*. Saggio sulla condizione neoliberalista. Roma: DeriveApprodi, 2012.

LAZZARATO, M. *O governo do homem endividado*. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo/ N-1 edições, 2014.

LAZZARATO, M. *Videofilosofia. La percezione del tempo nel postfordismo*. Roma: DeriveApprodi, 1996.

LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

### **Bibliografia complementar**

BAUMAN, Z. *Mortalità, immortalità e altre strategie di vita*. Bolonha, Il Mulino, 2012.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BORDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. In: Brunhoff, S. et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CARR, N. *A grande mudança. Reconnectando o mundo, de Thomas Edison ao Google*. São Paulo: Editora Landscape, 2008.

CARVALHO, S. R. & LIMA, E.M.F.A. *Poderes da liberdade, governamentalidade e saberes psi: diálogos com Nikolas Rose (Parte 2)*. Revista Interface, 2016; 20(58):797-808.

CARVALHO, S. R. & TEIXEIRA, R.R. *Políticas da própria vida e o futuro das práticas médicas: diálogos com Nikolas Rose (Parte 3)*. Revista Interface, 2017; 21(60):221-30.

CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

COHN, G. *Crítica e resignação. Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COPPIN, B. *Inteligência artificial*. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

COSTA, A.F. *Desigualdades globais*. Sociologia, Problemas e Práticas [Online], 68, 2012.

DOMINGOS, P. *O algoritmo mestre: como a busca pelo algoritmo de machine learning definitivo recriará nosso mundo*. São Paulo: Novatec, 2017.

DELEUZE, G. *Che cos`è um dispositivo?* Napoli: Cronopio, 2010.

DUJARIER, M. *Il lavoro del consumatore. Come coproduciamo ciò che compriamo*. Milano: Egea, 2009.

FASSIN, D. *Another politics of life is possible*. Theory, Culture & Society, 26(5), 44-60, 2009.

FERREIRA, J. *O Alfabeto da Vida. Da reprodução à produção*. Lua Nova, 55-56, pp. 219-240, 2002.

FERREIRA, J.; PEDRO, R. M. L. R. *Biossociabilidade e biopolítica: reconfigurações e controvérsias em torno dos híbridos nanotecnológicos*. Redes, vol. 15, n. 29, pp. 177-196, Buenos Aires: maio 2009.

GUATTARI, F. *Revolução molecular. Pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 3ª edição.

GLEICK, J. *A informação. Uma história, uma enxurrada, uma teoria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRAEBER, D. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 2012.

\_\_\_\_\_. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992. 2ª edição (2012).

\_\_\_\_\_. *O inconsciente maquínico. Ensaio de esquizo-análise*. Campinas: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. *Líneas de fuga. Por outro mundo de posibles*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2013.

\_\_\_\_\_. *Revolução molecular. Pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 3ª edição.

\_\_\_\_\_. *Da produção de subjetividade*. In: PARENTE, A. (org.). *Imagem-máquina. A era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1993. 4ª edição (2011).

GUATTARI, F.; NEGRI, A. *Os novos espaços de liberdade*. Coimbra: Centelha, 1987.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, pp. 575-610, dez. 2008.

JANZ, C.P. *Friedrich Nietzsche: uma biografia, volume II: os dez anos do filósofo livre (primavera de 1879 a dezembro de 1888)*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2016.

KURZWEIL, R. *A era das máquinas espirituais*. São Paulo: Aleph, 2007.

KURZWEIL, R. *Como criar uma mente: os segredos do pensamento humano*. São Paulo: Aleph, 2004.

LANIER, J. *Bem-vindo ao futuro. Uma visão humanista sobre o avanço da tecnologia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.

\_\_\_\_\_. *O governo das desigualdades. Crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

\_\_\_\_\_. *Marcel Duchamp e il rifiuto del lavoro*. Milano: Edizioni Temporale, 2014b.

LÖWY, M. *A jaula de aço. Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASON, P. *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

MILANOVIC, B. *A desigualdade no mundo: uma nova abordagem para a era da globalização*. Coimbra: Actual, 2017.

MUMFORD, L. *The myth of the machine. Vol. I*. New York: Harvest Book, 1967.

MUMFORD, L. *Textos escogidos*. Buenos Aires: Cactus, 2009.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NEGRI, A. *Marx oltre Marx*. Roma: Manifestolibri, 1998.

NEGRI, A. *Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente*. São Paulo: Iluminuras, 2017.

\_\_\_\_\_. *La forma stato. Per la critica dell'economia politica della costituzione*. Milano: Feltrinelli, 1980.

NICOLELIS, M. *Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebro e máquinas – e como ela pode mudar nossas vidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, F. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e mal: prelúdio de uma filosofia do futuro*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

PASQUINELLI, M. *Google's PageRank Algorithm: A diagram of the Cognitive Capitalism and the Rentier of the Common Intellect*". In: BECKER, K.; STALDER, F. (orgs.). Depp Search. London: Transaction Publishers, 2009.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo macchinico e plusvalore di rete: note sull'economia politica della macchina di Turing*. Uninomade, 17/11/2011, disponível em: <http://www.uninomade.org/capitalismo-macchinico>.

\_\_\_\_\_. *A medida da fera coletiva: o valor na era das novas instituições algorítmicas de ranqueamento e avaliação*. Revista Lugar Comum, n. 42, pp. 131-141, 2014.

PETRINI, Roberto. *Controistoria della moneta*. Reggio Emilia: Imprimatur editore, 2014.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PORTER, M; HEPPELMANN, J. E. *Como produtos inteligentes e conectados estão transformando as empresas*. Harvard Business Review, outubro, 2015.

PORTOCARRERO, V. *Normalização e Invenção: Um uso do pensamento de Michel Foucault*. In: Calomeni, T. (Org.). *Michel Foucault. Entre o Murmúrio e a Palavra*. Campos/RJ: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2004.

RABINOW, P. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

RABINOW, P. *Artificialidade e Ilustração: da sociobiologia à bio-sociabilidade*. Novos Estudos CEBRAP, n. 31, pp. 79-93, outubro de 1991.

READ, J. *The Micro-Politics of Capital. Marx and the Prehistory of the Present*. New York: State University of New York Press, 2003.

REISCHL, G. *El engaño Google. Una potencia mundial sin control en Internet*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfies. Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2011

ROSE, Nikolas. *A política da própria vida – biomedicina, poder e subjetividade no século XX*. São Paulo, Paulus, 2013.

ROUVROY, A. *La governamentalità algorítmica: radicalizzazione e strategia imunitária del capitalismo e del neoliberalismo?* In: *La Deleuziana*, n. 3 / 2016, pp. 30-36.

ROUVROY, A; BERNS, T. *Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?* In: *Revista Eco Pós*, v. 18, n. 2, 2015.

SANTOS, B.S. *Os processos da Globalização*. In: SANTOS, B.S. [org.]. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, L.G. *A informação após a virada cibernética*. In: SANTOS, L.G. [et al.]. *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, L.G. *Politizar as novas tecnologias. O impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico. A alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SILVA, J.P. *Renda básica em tempos difíceis*. Cadernos IHU ideias. Ano XVII, n. 284 (2019). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

SIMONDON, G. *El modo de existência de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Cactus, 2007.

SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Cajanegra, 2018.

TRONTI, Mario. *Operários e Capital*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

VEIGA-NETO, A. *Dominação, violência poder e educação escolar em tempos de Império*. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). *Figuras de Foucault*. São Paulo: Autêntica, 2007.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. *A gênese do capitalismo moderno*. São Paulo: Ática, 2006.

WIENER, N. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1984.